

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS ESTUDOS DA LINGUAGEM
ANÁLISES TEXTUAIS DISCURSIVAS E ENUNCIATIVAS

**Língua, história e subjetividade na perspectiva de representantes da Filosofia
da Linguagem do Leste e do Oeste europeu**

Ma. Cristiane Lenz

Orientadora: Prof. Dra. Ana Zandwais

Porto Alegre

2023

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS ESTUDOS DA LINGUAGEM
ANÁLISES TEXTUAIS DISCURSIVAS E ENUNCIATIVAS

**Língua, história e subjetividade na perspectiva de representantes da Filosofia
da Linguagem do Leste e do Oeste europeu**

Tese apresentada como requisito parcial
para a obtenção do título de Doutora
pelo Programa de Pós-Graduação em
Letras da Universidade Federal do Rio
Grande do Sul. Área: Estudos de
Linguagem – Análises Textuais,
Discursivas e Enunciativas

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Ana Zandwais

Porto Alegre

2023

CATALOGAÇÃO

CRISTIANE LENZ

**LÍNGUA, HISTÓRIA E SUBJETIVIDADE NA PERSPECTIVA DE
REPRESENTANTES DA FILOSOFIA DA LINGUAGEM DO LESTE E DO OESTE
EUROPEU**

Tese apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Área: Estudos de Linguagem – Análises Textuais, Discursivas e Enunciativas.

Aprovada pela banca examinadora em ___/___/___

BANCA EXAMINADORA

Membro 1
(UFRGS)

Membro 2
(UFRGS)

Membro 3
(Outra instituição)

CIP - Catalogação na Publicação

Lenz, Cristiane

Língua, história e subjetividade na perspectiva de representantes da Filosofia da Linguagem do Leste e do Oeste europeu / Cristiane Lenz. -- 2023.

200 f.

Orientadora: Ana Zandwais.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Letras, Programa de Pós-Graduação em Letras, Porto Alegre, BR-RS, 2023.

1. Filosofia da Linguagem. 2. Língua. 3. Subjetividade. I. Zandwais, Ana, orient. II. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UFRGS com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

ATA PARA ASSINATURA Nº 675

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
Instituto de Letras

Programa de Pós-Graduação em Letras
LETRAS - Doutorado
Ata de defesa de Tese

Aluno: Cristiane Lenz, com ingresso em 10/08/2018
Título: LÍNGUA, HISTÓRIA E SUBJETIVIDADE NA PERSPECTIVA DE REPRESENTANTES DA FILOSOFIA DA LINGUAGEM DO LESTE E DO OESTE EUROPEU
Orientador: Profª Drª Ana Zandweis

Data: 24/04/2023
Horário: 13:30
Local: Banca Virtual

Banca Examinadora Origem

Luciana Vedovato	UNIOESTE
Rubia Pasinato	UCEFF
Luciano Novaes Vidon	UFES

Porto Alegre, 24 de abril de 2023

Membros	Assinatura	Conceito	Indicação de Voto de Louvor
Luciana Vedovato	_____	A _____	_____
Rubiamara Pasinato		A _____	_____
Luciano Novaes Vidon	_____	A _____	_____

Conceito Geral da Banca: () Correções solicitadas: (X) Sim () Não

Observação: Esta Ata não pode ser considerada como instrumento final do processo de concessão de título ao aluno.

Aluno
Programa de Pós-Graduação em Letras
Av. Bento Gonçalves, 9500 Prédio 43221 - Bairro Agronomia - Telefone (51) 33086699
Porto Alegre - RS


Orientador

Documento assinado digitalmente conforme descrito no(s) Protocolo(s) de Assinatura constante(s) neste arquivo, de onde é possível verificar a autenticidade do mesmo.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

PROTOCOLO DE ASSINATURA



O documento acima foi assinado digitalmente com senha eletrônica através do Protocolo Web, conforme Portaria UFES nº 1.269 de 30/08/2018, por LUCIANO NOVAES VIDON - SIAPE 1545399 Departamento de Línguas e Letras - DLL/CCHN Em 02/05/2023 às 18:46

Para verificar as assinaturas e visualizar o documento original acesse o link: <https://api.lepisma.ufes.br/arquivos-assinados/702469?tipoArquivo=0>

ATA PARA ASSINATURA Nº 675

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
Instituto de Letras

Programa de Pós-Graduação em Letras
LETRAS - Doutorado
Ata de defesa de Tese

Aluno: Cristiano Lenz, com ingresso em 10/08/2018
Título: LÍNGUA, HISTÓRIA E SUBJETIVIDADE NA PERSPECTIVA DE REPRESENTANTES DA FILOSOFIA DA
LINGUAGEM DO LESTE E DO OESTE EUROPEU
Orientador: Prof. Dr. Ana Zandweis

Data: 24/04/2023
Horário: 13:30
Local: Banca Virtual

Banca Examinadora Origem

Luciana Vedovato UNIOESTE

Rubia Pasinato UCEFF

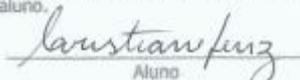
Luciano Novaes Vidon UFES

Porto Alegre, 24 de abril de 2023

Membros	Assinatura	Conceito	Indicação de Voto de Louvor
Luciana Vedovato		A _____	_____
Rubiamara Pasinato		A _____	_____
Luciano Novaes Vidon	_____	A _____	_____

Conceito Geral da Banca: () Correções solicitadas: (X) Sim () Não

Observação: Esta Ata não pode ser considerada como instrumento final do processo de concessão de título ao aluno.


Aluno


Orientador

Programa de Pós-Graduação em Letras
Av. Bento Gonçalves, 9500 Prédio 43221 - Bairro Agronomia - Telefone (51) 33086699
Porto Alegre - RS

RESUMO

A presente pesquisa investiga de que forma a Filosofia da linguagem nas primeiras décadas do século XX mantém seu foco sobre as relações entre língua, história e subjetividade. Para isso, realizamos a leitura de dois expoentes dos estudos da linguagem no Oeste e no Leste europeu. Os estudos do linguista alemão Karl Vossler são pioneiros no contexto do Oeste europeu na medida em que colocam em destaque a língua em suas relações com a subjetividade e com a história cultural de uma comunidade, o que envolve pensar em um conceito específico de gramática e de língua em relação à questão nacional. Realizamos a leitura da obra de Vossler (1951; 1963; 2015) com vistas às suas reflexões sobre a língua em relação com a história cultural e com a ideia de comunidade linguística, o que nos leva a compreender de que modo Vossler concebe a subjetividade na língua. Além disso, as considerações de Vossler sobre a gramática permitem delinear o conceito de língua em seu pensamento. O linguista russo Valentin Volochinov desenvolve, em sua obra *Marxismo e Filosofia da Linguagem* (2018), um conceito material de língua que se sustenta sobre a perspectiva do signo ideológico. O autor constrói uma teoria que problematiza os estudos da linguagem sob uma perspectiva materialista, conferindo à língua um estatuto ideológico, e a colocando em relação com o que é de ordem social e histórica. Ao construir a sua tese, Volochinov faz uma crítica a duas tendências do pensamento filosófico-linguístico. Entre elas, o autor denomina o subjetivismo individualista como a primeira tendência, que teria Vossler como um dos seus maiores representantes. Diante disso, é preciso considerar as condições históricas de produção das obras acima relacionadas. Por isso, em um capítulo de abertura, exploramos teoricamente o conceito de condições de produção sob a ótica de Michel Pêcheux (2009), (2010) e de Jean Jacques Courtine (2009). Na abertura dos capítulos dois e três, há uma seção que investiga as condições de produção das obras de Vossler e de Volochinov, respectivamente. A partir dessas seções, os capítulos desenvolvem os principais aspectos que norteiam o pensamento filosófico-linguístico de cada autor. Assim, propomos como pilares as obras de Vossler e de Volochinov para investigar de que forma as relações de constituição entre língua e história permeiam as obras desses autores, considerando as especificidades do pensamento de cada um deles. Com base na pesquisa conduzida, sustentamos que as obras de Volochinov e de Vossler, apesar das divergências, representam uma ampla parte do pensamento filosófico-linguístico do Leste e do Oeste europeu. Além disso, as nossas leituras sugerem a necessidade de que a Linguística mantenha sempre sua perspectiva em bases filosóficas e materialistas, na medida em que estas possibilitam uma investigação da língua sob o ponto de vista de suas relações com a história.

Palavras-chave: língua, história, subjetividade, Filosofia.

ABSTRACT

This research investigates how the Philosophy of Language in the first decades of the twentieth century maintains its focus on the relations between language, history, and subjectivity. For this, we performed the reading of two exponents of language studies in western and eastern Europe. The studies of the German linguist Karl Vossler are pioneers in the context of Western Europe as they highlight language as an object of national identity, which involves thinking of a specific concept of grammar and language in relation to the national question. We read the work of Vossler (1951), (1963), (2015) with a view to his reflections on language in relation to cultural history and to the idea of linguistic community, which leads us to understand how Vossler conceives subjectivity in language. Furthermore, Vossler's considerations on grammar allow delineating the concept of language in his thought. The Russian linguist Valentin Volochinov develops, in his work *Marxism and Philosophy of Language* (2018), a material concept of language that is based on the perspective of the ideological sign. The author builds a theory that focuses language studies from a materialist perspective, giving language an ideological status, and placing it in relation to what is social and historical. When producing his thesis, Volochinov criticizes two trends of philosophical-linguistic thought. Among them, the author names individualistic subjectivism as the first trend, which would have Vossler as one of its greatest representatives. Having exposed that, it is necessary to consider the historical conditions of production of the works listed above. Therefore, in an opening chapter, we theoretically explore the concept of production conditions from the perspective of Michel Pêcheux (2009), (2010) and Jean Jacques Courtine (2009). At the opening of chapters two and three, there is a section that investigates the conditions of production of Vossler's and Volochinov's works, respectively. From these sections on, the chapters develop the main aspects that involve the philosophical-linguistic thinking of each author. Thus, we propose as pillars the works of Vossler and Volochinov to investigate how the relations of constitution between language and history permeate the works of these authors, considering the specificities of each one of their thoughts. Based on the research carried out, we maintain that the works of Volochinov and Vossler, despite the divergences, represent a large part of the philosophical-linguistic thought of East and West Europe. In addition, our readings suggest the need for Linguistics to always maintain its perspective on philosophical and materialistic bases, as they may enable an investigation of language from the point of view of its relations with history.

Keywords: language, history, subjectivity, Philosophy.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Cartaz da prefeitura de Caxias do Sul com o signo vida	182
Figura 2 – Cartaz da prefeitura de Canoas com o signo vida.....	183
Figura 3 – Cartaz: exemplo de enunciado.....	192

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2. O CONCEITO DE CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO SOB A ÓTICA DE MICHEL PÊCHEUX E JEAN JACQUES COURTINE	16
3 O CONTEXTO INTELECTUAL E HISTÓRICO QUE PERMEIA A OBRA DE KARL VOSSLER	26
3.1 AS CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO DA OBRA DE KARL VOSSLER	26
3.1.2 As condições de produção da obra de Karl Vossler e suas possibilidades de diálogos	32
3.1.2.2 <i>A Filosofia positivista de Auguste Comte</i>	40
3.1.1.3 <i>Condições de produção da obra de Vossler em relação aos neogramáticos e às bases do pensamento saussureano</i>	43
3.2 DIÁLOGOS DA OBRA DE KARL VOSSLER COM O PENSAMENTO FILOSÓFICO-LINGUÍSTICO NA EUROPA.....	48
3.2.1 Retomando os diálogos da obra de Vossler com os métodos historicistas-comparatistas e com o pensamento dos neogramáticos	48
3.2.2 O diálogo da obra de Vossler com o pensamento de Charles Bally	67
3.2.2.1 <i>Uma leitura de diferentes aspectos da obra El lenguaje y la vida, de Charles Bally</i>	68
3.2.2.2 <i>Os diálogos de Vossler com o pensamento de Bally</i>	88
3.3 O CONCEITO DE GRAMÁTICA NA OBRA DE KARL VOSSLER	92
3.4 AS HERANÇAS DE VOSSLER: LÍNGUA, CULTURA, SUBJETIVIDADE E HISTÓRIA	126
4. AS IDEIAS LINGUÍSTICAS E MATERIALISTAS DE VALENTIN VOLOCHINOV NO LESTE EUROPEU	141
4.1 AS CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO DA OBRA DE VALENTIN VOLOCHINOV .	141
4.1.1 A trajetória intelectual de Volochinov.....	142
4.1.2 As primeiras décadas do século XX na Rússia: período pré e pós-revolução e o pensamento filosófico-linguístico.....	147
4. 2 A CRÍTICA DE VOLOCHINOV A DUAS TENDÊNCIAS DO PENSAMENTO FILOSÓFICO-LINGUÍSTICO.....	158
4.2.1 A crítica ao subjetivismo individualista	161
4.2.2 A crítica de Volochinov ao objetivismo abstrato	175
4.4 O CONCEITO DE LÍNGUA EM: <i>O QUE É A LINGUAGEM / LÍNGUA?</i>	185
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	198
6. REFERÊNCIAS	202

1 INTRODUÇÃO

Os estudos da linguagem que problematizam e discutem a historicidade constitutiva da língua não podem prescindir de partir de questionamentos referentes às relações entre língua, cultura e sociedade. Tais relações carregam em seu cerne a questão da identidade nacional, da história nacional, da cultura popular e da estratificação das classes em relação aos domínios da língua. As próprias perspectivas não positivistas sobre tais questões hoje derivam de uma trajetória constituída por marcos. Estes marcos não significam necessariamente um ponto de convergência entre determinadas correntes de pensamento linguístico, mas muitas vezes eles se constituem pela crítica ou definem a tomada de temas comuns sob perspectivas diversas. Os estudos de Karl Vossler, nas primeiras décadas do século XX, são pioneiros no contexto do oeste europeu na medida em que colocam em destaque a língua como objeto de identidade nacional, o que envolve pensar em um conceito específico de gramática e de língua em relação à questão nacional.

A Filosofia da linguagem de Vossler é capaz de, ao mesmo tempo, questionar os princípios dos estudos da escola historicista-comparatista e também dos neogramáticos, ao elaborar sua crítica, e construir uma nova perspectiva teórica e filosófica, ao propor a investigação do uso da língua a partir de sua relação com o que é de ordem nacional e cultural. *The spirit of language in civilization* (1951) [1925]¹ disserta sobre o estatuto da língua no seio de uma nação, na perspectiva da *língua nacional*, no sentido de que as características de um povo e de sua história emergem na língua como um *espírito*. Não há, assim, uma lei natural que rege todas as línguas, e, por isso, as línguas devem ser estudadas cada uma nas suas especificidades. Trata-se de uma obra com temática vasta no que tange às relações entre língua, história e identidade nacional, e nos possibilita proceder algumas investigações e reflexões sobre as formas de transformação da língua e, inclusive, sobre os processos de aquisição de língua materna e de língua estrangeira.

A obra *Filosofia del lenguaje*, também de Vossler (1963) [1923]², é composta por ensaios que contemplam discussões sobre o conceito de história, refletindo sobre

¹ A edição em questão é uma tradução para o inglês por Oscar Oeser. O original em alemão teve sua primeira publicação em 1925.

² Trabalhamos com a quarta edição em espanhol, de 1963. A data da primeira publicação em alemão desta coletânea de ensaios é 1923.

a história específica de diferentes áreas do conhecimento, como a história da linguística, da cultura, da filosofia e da literatura. Este tratamento filosófico das questões que dizem respeito à interlocução dos estudos das ciências sociológicas e históricas com os estudos da linguagem oferece uma ampla dimensão para pensarmos a língua em uma relação constitutiva com a história nacional de cada povo. É nesta obra, também, que Vossler descreve extensamente a evolução dos estudos da gramática e levanta problemáticas em relação a ela, como as repercussões do conceito de gramática nas representações de uma nação sobre sua língua nacional e também sobre o ensino de gramática e de língua materna nas escolas.

Em *Positivismo e idealismo em la ciencia del lenguaje* (2015) [1904], Vossler apresenta uma contribuição única para pensarmos o funcionamento teórico e epistemológico dos estudos da linguagem. O autor descreve e discute os métodos de investigação da filosofia idealista e da filosofia positivista. A partir disso, as concepções dos diferentes campos de estudo da Linguística, como a fonética, a sintaxe e a semântica, são questionadas sob o ponto de vista de que estão organizadas sob a orientação de pressupostos positivistas, que deixam de considerar as questões relativas à história e ao uso da língua ao tratar somente do seu funcionamento interno.

Tomando por base esse conjunto de obras, buscamos investigar de que forma o pensamento de Vossler contribui para refletirmos sobre as relações entre língua, história e subjetividade, considerando também que, sob o prisma desses conceitos, este linguista reflete sobre as divisões da gramática e as suas transformações ao longo da história. Assim, buscamos compreender também de que forma tais transformações e divisões representam o próprio conceito de língua no interior dos estudos formalistas da linguagem, a cujas vertentes Vossler faz uma crítica bastante ampla.

O linguista russo Valentin Volochinov tem sua obra *Marxismo e Filosofia da Linguagem* (2018)³ publicada pela primeira vez em Leningrado em 1929. Além disso, uma série de ensaios reunidos sob o título *A palavra na vida e a palavra na poesia:*

³ O original em russo é intitulado *Marksizm i filosofija jazyka* e foi publicado pela primeira vez em Leningrado em 1929. Trabalhamos com a segunda edição em língua portuguesa, com data de 2018, sob o título *Marxismo e Filosofia da Linguagem*, traduzida do russo por Sheila Grillo e Ekaterina Vólkova Américo, cuja primeira edição é publicada em 2017.

Ensaio, artigos, resenhas e poemas (2019)⁴ data da década de 1930. O autor constrói uma teoria que problematiza os estudos da linguagem sob uma perspectiva materialista, conferindo à língua um estatuto ideológico, e a colocando em relação com o que é de ordem social e histórica. A língua, sob o ponto de vista de sua materialidade, tem o poder de representação e de constituição da realidade. Volochinov questiona o tratamento individualizado da consciência, tomando a formação da consciência sob o ponto de vista dos processos sociais e históricos, sustentando a representação destes processos na materialidade do signo.

É notável que, em sua obra (2018), logo após apresentar os pressupostos da sua teoria marxista da linguagem, Volochinov inicie uma série de questionamentos a duas grandes orientações do pensamento filosófico-linguístico dominantes na época, as quais denomina *subjetivismo idealista* e *objetivismo abstrato*. A segunda orientação tem como principal representante a linguística saussureana. A crítica a esta tendência é dura na medida em que Volochinov desconstrói a teoria da língua como sistema. A visão sistêmica e sincrônica da língua engendra a dicotomia entre social e individual e não contempla a subjetividade como constituinte da significação e da transformação da língua.

A crítica à primeira orientação do pensamento filosófico-linguístico, representada principalmente por Wilhelm von Humboldt e pela escola de Karl Vossler, também é severa. Volochinov problematiza a visão individualista e psíquica da expressão linguística sustentada pelo subjetivismo idealista.

Segundo Volochinov (2018), a subjetividade se constitui ideologicamente e historicamente, e, por isso, o próprio significado se materializa no signo ideológico em uma relação constitutiva com o exterior social. Apesar da dura crítica, encontramos nestes questionamentos elementos para compreender a construção da perspectiva marxista de Volochinov. Além disso, o autor chama atenção para alguns elementos do pensamento da escola subjetivista idealista que servem como pontos de discussão e questionamentos. Assim, esta vertente do pensamento filosófico-linguístico abre caminho para a reflexão sobre as dificuldades da Linguística no tratamento da língua em suas relações com a subjetividade e com a história.

⁴ Trata-se da edição em português traduzida do russo por Sheila Grillo e Ekaterina Vólkova Américo (2019).

Sob esta perspectiva da obra de Volochinov (2018; 2019), buscamos refletir sobre um conceito de língua que considere o seu caráter histórico e ideológico, e, por conseguinte, material, o que está disposto pela teoria do signo ideológico. Este percurso de reflexão teórica e analítica tem como centro as investigações sobre o sentido e sobre uma concepção sócio-histórica de subjetividade. Se pudermos tratar a língua sob o ponto de vista material, considerando a sua história, então podemos tratar o sentido a partir de sua inscrição na história e também a partir do aspecto ideológico que o constitui. O pensamento de Volochinov permite-nos tecer estas reflexões na medida em que se constrói em oposição às teorias formalistas e subjetivistas individualistas, bem como promove suas investigações sob o prisma do materialismo histórico.

A obra de Vossler e de Volochinov são centrais na condução das investigações da presente Tese. A partir da leitura da obra desses dois autores, este estudo se propõe a refletir em torno de concepções de língua, de subjetividade e de gramática na primeira metade do século XX no contexto do leste e do oeste europeu. Em outras palavras, objetivamos elaborar uma reflexão sobre alguns pilares da Filosofia da Linguagem das primeiras décadas do século XX na medida em que eles são basilares para o desenvolvimento dos estudos da linguagem também na segunda metade do século XX.

O que justifica a escolha do pensamento desses autores para nortear este estudo? Notadamente, Vossler e Volochinov não se aproximam na forma de tomar a história e tampouco a subjetividade na língua; cada um se sustenta sobre diferentes princípios na definição das relações entre língua, história e subjetividade. Não obstante, é notável que ambos mantenham suas principais preocupações em torno de tais relações e também em torno da busca pelo tratamento de questões relativas ao sentido e pelas condições concretas de uso da língua. Além disso, ambos questionam as formas pelas quais as teorias formalistas apagam a história da língua.

Sobre a questão do uso da língua, enquanto Vossler mantém sua perspectiva sobre a identidade nacional e as comunidades linguísticas, Volochinov trabalha sob a ótica de uma subjetividade histórico-social. Assim, enquanto Vossler relaciona o uso a questões nacionais de diferentes ordens, Volochinov o relaciona com questões de ordem social e histórica e aos modos de produção do sentido, que se constitui ideologicamente.

Diante disso, observamos que há convergências e divergências que ligam, de alguma forma, as obras dos autores que servem como pilares desta Tese. Ao longo do texto, as leituras e discussões aprofundadas irão ampliar tais considerações. Formulamos, assim, algumas questões norteadoras que devem conduzir as leituras e investigações teóricas, filosóficas e analíticas das obras de Vossler (1963; 1951) e de Volochinov (2018).

1. Quais diálogos são estabelecidos entre os pensamentos desses autores e outras bases do pensamento filosófico-linguístico?
2. Como as concepções de língua apresentadas por cada autor podem contribuir para uma reflexão em torno do que se pode compreender como língua sob aspectos teóricos e práticos?
3. O que cada uma das concepções estudadas tem a contribuir para reflexões sobre a identidade e o funcionamento de uma língua com vistas às suas críticas às teorias formalistas, estruturalistas e positivistas?
4. De que forma a língua pode ser estudada sob o viés de sua história e de suas relações com a cultura?
5. Sob que aspectos teóricos e práticos podem ser caracterizadas as especificidades de cada uma destas correntes de estudo?

Para desenvolver tais reflexões, propomos os seguintes procedimentos metodológicos. Uma seção inicial apresentará um percurso do desenvolvimento da noção de condições de produção, tomando por base, principalmente, a obra de Jean Jacques Courtine (2002) e de Michel Pêcheux (2009). Escolhemos estes autores considerando que eles desenvolvem reflexões sobre o papel do componente histórico à realização de pesquisas. A partir disso, os dois capítulos seguintes serão escritos a partir de uma análise das contribuições e dos limites da teoria de cada um dos autores estudados em seus respectivos contextos. Os capítulos serão desenvolvidos com vistas às questões norteadoras propostas acima.

Cada capítulo será iniciado com uma análise das condições de produção de cada uma das teorias nos seguintes contextos:

- No contexto do oeste europeu das primeiras três décadas do século XX, mais precisamente na Alemanha, a saber, a obra de Karl Vossler.

- No contexto do leste europeu, na Rússia soviética, a partir da segunda metade da década de 1920, a obra de Valentin Volochinov.

Acreditamos que um conhecimento sobre bases teóricas e filosóficas dos estudos da linguagem é a primeira condição para a compreensão acerca da complexidade da língua, de seu funcionamento e o que demanda refletir sobre a construção de como fundamentos filológicos, linguísticos e filosóficos podem contribuir para a produção novos horizontes de uma Linguística baseada também em princípios históricos e sociológicos.

Nesse sentido, as primeiras décadas do século XX compreendem um período de pioneirismo e transformação, na medida em que as leituras críticas acerca dos princípios vigentes da Linguística surgem como uma força capaz de construir novas perspectivas, resguardadas suas especificidades.

2. O CONCEITO DE CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO SOB A ÓTICA DE MICHEL PÊCHEUX E JEAN JACQUES COURTINE

Uma das contribuições desta pesquisa será demonstrar de que forma o conceito de língua se transforma ao longo da história, no interior de diferentes vertentes teóricas. Conforme já observamos na introdução, os autores que formam os pilares do pensamento filosófico-linguístico nesta Tese tecem críticas a determinados pressupostos teóricos e constroem seu pensamento a partir de tais questionamentos. Desse modo, é preciso conhecer o contexto intelectual no qual se situam, e, por conseguinte, o contexto social e histórico no interior do qual se desenvolvem.

Observamos que as obras de Karl Vossler e Valentin Volochinov são muito bem demarcadas em relação ao tempo histórico em que se produzem. Fazemos esta afirmação com base nos muitos diálogos que estes autores travam com alguns de seus contemporâneos e também pela forma como problematizam as questões de que os estudos da linguagem deveriam dar conta. Os problemas levantados por eles acerca das relações da língua com a história, a subjetividade e a cultura, resguardadas suas especificidades, não podem ser simplesmente datados. São problemas que se impõem em um determinado contexto de produção de conhecimentos. O contexto social e histórico em que se inserem é que coloca as condições para que eles elaborem os questionamentos da forma como fizeram, e para que cheguem a determinadas conclusões sobre formas de tratamento das questões linguísticas. Assim, tal contexto é a condição inicial e fundamental para que o pensamento destes autores tenha se desenvolvido como o conhecemos.

Constatamos, assim, a necessidade de nos apropriarmos do conceito de Condições de Produção proveniente de uma leitura materialista no interior da Análise do Discurso de linha francesa⁵ para compreendermos de que forma as condições de produção são determinantes para o desenvolvimento da obra de Vossler e de Volochinov.

Buscamos elaborar uma reflexão em torno da emergência do conceito de *condições de produção* dentro do campo epistemológico da Análise do Discurso de

⁵ Fazemos referência, aqui, às obras do linguista francês Michel Pêcheux, que, no final da década de 1960 e primeira metade da década de 1970, publica as obras que delimitam os pressupostos que norteiam a noção de condições de produção. Trabalhamos sobretudo com o texto *Análise automática do discurso* (2010) e com a obra *Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio* (2009).

linha francesa, tomando como referências as obras de Michel Pêcheux (2009). (2010) e de Jean Jacques Courtine (2009)⁶.

Além disso, o texto do pesquisador britânico Craig Brandist (2015) intitulado *The dimensions of hegemony: Language, Culture and Politics in Revolutionary Russia* (2015) irá nos auxiliar a constituir um panorama histórico em torno do surgimento de cada obra, e, desse modo, teremos subsídios para apresentar e analisar as condições de produção dos estudos desenvolvidos por cada autor.

Os estudos de Jean Jacques Courtine em sua obra *Análise do discurso político – o discurso comunista endereçado aos cristãos*⁷ (2009) traçam um panorama histórico do conceito de *condições de produção*, redefinido inicialmente dentro da Análise do Discurso por Michel Pêcheux. Courtine observa que tal conceito provém de três ordens: a análise de conteúdo, a sociolinguística e o clássico texto de Zellig Harris, *Discourse Analysis*. (1952).

Courtine estabelece uma diferença entre o que seria uma origem *indireta* e o que seria uma origem *implícita*. A partir da sua leitura, compreendemos que a Sociolinguística se propõe a analisar determinadas condições de produção da linguagem a partir da análise das variáveis de um determinado contexto social e geográfico. Isso coloca a Sociolinguística como fonte de uma origem *indireta* para a noção de condições de produção, tal como elaborado por Courtine (2009).

Já o trabalho de Zellig Harris consistiria, segundo Courtine, em uma origem *implícita* da noção, pois o termo *condições de produção* não figura no texto de Harris, mas a noção de *situação* está presente correlacionada ao discurso. Leiamos o que nos diz Courtine:

Notemos inicialmente a insuficiência da elaboração dessa noção de “situação” que, para um linguista como Harris, ocupa, ao lado das noções de “particularidades de personalidade” e de “experiência do indivíduo”, o lugar de um impensado, aquele do “extralingüístico”, especificado apenas por sua exterioridade em relação ao objeto lingüístico. (2009, p. 47)

Buscamos o texto de Harris (1952) para compreender qual é o sentido de “discurso” em seu texto e quais seriam os indicativos de que ele contém uma origem implícita do conceito de *condições de produção*. É notável que, nos parágrafos iniciais

⁶ Trata-se da tese de Jean Jacques Courtine, *Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos*, escrita no final da década de 1970, na França.

⁷Esta obra é publicada pela primeira vez na França em 1981, com prefácio de Michel Pêcheux, um dos mestres de Courtine.

do texto, o autor demonstre a preocupação de que os limites da análise linguística, em geral, encontram lugar na frase. Segundo ele, isto não se deve simplesmente a uma escolha, mas sim à técnica de análise, que não permite que as relações entre os elementos linguísticos se ampliem. Além disso, outro problema apontado por Harris seria a dificuldade das correlações entre “língua” e “cultura”, identificadas por ele como “comportamentos linguístico e não linguístico”. Segundo ele, a “situação social” em relação à linguagem foi sempre considerada fora do escopo da Linguística. O autor argumenta o seguinte:

Descriptive linguistics has not dealt with the meanings of morphemes; and though one might try to get around that by speaking not of meanings, but of the social and interpersonal situation in which speech occurs, descriptive linguistics has had no equipment for taking the social situation into account: it has only been able to state the occurrence of one linguistic element in respect to the occurrence of others⁸. (HARRIS, 1952, p. 2)

Esta passagem demonstra a preocupação de Harris acerca de um tipo de contexto o qual ele denomina “situação social e interpessoal”, e observa a incapacidade dos métodos descritivos de levar em conta tal situação em sua análise.

Somado a isso, o autor critica a abordagem distribucional ortodoxa, argumentando que a análise dos significados é feita com base em comparações entre elementos linguísticos isolados. Leiamos:

Culture-and-language studies have therefore been carried on without benefit of the recent distributional investigation of linguistics. For example, they list the meaning expressed in the language by surveying the vocabulary stock; or they draw conclusions from the fact that in a particular language a particular set of meanings is expressed by the same morpheme; or they discuss the nuances of meaning and usage of one word in comparison with others (e.g. in stylistics)⁹. (HARRIS, 1952, p. 2)

⁸ Tradução sob responsabilidade da autora: A linguística descritiva não lidou com o significado dos morfemas; e embora possa-se tentar chegar a essas vias sem falar de significado, mas da situação social e interpessoal em que o discurso ocorre, a linguística descritiva não teve sustentação para levar em conta a situação social: ela apenas conseguiu estabelecer a ocorrência de um elemento linguístico em respeito à ocorrência de outros.

⁹ Tradução sob responsabilidade da autora: Os estudos linguístico-culturais foram, portanto, realizados sem o benefício da recente investigação distributiva da linguística. Por exemplo, eles listam o significado expresso no idioma pesquisando o estoque do vocabulário; ou tiram conclusões do fato de que, em um idioma específico, um conjunto particular de significados é expresso pelo mesmo morfema; ou discutem as nuances de significado e uso de uma palavra em comparação com outras (por exemplo, na estilística).

Além disso, o autor observa que uma abordagem que contemple as relações entre língua e cultura¹⁰ considera que a situação social – *social situation* – deve ser levada em consideração para que o significado não seja apenas construído a partir da relação de um elemento com um “estoque de vocabulário”, mas sim consiga ser apreendido como um todo.

Harris traz o exemplo da frase¹¹ *How are you?* Segundo ele demonstra, esta não é uma pergunta sobre a saúde, e sim um cumprimento, na medida em que sua análise é concebida no seio de uma situação social.

Este gesto de leitura da parte inicial do texto de Harris nos faz compreender de que forma Courtine (2009) considera tal texto uma origem *implícita* do conceito de condições de produção. A partir deste breve panorama traçado em torno da leitura de Courtine acerca das origens implícitas e indiretas da noção de condições de produção, o autor reconhece que:

A AD se inaugura sob o signo da *articulação de duas faltas*, da qual a noção de CP constitui o mais certo sintoma: a psicologia social à qual falta a possibilidade, ao caracterizar o enunciado, de se sustentar sobre a base material da língua, o que não falta à Linguística; a Linguística, por sua vez, para a qual faz falta uma “teoria do sujeito da situação”, ou seja, das CP do discurso, invoca as disciplinas psicológicas e sociais. (COURTINE, 2009, p. 48)

A partir disso, Courtine faz a leitura sobre o modo através do qual o conceito de *condições de produção* se desenvolve no interior dos estudos da Análise do Discurso, tal qual delineada por Michel Pêcheux.

O conceito de *condições de produção do discurso* aparece pela primeira vez no texto *Análise Automática do Discurso* (2010), de 1969. Neste texto, Pêcheux expõe sua preocupação acerca do tratamento das questões relativas à delimitação do objeto de estudo da Linguística saussuriana.

Ele disserta sobre as implicações da oposição entre língua e fala, chamando a atenção para o fato de que essa dicotomia é responsável por colocar em cena um *sujeito livre*, conforme as palavras de Pêcheux, “[...] o sujeito falante como *subjetividade em ato*, unidade ativa de intenções que se realizam pelos meios

¹⁰ Chamamos atenção para o fato de que Harris (1952) não especifica que teoria seria essa que ele chama “culture-and-language studies” (p. 2), tampouco cita autores representantes de uma corrente como essa.

¹¹ Falamos aqui em “frase” na tradução direta do termo “phrase”, utilizada por Harris (1952) ao citar tal exemplo.

colocados à sua disposição [...] Nesse sentido, a fala, enquanto realização da língua, aparece como um *caminho da liberdade humana*.” (PÊCHEUX, 2010, p. 70).

Ao nos reportarmos ao *Curso de Linguística Geral* (1995), observamos que ao opor língua e linguagem, Saussure opõe também língua e fala. Nessa perspectiva, a língua seria social e a linguagem seria individual, no sentido de que a língua se constitui através de um sistema compartilhado socialmente e a linguagem está à mercê do uso individual. A fala, portanto, seria uma expressão individual da língua.

Diante disso, conseguimos compreender o que nos explica Pêcheux a respeito do *sujeito livre* advindo da tese saussuriana. A fala seria uma forma de expressão individual em que o sujeito se expressa livremente. No entanto, na visão de Pêcheux (2010), o sujeito fala a partir de um lugar estabelecido no interior das relações de produção.

Sob tal ótica, a crítica de Pêcheux à visão do “sujeito livre” advém da sua perspectiva acerca do lugar ocupado pelo sujeito no seio de uma formação social e de como o discurso é constituído a partir deste lugar.

O conceito de *lugar* na tese de Pêcheux aparece, primeiramente, em seu texto de 1969, *Análise Automática do Discurso*, quando ele trata das formações imaginárias. Vejamos de que forma o filósofo começa a falar da noção de *lugar*:

Fica bem claro, já de início, que os elementos A e B designam algo diferente da presença física de organismos humanos individuais. Se o que dissemos antes faz sentido, resulta pois dele que A e B designam lugares determinados na estrutura de uma formação social, lugares dos quais a sociologia pode descrever o feixe de traços objetivos característicos: assim, por exemplo, no interior da esfera da produção econômica, os lugares do “patrão” (diretor, chefe da empresa etc.), do funcionário de repartição, do contramestre, do operário, são marcados por propriedades diferenciais determináveis. (2010, p. 81)

Esta observação é fundamental para compreendermos a determinação histórica e ideológica do sujeito na medida em que ele se define pelo modo como se configura o lugar que ocupa no seio de uma formação social. Esse lugar é definido pelas relações que se estabelecem no interior de um determinado sistema de produção.

Desse modo, a categoria de *lugar*, tal como delimitada na obra de Pêcheux, constitui uma ruptura epistemológica com uma visão positivista e, em última instância, analítica, na medida em que propõe o início de uma teoria da subjetividade que não

seja individualista¹² e que coloque o sujeito sob a luz de sua condição social e histórica.

Esses lugares sociais são observáveis na materialidade dos processos discursivos. Mas, segundo observa Pêcheux (2010), eles não existem em uma forma objetiva, e sim, são representados e, ao mesmo tempo, transformados no interior do processo discursivo. A partir disso, inaugura-se no pensamento de Pêcheux o conceito de *formações imaginárias*, conforme lemos na seguinte passagem:

Nossa hipótese é a de que esses lugares estão *representados* nos processos discursivos em que são colocados em jogo. Entretanto, seria ingênuo supor que o *lugar como feixe de traços objetivos* funciona como tal no interior do processo discursivo; ele se encontra aí representado, isto é, *presente, mas transformado*; em outros termos, o que funciona nos processos discursivos é uma série de formações imaginárias que designam o lugar que A e B atribuem cada um a *si* e ao *outro*. (2010, p. 81, grifos do autor)

A ideia de representação, no interior da tese das formações imaginárias, supõe uma imagem que os sujeitos fazem dos lugares que ocupam e também dos lugares que os seus interlocutores ocupam. Assim, o processo discursivo se constitui a partir da imagem sobre esses lugares sociais, ocupados pelos sujeitos envolvidos em tal processo. O discurso é, aqui, de natureza material, na medida em que se torna uma materialidade observável das formações imaginárias que constituem a fala dos sujeitos.

A noção de representação que aparece no texto de 1969 de Pêcheux (2010) não trata de um reflexo, mas sim, se lineariza no discurso através das formações imaginárias e se torna não só observável, mas é também uma fonte de transformação da realidade. Ela se constitui no interior das relações de produção, a partir das ideologias dominantes no seio de uma formação social. Assim, por ser a representação construída ideologicamente e, também ser de natureza material, ela se caracteriza como uma construção imaginária, que não se opõe ao real, mas sim se constitui por ele e o modifica. Esse imaginário não é somente passível de materialização da realidade, ele é da ordem da intervenção, na medida em que modifica, por sua vez, a realidade.¹³

¹² Em sua obra *Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio* (2009), tradução brasileira de *Verités de La Palice*, de 1975, Pêcheux propõe uma “teoria não subjetiva da subjetividade”, sobre a qual trataremos ainda nesta seção.

¹³ Poderíamos ampliar esta reflexão sob o ponto de vista da transformação da história a partir das construções imaginárias. No entanto, Pêcheux só vai levar a noção de condições de produção ao nível da história no texto de 1975, *Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio* (2009). O ponto

Para sermos mais específicos, retomamos o conceito de formações imaginárias para compreender que, conforme o esquema de Pêcheux (2010, p. 82), o sujeito fala a partir da imagem que elabora do lugar que o outro ocupa e também a partir da imagem que faz do seu próprio lugar. É nesse sentido que afirmamos que esta imagem é da ordem da intervenção, pois ela tem o poder de intervir no processo discursivo. Leiamos o que Pêcheux elabora a seguir:

Acabamos de esboçar a maneira pela qual a posição dos protagonistas do discurso intervém a título de condições de produção do discurso. Convém agora acrescentar que o “referente” (R no esquema acima, o “contexto”, a “situação” na qual aparece o discurso) pertence igualmente às condições de produção. Sublinhemos mais uma vez que se trata de um *objeto imaginário* (a saber, o ponto de vista do sujeito) e não da realidade física. (*op. Cit.*, p. 82, grifos do autor)

Neste ponto, Pêcheux avança na teoria das formações imaginárias ao colocar em cena não só os sujeitos A e B, envolvidos em um processo discursivo, mas o objeto de referência, que pode ser sobre o que se fala. Desse modo, as representações dos sujeitos acerca desse *objeto imaginário*, nas palavras de Pêcheux, constroem e transformam o discurso. Diante desse raciocínio, compreendemos a força transformadora das formações imaginárias como elemento fundamental das condições de produção do discurso.

A partir disso, Pêcheux coloca o conceito de representação, que existe no interior das formações imaginárias, em um patamar decididamente além e diferente daquele já existente no interior dos estudos sociológicos desenvolvidos à época ao declarar que: “[...] todo processo discursivo supunha, por parte do emissor, uma *antecipação das representações do receptor*, sobre a qual se funda a estratégia do discurso.” (2010, p. 83) Este pensamento sobre as “antecipações das representações” irrompe na teoria de Pêcheux de forma singular, na medida em que a ideia de antecipação contempla o início de uma rede de conceitos desenvolvidos e ampliados em seus textos posteriores¹⁴ e que constituem as raízes do aparato epistemológico tomado por grande parte dos analistas de discurso hoje.

Segundo explica Pêcheux, as antecipações são valores que precedem as respostas dos interlocutores no interior de um processo discursivo e também se tratam

da nossa leitura, neste momento, reside na tese de Pêcheux acerca das formações imaginárias, desenvolvidas no seu texto de 1969, *Análise automática do discurso* (2010).

¹⁴ Referimo-nos, principalmente, à obra *Verités de La Palice*, que chega ao Brasil sob o título de *Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio* (2010). Nestes estudos, Pêcheux formula e desenvolve de forma profunda os conceitos basilares da Análise de Discurso de linha francesa.

de *representações imaginárias* que os sujeitos fazem a partir dos lugares ocupados por si mesmo e pelo outro, assim como a representação que fazem do objeto referencial. Mas mais do que isso, as antecipações promovem uma série de previsões que intervêm na continuidade discursiva. Além disso, tais antecipações são formuladas a partir de uma percepção que é da ordem do “já-dito”, conforme lemos a seguir:

[...] as diversas formações resultam, elas mesmas, de processos discursivos anteriores (provenientes de outras condições de produção) que deixaram de funcionar mas que deram nascimento a “tomadas de posição” implícitas que asseguram a possibilidade do processo discursivo em foco. [...] supomos que a percepção é sempre atravessada pelo “já ouvido” e o “já dito”, através dos quais se constitui a substância das formações imaginárias enunciadas [...] (PÊCHEUX, 2010, p. 85)

Em nossa leitura, estas observações são a origem da ideia de *pré-construído* que Pêcheux desenvolve em *Semântica e Discurso* (2010), tomada de Paul Henry em *A Ferramenta Imperfeita* (1992)¹⁵. Isto porque a ideia do “já ouvido” e “já-dito” supõe um complexo discursivo já existente, historicamente constituído, que intervêm e transforma os dizeres. Com base em uma reflexão sobre as lacunas iniciais de sua teoria, Pêcheux coloca a noção de pré-construído no nível de uma “*exterioridade-anterioridade*” (2010, p. 114) que se relaciona, justamente, com o “*funcionamento das representações e do “pensamento” nos processos discursivos.*” (*op. cit.*, p. 115) Desse modo, essa noção encaminha as teses de Pêcheux acerca das formações discursivas e, por conseguinte, passa a redimensionar a sua concepção de interdiscurso¹⁶.

O que nos interessa, por termos chegado até este ponto da leitura da obra de Pêcheux, é apresentar as condições necessárias para elaborar a noção de condições

¹⁵ Paul Henry é um linguista francês cuja pesquisa contribui fundamentalmente para o desenvolvimento da Análise do Discurso na França. Sua teoria propõe a noção de *pré-construído* a partir da seguinte ideia: “A língua ultrapassa sempre a atividade individual da fala pela qual ela se manifesta de tal modo que nenhuma fala, não importa o que pensemos, não é propriamente fala de um indivíduo. Todo enunciado, toda fala, é atravessada pelo já dito ou já escutado. [...]” (1992, p. 170)

¹⁶ O conceito de interdiscurso, no pensamento de Pêcheux (2009), é da ordem do pré-construído na medida em que ele abriga as possibilidades de discurso que existem ou que podem vir a existir no seio das formações discursivas. Segundo Pêcheux, ele é o todo complexo das formações discursivas, ou seja, o complexo de discursos de uma formação discursiva e de outras que a atravessam. Leiaamos o que diz Pêcheux: “Toda formação discursiva dissimula, pela transparência do sentido que nela se constitui, sua dependência com respeito ao “todo complexo com dominante” das formações discursivas, intrincado no complexo das formações ideológicas [...]” (2009, p. 148 e 149, grifos do autor) Sob esta perspectiva, é o interdiscurso que determina uma formação discursiva como tal, através de algo que fala “sempre antes, em outro lugar e independentemente, isto é, sob a dominação do complexo das formações ideológicas” (*op. cit.* p.149).

de produção, bem como compreender seu funcionamento, tomando esta noção como um parâmetro metodológico para a realização deste estudo.

1. A ideia de *situação* contida nos trabalhos de Zellig Harris contribui, ao longo dos estudos discursivos, para formar uma ideia *implícita*, segundo a visão de Courtine (2009), da noção de *condições de produção*. No entanto, torna-se insuficiente para os domínios da AD.
2. A ideia de *representação* contida no conceito pecheuxtiano de formações imaginárias é basilar na medida em que ele explicita que a ideia de *lugar social* está relacionada com as condições de produção dos enunciados. Assim, Pêcheux observa que as representações que engendram as formações imaginárias se linearizam no discurso e intervêm no processo discursivo na forma de imagens ideologicamente constituídas.
3. As formações imaginárias contemplam não só as imagens que fazem os sujeitos dos lugares que ocupam no interior de uma formação social, mas também as antecipações que constroem e transformam o processo discursivo. Estas antecipações se constituem ideologicamente a partir dos imaginários historicamente construídos sobre lugares sociais ocupados pelos sujeitos e na materialidade dos enunciados pelas formulações que o sujeito engendra sobre as respostas de seu receptor¹⁷ e, assim, elas passam a trabalhar como elementos que intervêm no modo de produção dos sentidos.
4. As formações imaginárias, que são os elementos constitutivos das antecipações, são também constituídas pelo que é da ordem do já-dito, ou seja, dizeres que ecoam porque são históricos e porque fazem parte de determinado universo ideológico, ou porque permitem um atravessamento ideológico capaz de engendrar novos sentidos.
5. Com base nessas asserções, compreendemos o início de uma teoria da subjetividade na obra de Pêcheux. Tais perspectivas contemplam a constituição histórica e ideológica do sujeito, na medida em que elas

¹⁷ Compreendemos que Pêcheux utiliza os termos emissor-receptor para tratar das formações imaginárias. Isso permite um entendimento em partes empírico do modo de funcionamento das formações imaginárias no processo discursivo. No entanto, ainda neste texto, ele já utiliza o termo “sujeito”, o que comprova a preocupação com uma teoria da subjetividade. Conforme sabemos, ele só irá formular realmente uma teoria do sujeito em sua obra posterior, *Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio* (2010).

colocam o conceito de *lugar* como ponto inicial das representações imaginárias. Disso depreendemos que os pilares do conceito de condições de produção compreendem ao mesmo tempo as relações de produção, as ideologias, a história e o sujeito.

Diante desta perspectiva acerca do tratamento do conceito de condições de produção em uma leitura materialista, observamos a importância de trabalharmos sob este prisma, pois não é possível proceder a uma investigação das relações entre língua, subjetividade e cultura sem conhecer as condições históricas de produção do pensamento filosófico-linguístico de diferentes autores que conduzem tais investigações.

O conceito de condições de produção nos permite compreender, também, a dialética que perpassa uma obra como a de Volochinov, pois ele possibilita compreender as bases sociais e intelectuais que permeiam o modo como o pensamento desse autor se engendra no contexto soviético pós-revolucionário e, assim, a forma como ele intervém nos pressupostos teóricos e epistemológicos de uma determinada época.

No início dos capítulos sobre cada um dos autores que formam os pilares desta tese, iremos investigar as condições de produção de sua obra. Passamos, agora, a investigar as condições de produção da obra do linguista alemão Karl Vossler no contexto do oeste europeu.

3 O CONTEXTO INTELECTUAL E HISTÓRICO QUE PERMEIA A OBRA DE KARL VOSSLER

3.1 AS CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO DA OBRA DE KARL VOSSLER

O início do século XX já se anuncia transformador em diferentes contextos da vida social, política, econômica e intelectual de diversos países. No contexto do leste europeu, nos primeiros anos da década de 1900, o povo russo já se revoltava e se organizava politicamente contra o governo czarista, o que colocou condições para a Revolução de 1917¹⁸. Nas décadas posteriores, os Círculos de Moscou e de São Petersburgo fazem a leitura do *Curso de Linguística Geral*, publicado na França em 1916. Segundo a obra de Craig Brandist, *The dimensions of hegemony* (2015), as escolas de Moscow apresentaram forte oposição em relação a uma recepção mais ou menos positiva da obra saussureana. Enquanto o Círculo de Moscow, sob fundação de Roman Jakobson, apresentou uma leitura mais favorável ao *Curso*, na medida em que trabalhavam sob o prisma do formalismo e do positivismo, o Círculo de São Petersburgo¹⁹ mantinha programas de pesquisa voltados a perspectivas sociológicas (BRANDIST, 2015).

O círculo de São Petersburgo, ou, na época a que nos referimos agora, de Leningrado, abrigava importantes pesquisadores para a tradição sociológica e marxista dos estudos da linguagem até os dias de hoje. Entre eles, Lev Jakubinskij, Mikhail Bakhtin e Valentin Volochinov. Foi neste contexto, também, que foram fundados importantes institutos de pesquisa e preservação das diferentes línguas e culturas abrigadas pela União Soviética na época. Uma das instituições mais importantes nesse sentido foi o ILIaZV, cujo nome traduzido para o inglês por Brandist (*op. Cit.*) consta como *Scientific Research Institute for the Comparative History of the Literatures and Languages of the West and East*.²⁰

¹⁸ Entraremos em detalhes sobre o contexto russo revolucionário no capítulo 2 desta tese. Aqui, formulamos apenas um esboço geral das muitas ocorrências históricas na primeira metade do século XX.

¹⁹ Em 1914, São Petersburgo passa a se chamar Petrogrado, e, em 1924, se denomina Leningrado. Após a queda da União Soviética, em 1991, a cidade retorna ao seu nome original.

²⁰ A obra de Craig Brandist traz um panorama amplo e aprofundado sobre os Círculos Linguísticos russos e também uma ampla leitura da recepção da obra saussuriana no interior de tais Círculos Linguísticos. Além disso, a observação do papel dos muitos institutos criados na Rússia já a partir dos anos finais da segunda década do século XX, com o intuito de pesquisar e preservar a variedade linguística, literária e cultural, será tema de investigação no capítulo 2 desta tese.

É importante compreender que a crítica de Vossler à supremacia do positivismo nos estudos da linguagem constitui um ponto essencial para que se compreenda por que ele é tão requisitado pelos estudos dos anos 1920-30 no contexto russo.

No contexto do oeste europeu, no final do século XIX, Michel Bréal publica seu *Ensaio de Semântica* (1992), dando luz aos estudos sobre o sentido na perspectiva da transformação de sua transformação. No início do século XX, os estudos de Antoine Meillet são decisivos não só para o desenvolvimento da escola comparatista, mas também para a formação de pensadores que também viriam a transformar de modo fundamental a Linguística. Um deles é Émile Benveniste, que, em 1939, publica o seu importante ensaio, *A natureza do signo linguístico*, e, em 1946, *A Estrutura das relações de pessoas no verbo*, conforme tese de Rodrigues (2016)²¹. Com estes estudos, Benveniste inicia sua contribuição fundamental para o pensamento sobre a subjetividade na língua. Gostaríamos, no entanto, de reportarmo-nos a um tempo ainda mais distante para situar a obra de Karl Vossler em suas condições de produção, para depois retornarmos às primeiras décadas do século XIX.

O diálogo com representantes do historicismo-comparatismo é notável na obra de Vossler. Por isso, reportamo-nos ao pensamento de Franz Bopp²², que, em 1820, publica a primeira edição de *Analytical Comparison of the Sanskrit, Greek, Latin and Teutonic Languages: shewing the original identity of their grammatical structure*²³ (1989). Nesta obra, Bopp realiza investigações acerca da língua sânscrita, demonstrando o funcionamento de sua gramática e de sua fonética. Ele faz de uma forma bastante extensiva a análise da formação dos tempos verbais em sânscrito, e também a análise dos componentes morfológicos dos verbos derivados de outros. Assim, Bopp (1989) discute as aproximações do sânscrito com as línguas derivadas

²¹ Trata-se da tese de doutorado de Romulo da Silva Vargas Rodrigues, de 2016, intitulada *Historiografia-linguística de Émile Benveniste*, defendida na Universidade Federal de Goiás.

²² Temos acesso ao texto de 1867 de Russel Martineau, aluno de Franz Bopp nos anos de 1848 e 1949, na Universidade de Berlin, que escreve um texto biográfico de Bopp, contido na obra *Portrait of linguists* (Sebeok, 2002). Segundo Martineau (1967), o filólogo alemão Franz Bopp foi a Paris em 1812 para estudar Sânscrito, estimulado pela obra de Friedrich Schlegel, *Über die Sprache und Weisheit der Indier*, de 1808. Muito jovem, já iniciou suas contribuições com publicações nos círculos de estudos de literatura oriental. Em 1921, com apenas trinta anos, assumiu o título de professor de Literatura Oriental e Filologia Geral na Universidade de Berlin, onde permaneceu até que sua saúde permitiu.

²³ Trabalhamos com a edição de 1989, sob organização de Konrad Koerner, que contém, além do texto de Franz Bopp *Analytical Comparison of the Sanskrit, Greek, Latin and Teutonic Languages: shewing the original identity of their grammatical structure*, um ensaio de Joseph Daniel Guigniaut sobre a vida e obra de Bopp, um ensaio de Friedrich Techmer sobre o método comparatista, e uma carta de Wilhelm Von Humboldt para Franz Bopp.

do latim, do grego e do gótico e discute as possibilidades de que o sânscrito seja a língua originária de tais idiomas.

No entanto, o filólogo não admite uma origem direta. O que ele afirma, inicialmente, é que acredita que todas estas línguas contêm traços de um idioma em comum. Bopp explica que, enquanto em alguns casos o sânscrito manteve formas gramaticais existentes em latim, em grego e em gótico, o contrário também acontece; algumas formas gramaticais foram perdidas no sânscrito e mantidas nas outras línguas. O excerto abaixo traz uma importante reflexão:

I do not believe that the Greek, Latin, and other European languages are to be considered as derived from the Sanskrit in the state in which we find it in Indian books; I feel rather inclined to consider them altogether as subsequent variations of one original tongue, which, however, the Sanskrit has preserved more perfect than its kindred dialects. But whilst therefore the language of the Brahmans more frequently enables us to conjecture the primitive form of the Greek and Latin languages than what we discover in the oldest authors and monuments, the latter on their side also may not unfrequently elucidate the Sanskrit grammar. That is to say, whilst the Sanskrit has preserved many grammatical forms, which can be supposed to have formerly existed in Greek, Latin, Gothic, &c. there are instances where the reverse is the case, where grammatical forms, lost in the Sanskrit, have been preserved in Greek or Latin²⁴. (BOPP, 1989, p. 15)

A formação dos tempos verbais constitui a maior parte da análise de Bopp, no que diz respeito a comparações das terminações dos tempos para cada pessoa do discurso. No entanto, ele também levanta alguns pronomes, advérbios e substantivos para explicar que as línguas derivadas do latim, do grego e do gótico mantêm, muitas vezes, traços já perdidos no sânscrito. Além disso, as mudanças fonéticas na pronúncia de vogais curtas e longas e também no acento tônico são levantadas como possibilidades de semelhanças e diferenças. Bopp denomina “raízes”, *roots*, os elementos comuns formadores de semelhanças entre as línguas.

Estes estudos de Franz Bopp são basilares na história da constituição epistemológica do que hoje chamamos Linguística. Os estudos comparatistas possuem um valor documental e histórico para todos os estudos posteriores. Sem

²⁴ Tradução de responsabilidade da autora: Não acredito que o grego, o latim e outras línguas europeias devam ser consideradas derivadas do sânscrito no estado em que as encontramos nos livros indianos; Sinto-me bastante inclinado a considerá-las totalmente como variações subsequentes de uma língua original, que, no entanto, o sânscrito preservou mais perfeitas que seus dialetos afins. Mas enquanto a linguagem dos Brâmanes nos permite conjecturar com mais frequência a forma primitiva das línguas grega e latina do que a que descobrimos nos autores e monumentos mais antigos, os últimos do lado deles também podem não raramente elucidar a gramática sânscrita. Isto é, enquanto o sânscrito preservou muitas formas gramaticais, que se supõe que existiam anteriormente em grego, latim, gótico, etc., há casos em que o inverso é o caso, em que formas gramaticais, perdidas no sânscrito, foram preservadas em grego ou latim.

este trabalho árduo de comparação de muitas línguas, antigas e modernas, no que diz respeito a elementos morfológicos e fonéticos, para a reconstrução da história da língua, talvez os linguistas do século XIX não teriam conseguido formular algumas questões da forma como fizeram, por exemplo, em relação ao sentido e também sobre as relações entre língua e cultura.

Referimo-nos, por exemplo, aos estudos de Michel Bréal, que colocou a análise etimológica sob a luz das relações entre língua, cultura e subjetividade. Ou ainda, aos linguistas do círculo de Leningrado, como Valentin Volochinov, que problematiza a língua em seu caráter histórico e ideológico e possibilitaram que novas problemáticas fossem postas.

Ademais, a linguística sincrônica de Ferdinand de Saussure, no *Curso de Linguística Geral*²⁵, argumenta a favor da sincronia em detrimento da diacronia, presente na perspectiva historicista-comparatista. Isso só é possível na medida em que uma parte muito importante dos estudos com vistas à reconstrução da língua já tinha sido desenvolvida. As questões colocadas pelos comparatistas são primordiais e antecedem o ponto de vista sincrônico no que diz respeito a uma visão de história e de transformação da língua.

Gostaríamos de retomar um ponto marcante nos estudos da linguagem do final do século XIX: o pensamento de Michel Bréal. Em 1897, Bréal publica o seu *Essai de Semantique: science des significations*²⁶. Esta obra constitui uma contribuição fundamental para a Linguística no sentido de que Bréal (1992) parte dos estudos comparatistas para analisar a transformação de palavras de diferentes línguas ao longo do tempo no que tange ao seu caráter morfológico, fonético e semântico. Desse modo, a história é tomada em um novo conceito, que permite associar a transformação da língua aos acontecimentos históricos de uma nação. Isto leva às questões relacionadas ao sentido, que não é problematizado pelo método historicista-comparatista, e que, nesta obra, adquire o foco central.

Citamos, aqui, um exemplo trazido por Bréal (1992) para demonstrar de que forma o seu pensamento se constrói no que diz respeito a sua abordagem, de certa

²⁵ O *Curso de Linguística Geral* foi publicado pela primeira vez, em francês, em 1916, e é o resultado das anotações de Charles Bally e Albert Sechehaye de um curso ministrado por Ferdinand de Saussure durante alguns anos da primeira década do século XIX.

²⁶ Trabalhamos com a edição em língua portuguesa de 1992.

forma, diacrônica, mas que toma a língua sob o ponto de vista da sua relação com a história de um povo.

Havia em latim um substantivo *felis* ou *felis* que significava “a fêmea”. Esse nome convinha à fêmea de todos os animais mamíferos. Mas pouco a pouco passou a designar somente a fêmea do gato, e é com o sentido de “gata” que nos chegou. Como se explica essa restrição de sentido? (BRÉAL, 1992, p. 82, grifos do autor)

Para responder à própria pergunta, Bréal explica, de modo a fazer uma analogia, que, em grego, a referência a *alogon* servia para diferenciar os cavalos dos homens, na medida em que este vocábulo denominava um ser sem palavras ou sem raciocínio. Assim, no contexto militar, o cavaleiro habituou-se a referir-se aos seus cavalos por *alogon*. Pela analogia com o exemplo de *felis*, que chega até nós com o sentido moderno de *gata*, compreendemos que Bréal explica a transformação do sentido através da relação da língua com o seu uso no interior de condições da vida prática.

Observamos a amplitude do conceito de história no pensamento de Bréal na medida em que ele observa a transformação da língua sob o ponto de vista do campo político, das classes sociais e do funcionamento de instâncias subjetivas. Inclusive, o *Ensaio de Semântica* (1992) traz um capítulo intitulado “O elemento subjetivo”, que apresenta reflexões acerca de como o aspecto subjetivo constitui uma “intervenção” (p. 157) no sentido de uma narrativa ou daquilo que se fala. Nesse ínterim, Bréal critica o ponto de vista lógico de como a língua é ensinada nas escolas. Segundo ele, a lógica não permite ver que um texto se torna um diálogo com o leitor a partir dos elementos subjetivos em seu interior.

Em 1906, Antoine Meillet, sob uma ótica notadamente distinta de Bréal, o substitui como professor de gramática comparada indo-europeia no Collège de France (SOMMERFELT, 2002)²⁷. É preciso lembrar que Meillet tem seus trabalhos voltados para uma concepção de língua sob um ponto de vista de sua convenção social. Ele desenvolve um trabalho de suma importância para o desenvolvimento dos estudos comparatistas e também para contribuir para uma recepção positiva do pensamento de Saussure, com a publicação do *Curso de Linguística Geral*, em 1916. Conforme dissemos mais acima, Meillet foi professor de Émile Benveniste, o que podemos ler

²⁷ Reportamo-nos, aqui, ao texto de Alf Sommerfelt, publicado em 1962, e incorporado ao segundo volume da obra *Portrait of Linguists* (2002), organizada por Thomas Sebeok.

em sua entrevista com Pierre Daix, publicada em *Problemas de Linguística Geral II* (1999).

Ainda na França, Charles Bally (1967) dialoga com a linguística estruturalista e também com as escolas idealistas, tendo repercussão direta no pensamento de Karl Vossler. A obra *Le langage et la vie: Linguistique générale et stylistique*²⁸ tem sua primeira edição em espanhol em 1941 e reúne ensaios sobre diferentes concepções dos estudos da linguagem. Bally (1967) tece investigações e considerações mais ou menos críticas acerca da tese saussureana do signo linguístico e também reflete sobre as relações entre língua, literatura e sociedade para pensar sobre a transformação da língua.

Na Itália, em 1902, Benedetto Croce lança *Estética como Ciência da Expressão e Linguística Geral* (1966)²⁹ colocando a Estética não como uma ramificação da Linguística, mas, ao contrário, conferindo à Estética o lugar de campo maior de estudos da linguagem. Em meio a isto, o positivismo de Auguste Comte³⁰ se marca presente na construção epistemológica de determinadas correntes dos estudos da linguagem. Este contexto intelectual se desenvolve em meio aos acontecimentos da Primeira Guerra Mundial e em meio ao crescimento do pensamento e do regime nazista alemão.

Conforme compreendemos, este breve contexto intelectual no interior dos estudos da linguagem é fundamental para que a obra de Karl Vossler possa ser lida na profundidade dos seus diálogos com outras correntes do pensamento filosófico-linguístico. É sob este olhar histórico que passamos a tratar mais especificamente da produção do pensamento que compõe as obras de Vossler nas primeiras décadas do século XX.

²⁸ Não obtivemos, de fonte segura, dados sobre a primeira edição em francês. A terceira edição, em Paris, data de 1941. Nesta pesquisa, trabalhamos com a quinta edição em espanhol.

²⁹ Temos acesso à edição em inglês de 1966, traduzida por Douglas Ainslie.

³⁰ A filosofia positiva, tal qual elaborada por Auguste Comte, se desenvolve sob o prisma do rigor científico na coleta e análise de dados e na busca de leis gerais que expliquem fatos pertencentes a cinco categorias de estudo delimitadas por Comte (1983), a saber, a astronomia, a física, a química, a fisiologia e os fenômenos sociais. Trabalhamos, aqui, com uma série de quatro ensaios de Auguste Comte reunidos em uma edição de 1983, editada pela Abril Cultural e traduzida por José Arthur Gianotti e Miguel Lemos.

3.1.2 As condições de produção da obra de Karl Vossler e suas possibilidades de diálogos

Segundo o estudo de Marco, apresentado em *Positivismo e idealismo en la ciencia del lenguaje* (2015), há uma ruptura na obra de Vossler devido ao alistamento obrigatório na Primeira Guerra como tenente de artilharia. Já nesta época, sua correspondência com Croce revela sua decepção frente ao crescimento do nacionalismo no interior das universidades alemãs do século XX. Leiamos:

A partir de 1922, y en diversas conferencias, se detecta el inicio de su mensaje en contra del odio racista que veía emerger con fuerza em Alemania. Sus críticas son tempranas, y por ello em 1926 estudiantes y profesores le boicotean con motivo de la conferencia rectoral. A partir de ese momento Vossler assume una postura definida frente al antisemitismo³¹. (MARCO, 2015, p. XVII)

Esses fatos reiteram a legitimidade de tomarmos a obra de Vossler para tratar das relações entre língua e identidade nacional. A sua luta contra o antissemitismo o levou a se retirar da vida universitária alemã em 1938, aos 65 anos, sem nenhuma oferta de continuidade, e sendo proibido, inclusive, de viajar ao exterior (Marco, 2015).

Assim, não é coincidência que Vossler tenha se dedicado a compreender e explicar as formas de constituição das línguas através da história de cada nação. Ademais, conforme veremos em capítulos posteriores, o seu próprio conceito de “nacional” e também de “história” se afasta de qualquer senso totalitário de nacionalismo dentro do contexto germânico.

É notável que, no contexto italiano e também no contexto do leste europeu, a Filosofia da linguagem também esteja se desenvolvendo no sentido de resistir a políticas totalitárias. Na Itália, o filósofo Antonio Gramsci escreve seus *Cadernos do Cárcere* (2002) já preso pelo líder do Partido Nacional Fascista, Benito Mussolini. Gramsci desenvolve seu pensamento a partir da perspectiva das forças populares e dos intelectuais orgânicos, que contempla a diversidade constitutiva de uma sociedade.

³¹ Tradução sob responsabilidade da autora: Desde 1922, e em várias conferências, foi detectado o início de sua mensagem contra o ódio racista que surgia fortemente na Alemanha. Suas críticas são precoces e, por esse motivo, em 1926, estudantes e professores o boicotam por ocasião da conferência do reitor. A partir desse momento, Vossler assumiu uma posição definida contra o antissemitismo.

Já na Rússia Soviética, Valentin Volochinov desenvolve seu pensamento filosófico-linguístico no interior da filosofia marxista, considerando que o sentido se constitui ideologicamente no interior das formações sociais. Desse modo, a língua não é pensada sob o âmbito da homogeneidade, mas sim da historicidade e da heterogeneidade, o que se opõe ao pensamento stalinista de homogeneização da Rússia nas questões linguísticas, conforme nos mostra Zandwais (2011)³².

Segundo Marco, um legado de cartas existente na Biblioteca de Munique mostra que Vossler exercia influência sobre muitos alunos no que diz respeito ao antissemitismo, mas ao mesmo tempo tinha consciência de ser observado sob a iminência de uma possível denúncia. Inclusive, o estudo de Marco cita trechos da obra *Las culturas romanicas y El espíritu aleman* (apud Marco, 2015) para demonstrar a luta de Vossler contra as bases que sustentam o nacionalismo à época da Alemanha nazista.

El hecho ES que Vossler condeno abiertamente las ideas racistas y antisemitas. Son de recordar las palabras que pronunciara sobre “el rabioso y vanidoso nacionalismo”, el “agreste teutonismo”, o el párrafo en el que subraya cómo “cada criatura tiene su procedencia, que en un principio puede ser una casualidad de la naturaleza (...) y una limitación nuestra germanidad mientras no sepamos y abracemos con alegre fervor la tarea y misión cultural que le corresponde”³³. (MARCO, 2015, p. XIX, grifos da autora)

A obra de Karl Vossler se desenvolve a partir do seu pensamento acerca das relações entre língua, cultura e história nacional. Este pensamento surge em meio a um período que carrega as heranças da gramática comparada de Franz Bopp e de estudos comparatistas contemporâneos à época, como as obras de Antoine Meillet. Além disso, o crescimento dos estudos dos neogramáticos contribui para uma crítica aos pressupostos historicistas-comparatistas. O ponto de vista dos neogramáticos

³² Trata-se do artigo *Práticas políticas nacionalistas e funcionamento discursivo: totalitarismo, fascismo e nazismo*, de Ana Zandwais, publicado em *Leituras do Político* (Zandwais e Romão, 2002). Segundo Zandwais, Lenin reconhecia a pluralidade linguística e cultural da Rússia, e Stalin tenta afastar essa visão, com vistas a fortificar o seu regime a partir da homogeneização do povo russo, inclusive pela chamada “todo o povo”. Isso nos leva à reflexão de que tais práticas intervêm na construção identitária da nação no sentido de promover a ideologia nacionalista. Desse modo, perde-se o reconhecimento e a valorização da ampla diversidade de nacionalidades, línguas e culturas que povoava a Rússia a esta época e não se trabalha, assim, no desenvolvimento de políticas que vão ao encontro dos interesses das minorias.

³³ Tradução sob responsabilidade da autora: O fato é que Vossler condenou abertamente ideias racistas e antisemitas. Devemos lembrar as palavras que ele pronunciou sobre “o nacionalismo raivoso e vaidoso”, “o teutonismo selvagem” ou o parágrafo em que ele sublinha como “cada criatura tem sua origem, o que a princípio pode ser uma coincidência da natureza (...) e uma limitação a nossa germanidade até conhecermos e abraçarmos com fervor alegre a tarefa e a missão cultural que nos corresponde.”

questiona o próprio método diacrônico, e estabelece a investigação da língua e suas transformações no interior de um dado momento, sob a investigação de dados estáveis. Mais tarde, em 1916, o estruturalismo da teoria saussuriana, expressa no *Curso de Linguística Geral* (1995), estabelece os princípios da linguística sincrônica e o funcionamento sistêmico da língua também. Em meio a estas correntes, o desenvolvimento do pensamento de Vossler se engendra na forma de uma crítica às teorias vigentes e de uma construção filosófica acerca das relações da língua com a cultura e com a história.

Colocamos, então, como condições de produção da obra de Karl Vossler, as próprias dificuldades e questões não resolvidas no interior dos estudos da linguagem contemporâneos aos de Vossler ou que se estenderam até sua época. Reconhecemos que sua obra nasce de questionamentos acerca dos modos pelos quais os métodos de tais estudos vigentes tratam a questão da transformação da língua e os seus usos enquanto idioma de uma nação.

É notável que a obra de Vossler tenha sido objeto de interesse de filósofos russos. Valentin Volochinov, em *Marxismo e Filosofia da Linguagem* (2018), faz uma leitura crítica da escola idealista e coloca como um de seus principais representantes Karl Vossler. A crítica de Volochinov, conforme leremos no capítulo dois desta tese, é dura, mas muito produtiva, e coloca em perspectiva, sobretudo, a visão individualista de língua no que tange ao desenvolvimento de uma teoria da subjetividade.

Compreendemos que o interesse por reflexões de base linguística e social dos linguistas russos, pelo menos do Círculo de Leningrado, e as posições anti-positivistas encontradas na leitura de Volochinov, contrárias à ideia de homogeneidade da raça e da língua, são fatores que permitem o estabelecimento de um diálogo com a obra de Vossler.

A edição impressa do manuscrito de *Positivismus Und Idealismus in Der Sprachwissenschaft. Eine Sprach-Philosophische Untersuchung* foi publicado pela primeira vez em 1904³⁴. Esta obra foi publicada por Vossler ainda jovem, mas,

³⁴ Segundo o estudo de Maria Rosario Martí Marco (2015), contido na edição de *Positivismus e Idealismo em la Ciencia del Lenguaje* (2015), com a qual trabalhamos, o manuscrito original encontra-se na *Bayerische Staats-Universitätsbibliothek* de Múnic. Contém a caligrafia de Vossler sobre folhas já usadas correspondentes à Universidade de Heidelberg. Segundo Marco, o manuscrito apresenta um texto fluído e com poucas correções. Quanto à tradução que utilizamos, também realizada por Marco, encontramos a seguinte nota da autora: “Nuestra traducción es original y há intentado actualizar el texto com resoluciones destinadas a la reubicación de Vossler in la actual situación del siglo XXI.” (Marco,

conforme lemos no estudo de Marco (2015), durante décadas Vossler ainda se reportava a este manuscrito e levantava questões semelhantes às apresentadas nesta obra. É uma obra fundamental para compreender o pensamento de Vossler, pois ela problematiza os pressupostos de divisão do estudo da língua em fonética, morfologia e sintaxe, e também critica a própria categoria das classes gramaticais, sob o prisma de que tais perspectivas estejam construídas sobre as bases do pensamento positivista. A partir disso, Vossler disserta sobre as formas como a Estilística fica esquecida nas correntes de estudo que trabalham sob a ótica destas separações.

Segundo os estudos preliminares de Maria Rosario Martí Marco, desenvolvidos na edição de 2015, com a qual trabalhamos, há uma referência ao ano de 1929 em que José Francisco Pastor publicou uma tradução de *Positivismus Und Idealismus in Der Sprachwissenschaft* para o espanhol, e, ao fato de que, em 1940, Vossler buscava a possibilidade de reeditar sua obra, já esgotada.

Isso demonstra que o autor reiterava as ideias contidas em seu texto que já tinha, nesta época, mais de trinta e cinco anos. Ainda segundo Marco (2015), Benedetto Croce teria instigado a recolocar seu texto à mercê de novas discussões linguísticas do momento. Vossler preferiu esperar, e a oportunidade não pareceu surgir.

O estudo de Marco (2015) também contém considerações sobre a correspondência trocada entre Vossler e Croce, especialmente a respeito da obra *Positivismus Und Idealismus in Der Sprachwissenschaft* (2015). As cartas trocadas entre os anos de 1904 e 1905 apresentam diálogos travados sobre a obra recém publicada. Croce apresenta uma visão bastante favorável à obra e tece elogios sobre a temática e a argumentação realizada pelo linguista alemão.

Segundo Marco, Vossler, nessas correspondências, expressa sua intenção de realizar uma investigação que sirva de referência metodológica a todos os linguistas, de diferentes correntes de estudo. Em nossa leitura, a obra *Positivismus Und Idealismus in Der Sprachwissenschaft*, como etapa inicial de seus estudos, representa uma forte motivação em repensar os critérios metodológicos dos estudos da linguagem a partir da crítica aos princípios positivistas.

Estudio Preliminar, 2015, p. XLIX) A tradutora explica também que a tradução segue a disposição de capítulos que Vossler realiza na primeira edição.

Ainda pelos estudos de Marco, sabemos que a correspondência entre Vossler e Croce não se reduz a estes anos de 1904 e 1905. Conforme dissemos anteriormente, em anos seguintes Croce incentivou Vossler a reeditar sua obra. Em 1940, Vossler, em Munique, escreve a Croce, manifestando seus pensamentos sobre uma nova edição de *Positivismus Und Idealismus in Der Sprachwissenschaft*. Segundo ele, a edição alemã já estava há muito esgotada, mas declara que está engajado em outros projetos que mais lhe interessam. Assim, propõe a Croce que se ele conhecesse algum jovem linguista que se dedicasse à tarefa da reedição, que o fizesse.

A obra de Vossler é extensa. O prefácio de Amado Alonso da edição de *Filosofia del lenguaje* (1963), com a qual trabalhamos, traz informações sobre as datas de algumas publicações importantes para nosso trabalho.

Em 1905, já publica sua obra *Sprache als Schöpfung und Entwicklung: eine theoretische Untersuchung mit praktischen Beispielen*, que sai em espanhol com o título *El lenguaje como creación y evolución*, em edição dupla com *Positivismo y idealismo em la ciencia del lenguaje*. Em 1923, é publicada a primeira edição de *Gesammelte Aufsätze zur Sprachphilosophie*, que reúne uma série de ensaios e tem sua edição em espanhol em 1943, sob o título *Filosofia del lenguaje*. Na presente pesquisa, temos acesso à quarta edição em espanhol, datada de 1963.

Os ensaios contidos em *Filosofia del lenguaje* (1963) problematizam de forma ampla a construção do conceito de gramática ao longo do tempo. Vossler disserta sobre as transformações que este conceito sofre ao longo da história e sobre como tais transformações incidem nos pressupostos de três correntes de estudos: o historicismo-comparatismo, o pensamento dos neogramáticos e a linguística saussureana. Estas correntes são problematizadas sob a perspectiva de que elas seguem pressupostos lógicos que não respondem às questões que tangem à Estilística e à Estética. O pensamento dos neogramáticos e as teses saussureanas são fortemente criticados sob o ponto de vista de que se constroem sobre as bases da filosofia positivista. A partir disso, Vossler desenvolve uma abordagem que relaciona a língua com a cultura e com a identidade nacional, argumentando sobre a importância do tratamento da língua sob o prisma de um conceito de história nacional.

Outra obra que nos interessa neste momento é *Geist und kultur in der sprache*³⁵, cuja edição alemã de 1925 foi traduzida para o inglês pela primeira vez em 1932 sob o título *Spirit of language in Civilization*, cuja edição de 1951 nos serviu de referência para as investigações que realizamos. São poucas as obras de Vossler traduzidas para o inglês. Como a língua espanhola mereceu atenção especial em seus estudos³⁶, as traduções em espanhol predominam.

O pensamento de Vossler se origina de uma preocupação com as formas de tratamento que determinadas correntes teóricas conferiam aos temas que tocam a evolução da língua, as transformações fonéticas, os estudos da gramática e as relações entre língua e literatura. Para Vossler, as relações formais não eram suficientes para conduzir estudos que levassem em consideração o estilo e a subjetividade na língua.

Mais especificamente, as correntes teóricas que formam os objetos principais da crítica de Vossler contida em *Positivismo e idealismo en la ciencia del lenguaje* (2015) são algumas escolas historicistas-comparatistas, que privilegiam o estudo da transformação da *forma linguística*, sobretudo em aspectos fonéticos, e os estudos dos chamados neogramáticos. Mais tarde, em seus ensaios publicados em 1923, reunidos sob o título *Filosofia del Lenguaje*, Vossler estende a sua crítica também ao estruturalismo, contemplando a linguística saussuriana como o principal representante dessa vertente teórica.

O pensamento dos neogramáticos e da linguística saussureana é problematizado sob o ponto de vista de que se constrói sobre as bases do pensamento positivista. A obra *Positivismo e Idealismo en La Ciencia del Lenguaje* é uma comprovação de que a tendência positivista no interior dos estudos da linguagem é fundante do pensamento de Vossler. Já a crítica ao historicismo-comparatismo se dá, principalmente, sob o ponto de vista de que a sua noção de história não responde à necessidade de refletir sobre a língua em suas relações com a história nacional. Consideramos, assim, que a compreensão acerca da forma como os pressupostos

³⁵ Podemos traduzir o título desta obra como *Espírito e Cultura na Fala*.

³⁶ Inclusive, segundo Marco (2015), Vossler chega a propor que o ensino de francês como língua moderna nas escolas seja substituído pelo ensino de espanhol. Seus estudos comparatistas sobre o italiano e o francês, embora sejam numerosos, não se comparam em quantidade aos estudos sobre a língua espanhola e também sobre a língua portuguesa. Diante da evolução de sua obra, Vossler pode ser considerado um grande filólogo das línguas românicas.

teóricos e epistemológicos de tais estudos repercutem no pensamento de Vossler faz parte da apreensão das condições de produção de sua obra.

Segundo ele (2015), a Linguística vigente na época de tais estudos, a saber, 1904, era dominada quase ilimitadamente pelo método positivista. Esta obra se inicia por questionamentos acerca das divisões da língua em Fonética, Morfologia e Sintaxe³⁷, argumentando que esta separação se deve à aplicação do método positivista na medida em que ela visa conhecer o *estado* da língua, e não sua história. Vossler coloca o pensamento dos neogramáticos como responsável por tal divisão, citando a obra de Wilhelm Meyer-Lübke³⁸, *Grammatik der romanischen Sprachen*, publicada em 4 volumes entre os anos de 1890 e 1902. A passagem a seguir questiona as divisões de estudo da língua:

Nos es ningun secreto que se há llegado a la división em Fonética, Teoría de la Flexión y Sintaxis por el procidimiento de análisis, de división mecánica. Se quería conocer la lengua en su estado (*Zustand*), no en su evolución (*Werden*). Se la consideró como algo dado y concluído, es decir, positivista. Se emprendió su disección anatómica. El lenguaje vivo (*die lebendige Rede*) se fraccionó en frases, miembros de la oración, palabras, sílabas y sonidos³⁹. (VOSSLER, 2015, p. 12, grifos do autor)

Compreendemos, nesta passagem, que a crítica de Vossler se dá antes ao positivismo do que propriamente às teorias da linguagem. Por isso, consideramos que a repercussão do positivismo na Linguística faz parte das condições de produção da obra de Vossler.

Vossler reconhece a existência do positivismo sob um enfoque metodológico, que ainda demonstra certa preocupação com um tipo de descrição das circunstâncias de um fato, e também do positivismo metafísico, caracterizado por ele como radical. Vejamos como Vossler define o positivismo radical:

La búsqueda de las circunstancias, el conocimiento exacto de todo lo existente que el positivista metodológico había exigido modestamente sólo como finalidad provisional, como un medio para la comprensión, ahora se hace significar por los positivistas metafísicos o, mejor dicho, radicales como una finalidad absoluta. Conocimiento y comprensión, descripción y

³⁷ Esta divisão será objeto de discussão no capítulo posterior desta tese.

³⁸ Wilhelm Meyer-Lübke foi um filólogo suíço, cujo trabalho Vossler cita e descreve em muitas passagens de sua obra (2015) como forma de levantar questionamentos acerca do modo de tratamento da transformação da língua através do método comparatista, e também para fazer uma crítica às formas de divisão da gramática propostas pelos neogramáticos, tais como Meyer-Lübke.

³⁹ Tradução sob responsabilidade da autora: “Não é nenhum segredo que se tenha chegado à divisão em fonética, teoria de flexão e sintaxe pelo procedimento de análise, de divisão mecânica. Eles queriam conhecer a língua em seu estado (*Zustand*), não em sua evolução (*Werden*). Foi considerado algo dado e concluído, ou seja, positivista. Dissecção anatômica foi realizada. A linguagem viva (*die lebendige Rede*) foi dividida em frases, frases, palavras, sílabas e sons.”

explicación, condición y causa, matéria y forma, aparência y causalidad, son em rigor una sola y la misma cosa. Ya no se pregunta ¿por qué? ni ¿para qué? sino que se pregunta ¿qué es? ¿qué ocurre? Esta es la ciencia rigurosa, objetiva⁴⁰. (VOSSLER, 2015, p. 8)

Em nossa leitura, Vossler expõe que o método positivista não se preocupa com nenhum tipo de relações causais, conforme poderemos confirmar a seguir em nossa leitura da obra de Auguste Comte (1983). Segundo Vossler, o positivismo metafísico, ou radical, conforme sua denominação, não tem preocupação com os questionamentos mais fundamentais para a investigação científica, que são aqueles que promovem reflexões em torno das relações causais, das relações entre matéria e forma e das particularidades de um fato. Em negação a estas questões, o positivismo radical se propõe a ser uma ciência rigorosa. No entanto, Vossler observa que não há rigor científico onde não há reflexão sobre questões particulares sobre um objeto de investigação. Para ele, os filósofos positivistas não elaboram as perguntas que levariam a uma compreensão aprofundada do fato que objetivam estudar. Atentemos também para a seguinte passagem:

Aquellos a quienes les importe el progreso de la Ciencia se impodran como deber luchar em todas las esferas contra la pseudo-ciencia del Positivismo radical. Para ello es necesario que se desenmascare y condene el Positivismo hasta en su formas más veladas, inocentes y aparentemente insignificantes⁴¹. (*op. Cit.*, p. 9)

Diante de tal argumentação de Vossler contra os princípios da filosofia positivista, e considerando tal argumentação como pilar fundante de sua obra, buscamos agora compreender o Positivismo em suas bases, ou seja, no pensamento de Auguste Comte, para posteriormente verificarmos de que forma tais princípios estão presentes em determinadas correntes dos estudos da linguagem.

⁴⁰ Tradução sob responsabilidade da autora: “A busca por circunstâncias, o conhecimento exato de tudo o que o positivista metodológico havia exigido modestamente apenas como finalidade provisória, como um meio de entendimento, agora é significado pelos positivistas metafísicos ou, antes, pelos radicais como um objetivo absoluto. Conhecimento e entendimento, descrição e explicação, condição e causa, matéria e forma, aparência e causalidade, são, a rigor, só uma e mesma coisa. Não está mais se perguntando por que? nem para que? mas pergunta o que é isso? o que acontece? Esta é uma ciência rigorosa e objetiva.”

⁴¹ Tradução sob responsabilidade da autora: “Aqueles a quem importe o progresso da Ciência se imporão como um dever de lutar em todas as esferas contra a pseudo-ciência do Positivismo radical. Para isso, é necessário que o Positivismo seja desmascarado e condenado, até mesmo em suas formas mais veladas, inocentes e aparentemente insignificantes.”

3.1.2.2 A Filosofia positivista de Auguste Comte

Em 1830, Auguste Comte publica, em uma série de seis volumes, sua obra *Curso de Filosofia Positiva*, originada de um curso de dois dias ministrado por ele em sua casa em Paris, conforme lemos no ensaio de José Arthur Gianotti, *Vida e obra*, para a edição que reúne 4 ensaios⁴² de Comte (1983). Esta obra apresenta os pressupostos essenciais da filosofia positivista, tal qual elaborada por Comte.

É notável que Comte (1983) considere que a humanidade amadureceu o suficiente para realizar investigações científicas baseadas nas descobertas das leis dos fenômenos e na confirmação de teorias, sem que tenha de recorrer aos elementos místicos, espiritualistas e imaginativos da alquimia, da teologia e da metafísica. No entanto, ele acredita que os estudos com base neste alicerce teológico e metafísico consistem em um ponto indispensável de evolução.

Em outras palavras, compreendemos que, no advento de seu curso em 1826, o filósofo avalia a época em que vive como de muita prosperidade para a ciência, no sentido de que a humanidade estaria pronta para o porvir da ciência no que diz respeito a descobertas no interior das grandes categorias de investigação.

Em seu *Curso de Filosofia Positiva* (1983), Comte demonstra a preocupação em realizar uma observação objetiva, sob o foco de fatores invariáveis, de cinco grandes categorias: a astronomia, a física, a química, a fisiologia e os fenômenos sociais. Segundo ele, a observação de fenômenos sociais apresenta mais obstáculos do que as outras e forma uma categoria especial no interior da filosofia positiva⁴³. A ordem de fenômenos sociais abarca, segundo seu pensamento, aspectos mais particulares, mais complicados e mais dependentes do que aqueles que formam os objetos de estudo de outras categorias de fenômenos. A sua inclusão dos fenômenos sociais no que ele chama “as cinco grandes categorias” (COMTE, 1983, p. 10) depende de uma homogeneização de todas as concepções fundamentais e de constância e universalidade no caráter da tese positivista.

⁴² Trata-se de *Curso de filosofia positiva, Discurso sobre o espírito positivo, Discurso preliminar sobre o conjunto do positivismo e Catecismo Positivista*, com seleção de textos por José Arthur Gianotti. Trabalhamos com a edição da Abril Cultural, de 1983, que reúne estes ensaios de Comte, sob o título *Comte: Os pensadores*.

⁴³ O adjetivo “positivo” consta na edição com a qual trabalhamos. É comum utilizarmos o termo “filosofia positivista” para evitar ambiguidades em relação ao adjetivo, e para nos referirmos diretamente às teses do movimento chamado Positivismo. No entanto, em alguns momentos, mantemos a opção do adjetivo empregado na obra de Comte.

Desse modo, Comte declara que o curso que está sendo ministrado já contém as formas de observação dos fenômenos sociais pela *ciência positiva*. A partir disso, fazemos uma leitura no sentido de compreender qual a natureza das concepções que devem reger a observação positiva.

Vemos, pelo que precede, que o caráter fundamental da filosofia positiva é tomar todos os fenômenos como sujeitos a *leis* naturais invariáveis, cuja descoberta precisa e cuja redução ao menor número possível constituem o objetivo de todos os nossos esforços, considerando como absolutamente inacessível e vazia de sentido para nós a investigação das chamadas *causas*, sejam primeiras, sejam finais. Cada um sabe que, em nossas explicações positivas, até mesmo as mais perfeitas, não temos de modo algum a pretensão de expor as *causas* geradoras dos fenômenos, posto que nada mais faríamos então além de recuar a dificuldade. Pretendemos somente analisar com exatidão as circunstâncias de sua produção e vinculá-las umas às outras, mediante relações normais de sucessão e de similitude. (COMTE, 1983, p. 7, grifos do autor)

Esta passagem demonstra alguns fundamentos marcantes da tese de filosofia positiva. Em primeiro lugar, haveria a busca por *leis naturais invariáveis* precisas e reduzidas ao menor número que possam servir de base de observação⁴⁴. Isso aponta para princípios de quantificação e de generalização que devem ser aplicados para fatos observáveis nas cinco categorias propostas por Comte, as quais citamos acima⁴⁵. Neste raciocínio, não há lugar para a irregularidade ou para a contradição. Há a homogeneização do próprio ponto de vista que conduz a observação.

Além disso, Comte (1983) parece fazer uma crítica velada, ou seja, sem citar denominações, ao que ele entende por idealismo, na medida em que presume que não é possível uma contemplação do *espírito* a partir do isolamento de suas causas e efeitos.

Esta perspectiva das relações causais é refutada em diversos pontos de seu pensamento. Para este pensador, a busca pela causa de um fato é uma via sem saída. Ao invés disso, seria preciso uma observação aprofundada, segundo suas palavras, para se atingir o conhecimento das leis lógicas e das “noções racionais verdadeiras” (*op. Cit.*, p. 13) que regem tais fatos.

⁴⁴ Utilizamos o termo “observação” seguindo o uso de Comte, que o faz de forma recorrente, e, podemos pensar, em detrimento de “análise” ou “investigação”.

⁴⁵ Reconhecemos que uma das dificuldades em refletirmos sobre a filosofia positivista tal qual apresentada por Comte reside na falta de especificação dos objetos de observação dos quais tal filosofia se ocuparia. O que encontramos é uma demarcação de princípios que, alegadamente, serviriam a todas as divisões da ciência, no interior da astrologia, da física, da química, da biologia e das ciências sociais.

Comte cita os estudos de anatomia de De Blainville⁴⁶ para demonstrar a concepção filosófica na qual se evidenciam duas óticas fundamentais: a estática e a dinâmica, que delimitam, respectivamente, a condição de “apto para agir e como agindo efetivamente” (*op. Cit.*, p. 13). O autor propõe a aplicação dessa ótica ao estudo das leis fundamentais, considerando que todas as considerações se apresentam, necessariamente, em uma condição ou em outra. Leiamos o seguinte excerto:

Se considerarmos essas funções [intelectuais] sob o ponto de vista estático, seu estudo só pode consistir na determinação das condições orgânicas de que dependem. Forma, assim, parte essencial da anatomia e da fisiologia. Considerando sob o ponto de vista dinâmico, tudo se reduz a estudar a marcha efetiva do espírito humano em exercício, graças ao exame dos processos realmente empregados para obter os diversos conhecimentos exatos que já adquiriu, o que constitui essencialmente o objeto geral da filosofia positiva, assim como o defini neste discurso. Numa palavra, é unicamente pela observação aprofundada desses fatos que se pode atingir o conhecimento das leis lógicas. (COMTE, 1983, p. 13)

Segundo nossa leitura de Comte, a ótica da estática e da dinâmica deve ser aplicada à observação dos fatos no interior de cada grande categoria científica. O ponto de vista estático, segundo nossa leitura, consiste na definição de certas condições orgânicas das quais um fato depende, mas ele não explicita como define o que é orgânico fora de condições de mutabilidade, enquanto que o ponto de vista dinâmico diz respeito às considerações sobre uma forma de reconhecer os diversos conhecimentos exatos já adquiridos, ou seja, leis lógicas e universais.

Estas duas vias de observação consistem, para Comte, na única possibilidade de realizar pesquisas científicas, em oposição à psicologia e à teologia que, segundo ele, não oferecem “uma única descoberta real” (*op. Cit.*, p. 14). Esta *descoberta real* seria, ao seu ver, uma verdade una e sem possibilidades de divergências entre escolas. Nesse sentido, depreendemos que a própria dialética não seria aceitável neste pensamento, na medida em que a observação deveria partir de uma asserção supostamente inquestionável e transparente.

O que encontramos no pensamento comteano acerca da perspectiva estática e dinâmica consiste em um paradigma dicotômico, na medida em que estas visões são exclusivas entre si e não contemplam a amplitude de uma visão histórica sobre os fenômenos sociais, por exemplo. Além disso, a questão que se coloca em toda a

⁴⁶ Este anatomista e zoólogo francês viveu entre o fim do século XVIII e início do século XIX.

leitura do *Curso de filosofia positiva* e que, aqui, se destaca: de que natureza são os fatos a serem observados? Ou ainda: como selecionar os fatos a serem estudados? Em nossa compreensão, a proposta do método positivista consiste em um conteúdo epistemológico geral, com leis invariáveis, que sirvam a qualquer objeto de estudo.

Conforme já sabemos, Vossler parte da crítica ao positivismo para argumentar contra a visão formalista dos linguistas que se dizem historicistas-comparatistas e dos neogramáticos. Para ele (1963), tais escolas estão preocupadas com o estabelecimento de regras que buscam somente explicar as regularidades. Além disso, Vossler argumenta que a perspectiva histórica defendida por estas escolas não faz realmente investigações que contemplem a relação entre língua e história, na medida em que as próprias formas de estabelecimento de princípios fundados simplesmente em leis de analogia e na comparação conduzem os estudos em uma esfera meramente linguística, e não histórica.

Além disso, a sua forte crítica às divisões da Linguística nos campos da Fonética, da Morfologia e da Sintaxe, bem como às divisões no interior de cada campo, remete aos estudos dos neogramáticos. Um representante desta escola é Hermann Paul, linguista e lexicógrafo alemão que viveu entre os anos de 1846 e 1921. Em algumas passagens de sua obra *Positivismo e idealismo en la ciencia del lenguaje* (2015), Vossler traz o pensamento de Hermann Paul de forma bastante crítica, sob a perspectiva de que seu pensamento se apoia em tendências positivistas.

3.1.1.3 Condições de produção da obra de Vossler em relação aos neogramáticos e às bases do pensamento saussureano

Em sua obra *Princípios fundamentais da história da língua* (1966), com sua primeira edição publicada em 1880 sob o título *Principien der Sprachgeschichte*, Paul utiliza as divisões morfológicas e sintáticas para tratar da mudança da língua. Além disso, ele trata da cisão da língua em formas dialetais como um “*crescimento das diferenças individuais para além duma certa medida.*” (1966, p. 48, grifos do autor) Isso implica, segundo ele, que não há uma forma de elaborar uma divisão perfeita entre as diferentes línguas formadas pelos dialetos e de todas as particularidades dialetais. A única possibilidade seria escolher as características mais evidentes, “designando arbitrariamente algumas diferenças como essenciais e passando por cima doutras.” (PAUL, 1966, p. 52)

É notável que Paul afirme que a tarefa do *historiador*, mantendo, aqui, as suas palavras, não pode prescindir “da descrição de dados estáveis.” (1966, p. 37) Chamamos a atenção que o autor remonta à ideia defendida pelo positivismo de Comte de que o cientista deve se ocupar a elaborar dados racionais e universais, sem que haja espaço para diferentes possibilidades.

Além disso, Paul argumenta que para que uma mudança fonética se instaure, é preciso que seja reconhecida ao longo da história e utilizada por uma comunidade, pela coletividade. Vossler faz uma crítica direta a Hermann Paul, argumentando que esta ideia não reconhece que o uso individual de uma variante não depende somente do estabelecimento coletivo e, mesmo que sua ocorrência não seja reproduzida tantas vezes ao longo da história, ela não deixa de ocorrer na sua singularidade. Segundo a nossa leitura, o que Vossler nos chama a atenção, neste momento, é que todo o rigor proposto pelo positivismo fica comprometido com o estabelecimento de uma condição como esta colocada por Paul, conforme lemos a seguir:

Concretamente la observación empírica exacta, los registros fonéticos más afinados, el rigor multiplicado del Positivismo como método, nos presentan cada día, de modo claro y concluyente, la prueba contra las ilusiones de las leyes fonéticas, de las barreras dialectales, de la división entre cambios espontáneos y análogos, entre préstamos y palabras heredadas.⁴⁷ (VOSSLER, 2015, p. 64)

Gostaríamos também de retomar o que nos fala Vossler sobre a necessidade de que os linguistas se preocupem em conhecer a *história* da língua, ao invés de estudá-la em um estado dado. Essa crítica se estende aos estudos de Hermann Paul, na medida em que este autor afirma justamente a necessidade de conhecer as especificidades de um estado da língua. O seguinte excerto ilustra essa perspectiva de Paul:

Para descrever perfeitamente o estado de uma língua seria, no fundo, necessário observar integralmente o comportamento das massas de ideias relativas à língua em cada indivíduo de uma entidade linguística, e comparar entre si os resultados obtidos a partir de cada um. (PAUL, 1966, p. 38)

A partir desse raciocínio, Paul estabelece que, conforme já mencionamos, não será possível ao linguista dar conta da descrição completa do uso de uma língua, mas que a partir de algumas observações e coleta de especificidades da língua de uma

⁴⁷ Tradução sob responsabilidade da autora: “Concretamente, a observação empírica exata, os melhores registros fonéticos, o rigor multiplicado do positivismo como método, nos apresentam todos os dias, de maneira clara e conclusiva, a prova contra as ilusões das leis fonéticas, das barreiras dialetais, da divisão entre mudanças espontâneas e análogas, entre empréstimos e palavras herdadas.”

comunidade ou de um pequeno grupo de indivíduos, ou organismos linguísticos, segundo sua denominação, seria factível a obtenção de dados para se chegar a uma “média”, conforme o seu próprio uso do termo.

Compreendemos que essa média é uma solução bastante simplista e problemática para as questões que compõem o objeto de estudo da Linguística, segundo a visão de Vossler. Para o autor, a homogeneização de leis, o estabelecimento de dados e o tratamento da língua sob o ponto de vista das regularidades não responde às questões que tangem às relações da língua com a identidade nacional, com a história e com a cultura.

Na sua obra publicada em 1904, *Positivism e idealismo en la ciencia del lenguaje*, Vossler leva às últimas consequências a sua argumentação contra o método positivista e suas relações com os estudos neogramáticos. O autor faz uma análise de como o positivismo serve de base aos estudos neogramáticos e historicistas-comparatistas, e demonstra como esta base não permite que a Linguística avance no tratamento de questões importantes relativas ao estudo da língua. Mais tarde, em 1923, os ensaios contidos em *Filosofia del lenguaje* já estendem a crítica de Vossler também ao estruturalismo, com representação principal da teoria saussuriana. Encontramos nestes ensaios algumas poucas críticas diretas ao pensamento de Saussure, mas, com mais amplitude, encontramos a crítica à repercussão do pensamento saussuriano nos estudos da linguagem no pensamento de outros linguistas, como Charles Bally e Antoine Meillet.

A visão sistêmica de língua encontra-se sobre os pilares do positivismo. Por isso, abrimos, aqui, um breve espaço para refletir sobre o contexto epistemológico da linguística saussuriana sob a perspectiva de que ele se encontra nas bases da Filosofia Positiva de Auguste Comte.

Gostaríamos de começar com uma máxima saussuriana: “Bem longe de dizer que o objeto precede o ponto de vista, diríamos que é o ponto de vista que cria o objeto [...]” (SAUSSURE, 1995, p. 15) Seguindo este pensamento, se considerarmos, por exemplo, a perspectiva da “estática” tal qual apresentada na obra de Comte, certamente iremos optar também por um ponto de vista sincrônico⁴⁸.

⁴⁸ É notável observar que Saussure opõe a sincronia e a diacronia através dos termos “Linguística histórica e estática”, o que observamos na seguinte passagem: “De modo geral, é mais difícil fazer a Linguística estática do que a histórica.” (1995, p. 117)

A sincronia⁴⁹ contempla, conforme compreendemos o pensamento saussuriano, duas condições. A primeira exige que os objetos a serem abordados sejam fatos linguísticos observáveis em seu estado durante um espaço de tempo mais ou menos longo, que não implique modificações significativas neste estado. A segunda exige que tal fato não pertença somente à ordem individual do uso, e sim já esteja consolidado no interior do sistema da língua, o que pode ser comprovado pelo consenso coletivo⁵⁰. A partir disso, observamos que são colocadas condições de produção consideravelmente homogêneas do objeto de estudo. Ademais, conforme refletimos acima, o pensamento de Comte afirma que um fato deve ser submetido a leis *invariáveis*, que contemplem as necessidades de observações das cinco categorias propostas por ele. Nessa perspectiva, o ponto de vista é colocado *a priori* em relação ao objeto de estudo.

Outro ponto sobre o qual gostaríamos de refletir é a natureza do signo linguístico, como forma de compreender de que modo esse conceito se instaura a partir de concepções positivistas e, assim, situar a crítica de Karl Vossler ao estruturalismo, considerando que a sua crítica ao positivismo é anterior à crítica às teorias da linguagem e que ela faz parte das condições de produção de sua obra.

Em primeiro lugar, o princípio da arbitrariedade do signo afirma que a relação entre significado e significante é arbitrária, ou seja, “[...] o significante é *imotivado*, isto é, arbitrário em relação ao significado, com o qual não tem nenhum laço natural na realidade.” (SAUSSURE, 1995, p. 83) Sob essa perspectiva, há a observação de um fato em seu estado em um momento dado, e não há a busca por explicações relativas às causas e efeitos. A relação causal é excluída também *a priori*.

A teoria do valor exposta no *Curso de Linguística Geral* (1995) expõe que só se comprova aquilo que é observável no interior do sistema linguístico. Logo, os elementos que constroem o valor entre si não devem remeter a nada que não esteja no interior do sistema, ou seja, não há relações causais nem condições históricas que devam ser levadas em conta na observação de um fato linguístico. Neste ínterim,

⁴⁹ O CLG justifica a sincronia da seguinte forma: “De fato, nenhuma sociedade conhece nem conheceu jamais a língua de outro modo que não fosse como um produto herdado de gerações anteriores e que cumpre receber como tal. Eis porque a questão da origem da linguagem não tem a importância que geralmente se lhe atribui. Tampouco se trata de uma questão a ser proposta; o único objeto real da Linguística é a vida normal e regular de um idioma já constituído.” (SAUSSURE, 1995, 86)

⁵⁰ Esta ideia já está contida, conforme mencionamos acima, no pensamento de Hermann Paul, e é fortemente criticada por Vossler (2015).

observamos que esse pensamento vai ao encontro dos pressupostos da filosofia positiva, conforme exposta anteriormente, que expõe a necessidade de leis gerais e universais, sem relações de causa e efeito, que deem conta de explicar os fatos das diversas categorias científicas.

Ademais, o princípio da linearidade, que incide sobre o signo linguístico, tem sua consequência mais destacada no caráter acústico do significante, pois a apreensão do signo depende da linearidade em que este significante se coloca. Uma questão colocada por Vossler (1963, 2018) que, inicialmente, dá conta de questionar este princípio, é a sua tese sobre o acento como forma de entonação. Nesse sentido, a percepção da entonação quebra a lógica da linearidade e promove uma cisão no processo de comunicação. Fazemos essa colocação de forma inicial, para ilustrar de que modo Vossler compreende que o estabelecimento de princípios gerais, herdado do positivismo, não contempla muitas questões que devem ser colocadas para um tratamento adequado das questões relativas ao uso real da língua.

Além disso, retomamos o princípio saussuriano da imutabilidade. Este também está atrelado à ideia de que o indivíduo, isoladamente, não é capaz de modificar o estado de uma língua. Nesse sentido, as leis não são um acordo, mas antes uma imposição. A seguinte passagem do CLG é ilustrativa dessa reflexão:

Não basta, todavia, dizer que a língua é um produto de forças sociais para que se veja claramente que não é livre; a par de lembrar que constitui sempre herança de uma época precedente, deve-se acrescentar que essas forças sociais atuam em função do tempo. Se a língua tem um caráter de fixidez, não é somente porque está ligada ao peso da coletividade, mas também porque está situada no tempo. (SAUSSURE, 1995, p. 88)

Nessa perspectiva, novamente o privilégio da sincronia está em evidência e a visão sistêmica de língua se impõe na força de conservar as investigações no interior das relações de valor supostamente lineares entre os signos.

Consideramos que esta explanação sobre o período histórico de produção da obra de Vossler e a sua constituição a partir do contexto filosófico e intelectual da época, juntamente com a evolução e a transformação das formas de pensamento no interior de diferentes correntes da Linguística, dão conta de estabelecer e explicar quais são as condições de produção da obra de Vossler. Neste caso, a história do pensamento filosófico-linguístico é essencial para compreendermos tais condições.

3.2 DIÁLOGOS DA OBRA DE KARL VOSSLER COM O PENSAMENTO FILOSÓFICO-LINGUÍSTICO NA EUROPA

3.2.1 Retomando os diálogos da obra de Vossler com os métodos historicistas-comparatistas e com o pensamento dos neogramáticos

Karl Vossler é autor de uma extensa obra. Trabalhamos, nesta pesquisa, com três edições de seus escritos: *Positivismo e idealismo en la ciencia del lenguaje* (2015), *Filosofia del lenguaje* (1963) e *Spirit of language in civilization* (1951). Estas obras não apresentam os temas de forma sistemática. Embora elas sejam divididas em capítulos e seja possível consultar um índice de títulos, as investigações propostas por Vossler são realizadas conforme os próprios problemas enfrentados pelos estudos da linguagem vão sendo levantados.

As principais questões levantadas por Vossler dizem respeito à filologia, ao historicismo-comparatismo e, principalmente, aos estudos dos neogramáticos. A obra *Positivismo e idealismo en la ciencia del lenguaje* (2015) é dedicada, em grande parte, à crítica aos princípios positivistas que, segundo Vossler, sustentam o pensamento da neogramática.

Pode-se dizer que Vossler (1963), (1951) eleva e destaca muito o que já foi estudado pelos filólogos historicistas-comparatistas, mas aponta sempre suas limitações. Já no que tange ao tratamento das investigações propostas pelos neogramáticos, sua crítica é mais dura, pois atinge as bases desse pensamento.

Segundo Vossler (2015), a neogramática sustenta-se sobre as bases do pensamento positivista. Assim, ela vai por uma direção que busca estabelecer leis gerais no tratamento das questões da língua, o que não permitiria uma investigação em torno de especificidades e relações causais. Propomos, neste capítulo, analisar de que modo ele dialoga com estas correntes dos estudos da linguagem, ou seja, de que modo ele constrói sua crítica e, a partir dela, desenvolve um pensamento filosófico-linguístico que privilegia as relações da língua com a cultura e com a história de uma nação.

Como já dissemos acima, Vossler não constrói sua perspectiva de uma forma completamente linear. A crítica contida em *Positivismo e Idealismo en La Ciencia del Lenguaje* (2015) recai sobretudo sobre os estudos dos neogramáticos. Mas para

conhecermos com profundidade a construção da crítica e, por conseguinte, do pensamento de Vossler, é preciso reconhecer que o pensamento dos historicistas-comparatistas repercute profundamente na obra de Vossler. Portanto, é preciso dialogar, também, com esta vertente dos estudos da linguagem.

Vossler também se dedica a esta tarefa em *Filosofia del lenguaje* (1963) e *Spirit of language in civilization* (1951), embora ele não realize uma crítica aos historicistas-comparatistas tão explícita quanto o faz aos neogramáticos em *Positivismo e Idealismo en La Ciencia del Lenguaje* (2015). Nestes estudos, Vossler elabora suas teses acerca das relações entre língua, cultura e história, demonstrando de que modo tais teses ultrapassam ou redimensionam as formas pelas quais o pensamento de historicistas-comparatistas e o pensamento de neogramáticos desenvolvem seus conceitos de língua, de gramática e de mudança linguística.

Vossler demonstra uma grande preocupação em torno das relações da evolução da língua com os modos de constituição da literatura nacional. Nesse ínterim, ele discorre sobre as relações de uma língua com a cultura nacional, de modo que esta abarca a literatura e outros movimentos artísticos. Embora esta Tese apresente uma seção sobre as relações entre língua e cultura na obra de Vossler (1963), (1951), é necessário adiantarmos aqui alguns pontos fundamentais para compreendermos de que forma este autor propõe um pensamento epistemológico que vai além da linguística historicista-comparatista da época, redimensionando a noção de história, ao colocá-la em relação com a utilização da língua em uma comunidade nacional.

Em primeiro lugar, Vossler (1951) reconhece o papel fundamental da oralidade para a mudança fonética da língua ao longo das gerações. Segundo o autor, apesar das transformações, os sons, que compõem os aspectos transitórios decorrentes do uso de uma língua, podem ser mantidos por longos períodos através do uso cotidiano da língua falada. Assim, as tradições da oralidade estão no cerne do reconhecimento da reprodução e da transformação de uma língua, de acordo com a seguinte reflexão:

The greater part of our so-called archaic language heritage is handed down from our ancestors in the symmetrical packing of proverbs, parables and folk-songs. In many forms this popular form of poetic tradition is more reliable than that of inscriptions on stone or brass, since on the whole it is best capable of maintaining over long periods the most transient aspects of language, the quality of its sounds. (VOSSLER, 1951, p. 142)⁵¹

⁵¹ Tradução sob responsabilidade da autora: “A maior parte de nossa chamada herança linguística arcaica é herdada de nossos ancestrais no invólucro simétrico de provérbios, parábolas e canções

Nesta passagem, reconhecemos a primazia das tradições orais e populares nos processos de conservação e transformação de aspectos da língua, entre eles, o aspecto fonético. Além disso, o próprio conceito de cultura é bastante amplo nesta perspectiva, pois três elementos são citados: os provérbios, as músicas folclóricas e as parábolas, compreendidas aqui como histórias folclóricas, míticas e/ou de cunho religioso. Sobre isso, o seguinte excerto afirma:

Fundamentally, a folk-poem stands closer to the language of its people than a literary one, not so much because the personality of the author, which interposes itself between them, is stronger in the one than in the other – for there are weak and mighty singers on both sides – but in the last resort because, in writing, the literary poem erects an aid to memory between the eye and the ear. There is something strange and inflexible in writing, which speech can overcome only by exceptional efforts.⁵² (*op. Cit.*, p. 143)

Com esta reflexão, Vossler estabelece uma oposição entre o que seria a poesia folclórica e a poesia literária, não no sentido de negar o valor literário do folclore e das práticas orais da poesia, mas sim no sentido de destacar a fluidez e a vitalidade da língua falada típica da expressão folclórica. Não obstante, ele reconhece que a língua escrita é capaz de evocar uma memória não só auditiva, mas também visual. Essa memória seria responsável por uma certa inflexibilidade na língua escrita que faz com que as formas poéticas literárias se mantenham por mais tempo.

A obra de Dante Alighieri é largamente citada por Vossler (1951) para demonstrar a relação entre a cultura literária e os modos de uso da língua no cotidiano de uma nação⁵³. Para Vossler (1951), Alighieri, em sua situação de ter sido exilado de seu país⁵⁴, apresenta uma visão singular e pioneira sobre a natureza da língua

populares. Em muitas formas, essa forma popular de tradição poética é mais confiável do que a das inscrições em pedra ou latão, já que, de modo geral, é mais capaz de manter por longos períodos os aspectos mais transitórios da linguagem, a qualidade de seus sons.”

⁵² Tradução de responsabilidade da autora: “Fundamentalmente, um poema folclórico está mais próximo da linguagem de seu povo do que um poema literário, não tanto porque a personalidade do autor, que se interpõe entre eles, é mais forte em um do que no outro - pois há cantores fracos e poderosos de ambos os lados - mas em último recurso porque, ao escrever, o poema literário ergue um auxílio à memória entre o olho e o ouvido. Há algo estranho e inflexível na escrita, que a fala só pode superar com esforços excepcionais.”

⁵³ Segundo a resenha de K. McKenzie (1929), a obra de Vossler *Medieval culture: an introduction to Alighieri and his times* foi publicada em alemão entre 1907 e 1910. Em 1925, houve uma segunda edição em alemão, que serviu de referência para a edição em inglês. Não temos acesso a esta obra, mas ela nos demonstra o interesse de Vossler pela obra Alighierisca.

⁵⁴ A pesquisadora Joan M. Ferrante (1997) chama a atenção para os aspectos políticos que constituem essencialmente a obra de Alighieri. Seu texto *Dante and Politics* (*op. Cit.*) mostra-nos que Alighieri foi muito engajado politicamente, tendo participado durante um longo período como um dos líderes da facção política dos guelfos brancos. Entre os séculos XII e XIII, os guelfos brancos e pretos

nacional. Vossler denomina-o cidadão do mundo, “world citizen” (1951, p. 130), como uma forma de demonstrar que, mesmo em seu exílio, e com uma visão ampla das línguas românicas em relação ao latim, ele é capaz de reconhecer a singularidade estética do italiano como a língua que representa a cultura e a história nacional.

Como sabemos, *A divina comédia* foi escrita em italiano, em um tempo em que o latim clássico era a língua hegemônica para fins oficiais e também para as belas artes. Alighieri subverte esta ordem ao utilizar, mais ainda do que o latim vulgar, o próprio italiano. Isso representa a importância que este poeta confere à língua nacional como uma forma de expressão legítima da vida de uma sociedade.

Leiamos o que nos diz Vossler:

But we are gradually returning to the view already expressed by Alighieri in *de vulgari eloquentia*, that there is an upward literary urge in the dialects of a national language, as there is in their poets and writers, so that, starting from the most distant homes, they aim at and intuitively perceive a norm until they meet in the realization of a national language style.⁵⁵ (VOSSLER, 1951, p. 145)

Aqui, Vossler faz referência⁵⁶ ao ensaio de Alighieri sobre a linguagem, *De vulgari eloquentia* (2011)⁵⁷. Neste ensaio, Alighieri disserta sobre as relações entre o vernáculo e a gramática, e também sobre a natureza da língua na composição poética.

Para Alighieri (2011), o vernáculo é aquele que o homem aprende no ouvir e falar de todos os dias, que mantém o estilo comum das pessoas que convivem. Por isso, ele é a forma mais pura da língua, pois não é aprendido através de regras e não se constrói por um conjunto normativo. A partir do excerto abaixo, podemos compreender o conceito de vernáculo tal qual elaborado por Alighieri:

Como toda disciplina deveria esclarecer (e não apenas expor) seu objeto de estudo, de maneira que se saiba sobre o que está se versando, nos

estabeleceram lutas e conflitos na Itália por conta de interesses políticos e religiosos divergentes. Quando os guelfos brancos se tornaram minoria e sucumbiram ao conflito, Alighieri foi exilado de Florença e passou a buscar diferentes lugares pela Itália para passar períodos de tempo, ainda sob a ameaça de morte caso retornasse a Florença.

⁵⁵ Tradução sob responsabilidade da autora: “Mas estamos gradualmente voltando à visão já expressa por Alighieri na *de vulgari eloquentia*, de que há uma necessidade literária ascendente nos dialetos de uma língua nacional, assim como há em seus poetas e escritores, de modo que, a partir dos lares mais distantes, eles objetivam e intuitivamente percebem uma norma até que se encontrem na realização de um estilo de língua nacional.”

⁵⁶ Vossler (1951) menciona esta obra de Alighieri, *Vulgari eloquentia*, na seguinte passagem: “Alighieri, the world citizen, is also the author of the first attempt at a scientific and aesthetic appreciation of the Italian language *De vulgari eloquentia*.” (Vossler, 1951, p. 130)

⁵⁷ Trabalhamos com a versão bilíngue de 2011, com tradução e introdução de Tiago Tresoldi, e estudo de Henrique Sagebin Bordini. Segundo Tresoldi (2011), esta obra é um tratado inacabado sobre língua e crítica literária, cuja primeira edição aparece em uma tradução do dialeto trissino em 1529. Em 1577, surge outra edição. Em língua portuguesa, há uma tradução que data de 1958, por Pe. Vicente Pedroso.

apressamos em dizer que por “vernáculo” entendemos aquela língua à qual as crianças são acostumadas pelos que as rodeiam tão logo começam a articular distintamente as palavras. Ou, mais brevemente, definimos “vernáculo” como aquela língua que, sem o estudo de regras, aprendemos ao imitarmos nossas mães. Além desta, dispomos também de uma segunda língua, à qual os romanos deram o nome de “gramática”. Desta segunda língua são dotados também os gregos e alguns outros povos, mas não todos. Afinal, são poucas as pessoas que alcançam seu pleno domínio, visto não podermos aprender suas regras ou nos instruímos nela sem tempo e perseverança nos estudos. A mais nobre entre estas duas línguas é o vernáculo, seja por ter sido a primeira a ser empregada pelo gênero humano, seja por dela valer-se o mundo inteiro (mesmo na diversidade de pronúncias e de vocabulários que a dividem), seja porque nos é natural (enquanto a outra é assaz artificial). Exatamente desta língua mais nobre é nossa intenção tratar. (ALIGHIERI, 2011, p. 3)

Conforme observamos, Alighieri entende que o vernáculo constitui toda a expressão linguística cotidiana desde os primeiros anos de um indivíduo. Por valorizar a linguagem popular em sua obra literária, depreendemos que, na visão de Alighieri (2011), o vernáculo está presente de forma constitutiva na criação artística e literária mais popular de uma comunidade.

Vossler relaciona o uso vernacular da língua à expressão popular literária. Mais do que isso, o autor reflete sobre as formas como a poesia folclórica se propaga e se transforma no nível da oralidade, conforme lemos a seguir⁵⁸:

Folk-songs do not travel about like finished literary goods, packed in paper and neatly bound; they are propagated like a conversation, that is, they are born anew at each place under new conditions. A borrowed word, a group of sounds, a linguistic usage, travel in the same way. Using social methods of transport, they go from ear to mouth; they adapt themselves to the formative will that happens to be current, acquire citizenship and become nationalized.⁵⁹ (VOSSLER, 1951, p. 149)

Vossler compara a língua ao poema folclórico em sua condição de se transformar e de se propagar por meio das práticas da oralidade em diferentes espaços, até alcançar uma caracterização nacional, que permita que seja reconhecido significativamente no interior de uma comunidade. Assim, uma forma linguística se modifica da mesma forma, de acordo com os modos em que é empregada socialmente ao longo do tempo.

⁵⁸ Destacamos que ainda nos mantemos na obra de Vossler, *Spirit of language in civilization* (1951).

⁵⁹ Tradução sob responsabilidade da autora: “As canções folclóricas não viajam como produtos literários acabados, embalados em papel e cuidadosamente encadernados; eles se propagam como uma conversa, ou seja, nascem de novo a cada lugar sob novas condições. Uma palavra emprestada, um grupo de sons, um uso linguístico, viajam da mesma maneira. Usando métodos sociais de transporte, eles vão da orelha à boca; adaptam-se à vontade formativa que passa a ser atual, adquirem cidadania e se nacionalizam.”

Na visão de Vossler (1951), após Alighieri, os pensadores e intelectuais alemães foram pioneiros no que diz respeito à filologia moderna. Em uma passagem, o autor cita alguns dos principais filólogos e comparatistas alemães para afirmar que eles transcenderam o formalismo da academia ao realizarem seus estudos de forma tolerante e igualitária no que tange às diferentes línguas. Leiamos a seguinte passagem:

The whole of modern philology is essentially and almost exclusively a German creation: Herder, Wilhelm von Humboldt, the Schlegel brothers, the Grimm brothers, Bopp, Schleicher, Diez, and many others have, through their philosophical, historical, and gramatical researches interpreted and established the attitude of the German mind to the language of its own people and to other languages. They have discovered the linguistic relation of the Indo-european races, and have accustomed us to embracing the languages of all the tribes and nations of the world with equal love as a great spiritual family, in which every member has his rightful and meaningful separate existence.⁶⁰ (VOSSLER, 1951, p. 130, 131)

Depreendemos disso que o estudo sobre as raízes e transformações da língua a partir do tronco indo-europeu engloba tanto línguas orientais quando ocidentais, e que os filólogos e os comparatistas, cada um a seu modo, demonstraram a importância de cada idioma no desenvolvimento das línguas modernas. No entanto, no que tange ao estudo da história das línguas, Vossler (1951) encontra um problema que reside no fato da própria tomada do conceito de história pelos historicistas-comparatistas. Buscamos, agora, compreender esta reflexão.

O ensaio intitulado *Historia de la lengua e historia de la literatura*, contido em *Filosofia del lenguaje* (1963), apresenta a visão de Vossler sobre o que significa a história para o método historicista-comparatista alemão e o que significa a história tomada em sua relação com a cultura, com as artes e com a língua.

Para Vossler (1963), uma questão desafiadora é como situar a história da língua no interior de uma perspectiva que contemple outros segmentos da história,

⁶⁰ Tradução sob responsabilidade da autora: “Toda a filologia moderna é essencialmente e quase exclusivamente uma criação alemã: Herder, Wilhelm von Humboldt, os irmãos Schlegel, os irmãos Grimm, Bopp, Schleicher, Diez e muitos outros que, por meio de suas pesquisas filosóficas, históricas e gramaticais, interpretaram e estabeleceram a atitude da mente alemã em relação à língua de seu próprio povo e também em relação a outras línguas. Eles descobriram a relação linguística entre as raças indo-europeias e nos acostumaram a abraçar as línguas de todas as tribos e nações do mundo com igual amor como uma grande família espiritual, na qual cada membro tem sua existência separada legítima e significativa.”

como a história da cultura, das artes e da filosofia.⁶¹ Segundo ele, mesmo que o linguista tome a história da língua sob a ótica conjunta da cultura e das artes, ainda é necessário estabelecer um valor científico próprio ao campo de estudos da história da língua. A partir disso, coloca-se o problema de definir o que é a cultura no interior desta problemática.

Si se entiende por *cultura*, en oposición a *naturaleza*, todo lo que el espíritu humano produce, entonces la historia de la cultura es sencillamente igual a la historia de la humanidad o historia del espíritu. La historia lingüística, y no menos la historia literaria, sería solo un miembro incorporado en la historia cultural y subordinado a ella. [...] Y si se comprende como *cultura*, no simplemente la actividad espiritual, sino una o varias de sus formas especiales, como la científica o la religiosa o artística o moral, o todas ellas juntas, en oposición, por ejemplo, a la política o jurídica o económica, o viceversa, entonces se suscita una discusión interminable – y en el fondo absurda – acerca del alcance del concepto de cultura.⁶² (VOSSLER, 1963, p. 46)

Observamos que Vossler propõe duas formas de definição da cultura. A primeira, conforme verificamos na passagem acima, estaria em oposição à natureza, e englobaria “[...] todo lo que el espíritu humano produce [...]” (Vossler, 1963, p. 46). Esta primeira forma seria, segundo ele, muito reducionista, e não permitiria maiores especificidades. A segunda consistiria em uma das várias formas de atividades espirituais, “[...] como la científica o la religiosa o artística o moral [...]” (*op. Cit.*, p. 46)”. Esta concepção seria muito ampla, e permitiria supor que inúmeros segmentos da vida em sociedade fossem tomados como divisões culturais. Segundo ele (*op. Cit.*), não há critérios que possibilitem afirmar quais segmentos são capazes de produzir valores culturais, e quais não o são.

Essa reflexão é muito frutífera para pensarmos de que forma os modos de vida de uma sociedade são constituídos por elementos que representam seus valores culturais e, ao mesmo tempo, produzem estes valores.

⁶¹ É importante destacar, aqui, que Vossler (1951) compreende as artes como uma representação cultural. Em sua perspectiva, o campo artístico tem sua especificidade na medida em que se define pelo estilo.

⁶² Tradução sob responsabilidade da autora: “Se cultura, em oposição à natureza, for entendida como tudo o que o espírito humano produz, então a história da cultura é simplesmente igual à história da humanidade ou à história do espírito. A história linguística, e não menos a história literária, seria somente um membro incorporado e subordinado à história cultural. [...] E se cultura for entendida não apenas como atividade espiritual, mas como uma ou mais de suas formas especiais, como científica ou religiosa ou artística ou moral, ou todas juntas, em oposição, por exemplo, à política jurídica ou econômica, ou vice-versa, surge então uma discussão sem fim - e no fundo absurda - sobre o alcance do conceito de cultura.”

No interior de um modo de vida, segmentos diversos estariam intrincados. Tomamos aqui dois segmentos a fim de propor um exemplo. Por um lado, as atividades de lazer, que podem envolver refeições, música e apresentações artísticas. Por outro, as trocas comerciais, que fazem parte diretamente das relações formais de trabalho. De acordo com a perspectiva de Vossler, não seria possível dizer que o primeiro segmento produz cultura e o segundo não, pois os dois fazem parte da evolução *espiritual* de uma comunidade, ou seja, da própria história das atividades dos homens. Além disso, a história da cultura não é um campo autônomo. Assim, ela está em constante diálogo com outros campos de conhecimento. Podemos ler esta perspectiva no seguinte excerto⁶³, tomado da obra *Filosofía del lenguaje* (1963):

Porque no se puede precisar rigurosamente qué derecho hay para conceder o negar a una actividad o a un grupo de actividades, en favor de otro grupo o a sus expensas, la dignidad y el nombre de factor cultural y valor cultural. O cada modo de actividad espiritual es radicalmente capaz de producir cultura, o ninguno lo es. El intento de encontrar y mojonar un campo propio y autónomo para la historia de la cultura, sin que dependa, por ejemplo, de la historia política ni de ninguna otra historia especial, se ha hecho muchas veces, pero siempre ha fracasado.⁶⁴ (VOSSLER, 1963, p. 46)

A partir disso, Vossler faz, inclusive, uma contribuição epistemológica ao refletir sobre a natureza das atividades de um povo e suas divisões. Segundo ele (1963), há as atividades que são fechadas e autônomas, e podem ser compreendidas em sua evolução na investigação de sua própria interioridade. Este é o caso das ciências vinculadas à lógica matemática, por exemplo.

⁶³ Sobre este excerto, em nota de rodapé, Vossler faz menção explícita ao pensamento de Benedetto Croce, afirmando que este pensador italiano faz uma clara exposição sobre o tema da distinção dos tipos de atividades humanas. Reportamo-nos, aqui, ao sétimo capítulo da obra *Aesthetics: As Science of expression and general linguistic* (1966, 11ª edição em inglês). Neste capítulo, intitulado *The theoretical activity and the practical activity*, Croce elabora uma reflexão sobre as relações entre a teoria e a prática. Ele reflete, por exemplo, que a *técnica* não é uma atividade do espírito, e sim um conhecimento, e este conhecimento pode ser “puro” ou pode ser passível de aplicação. Ele afirma que não há como estabelecer se uma ordem de conhecimento será pura ou aplicável. Observamos, aqui, uma lógica de pensamento que, a princípio, converge com o pensamento de Vossler. No entanto, Vossler vai além ao tratar da relação entre os segmentos que se constituem pela atividade dos homens e da forma como essa atividade é constitutiva da história cultural de uma nação.

⁶⁴ Tradução sob responsabilidade da autora: “Porque não se pode especificar rigorosamente qual é o direito de conceder ou negar a uma atividade ou a um conjunto de atividades, a favor de outro grupo ou à sua custa, a dignidade e o nome de fator cultural e de valor cultural. Ou cada forma de atividade espiritual é radicalmente capaz de produzir cultura, ou nenhuma o é. A tentativa de encontrar e marcar um campo próprio e autônomo para a história da cultura, sem depender, por exemplo, da história política ou de qualquer outra história especial, foi feita muitas vezes, mas sempre falhou.”

Por outro lado, há as atividades cuja natureza não é independente de relações com outras ciências e com elementos exteriores e subjetivos. Assim, estas atividades estão vinculadas a diferentes formas de construção social, religiosa, moral, afetiva, entre outras, e, conforme Vossler, “[...] deben ser animadas, impulsadas, enriquecidas y guiadas desde fuera para poder desarrollarse: tales la religión, el arte, el lenguaje.”⁶⁵ (*op. Cit.*, p. 48) Assim, o autor observa que o primeiro tipo de atividades é frequentemente investigado sob o prisma puramente “histórico”, enquanto que o segundo é tratado com vistas à história cultural.

O problema, segundo Vossler (1963), é que os “historiadores da cultura”, conforme suas palavras, teriam reduzido toda a evolução das atividades menos independentes, que podem estar sujeitas a determinados níveis de subjetividade, a uma investigação sob o prisma do sentimento e do *gosto*. Observamos, com isto, uma crítica de Vossler ao próprio idealismo de alguns historiadores da cultura, na medida em que podemos compreender que o sentimento e o gosto sobre o qual ele fala seriam conceitos abstratos, que não se sustentam sobre bases observáveis como as manifestações artísticas ou religiosas, por exemplo⁶⁶.

Uma das conclusões de Vossler (1963) sobre a história da cultura, assim como a história da arte, é que ela não carrega em si a ideia de produto, e sim, ela é representativa de diferentes ordens de fatores da existência de um povo. Além disso, a história da cultura não é apenas uma combinação de diferentes culturas e atividades, na medida em que carrega em si uma ordem que lhe é própria, que traduz as questões que asseguram as identidades de um povo, e que carrega seus próprios problemas filosóficos.

Disso, depreendemos que a arte se engendra enquanto expressão cultural a partir de elementos que lhe são externos, mas também ela contém uma ordem que lhe é própria e que faz suscitar problemas muito específicos. Desse modo, ela é uma representação de uma exterioridade, não na forma de um reflexo imediato, mas sim como reflexo indireto da realidade. Isso, Vossler nos diz quando afirma o seguinte:

⁶⁵ Tradução sob responsabilidade da autora: “[...]deven ser encorajadas, encorajadas, enriquecidas e orientadas de fora para se desenvolver: tais como a religião, a arte, a linguagem.”

⁶⁶ No ensaio no qual nos detemos neste momento, Vossler (1963) fala nas “actividades del espíritu humano” (p. 48) e na “evolución epiritual” (p. 49). Novamente podemos observar o quanto o seu conceito de *espírito* se sustenta por conceitos concretos da vida e da história de uma nação ou de uma comunidade. Nesse sentido, o conceito de *espírito*, na forma como é tratado por Vossler, não é uma abstração ou um conceito que não possa ser investigado sob princípios epistemológicos.

Porque ésta [a história da cultura] es la encargada de tratar toda acción como aparente, es decir, de tratar toda obra como reflejo (no como producto) de factores extraños y, en última instancia, como reflejo del reflejo de la naturaleza misma de las cosas. En la realización “aparente” la cuenta sale exacta; en la realización verdadera queda un resto.⁶⁷ (VOSSLER, 1963, p. 50)

A partir dessa reflexão, compreendemos a profundidade do pensamento de Vossler no que diz respeito à ideia de arte e de cultura como representação dos elementos que constituem um determinado modo de vida. Segundo ele, essa representação é “um reflexo do reflexo” e, por isso, não contempla o todo em alguma forma de exatidão, já que não podemos apreender a realidade de forma direta, senão por reflexos. Conforme vemos, não há aqui uma perspectiva positivista de leis gerais ou de uma visão tomada como completa e verdadeira, como já lemos em questões na obra de Auguste Comte (1983), na seção precedente a esta.

Ao refletir sobre a história da cultura e da arte, Vossler reflete sobre a concepção de história da linguagem, configurando a linguagem como arte. Ele afirma o seguinte:

Ahora bien: como en la historia del arte sí queda un resto, y lo mismo en la de la lengua, sigue en pie la pregunta: ¿qué relación hay entre una y otra? Son idénticas, pues en cuanto actividad productiva, en cuanto realización y creación original, el lenguaje es arte. [...] Una historia de la lengua que no sea historia cultural ni historia artística o literaria, sino otra cosa distinta y separada, no puede pensarse lógicamente.⁶⁸ (VOSSLER, 1963, p. 50)

A primeira reflexão que depreendemos desta passagem é a seguinte: Por que é importante compreender a relação entre a história da arte e da língua? Como se dá a aproximação entre linguagem e arte? Salientamos que não é nosso objetivo, neste momento, definir uma concepção de língua para Vossler. No entanto, a relação entre cultura, arte e língua é fundamental para a compreensão sobre a concepção de Vossler de história da língua, e, por conseguinte, sobre o tratamento que deve ser dado à investigação da língua sob um viés histórico.

⁶⁷ Tradução sob responsabilidade da autora: “Porque esta [a história da cultura] es la encargada de tratar toda acción como aparente, ou seja, de tratar toda obra como reflexo (não como produto) de fatores estranhos e, em última estância, como reflexo do reflexo da natureza mesma das coisas. Na realização “aparente” a conta sai exata; na realização verdadeira, ainda permanece um resto.”

⁶⁸ Tradução sob responsabilidade da autora: “Agora bem: como na história da arte ainda há um resto, e o mesmo acontece na história da língua, fica a pergunta: qual é a relação entre uma e outra? São idénticas, porque como atividade produtiva, como criação e realização originais, a linguagem é arte. Uma história da linguagem que não seja história cultural nem história artística ou literária, mas algo distinto e separado, não pode ser pensada logicamente.”

Segundo o autor, a história da língua reflete-se na própria história. São indissociáveis, e como tal devem ser investigadas. A história da língua pode e deve apoiar-se na história da literatura e da arte para que possibilite que suas investigações contemplem as manifestações artísticas e culturais em uma sociedade.

Nessa ótica, a história da língua é um reflexo da história de uma sociedade, no sentido de que a transformação da língua está diretamente ligada aos diferentes acontecimentos históricos. Vossler (1963) cita uma série de exemplos de como a história de um determinado evento pode ser analisada, narrada, explicada, compreendida e interpretada⁶⁹. A passagem a seguir apresenta a reflexão em torno desta série de exemplos:

Si escribo, por ejemplo, la historia del estado francés, puedo ir presentando la progresiva centralización del poder estatal en manos del rey, como un proceso que se refleja en la lengua del país: mostrando cómo los distintos dialectos se van igualando cada vez más al dialecto central de Francia. O puedo ilustrar histórico-lingüísticamente la influencia de la milicia italiana en Francia en los siglos XV y XVI, mediante un estudio especial de los italianismos adoptados por el francés en esos siglos. [...] En resumen, la historia de la lengua se aplica – o tiene libertad de hacerlo – a iluminar con su reflector un proceso cualquiera de las historias especiales, y a dejar que sus problemas le sean planteados por esas historias especiales.⁷⁰ (VOSSLER, 1963, p. 51)

Vossler não só desenvolve teoricamente esse modo de investigação histórico-linguístico, como também realiza pesquisas sob tal perspectiva. A sua obra *Formas literarias en los pueblos românicos* (1948)⁷¹ contempla temas sobre o desenvolvimento cultural dos povos românicos, com vistas a refletir sobre o papel da religião, dos valores morais e dos costumes, tendo como contexto constitutivo e representativo a língua, a literatura, a poesia e a arte dramática em todas as suas relações de intercomplementaridade.

⁶⁹ Citamos todos estes termos porque Vossler (1963) coloca estes métodos em oposição, para logo concluir que a história deve ser, ao mesmo tempo, analisada e sintetizada, e deve, assim, passar pelos procedimentos de narração e descrição, compreensão e interpretação. Segundo ele, alguns historiadores optam por um procedimento em detrimento de outro, e isso acaba por comprometer a investigação.

⁷⁰ Tradução sob responsabilidade da autora: “Se escrevo, por exemplo, a história do estado francês, posso ir apresentando a centralização progressiva do poder do estado nas mãos do rei, como um processo que se reflete na língua do país: mostrando como os diferentes dialetos vão se igualando ao Dialeto central da França. Ou posso ilustrar histórico-linguisticamente a influência da milícia italiana na França nos séculos XV e XVI, por meio de um estudo especial dos italianismos adotados pelos franceses nesses séculos. [...] Em suma, a história da língua se aplica - ou é livre para fazê-lo - para iluminar qualquer uma das histórias especiais com seu refletor e para deixar seus problemas serem colocados por essas histórias especiais.

⁷¹ Trabalhamos com a segunda edição. A primeira data de 1944.

Como podemos ver, a história da língua como uma investigação de suas transformações adquire um valor de diálogo com diversos campos de constituição de uma sociedade. Assim, a crítica de Vossler (1963) aos historicistas-comparatistas reside no fato de que, para ele, a descrição da mudança da forma e do significado de uma palavra ao longo do tempo é uma realização importante, mas não é nem de longe suficiente para produzir um conhecimento sobre as formas de expressão de uma comunidade ao longo de sua história.

Outro ponto que gostaríamos de abordar é a crítica que Vossler faz ao mecanismo analógico⁷² de descrição da evolução da língua. Franz Bopp, em sua obra *Analytical Comparison of the Sanskrit, Greek, Latin and Teutonic Languages: Shewing the Original Identity of Their Grammatical Structure*⁷³ (1989), trabalha amplamente com o conceito de analogia, aplicando este conceito sob a forma de método de análise que permite a descrição das fases de existência de uma forma linguística. Isso nos mostra que a analogia é uma das bases para os estudos comparatistas.

Os neogramáticos também se serviram da analogia para explicitar a regularidade com que uma forma se modifica ao longo do tempo, e também os modos com que a irregularidade pode ser identificada. Compreendemos isto nos estudos de Hermann Paul⁷⁴, que, em sua obra *Princípios fundamentais da história da língua* (1966), dedica um capítulo para dissertar sobre o conceito de analogia. A sua

⁷² É importante observar que a descrição da gramática através da analogia data do período da antiguidade clássica. De acordo com o pesquisador Antonio Carlos Silva de Carvalho (2014), o conceito de analogia já era utilizado pelos pensadores do período romano. Segundo ele, Cícero (106-43 a.C.) já procurava estabelecer critérios gramaticais de escrita a partir do ponto de vista da analogia. Ainda segundo Carvalho, Cícero trabalhava sob a perspectiva das regularidades ao aplicar o método analógico. Definições mais recentes contemplam um modo em que a analogia acontece em sua forma prática no processo de mudança linguística, como por exemplo, sob a luz da transformação das formas regulares em irregulares ou vice-versa. O *Dicionário de Linguagem e Lingüística* de R. L. Trask (2004), editado pela primeira vez no ano 2000, apresenta a seguinte definição de analogia: "Um tipo de mudança lingüística na qual algumas formas são mudadas apenas para torna-las mais parecidas com outras formas. Certos processos correntes de mudança lingüística, entre os quais se incluem as mudanças de pronúncia perfeitamente regulares, têm o efeito de introduzir irregularidades. Às vezes, os falantes reagem à presença de irregularidades em sua língua, eliminando-as e regularizando as formas irregulares: esse é um dos aspectos que assume a **analogia**." (TRASK, 2004, p. 32, grifos do autor) Trask foi um linguista americano, que teve seu doutorado em Linguística pela Universidade de Londres e foi professor na Universidade de Sussex. Mantinha estudos na história da língua basca.

⁷³ Conforme já mencionamos em uma seção anterior, esta obra foi publicada originalmente em 1820. Trabalhamos com a edição de 1989.

⁷⁴ Conforme já mencionamos em uma seção anterior a esta, Hermann Paul foi um linguista e lexicógrafo alemão que viveu entre os anos de 1846 e 1921. Trabalhamos com a sua obra *Princípios fundamentais da história da língua* (1966), que teve sua primeira edição publicada em 1880 sob o título *Principien der Sprachgeschichte*. Em algumas passagens de sua obra *Positivismo e idealismo en la ciencia del lenguaje* (2015), Vossler traz o pensamento de Hermann Paul quando se refere aos estudos dos neogramáticos.

explicação sobre a analogia é complexa e depende de uma construção gradativa, que leva em conta determinados agrupamentos de palavras propostos pelo autor. Apresentamos, agora, uma breve leitura sobre este conceito na obra de Paul (1966).

Para começar a abordar a analogia, Paul (*op. Cit.*) traz a seguinte reflexão:

Como já salientamos no capítulo I, as palavras isoladas juntam-se umas às outras no espírito e daí resulta uma quantidade de grupos maiores ou menores. A atracção mútua baseia-se sempre numa concordância parcial do som ou da significação, ou da significação e som simultaneamente. Cada grupo não existe isoladamente ao lado dos outros: há grupos maiores que incluem vários mais pequenos, e dá-se um cruzamento recíproco dos grupos. Diferenciamos dois tipos principais, que vamos designar de *grupos de matéria e de forma*. (PAUL, 1966, p. 117)

De acordo com o autor (Paul, 1966), os *grupos de matéria* podem conter associações de palavras por conta de sua relação fonética e etimológica, mas também com base em relações de significação, como seria o caso dos antônimos, ou de alguns substantivos cuja flexão de gênero não se dá pela marca da desinência, como por exemplo *homem – mulher / pai – mãe*. Já os *grupos de forma* abarcam os substantivos que nomeiam ações, as flexões de grau dos adjetivos, grupos de conjugações verbais, entre outras formas de associações que possam manter determinadas relações formais entre si, como por exemplo as relações de flexão.

Seguindo o raciocínio de Paul (1966), a partir de tais associações, os grupos de palavras entrecruzam-se entre si de acordo com determinadas “proporções análogas” (p. 118). As possibilidades de concordância de significação entre os elementos dos *grupos de matéria* e dos *grupos de forma* originam o que o autor denomina “*proporções matério-formais*” (*op. Cit.*, p. 118).

A partir deste estabelecimento de relações, Paul (1966) reflete sobre uma *atividade combinatória* que se baseia nestes grupos de proporção. No nosso entendimento, a mudança linguística, compreendida neste nível, ocorre através de um processo de associações que se oferece pelas possibilidades de relações mútuas que um grupo de palavras permite. Leiamos o seguinte excerto:

As palavras e grupos de palavras que empregamos na conversação só em parte se criam por mera reprodução de memória do que aprendemos antes. Tem mais ou menos a mesma influência sobre a fala uma *atividade combinatória* que se baseia na existência dos grupos de proporções. A combinação consiste de certo modo na *relação dum equação de proporções* através da criação dum segundo membro de proporção segundo o modelo de proporções análogas já tornadas correntes, para uma palavra igualmente corrente. A este processo chama-se formações por analogia. (PAUL, 1966, p. 120 e 121)

Conforme observamos, as ideias de *relação*, de *associação* e de *combinação* contribuem para uma compreensão do mecanismo de formação por analogia. Este mecanismo é complexo e muito específico no pensamento de Paul (1966). Os seus estudos constroem-se sobre pressupostos específicos da tomada do funcionamento da língua sob o prisma do aspecto psíquico individual e da fala. Isso faz com que as possibilidades de relações que formariam os grupos de *proporções matério-formais* contemplem um espectro múltiplo e amplo.

Para demonstrar de que forma considera insatisfatória a descrição das transformações de uma palavra ao longo do tempo através do mecanismo analógico, Vossler (1963) traz o exemplo de como a forma verbal em francês moderno *coudre* originou-se da forma clássica *consuere*. Ele faz uma análise das transformações fonéticas e ortográficas, tomando a analogia como princípio, para, depois, demonstrar a insuficiência de uma conclusão baseada nos aspectos formais, conforme lemos na seguinte passagem:

Hay de por medio un interés puramente lingüístico y un problema específicamente lingüístico cuando, por ejemplo, quiero saber cómo y por qué la forma verbal *coudre* ('coser'), del francés moderno, ha nacido de la latina *consuere*. Para este tengo que señalar que, junto a la forma clásica *consuere*, es preciso admitir la existencia de un **consuere* formado sobre el indicativo *cónsuo*. Esta segunda forma se explica por el principio de analogía. Así como junto a *vendo* se tenía *vendere*, pudo haberse tratado de formar para *cónsuo* un **consuere*. [...] La admisión de un trisílabo **con-sue-re* no ofrece ninguna dificultad, puesto que toda vocal no acentuada, en hiato, pierde en latín su valor silábico [...] En *cónsuo* la *u* en hiato debió ser completamente absorbida por la *o* de la terminación, proceso fácil de comprender en fonética experimental. Así resulta **conso*. La *n* delante de *s* tenía que desaparecer [...] resulta *coso*, sobre el cual se forma analógicamente un infinitivo *cosere*. Más tarde, en el período preliterario del francés antiguo, la *e* postónica inacentuada debió caer; por lo tanto *cosere* debió dar **cosre* [...] Pero entre la *s* y la *r* se formó un sonido de transición *d* [...] Así apareció una forma *cousdre*, cuyo diptongo *ou* se tomó de formas acentuadas en la radical como *cou(d)s* [...] De *cousdre* resultó *coudre* de acuerdo con la regla de que *s* se pierde delante de consonante sonora [...] (VOSSLER, 1963, p. 52, grifos do autor)⁷⁵

⁷⁵ Tradução sob responsabilidade da autora: "Há um interesse puramente linguístico envolvido e um problema especificamente linguístico envolvido quando, por exemplo, quero saber como e por que a forma verbal *coudre* ('costurar'), do francês moderno, nasceu do latim *consuere*. Para isto, devo salientar que, junto com a forma clássica *consuere*, é necessário admitir a existência de um **consuere* formado pelo indicativo *cónsuo*. Esta segunda forma se explica pelo princípio da analogia. Assim como junto a *vendo* haveria *vendere*, pode ter se formado de *consuo* um **consuere* [...] A admissão de um trissílabo **com-sue-re* não oferece nenhuma dificuldade, já que toda vogal não tônica, em hiato, perde seu valor silábico em latim vulgar [...] Em *cónsuo*, o *u* em hiato deve ter sido completamente absorvido pelo *o* da terminação, processo fácil de entender em fonética experimental. Assim resulta **conso*. O *n* na frente do *s* teve que desaparecer [...] resulta *coso*, em que se forma analogicamente um infinitivo *cosere*. Mais tarde, no período pré-literário do francês antigo, o *e* postônico inacentuado deve ter caído; portanto *cosere* deveria ter originado **cosre* [...] Mas entre *s* e *r* um som de transição *d* se formou [...] Assim, uma forma *cousdre* apareceu, cujo ditongo *ou* foi retirado de formas acentuadas no radical como

É indispensável trazermos esta descrição detalhada para compreendermos de que forma Vossler realiza uma análise da transformação de uma palavra ao longo do tempo sobre as bases da analogia. Sob o ponto de vista de Vossler, esta investigação formal tem interesse puramente linguístico. A partir desta descrição das transformações da forma *coudre*, o autor procederá à reflexão de que essa descrição formal não só é insuficiente sob o ponto de vista da tomada das relações da língua com a história, mas também de que o mecanismo analógico não é suficientemente acurado na medida em que sua comprovação não é verificável por meios seguros. Na passagem a seguir, Vossler reflete que os interesse linguísticos estariam satisfeitos em explicar as transformações de uma forma sob o prisma de leis que se sustentam sobre o mecanismo da analogia.

Com esto habríamos reconstruido aproximadamente la larga cadena que lleva de consúere a *coudre*; es decir, habríamos explicado lingüísticamente la forma *coudre*. Los intereses específicos y exclusivos de la lingüística quedan satisfechos con demostrar que todas las fases indispensables y útiles para la comprensión se han cumplido conforme a reglas y leyes, esto es, con justificarlas alegando casos análogos. Por de pronto es indiferente si cada una de las fases intermedias ha existido em realidad o si se ha inferido por analogía, vale decir, si ha sido construida por la lingüística.⁷⁶ (VOSSLER, 1963, p. 53)

Segundo Vossler, esta investigação sobre as formas históricas de uma palavra é muito importante, mas ela não deve ser tratada como um problema exclusivamente linguístico, mas sobretudo histórico. Por isso, deve contemplar uma análise de caráter histórico, em diálogo com a história de campos do conhecimento diversos.

É importante destacar que a leitura de Vossler sobre a analogia se dá, sobretudo, a partir das concepções de Hermann Paul, a quem Vossler denomina um representante da neogramática. No entanto, a analogia se desenvolve de forma muito ampla também nos estudos de Michel Bréal⁷⁷. A obra *Ensaio de Semântica* (1992)

cou(d)s [...] De *cousdre* resultou *coudre* de acordo com a regra de que s é perdido antes de uma consoante sonora [...]"

⁷⁶ Tradução sob responsabilidade da autora: "Com isso, teríamos reconstruído aproximadamente a longa cadeia que vai do *consúere* ao *coudre*; isto é, teríamos explicado a forma *coudre* linguisticamente. Os interesses específicos e exclusivos da linguística contentam-se em demonstrar que todas as fases indispensáveis e úteis para a compreensão foram cumpridas de acordo com normas e leis, ou seja, justificando-as com a alegação de casos análogos. Assim, é indiferente se cada uma das fases intermediárias realmente existiu ou se foi inferida por analogia, isto é, se foi construída pela linguística."

⁷⁷ Michel Bréal foi um semanticista francês, da segunda metade do século XIX e primeiras décadas do século XX. Foi precursor de ideias sobre a semântica. Segundo Antoine Melleit (2002), o seu *Essai de Sémantique* foi publicado originalmente na França em 1897. Esta obra traz ensaios sobre diversos

contém um capítulo dedicado a reflexões acerca de uma concepção de analogia que leve em conta o papel dos falantes no engendramento do mecanismo analógico no processo de transformação da língua.

Sob alguns aspectos, é possível encontrar possibilidades de diálogos entre a concepção de analogia de Bréal e as formas pelas quais Vossler entende que o mecanismo como processo de transformação linguística poderia ser abordado. Segundo Bréal, na memória dos falantes, dois mecanismos funcionando simultaneamente não favorecem a expressão. Segundo ele: “Diante de qualquer hesitação, as formas empregadas mais frequentemente se apresentam primeiro.” (BRÉAL, 1992, p. 54) Essa seria, de acordo com o autor, uma das causas pelas quais o indivíduo lança mão do mecanismo analógico para se expressar linguisticamente.

Vossler (1963) questiona justamente o critério da frequência para a utilização de uma forma em detrimento de outra, dizendo que este seria um critério mecanicista, que não leva em consideração a criação linguística individual.

No entanto, o que encontramos nas reflexões de Bréal (1992) é que, apesar de levantar a frequência de uma ocorrência como critério para a mudança linguística, o autor coloca em perspectiva o plano da memória individual. Segundo ele, o indivíduo supõe que existam regras e também está predisposto a adivinhá-las. Assim, ele tende a fazer suas criações a partir de tais regras. Leiamos o seguinte excerto:

Está em questão aqui uma regra não formulada, que o homem se esforça por adivinhar, que vemos as crianças tentar descobrir. Supondo-a, o povo a cria. A idéia de que a linguagem obedece a leis fixas está profundamente impressa no espírito do povo. [...] As formas que se desviam por um aspecto insólito são consideradas como erradas e reconduzidas ao tipo suposto regular. É assim que as exceções tornam-se cada vez menos numerosas e acabam por desaparecer. (BRÉAL, 1992, p. 59)

Sob esta perspectiva, o uso se sobrepõe à regra na medida em que esta é delineada pelo próprio uso concreto da língua. O que observamos como um diálogo com as ideias subjetivistas de Vossler, aqui, é que a regra não é tratada como uma abstração pré-concebida; ela é engendrada pelos próprios indivíduos no seu uso específico da língua.

Considerando a nossa leitura da concepção de analogia em Vossler (1963), podemos depreender que, segundo ele, a analogia, sob o ponto de vista de Paul

temas que tangem aos estudos da linguagem, notadamente voltados para as questões sobre o significado.

(1966), é importante para que se possa conhecer os estágios de evolução de uma forma. No entanto, é preciso que ela, muito mais do que isso, contemple o conhecimento de uma forma no interior do seu período histórico. Essa investigação implica, também, os conhecimentos que estão no campo da história da cultura. Sob o ponto de vista de Bréal (1992), a analogia está no nível do uso concreto da língua e depende, portanto, tanto da expressão individual como das inferências das massas. Essa perspectiva abre um caminho um pouco mais amplo para que o mecanismo analógico sirva como objeto de investigação dos aspectos históricos, sociais e culturais que repercutem na transformação da língua ao longo do tempo.

Com base nesta reflexão sobre a relação entre a Linguística e a História, Vossler (1963) considera que a gramática histórica visa a buscar leis, regras e regularidades na língua. No entanto, isso faz com que a história adquira um caráter passivo, o que não permite conhecer a língua em sua expressão idiomática e em suas formas de relação com outras histórias, como a história da arte e da literatura.

Observamos que, no que tange aos estudos historicistas-comparatistas, Vossler não faz uma crítica direta a um representante especificamente. Além disso, são poucas as passagens em que ele cita este método explicitamente ao lado de uma crítica. Assim, é na leitura da amplitude de sua obra que podemos conhecer de que forma o conceito de língua em sua dimensão histórica diverge dos pressupostos da Linguística comparada, na medida em que ele estabelece que a problemática da relação entre língua e história não pode ser reduzida a uma investigação formal. Na concepção de Vossler, essa investigação formal tem valor fundamental, mas ela não pode prescindir do diálogo com conceitos culturais e históricos.

Quanto à crítica aos neogramáticos, Vossler é um tanto mais explícito. Para ele, a neogramática é constituída basilarmente pelos princípios do método positivista. Em *Positivismismo e Idealismo en La Ciencia del Lenguaje* (2015)⁷⁸, Vossler disserta sobre o pensamento de Wilhelm Meyer-Lübke⁷⁹ como um dos principais representantes da corrente dos neogramáticos.

⁷⁸ Lembramos que o original em alemão foi publicado pela primeira vez em 1904, sob o título *Positivismus Und Idealismus in Der Sprachwissenschaft. Eine Sprach-Philosophische Untersuchung*.

⁷⁹ Wilhelm Meyer-Lübke foi um filólogo suíço que viveu entre os anos de 1861 e 1936 e dedicou seus estudos sobretudo às línguas românicas. Vossler (2015) cita diretamente a obra de Meyer-Lübke em muitas passagens, referindo-se a ele como um representante da neogramática.

Vossler (2015) observa que Meyer-Lübke⁸⁰ reconhece dois constituintes de uma palavra: a sua forma fonética e o seu significado⁸¹. Com base nessa divisão, a Fonética, junto ao estudo da Flexão, consiste na perspectiva inicial de investigação da língua, para, assim, dar seguimento ao estudo da Morfologia, da Sintaxe e, por fim, a uma *Teoria do significado*. Segundo Vossler, Meyer-Lübke relegaria a estilística ao campo da História da Literatura.

É a partir dessa divisão dos estudos da língua que Vossler inicia sua crítica ao pensamento de Meyer-Lübke como representante da neogramática. Segundo ele, (2015), tal divisão é somente uma solução imediatista, de ordem prática, que não contempla os fundamentos reais da essência da linguagem. Vossler considera que esta perspectiva de Meyer Lübke se sustenta sobre bases positivistas, conforme lemos a seguir:

No es ningún secreto que se ha llegado a la división en Fonética, Teoría de la flexión y Sintaxis por el procedimiento de análisis, de división mecánica. Se quería conocer la lengua en su estado (*Zustand*), no en su evolución (*Werden*). Se la consideró como algo dado y concluido, es decir, positivista. Se emprendió su disección anatómica. El lenguaje vivo (*die lebendige Rede*) se fraccionó en frases, miembros de la oración, palabras, sílabas y sonidos.⁸² (VOSSLER, 2015, p. 12)

É importante compreender que, na visão de Vossler, essa divisão pode ter um valor metodológico, com objetivos muito específicos de investigação. No entanto, segundo o autor, seria um erro compreender que esta separação permitiria uma investigação da língua em sua história evolutiva, em seu caráter de *língua viva* – “die lebendige Rede” (VOSSLER, 2015, p. 12). Para ele, não é possível pensar que uma

⁸⁰ A obra de Meyer-Lübke citada por Vossler é *Grammatik der romanischen Sprachen*, de 1888.

⁸¹ É inevitável lembrarmos, aqui, a dicotomia saussureana entre significante e significado, ou seja, a imagem acústica e o conceito. Claramente, não podemos aproximar a leitura de Meyer-Lübke da perspectiva saussureana de forma reducionista. Conforme o *Curso de Linguística Geral* (1995) apresenta, Saussure faz uma cuidadosa explanação sobre o caráter do significante, mostrando que este seria uma apreensão que os falantes fazem da imagem acústica de um elemento linguístico. A primazia do significante na teoria saussureana é notável, pois ela conduz o ponto de vista inicial de muitas de suas teses, como a da arbitrariedade do signo e da sua mutabilidade e imutabilidade. No pensamento de Meyer-Lübke, conforme exposto por Vossler (2015), também há a primazia da forma do elemento linguístico, na medida em que os estudos da fonética, seriam, para ele, anteriores a outros. No entanto, Meyer-Lübke destaca principalmente o som da palavra como resultado fisiológico do ruído da passagem do ar pela boca. (MEYER-LÜBKE, 1888, apud VOSSLER)

⁸² Tradução sob responsabilidade da autora: “Não é nenhum segredo que se tenha chegado à divisão em Fonética, Teoria da Dobra e Sintaxe pelo procedimento de análise, da divisão mecânica. Eles queriam conhecer a língua em seu estado (*Zustand*), não em sua evolução (*Werden*). Foi considerado algo dado e concluído, ou seja, positivista. Sua dissecação anatômica foi realizada. A língua viva (*die lebendige Rede*) foi dividida em frases, membros da frase, palavras, sílabas e sons.”

oração, por exemplo, constitui uma unidade linguística, pois isso não representa a essência viva da linguagem, que tem história e se transforma.

Vossler expõe que a neogramática propõe a divisão da língua no que tange a diferentes níveis de estudo, tais como a Fonética, a Morfologia e a Sintaxe, e também as divisões analíticas da língua no interior de cada nível, como os morfemas, as classes de palavras e os termos da oração. Para Vossler, a separação desses componentes fonéticos, morfológicos e sintáticos pode possibilitar algumas observações valiosas. No entanto, pensar nestas categorias em uma ordem hierárquica, ou seja, da sílaba até o termo da oração, não é mais do que um princípio imposto pelos fins generalizantes e mecanicistas do positivismo radical.⁸³ Esta seria, para Vossler (*op. Cit.*), uma falsa relação de causalidade, pois esta divisão no pensamento linguístico não dá conta de explicitar a história da língua em relação a fatores que demonstram a mudança linguística.

Compreendemos o quanto a discussão sobre a divisão dos níveis de análise linguística no interior de uma disciplina própria dos estudos da linguagem é fundamental para compreendermos as diferentes concepções de gramática que se definiram ao longo da história da Filologia e da Linguística. Conforme iremos dissertar amplamente na seção 1.3 desta tese, Vossler (1963) nos mostra de forma muito crítica que a gramática adquire diferentes concepções no interior do seu estudo científico e também do seu ensino enquanto prática metalinguística.

Ademais, o diálogo de Vossler com os historicistas-comparatistas e com os neogramáticos nos dá a dimensão da amplitude e da originalidade do seu pensamento no que se refere a considerar a língua em sua relação com a história e também com a produção artística e literária de uma comunidade.

Não podemos deixar de lembrar, aqui, que as teses de Vossler (1963), (1951) sobre a língua nacional estabelecem que a língua se constitui historicamente em sua relação com a cultura, e, por conseguinte, com a literatura e com outras artes. Segundo ele (1963), não há como compreender o funcionamento e as transformações da língua sem colocá-la na perspectiva da produção literária e artística de uma

⁸³ No capítulo 1.1 desta tese, realizamos a leitura do positivismo tal qual elaborado no *Curso de filosofia positiva*, de Auguste Comte (1983) e falamos sobre a distinção que Vossler (2015) faz do que denomina *positivismo metodológico*, que conteria pressupostos metodológicos para investigação de um objeto de estudo, e o *positivismo metafísico ou radical*, que seria uma perspectiva generalizante ao extremo, com pressupostos lógicos que rejeitam as relações causais e as especificidades de um objeto.

comunidade. Vossler faz essas observações em decorrência de sua profunda análise crítica do pensamento de diferentes escolas dos estudos da linguagem.

3.2.2 O diálogo da obra de Vossler com o pensamento de Charles Bally

O pensamento de Charles Bally está nos fundamentos da Filosofia da Linguagem da primeira metade do século XX. Os seus estudos contém bases fundamentais para uma teoria da subjetividade na língua. Ao tratar da Estilística como uma disciplina que deve nortear as investigações linguísticas, Bally (1967) desenvolve importantes reflexões sobre o caráter social e subjetivo da linguagem.

Entendemos que seus questionamentos são dos mais importantes para os estudos da linguagem. Dentro de seu campo de investigação, Karl Vossler reconhece a grandeza dos estudos de Charles Bally (1967) e dedica um capítulo em sua coletânea de ensaios, *Filosofia del lenguaje* (1963), ao pensamento deste linguista genebrino.

Bally é comumente reconhecido como discípulo de Ferdinand de Saussure que, ao lado de Albert Sechehaye, organizou o *Curso de linguística geral*⁸⁴ (1995) a partir de suas anotações de um curso ministrado por Saussure entre os anos de 1907 e 1911. Segundo o texto de Joseph Vendryes⁸⁵ (2002) como aluno de Saussure, Bally estudou sânscrito e, posteriormente, ensinou grego no Calvin College. Em 1909, ele publica o seu *Traité de stylistique française* e, posteriormente, a edição francesa do seu ensaio *El lenguaje y la vida* (1967)⁸⁶. Esta obra é fundamental para

⁸⁴ Trabalhamos com a vigésima edição brasileira do *Curso de linguística geral*, datada de 1995, com tradução de Antônio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Blikstein, pela editora Cultrix. Como sabemos, a primeira edição em francês foi publicada em 1916.

⁸⁵ Joseph Vendryes foi um linguista francês que viveu entre 1875 e 1960. Foi orientando de Antoine Meillet, ao lado de Emile Benveniste. Segundo Meillet (2016), em 1921 Vendryes escreveu uma importante obra sobre Linguística Geral, *Le langage: introduction linguistique à l'histoire*. Segundo texto de Emile Benveniste (2002), Vendryes estudou as línguas celtas sob uma visão comparatista das línguas indo-europeias.

⁸⁶ O volume intitulado *El lenguaje y la vida* é dividido em duas partes. A primeira contém estudos sob o título *El lenguaje y la vida*. O segundo contém estudos sob o título *Estilística y lingüística general*. Encontramos controvérsias sobre a data da primeira edição em francês. Trabalhamos com a quinta edição em espanhol de 1967, publicada na Argentina e traduzida por Amado Alonso. Nesta edição temos acesso ao prefácio da primeira edição em francês, com a data de 1925, em Genebra, e é de autoria de Charles Bally, conforme lemos a seguir: “Cada uno de estos escritos tiene su independencia, pero el lector no tendrá dificultad en encontrar el parentesco que los une; hasta es tan evidente, que debo pedir excusas por ciertas repeticiones cuya supresión habría estorbado la economía de extensos passajes.” (Bally, 1967, p. 9) Considerando a informação de Vendryes (2002) de que o ensaio *La langage et la vie* é publicado em 1913, observamos que tal texto possa ter sido posteriormente

compreendermos o pensamento de Bally, pois é aqui que ele questiona os métodos historicistas-comparatistas e expõe o seu pensamento filosófico-linguístico acerca de uma ordem de investigação que estabelece o falante e suas formas de expressão em seu entorno social como categorias constitutivas do uso da língua e da mudança linguística.

Esta obra é também objeto de crítica de Vossler (1963). O linguista alemão dialoga com o pensamento de Bally, formulando questionamentos sobre as formas de tratamento de Bally em relação à evolução da língua e também em relação à aproximação de sua teoria com os princípios das ciências naturais.

Propomos investigar dois pontos que reconhecemos como principais da obra de Bally (1967): A) Como se dá sua relação com os métodos comparatistas e com a perspectiva histórica nos estudos da linguagem; B) De que forma ele faz uma crítica à visão sistêmica de língua e, por conseguinte, como compreendemos os modos como ele relaciona a língua ao que é da ordem do social e do individual, com vistas a uma teoria da subjetividade.

Após a leitura e reflexão sobre estes pontos em sua obra, objetivamos investigar de que forma Vossler (1963) se posiciona em relação a estes temas na obra de Bally e também como Vossler constrói a sua crítica à concepção de língua de Bally.

*3.2.2.1 Uma leitura de diferentes aspectos da obra *El lenguaje y la vida*, de Charles Bally*

Começamos, aqui, a analisar o capítulo intitulado *Dos concepciones de la estilística de El lenguaje y la vida* (1967), em que Bally se dedica a investigar o alcance e os limites dos métodos historicistas-comparatistas.

Em primeiro lugar, podemos observar que Bally (1967) elabora análises, através da comparação entre línguas, sob uma perspectiva das características sintáticas, morfológicas e estilísticas de uma língua específica. Ele não busca reconstituir as possibilidades de formas que uma palavra pode ter apresentado ao longo do tempo, mas promove a comparação entre as formas de proferir um

reformulado ou ter tido acréscimos por Bally, pois neste mesmo ensaio o autor faz menção a Ferdinand de Saussure e o *Curso de Linguística Geral*, que, como sabemos, veio a ser publicado em 1916.

enunciado com tradução semelhante em diferentes idiomas. A partir disso, diversos fatores intervêm nas formas de expressão.

Entre eles, Bally cita as construções mais nominais ou mais verbais, determinadas escolhas lexicais típicas de um idioma, o uso ou não de artigos, o modo de construção dos casos e também as inversões. Sobre estas últimas, apresentamos o seguinte exemplo em francês levantado por Bally (*op. Cit.* p. 85):

1. *Je n'ais jamais reçu cette lettre,*
2. *Cette lettre, je ne l'ai jamais reçue*⁸⁷.

Bally observa que, no enunciado 1, o emprego do objeto *cette lettre* ocorre após o verbo, e, no enunciado 2, o mesmo objeto ocorre na forma inversa, no início da oração, afastado do verbo. A disposição do objeto na frente do verbo exige o uso do referente *la*, que funciona como uma anáfora pronominal⁸⁸. Além disso, sendo *lettre* palavra feminina, a forma verbal *reçu* passa a exigir a concordância com o objeto, formando, assim, *reçue*. É isso o que nos explica Bally a seguir:

Quizá parta del punto de vista gramatical. Notará entonces en la segunda frase la presencia del pronombre *la*, que reemplaza al complemento precedente y sin el cual ese régimen no podría ocupar el primer lugar⁸⁹ (*cette lettre, je n'ai jamais reçue*, seria incorrecto). (1967, p. 85, grifos do autor)

A partir disso, Bally compara esta construção com a língua alemã para concluir que, no caso da inversão em alemão, o pronome que trabalha como referente do objeto, no sentido de retomá-lo, não seria necessário e que a simples entonação é o suficiente para dar conta de desempenhar tal papel. Leiamos de que forma Bally apresenta o enunciado em alemão e sua análise:

Luego observará que esta inversión es posible en alemán sin intervención del pronombre, porque el acento de frase se encarga de desempeñar ese oficio, y que no es, pues, necesario traducir literalmente, *diesen Brief, den habe ich nie bekommen*. (BALLY, 1967, p. 85, grifos do autor)

⁸⁷ Há a tradução em nota de rodapé para o espanhol: “Yo no he recibido nunca esa carta, – esa carta, no la he recibido nunca.” (Bally, 1967, p. 85)

⁸⁸ O *Dicionário de Análise do Discurso*, de Charaudeau e Meinguenau (2012) coloca a anáfora no âmbito da relação entre duas sequências através da referenciação. Esta referenciação pode ser feita através de substituições lexicais diversas, entre elas, a substituição pronominal. Sob este ponto de vista, o exemplo trazido de Bally (1963) apresenta a substituição através de um pronome, e, por isso, pode ser denominada *anáfora pronominal*.

⁸⁹ Tradução sob responsabilidade da autora: “Talvez comece do ponto de vista gramatical. Notar-se-á, então, na segunda sentença a presença do pronome *la*, que substitui o complemento anterior e sem o qual esse regime não poderia ocupar o primeiro lugar (*cette lettre, je n'ai jamais reçue*, seria incorreto).”

A nossa leitura é a de que, segundo a visão de Bally, o artigo *den*, em sua declinação própria do caso acusativo, não é necessário se fazer presente, nesta construção, para retomar o objeto que aparece anteposto, em destaque maior por conta de sua posição fora da ordem direta.

Bally observa que estes fatos e as reflexões que dele se depreendem não se apresentam de forma consciente para o *espírito*⁹⁰ do falante, principalmente para o falante nativo. Ou seja, a necessidade da inclusão de um pronome em francês para retomar o objeto, em caso de uma simples inversão, poderia levar-nos a pensar que o falante pode encontrar dificuldades estruturais para conduzir sua fala conforme lhe convém. No entanto, Bally explica que tais reflexões não estão no nível da consciência subjetiva sobre a língua, conforme lemos a seguir:

Por ejemplo: que la primera construcción se presta muy mal a la expresión de um sentimiento que acompaña a la idea, mientras que la segunda permite dar un matiz afectivo, pues reclama naturalmente una entonación expresiva, sea cual fuere el sentimiento que se quiera expresar (sorpresa, pesar, cólera, alegría, etc.) Así, de un lado y de otro, observaciones características, pero de naturaleza diferente, que señalan una divergencia de punto de vista, por lo menos inconsciente.⁹¹ (1967, p. 86)

A ideia de “matiz afetivo”, nesta passagem, coloca em destaque a questão da subjetividade na língua que, aqui, é tomada primeiramente sob o ponto de vista de um funcionamento inconsciente. Na leitura que fazemos, o matiz afetivo se materializa na entonação e é capaz de expressar o sentimento que acompanha uma ideia.

Quando Bally fala de “sentimento”, compreendemos que ele está tratando de um juízo de valor que subjaz ao dizer. Desse modo, a entonação é o que possibilita ao falante e ao ouvinte a expressão da sua subjetividade na língua. Esta ideia da

⁹⁰ Observamos que a utilização do termo *espírito*, por Bally, acontece de forma muito displicente, e sem explicações do significado deste uso no interior do seu pensamento. Ocasionalmente, nesta Tese, abordaremos de forma aprofundada o emprego deste termo na obra de Vossler. Conforme sabemos, a ideia de *espírito da época*, traduzida do alemão *zeitgeist*, está relacionada a um modo de pensar de uma época, e remonta principalmente à filosofia hegeliana, o que podemos ler em algumas obras de Hegel, como *Fenomenologia do espírito* (1992). No entanto, o *zeitgeist* hegeliano tem suas especificidades respeitadas em relação ao termo empregado por Vossler. É preciso compreender que o pensamento de Vossler trabalha sob o prisma da história nacional, e isso estabelece um sentido único para o uso do termo *espírito* na obra do linguista alemão. Já na obra de Bally, a ideia de *espírito* se aproxima de um senso de coletividade assumida de forma inconsciente pelo sujeito.

⁹¹ Tradução sob responsabilidade da autora: “Por exemplo: que a primeira construção se presta muito mal à expressão de um sentimento que acompanha a ideia, enquanto a segunda permite dar uma nuance afetiva, pois exige naturalmente uma entonação expressiva, seja qual for o sentimento que se deseja expressar (surpresa, arrependimento, raiva, alegria, etc.) Assim, de um lado e de outro, observações características, mas de natureza diferente, que indicam divergência de ponto de vista, pelo menos inconsciente.”

relação entre a afetividade e a entonação persiste na obra de Bally (1967) em diversos momentos. Esta relação permeia uma teoria da subjetividade que media a produção de um enunciado e a sua interpretação. Além disso, a entonação acontece de forma singular em cada idioma, na medida em que ela pode dar conta de representar o funcionamento morfossintático no interior de uma língua.

Tomemos a tradução dos enunciados proposto por Bally em francês para a língua inglesa. Neste caso, temos:

1. I have never received this letter.
2. This letter, I have never received it.

Estes dois enunciados consistem em traduções literais, considerando o pronome demonstrativo em francês, *cette*. Assim, na tradução em inglês, fazemos algumas observações. A primeira é que o inglês é bastante rígido quanto a ordem dos termos da oração. Por isso, a inversão do objeto *This letter* não poderia acontecer sem uma devida referência, a fim de retomá-lo através do pronome *it*. A segunda observação que fazemos é que *receive* (receber) é, no caso exemplificado, um verbo transitivo direto. Normalmente, em língua inglesa, não há a omissão dos objetos nas ocorrências de verbos transitivos. Ou seja, esta não é uma elipse prevista.

Ademais, fazemos uma terceira observação. Talvez nenhum dos dois enunciados seria esperado na língua inglesa, haja vista que *This* supõe um objeto que esteja ao alcance do falante. Neste caso, se a carta não foi recebida, não se trata de um objeto próximo. Assim, o uso mais natural seria “Such letter”, aplicado, ainda podemos afirmar, ao primeiro enunciado, sem inversão: “I have never received such letter.” Fazemos essa afirmação sob o ponto de vista de que a língua inglesa, conforme já dissemos, é uma língua rígida na ordem dos termos e que não privilegia inversões na linguagem cotidiana.

Esta terceira observação é a que mais nos interessa para compreendermos o que nos diz Bally sobre a ênfase que o falante coloca em um ou outro termo de sua fala, e de que forma ele inverte ou omite determinado referente. Desse modo, a subjetividade na língua, para Bally, não consiste em uma característica individual e única a cada falante. O funcionamento da língua não aparece sob uma forma transparente aos falantes, mas as relações de afetividade dos falantes com a língua se manifestam sob a forma da entonação, da elipse e da ênfase.

A noção de “afetividade” na teoria de Bally se constrói em uma relação constitutiva com a linguagem. Vejamos como ele a define:

La afectividad es la manifestación natural y espontánea de las formas subjetivas de nuestro pensamiento: está indisolublemente ligada a nuestras sensaciones vitales, a nuestros deseos, a nuestras voliciones, a nuestros juicios de valor. La afectividad es, lo que viene a ser lo mismo – la señal exterior del interés personal que sentimos por la realidad. Parece, pues, que el lenguaje afectivo, o *expresivo*, que traduce estos movimientos interiores, es fácil de definir: será expresivo todo hecho de lenguaje asociado a una emoción.⁹² (BALLY, 1967, p. 117, grifos do autor)

Esta definição de afetividade é basilar na teoria da subjetividade que se constrói no pensamento filosófico-linguístico de Bally. Em sua ótica, a afetividade não existe senão em sua forma material, que existe através da linguagem. Nesse sentido, a língua só se torna expressiva no sentido de que ela materializa os juízos de valor de um indivíduo, na medida em que é carregada das relações afetivas que este indivíduo mantém com a sua realidade.

Bally também reflete sobre dois modos de pensar sobre as especificidades de uma língua: A) a observação das formas de construção interna de uma língua; B) a comparação entre línguas, que é capaz de levar para além da observação da estrutura. Segundo ele, a observação da construção interna de uma língua só é capaz de demonstrar determinadas características se a tomarmos em sua forma escrita, enquanto que o método comparativo possibilita compreender o funcionamento dos recursos da fala como forma de suprir determinadas necessidades de natureza sintática, como por exemplo o uso de um pronome para recuperar um objeto direto, que é o caso dos exemplos citados em francês, em alemão e em inglês, ou também as elipses, bastante citadas por Bally (1967).

Ele levanta como ilustração dos casos de elipse a obrigatoriedade do uso do verbo *être* [ser] em francês, ao passo que em russo esta utilização não é necessária no presente do indicativo. Leiamos:

Hay casos en que el método comparativo falla porque falsea la interpretación espontánea de los hablantes. Si, por ejemplo, se habla de una lengua que, como el francés (o el español), emplea obligatoriamente la cópula *être* [ser], se quedará uno muy sorprendido de la ausencia de cópula en otra lengua, por ejemplo en el ruso (comp. *la casa es nueva* y ruso *dom nov*). Pero se

⁹² Tradução sob responsabilidade da autora: “A afetividade é a manifestação natural e espontânea das formas subjetivas do nosso pensamento: está indissolublemente ligada às nossas sensações vitais, aos nossos desejos, às nossas volições, aos nossos juízos de valor. Afetividade é, o que vem a ser o mesmo - o sinal externo do interesse pessoal que sentimos pela realidade. Parece, portanto, que a linguagem afetiva ou expressiva que traduz esses movimentos internos é fácil de definir: qualquer fato da linguagem associado a uma emoção será expressivo.”

olvida que un signo ausente puede tener siempre valor de signo cero si falta solamente en un caso del sistema y figura en todos los demás casos correspondientes. De hecho, el ruso tiene la cópula en todas las ocasiones menos en el presente de indicativo, así que *dom nov* es paralelo a *dom bil nov*, etc.⁹³ (BALLY, 1967, p. 87 e 88, grifos do autor)

Em nossa leitura, Bally denomina a elipse como *signo zero*. Para ser assim considerado, ele deve ser encontrado de forma regular em diversos tipos de enunciados, ainda que alguma exceção ocorra. Então, aqui residiria sua irregularidade e sua qualidade de signo zero. Nesse ínterim, o contrário de *zero* é o valor que o signo adquire por se encontrar em uma posição comum, que se repete, que consiste em uma posição regular. Podemos observar que, aqui, a elipse é tratada de forma predominantemente sintática. Apresenta-se também, sob esta perspectiva, uma forma de tratar a irregularidade. Trata-se de reconhecê-la em sua diferença no interior de um sistema regular e encontrar uma regra que a explique.

Um dos métodos de observação, segundo Bally, consiste em observar o funcionamento interno da língua, colocando em jogo as formas de construção estrutural e também as formas de expressão subjetiva na língua, e o outro método consiste na comparação entre as línguas, que também permite observações sobre a subjetividade na língua na medida em que torna explícito mecanismos de elipse e de inversão. O autor encontra algumas convergências nos dois métodos de investigação, mas observa que o método comparativo depende de reflexões anteriores acerca dos caracteres expressivos no interior de uma língua. Leiamos uma passagem em que ele expõe de forma explícita esta observação:

Así, pues, dos maneras muy diferentes hay de poner de relieve los caracteres expresivos de una lengua: o bien se pueden comparar sus medios de expresión con los de otra lengua, o bien comparar entre sí los principales tipos expresivos de la misma lengua, teniendo en cuenta los ambientes a que pertenecen, las circunstancias de su empleo oportuno, las intenciones que los eligen en cada caso, y, en fin y sobre todo, los efectos que producen en la sensibilidad de los hablantes y de los oyentes. Ya hemos visto que los resultados de estos dos órdenes de investigación, si bien concuerdan en

⁹³ Tradução sob responsabilidade da autora: “Há casos em que o método comparativo falha porque deturpa a interpretação espontânea dos falantes. Se, por exemplo, alguém fala de uma língua que, como o francês (ou o espanhol), usa obrigatoriamente o verbo copulativo être [ser], ficará muito surpreso com a ausência deste verbo em outro idioma, por exemplo, em russo (comparação: *la casa es nueva*, e, em russo, *dom nov*). Mas esquece-se que um sinal ausente sempre pode ter um valor de signo zero se estiver faltando apenas em um caso do sistema e aparecer em todos os outros casos correspondentes. De fato, o russo tem o verbo copulativo em todas as ocasiões, exceto no tempo presente; portanto, *dom nov* é paralelo a *dom bil nov*, etc.”

algunos puntos, son muy diferentes en la mayor parte de los casos.⁹⁴ (BALLY, 1967, p. 88)

Observamos que estas reflexões estão condicionadas às intenções, às circunstâncias de emprego de um enunciado e à própria “sensibilidade” dos falantes. A partir destas reflexões, Bally (*op.cit.*) chega a um ponto crucial de sua teoria, ao estabelecer pontos de contato entre as formas de expressão do falante e o tratamento da Estilística. A investigação da língua sob o ponto de vista da Estilística se dá, na ótica de Bally, pelos modos como as formas de expressão atestam as relações de afetividade e se constituem pela subjetividade. Nesse ínterim, há, por um lado, a vida psíquica do sujeito⁹⁵, o funcionamento interior de sua consciência, de suas ideias e emoções. Por outro, há as manifestações exteriores desta vida interior, através de ações, símbolos e palavras.

É fundamental compreender que essas observações nos levam a pontos conclusivos da obra de Bally: ele está justificando o ponto de vista da Estilística através da construção de uma teoria da subjetividade muito específica, que representa, inclusive, o que Valentin Volochinov (2018) denomina como subjetivismo individualista.

Conforme iremos explorar no segundo capítulo desta tese, Volochinov (2018) constrói uma crítica à tendência do pensamento filosófico-linguístico a qual denomina *subjetivismo individualista*. Na visão de Volochinov, esta tendência caracteriza-se, primeiramente, por reconhecer a criatividade individual como fator primordial que conduz a investigação linguística. Nesta perspectiva, o movimento de engendramento da expressão se daria do interior para o exterior e a concepção de língua residiria principalmente nos princípios da estética. Volochinov (*op. Cit.*) reconhece Vossler como um dos representantes mais expressivos desta vertente de pensamento. Na

⁹⁴ Tradução sob responsabilidade da autora: “Assim, existem duas maneiras muito diferentes de destacar as características expressivas de uma língua: seus meios de expressão podem ser comparados com os de outra língua, ou os principais tipos expressivos da mesma língua podem ser comparados entre si, levando em consideração os ambientes a que pertencem, as circunstâncias de seu emprego oportuno, as intenções que conduzem tais escolhas em cada caso e, finalmente e acima de tudo, os efeitos que produzem na sensibilidade de falantes e ouvintes. Já vimos que os resultados dessas duas ordens de investigação, embora concordem em alguns pontos, são muito diferentes na maioria dos casos.”

⁹⁵ Utilizamos o léxico “sujeito”, aqui, com base no próprio uso do termo por Bally (1967). A tradução em espanhol, com a qual trabalhamos, traz “*sujeto*” como o indivíduo falante de uma língua nacional específica. Destacamos que de forma alguma o trazemos no sentido que se assemelhe ao termo “sujeito” conforme empregado em outras áreas do conhecimento científico.

medida em que o pensamento de Bally converge para as ideias de Vossler no que tange a esta apreensão da subjetividade, consideramos que esta parte da teoria de Bally esteja dentro dos limites do subjetivismo individualista tal qual proposta por Volochinov (2018).

Conforme vemos, há uma construção gradativa de uma teoria da subjetividade na obra de Bally (1967). Esta gradatividade se amplia em determinado momento de sua leitura e há a eclosão simultânea da construção de uma teoria da subjetividade e da delimitação da Estilística como o campo de estudo mais primordial da língua para o autor.

As formas de tratamento da subjetividade, neste caso, justificam a primazia da Estilística. Então, vejamos como isso se dá, começando por explicitar os modos pelos quais Bally contempla o funcionamento do caráter interior e exterior da expressão subjetiva, para depois compreendermos de que forma este funcionamento se alia à perspectiva da Estilística tal qual pensada por Bally. Leiamos:

Lo que el sujeto sorprende en sí mismo, en cada sondeo, es la sucesión ininterrumpida de sus estados de conciencia, representaciones, ideas y emociones, la vida de su espíritu en su movilidad, las manifestaciones diversas de su temperamento. Esta introspección, enteramente espontánea, rara vez permite al sujeto objetivarse; el sujeto no se ve a sí mismo como lo vería otro. Y a la inversa, lo que los otros perciben de uno son las manifestaciones exteriores de nuestro ser, o más bien, no ven más que los resultados y los símbolos, en forma de actos, de movimientos voluntarios o involuntarios, de palabras, etc.⁹⁶ (BALLY, 1967, p. 89)

Observamos a movimentação de diversas categorias, como consciência, manifestações, representações. No entanto, elas residem todas no centro do indivíduo. A consciência, bem como as representações e ideias são colocadas no patamar das *emoções* e têm sua origem no interior psíquico do sujeito. Elas são passíveis de observação ao se manifestarem através de atos, movimentos e palavras. Temos aqui um movimento de engendramento da expressão que se dá de dentro para fora.

Mas Bally vai além dessa elaboração ao trabalhar também sob a perspectiva de como o “outro”, *los otros*, percebem tais manifestações. Assim, a forma de

⁹⁶ Tradução sob responsabilidade da autora: “O que o sujeito surpreende em si mesmo, em cada som, é a sucessão ininterrupta de seus estados de consciência, representações, ideias e emoções, a vida de seu espírito em sua mobilidade, as diversas manifestações de seu temperamento. Essa introspecção inteiramente espontânea raras vezes permite ao sujeito objetivar-se; o sujeito não se vê como alguém o faria. Por outro lado, o que os outros percebem deste sujeito são as manifestações externas do seu ser, ou melhor, apenas veem os resultados e símbolos, na forma de atos, movimentos voluntários ou involuntários, palavras, etc.”

apreensão da expressão pelo outro depende de um conjunto complexo de observações por parte do ouvinte. Na ótica de Bally (1967), a língua passa a ser um canal de expressão do temperamento do sujeito, e a Estilística envolve, portanto, a perspectiva de como o falante vê o outro e a perspectiva de como o ouvinte percebe a expressão do falante.

Este conjunto complexo de observações compreende um ângulo intelectual e também um ângulo emocional. Dessa forma, aquilo que se externaliza através de ações e de palavras está sujeito a interpretações distintas, e pode também adquirir o caráter de *símbolos*, que são apreendidos de uma ou outra forma. Bally utiliza o termo “interpretação” – *interpretación* – para tratar dos modos pelos quais a expressão será apreendida pelo outro. Assim, na própria interpretação temos a categoria da subjetividade como mediação.

Por um lado, o pensamento filosófico-linguístico de Bally coloca em foco a categoria da subjetividade em um momento em que os estudos da linguagem se fundavam essencialmente sobre as bases dos métodos comparatistas calcados de forma dominante em estruturas das línguas. Então, a construção dos questionamentos que o levam a colocar o estudo da expressão sob o prisma da subjetividade de um sujeito que fala e de um que ouve assume uma grande importância dentro de um contexto onde não haveria um espaço sólido para tais questões.

Por outro lado, esta categoria de subjetividade exposta por Bally é da ordem da individualidade. Bally está preocupado em descrever como o que é “interno”, que faz parte da introspecção do sujeito, se externaliza por meio de símbolos e palavras. Mas é preciso observar que ele não considera a exterioridade histórico-social como constitutiva dos sentidos, conforme veremos, de forma mais aprofundada, no capítulo dois desta tese, quando apresentamos a crítica de Volochinov (2018) ao subjetivismo individualista. Desse modo, a análise da expressão contempla um contexto imediato, e não prevê a consideração das bases históricas que suportam um ou outro sentido que pode ser expresso e apreendido.

Conforme Bally (1967) avança em sua teoria, observamos diversos aspectos sobre os quais buscamos uma compreensão para delimitarmos os princípios que norteiam sua teoria. A passagem que traremos a seguir nos permitirá refletir sobre

duas perspectivas de investigação que visam a compreender as relações assimétricas entre um símbolo e um elemento do pensamento. Leiamos a seguir:

En primer lugar, es raro que a un símbolo corresponda un solo hecho de pensamiento; es raro también que un hecho de pensamiento se traduzca por un solo símbolo. En segundo lugar, no se obtiene así más que una imagen esquemática y “simplista” de nuestra vida interior; pero, si esa imagen es verdadera, hace aparecer los rasgos generales de la inteligencia y del carácter, constituidos por la herencia, el medio y otros factores. El esfuerzo que necesita la interpretación de los símbolos hace que los caracteres se vean desde un ángulo intelectual, y nuestro ser no es todo intelecto. Pero tales como son, nos instruyen sobre nosotros mismos.⁹⁷ (BALLY, 1967, p. 89, grifos do autor)

É preciso dizer, em primeiro lugar, o que entendemos por “símbolo” no texto de Bally (*op. Cit.*). Pelas leituras que fizemos acima, compreendemos que “símbolo” contempla as possibilidades de manifestações da expressão: através da ação, do movimento e da palavra. Isso nos leva a pensar que o conceito de linguagem para Bally é amplo, e não abarca somente a linguagem verbal. Assim, o gesto, por exemplo, é um elemento imbuído de significado.

A partir disso, podemos observar nesta passagem no mínimo duas considerações muito importantes. Primeiro, a correspondência entre o símbolo e um elemento do pensamento não é direta nem objetiva. Isso significa que uma palavra ou um gesto não tem a capacidade de representar a complexidade de um pensamento ou as características do que Bally chama “vida interior”, o que compreendemos como o funcionamento psíquico do sujeito. Este pensamento nos leva a refletir sobre o fato de que um símbolo – ação, movimento ou palavra – não tem autonomia de forma isolada.

A segunda consideração para a qual chamamos atenção na passagem citada é a forma como os símbolos, tomados em seu conjunto de expressão e também na sua interpretação, ou seja, nos modos como se externalizam e como chegam ao “outro”, representam o caráter simultaneamente intelectual e emocional dos sujeitos.

⁹⁷ Tradução sob responsabilidade da autora: “Em primeiro lugar, é raro que, a um símbolo, corresponda um único fato do pensamento; também é raro que um fato do pensamento seja traduzido por um único símbolo. Em segundo lugar, apenas se obtém uma imagem esquemática e “simplista” de nossa vida interior; mas, se essa imagem é verdadeira, aparecem os recursos gerais de inteligência e caráter, constituídos por herança, pelo meio e por outros fatores. O esforço necessário para a interpretação dos símbolos faz com que os caracteres sejam vistos sob um ângulo intelectual, e nosso ser não é todo o intelecto. Mas, tais como são, eles nos ensinam sobre nós mesmos.”

Esta perspectiva é bastante complexa, pois denota que a linguagem não é transparente. Disso, depreendemos que as formas de expressão da língua não significam o mesmo para todos os sujeitos e tampouco as possibilidades de construção da linguagem se apresentam do mesmo modo para todos.

Compreendemos que, se por um lado, esta teoria da subjetividade privilegia questões de ordem singular e individual do sujeito, por outro lado, Bally não faz recair as formas de construção da expressão no plano da consciência, próprio do sujeito racional. Ou seja, as formas de expressão não são, em sua concepção, responsabilidade consciente do sujeito, conforme lemos a seguir:

Absorbidos como estamos por el incesante movimiento de nuestra vida – exterior y psíquica -, el fondo de nuestro ser se nos suele escapar en sus rasgos esenciales; es nuestro carácter el que gobierna nuestras acciones, sin que nos demos nosotros cuenta. Tal es la naturaleza propia de la observación interna y de la observación exterior, y la ayuda recíproca que se pueden prestar.⁹⁸ (BALLY, 1967, p. 89)

Destacamos que Bally fala em “ações” - *acciones* – não em um caráter pragmático, mas na forma de linguagem simbólica. Então, para ele, as ações, enquanto símbolos, são produzidas pelo funcionamento intelectual e afetivo do caráter do indivíduo, pelo funcionamento psíquico, e, por conseguinte, elas não são de uma natureza totalmente consciente. Assim, as formas de expressão de um sujeito só poderiam ser estas que ele realiza, pois elas dependem da sua vida interior e do modo como internaliza os símbolos.

Novamente, compreendemos um aspecto fundamental nesta forma em que Bally pensa a subjetividade: a não autonomia da expressão que se produz através de uma construção que mobiliza o inconsciente e a espontaneidade, e também a razão e a emoção.

A partir desta construção teórica e filosófica sobre a constituição subjetiva da expressão, Bally estabelece a necessidade de uma investigação linguística sob o ponto de vista da Estilística. Sobre isso, o autor afirma:

Para mí, la tarea y misión de la estilística consiste en buscar cuáles son los tipos expresivos que en un período dado sirven para traducir los movimientos del pensamiento y del sentimiento de los hablantes, y en estudiar los efectos

⁹⁸ Tradução sob responsabilidade da autora: “Absorto como somos pelo movimento incessante de nossa vida - exterior e psíquica -, o fundo de nosso ser geralmente nos escapa em suas características essenciais; é nosso caráter que governa nossas ações, sem que percebamos. Esta é a natureza da observação interna e da observação externa, e a ajuda recíproca que podem se dar.”

producidos espontáneamente en los oyentes por el empleo de esos tipos⁹⁹.
(BALLY, 1967, p. 90)

Para Bally, o caráter social da linguagem natural (1967) abriga ações e reações, intenções e efeitos, que nem sempre são correspondentes, ou seja, os efeitos derivados de uma expressão não necessariamente são aqueles intencionados pelo sujeito que externaliza seu pensamento e seu sentimento.

Buscamos compreender, aqui, de que forma a Estilística, no pensamento de Bally, deve investigar as formas pelas quais a expressão se materializa como um elemento simbólico do pensamento individual no seio da vida social, mas que nem sempre corresponde ao que o sujeito pretende expressar. Assim, depreendemos que, ao pensamento de Bally, subjaz um princípio de não reciprocidade entre o pensamento e a linguagem.

Uma compreensão que podemos ter em relação a isso se dá pela afirmação de Bally (1967) de que a Estilística pode intervir no momento em que a expressão simboliza um meio social ou uma forma de relações sociais. A partir desse pensamento, Bally reflete sobre a ideia de que haveria uma relação instintiva entre o que é falado e as formas em que a interpretação deste falar se materializa na linguagem do outro. A través desta hipótese ele busca estabelecer relações de analogia entre a fala e a escuta, na medida em que ambas pressupõem as relações entre o sujeito com a língua, e que essas relações permeiam a interpretação:

[...] la estilística no interviene sino cuando la expresión oída simboliza un medio social (por ej. el pueblo), o una forma determinada y general de vida (así, una edad, por ej. la infancia), o una forma determinada de relaciones sociales (por ej. la vida conyugal), o una forma especial de pensamiento (por ej. el pensamiento científico). Sea lo que fuere, se establece una comparación instintiva entre el hablar de quien escucha y el hablar revelado por las expresiones que oye; parece, pues, que la comparación entre dos hablantes y la que se hace entre dos idiomas presentan alguna analogía.¹⁰⁰ (BALLY, 1967, p. 91 e 92, grifos do autor)

⁹⁹ Tradução sob responsabilidade da autora: “Para mim, a tarefa e a missão da estilística consistem em buscar os tipos expressivos que, em um determinado período, são usados para traduzir os movimentos de pensamento e sentimento dos falantes, e em estudar os efeitos produzidos espontaneamente nos ouvintes pelo emprego desses tipos.”

¹⁰⁰ Tradução sob responsabilidade da autora: “[...] a estilística não intervém senão quando a expressão ouvida simboliza um meio social (por exemplo, as pessoas), ou um modo de vida determinado e geral (como uma idade, por exemplo, infância) ou uma forma particular de relações sociais (por exemplo, a vida conjugal) ou uma maneira especial de pensar (por exemplo, o pensamento científico). Seja como for, é feita uma comparação instintiva entre a fala do ouvinte e a fala revelada pelas expressões que ele ouve; parece, então, que a comparação entre duas palavras e aquela entre duas línguas apresenta alguma analogia.”

Esta passagem surpreende por alguns pontos de muito interesse no pensamento filosófico-linguístico de Bally. Primeiro, o caráter social com que o autor trata a estilística como uma perspectiva de investigação. Segundo, o fato de que ele trata a fala e a escuta sob o ponto de vista de uma comparação que pode ser estabelecida entre fala e escuta, tradução e compreensão.

Bally coloca a interpretação no nível da tradução, ou seja, o falante e o ouvinte estão imbricados em relações análogas ao processo de ouvir e traduzir uma língua estrangeira. Este processo não é imediato ou transparente, e depende de algumas variantes: as relações sociais, familiares, o modo de produção do conhecimento, entre outros aspectos da vida social cotidiana. Compreendemos que esta postura está profundamente enraizada em questões de interpretação, e que tais questões estão mediadas, na teoria de Bally, pelas relações de afetividade do falante com diferentes aspectos do seu meio social.

Esta postura de Bally leva-o a questionar os modos de investigação dos métodos historicista-comparatistas que se preocupam primordialmente com a reconstrução estrutural de uma língua. Em sua perspectiva, é necessário colocar em perspectiva a subjetividade constitutiva das formas de expressão dos sujeitos através da linguagem. Assim, ele coloca a Estilística no cerne da investigação linguística, e propõe que ela se ocupe de compreender o funcionamento da expressividade, ou seja, da forma como os mesmos elementos linguísticos podem produzir efeitos distintos e específicos no processo da troca entre o indivíduo que fala e o que escuta. Nesse sentido, Bally afirma: “[...] lo que la estilística de la expresividad estudia [...] son los procedimientos, los *signos* por medio de los cuales produce la lengua la emoción.”¹⁰¹ (1967, p. 92)

Ao colocar uma relação estreita entre a Estilística e o estudo da expressividade em suas características subjetivas, tais como a entonação, as construções sintáticas de uma forma em detrimento de outra, as elipses e as inversões, Bally dá destaque principalmente às questões de ordem emocional que são espontâneas no indivíduo, pois, para ele, a linguagem não é essencialmente razão.

Além disso, ainda sobre o excerto citado, é preciso que nos perguntemos de que natureza são as relações sociais com a língua das quais nos fala Bally. Sobre

¹⁰¹ Tradução sob responsabilidade da autora: “[...] o que a estilística da expressividade estuda [...] são os procedimentos, os sinais pelos quais a língua produz a emoção.”

isto, observamos que a ordem social, para ele, não diz respeito a uma ordem sociológica no sentido da divisão dos grupos sociais e da constituição da sociedade por princípios de comunidades diversas. A ordem social é, aqui, antes a relação do indivíduo com o outro e com o seu entorno coletivo, com os tipos de discursos produzidos de acordo com o meio social e cultural: familiar, jurídico, científico, etc.

A partir desse panorama reflexivo que Bally constrói acerca de como determinados fatores subjetivos constituem as bases das investigações da Estilística, o autor estabelece uma diferença entre as perspectivas de uma estilística externa e uma estilística interna. Segundo a nossa leitura, a estilística interna compreende as relações entre palavra e pensamento, entre língua e afetividade, ou seja, se ocupa de observar aquilo que é da ordem psíquica e interna ao sujeito. Já a estilística externa se ocupa de investigar a forma e a estrutura da língua, bem como fazer a sua reconstituição através da comparação entre as línguas. Leiamos a seguir de que forma Bally delimita essas duas perspectivas:

Em resumen, al estudiar los caracteres de una lengua, la estilística comparativa externa enseña a reconstituir el organismo de esa lengua, su estructura, su armazón; yo tengo la convicción de que tarde o temprano ha de hacerse una penetración progresiva entre esta estilística y la gramática (tomando gramática en su sentido más amplio), y de que se comprenderá, por fin, que la mejor manera de aprender una lengua es la de poner de relieve sus caracteres propios en el curso de la exposición gramatical. En cuanto a la estilística interna, lo que procura es fijar las relaciones que se establecen entre la palabra y el pensamiento tanto en el hablante como en el oyente: estudia la lengua en sus relaciones con la vida real, ya que el pensamiento que la estilística interna halla expresado es casi siempre afectivo, de alguna manera.¹⁰² (1967, p. 92 e 93)

Compreendemos que a visão da Estilística, para Bally, contempla ao mesmo tempo princípios comparatistas que permitem investigar a estrutura da língua e suas relações gramaticais e também as relações entre língua e pensamento, norteadas pelos elementos afetivos e subjetivos que constituem a expressão.

Outro ponto importante na leitura da obra de Bally é como ele dialoga com as teses do *Curso de Linguística Geral* (1995). A seguinte passagem traz pontos iniciais

¹⁰² Tradução sob responsabilidade da autora: “Quanto à estilística interna, o que se tenta fazer é fixar as relações estabelecidas entre a palavra e o pensamento, tanto no falante quanto no ouvinte: estuda a língua em suas relações com a vida real, já que o pensamento que a estilística interna expressa é quase sempre afetivo, de alguma forma. Em resumo, ao estudar os caracteres de uma língua, a estilística comparativa externa ensina como reconstituir o organismo dessa língua, sua estrutura, sua formação; Tenho a convicção de que mais cedo ou mais tarde uma penetração progressiva deve ser feita entre essa estilística e a gramática (assumindo a gramática em seu sentido mais amplo), e que se compreenderá, finalmente, que a melhor maneira de aprender um idioma é destacar seus próprios caracteres no decorrer da exposição gramatical.”

para começarmos a compreender as formulações de Bally acerca das consequências da tomada da língua sob um prisma sistemático:

Pero no se comprenderá bien el juego de esta alma colectiva de la comunidad lingüística hasta que no se haya logrado hacer la síntesis del sistema de una lengua, es decir, de las asociaciones y de las oposiciones sincrónicas que unen sus diversos elementos en la conciencia de los sujetos hablantes. Todavía estamos muy lejos de ese ideal, porque nuestros métodos, sobre todo nuestros métodos históricos, nos han habituado a desarmar las lenguas y a examinarlas pieza por pieza.¹⁰³ (BALLY, 1967, p. 34)

Aqui, o pensamento de Bally nos coloca, pelo menos, duas questões. Primeiro, o autor reflete sobre as associações e as oposições que constituem os elementos linguísticos na consciência dos falantes. A segunda questão diz respeito a sua crítica ao próprio método historicista-comparatista, mais especificamente à abordagem histórica através da qual o método funciona. Vejamos a seguir de que forma podemos refletir sobre essas questões.

Bally (*op. Cit.*) faz a leitura de que o *Curso de Linguística Geral* trabalha sob a perspectiva de que não é possível misturar a história com o estudo dos sistemas linguísticos. No entanto, o autor contesta esta visão do CLG, conforme lemos a seguir:

Las notas recogidas piadosamente por sus discípulos se han publicado con el título de *Curso de Lingüística Geral*. Esta publicación nos curará de no pocas faltas de método y nos enseñará, sobre todo a no mezclar la historia con el estudio de los sistemas lingüísticos, porque éstos reposan enteramente sobre la oposición simultánea, sincrónica, de signos que en cada momento reciben de esta sola oposición, y de ninguna otra fuente, sus significaciones y sus valores diversos.¹⁰⁴ (BALLY, 1967, p. 35)

Esta breve descrição da visão sistemática de língua proposta pelo *Curso de Linguística Geral* é feita por Bally de uma forma bastante crítica. Segundo ele, para realizar uma investigação sob a perspectiva saussureana, considerando que os próprios signos, em um estado de observação sincrônica, constituem as oposições e associações que elaboram o sistema da língua, seria preciso ignorar a história e as transformações da língua. Sobre isso, diz Bally:

¹⁰³ Tradução sob responsabilidade da autora: “Mas não se compreenderá o jogo dessa alma coletiva da comunidade linguística até que tenha sido possível sintetizar o sistema de uma linguagem, isto é, das associações e oposições síncronas que unem seus vários elementos na consciência dos sujeitos falantes. Todavia, estamos muito longe desse ideal, porque nossos métodos, especialmente nossos métodos históricos, nos habituaram a desarmar linguagens e examiná-las peça por peça.”

¹⁰⁴ Tradução sob responsabilidade da autora: “As notas gentilmente coletadas por seus discípulos foram publicadas sob o título *Curso de Lingüística Geral*. Esta publicação nos livrará de não poucas carências de método e nos ensinará, sobretudo, a não misturar a história com o estudo dos sistemas linguísticos, porque estes repousam inteiramente na oposição simultânea e sincrônica dos signos que a cada momento desta mesma oposição, e de nenhuma outra, seus significados e seus diversos valores.”

[...] haría falta también que ignorase todo su pasado y que renunciase a relacionarla con la civilización y la organización social que representa, a fin de que su atención se aplicara por entero a la acción recíproca de sus símbolos. Entonces sería cuando tendría alguna probabilidad de captar el sistema en su realidad, porque emprendería su estudio libre de las ilusiones y de los prejuicios que nos vienen de la escritura y de los métodos históricos".¹⁰⁵ (1967, p. 35)

Conforme compreendemos, Bally demonstra que a perspectiva do sistema linguístico pressupõe um apagamento da história e das relações sociais constitutivas da língua. Conforme compreendemos, a investigação da língua enquanto sistema exigiria esquecer as relações da língua com uma organização social, para tomá-la puramente enquanto conjunto de signos que se opõem e se associam entre si.

Ao mesmo tempo, a posição de Bally tende a considerar que a perspectiva do historicismo-comparatismo também apresenta algumas dificuldades em oferecer uma possibilidade de investigação sob o ponto de vista da língua em suas relações sociais. Isso porque as mudanças fonéticas, para ele, não podem ser tomadas isoladamente, sem que se compreenda o caráter subjetivo constitutivo do processo de transformação da língua. Para ilustrar esta perspectiva de Bally, trazemos um exemplo por ele levantado a respeito da conjugação do verbo *aimer*, em francês.

O autor coloca a situação hipotética de que alguém que não tivesse conhecimentos sobre a língua francesa poderia ouvir a conjugação do verbo *aimer* e transcrevê-la de forma aglutinada com o pronome pessoal reto, da seguinte forma: *jèm, tuèm, ilèm, nouzèmon, vouzèmé, ilzèm*. Isso porque este ouvinte estaria copiando o que escuta, ou seja, é a fonética que definiria o paradigma de conjugação. Neste caso, Bally observa que a formação do plural é marcada pelo som /z/, e não pela desinência *-ment*, como por exemplo em *ils aiment*.

A partir disso, o questionamento que depreendemos da leitura de Bally é o seguinte: por que o aspecto fonético não prevaleceu, no sentido de fazer desaparecer a forma segundo a norma escrita *ils aiment*? Em nossa visão, isso diz respeito também ao prestígio da norma padrão aplicada à língua escrita, que está presente como prática no campo jurídico e no campo escolar, de ensino de língua materna, para citar apenas dois campos no interior de uma organização social. Na visão de Bally, esta

¹⁰⁵ Tradução sob responsabilidade da autora: “[...] também seria necessário que se ignorasse todo o seu passado e se renunciasse a relacioná-lo com a civilização e a organização social que representa, para que sua atenção se voltasse completamente para a ação recíproca de seus símbolos. Então seria quando haveria alguma chance de compreender o sistema em sua realidade, porque seu estudo seria empreendido livre das ilusões e preconceitos advindos da escrita e dos métodos históricos.”

pergunta exige a observação do elemento subjetivo que permeia a manutenção das formas linguísticas e suas transformações. Ele diz o seguinte:

Esta acción inconsciente y colectiva del genio lingüístico aparecerá sobre todo en el estudio de las evoluciones del lenguaje. Una lengua va siendo sin cesar *roída* y está amenazada de ruina por la acción de las leyes fonéticas, que, abandonadas a sí mismas, operarían con una regularidad fatal y desarticularían el sistema gramatical. Pero el organismo así comprometido se conserva y reconstituye mientras tanto gracias a la acción inconsciente y común de los hablantes, acción que tan pronto conserva lo que está a punto de desaparecer como vuelve a crear lo que ha desaparecido.¹⁰⁶ (BALLY, 1967, p. 36, grifos do autor)

Observamos, assim, que na ótica de Bally os sujeitos têm um papel decisivo na evolução¹⁰⁷ da língua, em manter determinadas formas e promover a transformação de outras. Para além das forças das questões fonéticas, os sujeitos são responsáveis pela conservação e pela reconstituição da língua.

Bally critica, de certo modo, a noção de analogia, tão utilizada pelos historicistas-comparatistas¹⁰⁸, tais como Franz Bopp (1989)¹⁰⁹, na medida em que ele redimensiona o seu próprio sentido, dizendo: “[...] la analogia (que es como se designa la tendencia inconsciente a conservar o recrear lo que las leyes fonéticas amenazan destruir) [...]” (BALLY, 1967, p. 36)

Compreendemos que Bally inclui um elemento subjetivo nos procedimentos de analogia. Isso quer dizer que a analogia não serviria somente para fins de investigação, para pressupor uma lacuna nas transformações de uma forma linguística. Em nossa leitura, para Bally, a analogia é um mecanismo inerente ao uso da língua pelos falantes ao longo da história. Podemos pensar, por exemplo, no

¹⁰⁶ Tradução sob responsabilidade da autora: “Essa ação inconsciente e coletiva do gênio lingüístico aparecerá sobretudo no estudo das evoluções da linguagem. Uma língua é constantemente desgastada e ameaçada de ruína pela ação das leis fonéticas que, abandonadas a si mesmas, operariam com regularidade fatal e desmantelariam o sistema gramatical. Mas o organismo assim comprometido é preservado e reconstituído graças à ação inconsciente e comum dos falantes, uma ação que assim que tanto preserva o que está para desaparecer, quanto recria o que desapareceu.”

¹⁰⁷ Utilizamos o termo “evolução” tomando o modo como ele é empregado na obra de Bally (1967). O autor distingue evolução e progresso, dizendo o seguinte: “Pero todavía estamos muy tentados de confundir evolución y progreso, cambio y mejora.” (*op. Cit.*, p. 51) Compreendemos que, para ele, a *evolução* diz respeito às transformações da língua ao longo da história, sem supor qualquer ideia de melhora, mas apenas de mudança.

¹⁰⁸ O *Curso de Linguística Geral* apresenta uma crítica quanto aos métodos historicistas-comparatistas, argumentando que as investigações em busca das comparações e das analogias não permitiam concluir sobre o que estas significavam em termos históricos. Segundo o CLG, este método era comparatista, mas não historicista.

¹⁰⁹ Trata-se da obra *Analytical Comparison of the Sanskrit, Greek, Latin and Teutonic Languages: Shewing the Original Identity of Their Grammatical Structure*, publicada originalmente em 1820, sobre a qual falamos no capítulo 1 desta tese.

impacto da formação de palavras por analogia para a criação de neologismos. A aplicação de um prefixo ou de um sufixo na formação de um neologismo faz com que haja a manutenção do significado de tal morfema.

A partir dessa reflexão que empreendemos, podemos conhecer de que forma Bally se relaciona com os estudos historicistas-comparatistas e também o modo como ele reflete sobre as limitações no interior da perspectiva sistêmica da língua.

Queremos ainda, neste espaço, refletir sobre a construção de Bally de uma teoria da subjetividade e sobre a forma como ele delinea as noções de social e individual. Este conhecimento é muito importante para, posteriormente, chegarmos ao diálogo de Karl Vossler com o pensamento de Bally.

Em nossa compreensão, Bally (1967) coloca o ponto de partida da expressão no indivíduo. É a individualidade, em um estilo próprio, que define as formas como os recursos da língua serão utilizados pelo falante e também como serão interpretados pelo ouvinte. A expressão é constituída por afetividade e por intelectualidade. Vejamos como essa ideia é, aos poucos, construída em seu pensamento.

El habla individual intenta sin cesar traducir la subjetividad del pensamiento, y luego sucede que el uso comunal consagra esos giros expresivos. He ahí por qué el sistema de una lengua es una tela de Penélope¹¹⁰ que se teje y desteje sin cesar, porque la inteligencia y la sensibilidad trabajan en ella simultáneamente pero no de la misma manera. Sucede con frecuencia que una misma palabra tiene según los casos un sentido puramente intelectual y otro subjetivo y afectivo; entonces su posición permite apreciar la diferencia que existe entre la determinación objetiva de una cosa y un valor que le viene de los sujetos hablantes.¹¹¹ (BALLY, 1967, p. 24)

Uma das questões centrais desta passagem, e que perpassam toda a obra de Bally (1967), é o tratamento do sentido das palavras em relação a um uso individual. As palavras podem assumir sentidos diferentes a cada vez que são empregadas em uma situação por um indivíduo diferente. Isso porque as palavras se constituem não

¹¹⁰ O autor faz referência ao mito grego em que Penélope está à espera de seu marido Ulisses, que foi servir na guerra, e não se sabe se está morto ou vivo. Para postergar a escolha de um novo cônjuge, Penélope se impõe a tarefa de tecer uma mortalha para o sogro. Durante o dia, tece a mortalha, e, à noite, desfaz seu trabalho, para que ele não fique pronto e ela não tenha que se casar novamente.

¹¹¹ Tradução sob responsabilidade da autora: “A fala individual tenta incessantemente traduzir a subjetividade do pensamento, e acontece que o uso comunitário consagra essas reviravoltas expressivas. É por isso que o sistema de uma linguagem é um tecido de Penélope que é tecido e desmanchado continuamente, porque a inteligência e a sensibilidade trabalham nele simultaneamente, mas não da mesma maneira. Geralmente, a mesma palavra tem, dependendo do caso, um significado puramente intelectual e um significado subjetivo e afetivo; então sua posição permite apreciar a diferença que existe entre a determinação objetiva de uma coisa e um valor que vem dos sujeitos falantes.

só pela intelectualidade, que seria o aspecto mais objetivo do sentido, mas pela afetividade, que é única em cada indivíduo.

É possível observar que, no excerto citado, Bally (*op. Cit.*) estabelece uma dicotomia entre um sentido próprio e objetivo, e um sentido estabelecido pelas formas de expressão do falante em sua individualidade. Segundo a nossa leitura, Bally entende que os efeitos da afetividade na língua acabam por colocar em destaque um juízo de valor, em detrimento de algum um suposto sentido objetivo. Como exemplo, Bally (1967) coloca que quando um indivíduo fala sobre o tempo ou as condições climáticas, dificilmente o faz com afastamento, sem que seu enunciado signifique um juízo de valor sobre sua relação com o estado que está descrevendo. O autor explica o seguinte:

Estos juicios de valor reposan, como hemos visto, sobre los de placer y de displacer, que, con ayuda de la reflexión, crean las nociones más razonadas de lo útil y de lo nocivo, del bien y del mal; pero jamás son enteramente intelectuales; ellos son los que forman el sustrato de nuestra lógica vital orientada hacia el devenir, la finalidad, la acción; [...] (BALLY, 1967, p. 25)

É notável o trabalho com o conceito de *juízo de valor*. Ao tratar deste conceito, Bally oferece-nos uma categoria subjetiva que confere ao sujeito a condição de produtor de determinados sentidos no seu dizer. É importante lembrar que o autor trata também da categoria da interpretação. Nesse sentido, a leitura que fazemos não supõe que o falante irá necessariamente provocar os sentidos que espera, como em uma estratégia. Isso porque, na visão de Bally, o “outro”, ou seja, o interlocutor, também detém um *estilo*, e sua escuta e interpretação depende de seu próprio modo de se relacionar com a língua.

Nesse sentido, a categoria de juízo de valor é fundamental para compreendermos os princípios subjetivos que constituem as teses de Bally sobre a investigação linguística. Ela abarca em si a ideia de afetividade e de intelectualidade ao mesmo tempo. A partir de um determinado juízo de valor, o falante se expressa, realiza a sua utilização individual da língua, conforme a nossa leitura da ótica de Bally.

Apesar deste caráter individual da língua, que se produz a partir de elementos da subjetividade, Bally (1967) coloca o sujeito falante em relação com o outro para situá-lo em um nível de utilização social da língua. A perspectiva de Bally sobre a relação entre o social e o individual é bastante única. Vamos conhecê-la:

En el momento en que dos seres humanos se ponen en contacto, entran también en lucha, en el sentido psicológico de la palabra, porque entre ellos no puede haber jamás adaptación absoluta, armonía perfecta de las

mentalidades. Así, la lucha, como aquí se comprende, no es incompatible con la solidaridad y con la simpatía; simplemente supone concordancia incompleta de creencias, de deseos y de voluntades, y existe hasta en los seres que se buscan en la amistad y en el amor. La lucha resulta de un conflicto entre el yo del sujeto y su instinto social. (BALLY, 1967, p. 28)

Conforme compreendemos, a ótica de Bally é a de que o embate é constitutivo da linguagem, na medida em que as questões relacionadas à subjetividade permeiam a comunicação e que a multiplicidade de juízos de valor está em jogo no contato entre os sujeitos. É importante observarmos que esta visão de Bally não coloca em jogo posições de mais ou menos acordo entre os falantes, mas sim a natureza argumentativa inerente a cada indivíduo, que busca o convencimento e deseja sempre fazer valer sua crença ao se comunicar.

A partir disso, Bally explica como a linguagem materializa este embate. Leiamos:

El lenguaje reproduce este carácter de la vida, como todos los demás, y muestra sobre todo hasta qué punto puede tomar este conflicto formas pacíficas. La conversación más anodina es su imagen exacta. Para un observador superficial, nada ofrece de particular; pero examinad más atentamente los procedimientos empleados: la lengua aparecerá como un arma que cada interlocutor maneja con miras a la acción para imponer su pensamiento personal. La lengua de la conversación está regida por una retórica instintiva y práctica, y usa a su manera procedimientos de elocuencia [...] En efecto, para enunciar las menores cosas hace falta que el pensamiento se convierta en acción y se imponga por el lenguaje. (BALLY, 1967, p. 28 e 29)

Observamos que a língua, nesta perspectiva, funciona no sentido de transpor o pensamento para a forma de ação. Além disso, a ideia de Bally de língua como uma função, conforme veremos a seguir, no diálogo das obras de Bally e Vossler, já se apresenta aqui, quando o autor compara a linguagem a uma arma, da qual o falante pode lançar mão para vencer seus objetivos.

O que se destaca mais fortemente, nesta leitura que fazemos, é o fato de que as formas de expressão e de condução de uma conversa, utilizando um termo aproximado ao de Bally, *conversación*, dependem primordialmente do indivíduo falante. É ele que se encontra invariavelmente em um embate para fazer valer seu “pensamento pessoal”.

É muito importante o fato de que Bally abra espaço, também, para tratar das conversas mais simples e comuns – *la conversación más anódina* – pois, deste modo, a sua teoria abarca os diálogos do cotidiano, a linguagem que constrói a prática diária, utilizada por quaisquer indivíduos em suas atividades cotidianas. No entanto,

conforme veremos a seguir, o individualismo que permeia a sua teoria da subjetividade será uma crítica de Karl Vossler (1963).

3.2.2.2 Os diálogos de Vossler com o pensamento de Bally

Este recorte que apresentamos da obra *El lenguaje y la vida*, de Bally (1967) oferece uma base para adentrarmos, agora, o diálogo de Vossler com o pensamento de Bally. Sua obra *Filosofia del lenguaje* (1963) contém o ensaio *La vida y el lenguaje*, que é dedicado a refletir sobre pontos importantes da teoria de Bally. Neste texto, Vossler menciona, inclusive, a obra de Bally com a qual trabalhamos, elogiando as teses nela construídas. No entanto, em seguida a esse reconhecimento, Vossler problematiza a forma como Bally define a língua.

Para compreender esta problematização, retomamos o início da obra de Bally (1967), quando ele compara a língua à água viva, que tem fluidez e se transforma, em oposição ao gelo, que é rígido. Para ele, a fluidez da língua deve-se ao impulso vital e social que determina sua evolução. Por isso, a língua tem função biológica e social.

Vossler, também no início do seu ensaio (1963), informa ao leitor que irá tratar primeiramente do aspecto negativo do conceito de língua para Bally, ou seja, irá tratar do que *não* é a língua para Bally. Trazemos, aqui, os dois trechos em diálogo. Começamos por mostrar o que diz Bally (1967):

En total, los modernos vemos ahora un poco mejor¹¹², si no en qué consiste una lengua, por lo menos en qué no consiste: el lenguaje natural, ese que todos hablamos, no está al servicio ni de la razón pura ni del arte; no apunta ni a un ideal lógico ni a un ideal literario; su función primordial y constante no es la de construir silogismos, ni la de redondear períodos, ni la de plegarse a las leyes del alejandrino. El lenguaje está simplemente al servicio de la vida, y no de la vida de unos pocos, sino de la de todos y en todas sus manifestaciones: su función es biológica y social.¹¹³ (BALLY, 1967, p. 19)

Agora, propomos a comparação desta passagem com a leitura de Vossler, na medida em que o autor alemão parece fazer a crítica a este exato trecho citado:

¹¹² Compreendemos que Bally se refere, aqui, aos estudos dos filólogos do século XVIII que, segundo ele, investigavam a língua com objetivos puramente científicos, e sob o ponto de vista da sua utilização.

¹¹³ Tradução sob responsabilidade da autora: “No total, nós, modernos, agora vemos um pouco melhor, se não no que uma língua consiste, pelo menos no que ela não consiste: a linguagem natural, a que todos nós falamos, não está a serviço da pura razão ou arte; não aponta para um ideal lógico nem para um ideal literário; sua função primária e constante não é construir silogismos, nem arredondar períodos, nem se curvar às leis dos alexandrinos. A linguagem está simplesmente a serviço da vida, e não da vida de poucos, mas de todos e de todas as suas manifestações: sua função é biológica e social.”

Vamos a tratar primero del aspecto negativo del concepto que Bally tiene del lenguaje. El lenguaje, nos dice, no es algo racional, ni lógico, ni consciente, ni voluntario. No se deja domeñar ni por el entendimiento ni por la voluntad, a los que nunca obedece del todo, escabulléndose a cada paso de su imperio. [...] Pero el lenguaje tampoco es cosa natural; no es un ser que viva su vida propia, como las plantas y los animales. [...] El lenguaje es, responde Bally, una función vital del espíritu, tiene que ser estudiado “biológicamente”; como función de la sociedad, “sociológicamente”.¹¹⁴ (VOSSLER, 1963, p. 120)

A partir disso, Vossler inicia sua crítica ao pensamento de Bally. Segundo Vossler, para a tarefa de investigação proposta por Bally, o linguista teria que se manter distante dos pontos de vista históricos, estéticos¹¹⁵ e lógicos. Assim, o ponto de vista “biológico” proposto por Bally seria o mesmo dos gramáticos. Vossler apresenta, assim, uma crítica dura e ao mesmo tempo constrói sua própria visão acerca dos princípios que devem reger a investigação linguística quando afirma o seguinte:

A mí me parece, sin embargo, que Bally nos presenta aquí como nueva y futura una tarea en que se viene trabajando desde hace siglos. Sólo que antes se llamaba *gramática* lo que él llama biología lingüística. Por lo menos esa disciplina lingüística que se siente obligada a prescindir de todo lo literario, cultural, histórico e individual, de toda norma estética y lógica, que yo sepa siempre se ha llamado gramática y ha sido cultivada como tal.¹¹⁶ (VOSSLER, 1963, p. 121)

Esta passagem revela alguns aspectos do pensamento de Vossler. Primeiro, há uma posição crítica à perspectiva gramatical nos estudos da linguagem ao longo do tempo. Nesta passagem, Vossler argumenta que a gramática foi sempre tomada majoritariamente sob uma perspectiva reducionista e unilateral na história dos estudos da linguagem. Conforme veremos em outros momentos do capítulo 3, a gramática é um tema recorrente na obra de Vossler, geralmente como objeto de crítica e questionamentos. Além disso, na medida em que critica a visão *biológica* da língua como uma perspectiva unilateral, observamos que ele, ao contrário, estabelece com

¹¹⁴ Tradução sob responsabilidade da autora: “Vamos primeiro tratar do aspecto negativo do conceito de linguagem de Bally. A linguagem, ele nos diz, não é racional, lógica, consciente ou voluntária. Ela não se deixa dominar pela compreensão ou pela vontade, a quem nunca obedece completamente, escapando a cada passo de seu império. [...] Mas a linguagem também não é natural; não é um ser que vive sua própria vida, como plantas e animais. [...] A linguagem é, responde Bally, uma função vital do espírito, deve ser estudada “biologicamente”; em função da sociedade, “sociologicamente”.”

¹¹⁵ Em nossa compreensão, Bally não propõe realmente um distanciamento da estética, mas prefere tratar da estética como uma questão de estilo individual.

¹¹⁶ Tradução sob responsabilidade da autora: “Parece-me, no entanto, que Bally nos apresenta aqui como nova e futura uma tarefa na qual trabalhamos há séculos. Antes, o que ele chama de biologia linguística foi chamado de gramática. Pelo menos essa disciplina linguística que se sente obrigada a dispensar tudo o que é literário, cultural, histórico e individual, e norma estética e lógica que eu conheço, sempre foi chamada de gramática e foi cultivada como tal.”

primazia aquilo que é da ordem literária, histórica e cultural como constitutivo da investigação da língua.

Vossler (1963) também observa que, na visão de Bally, a função sociológica da linguagem deve ser investigada sob o ponto de vista de leis coletivas que regem o uso da língua, mas não sob o ponto de vista cultural ou histórico. Assim, surge a dura crítica de Vossler à ideia de língua como função, cultivada por Bally. Para Vossler, a língua tomada como uma “função” não permitiria pensar em sua história nem em sua evolução. A passagem a seguir nos permite reconhecer essa crítica:

Pero sucede – y Bally no desconoce de ningún modo esta verdad – que el lenguaje humano tiene su evolución y su historia propias. La cuestión es aquí si el concepto del lenguaje como función es todavía compatible con el del lenguaje como evolución. [...] Si el lenguaje vale en primer término o exclusivamente como función vital – psíquica y natural – del espíritu, entonces no puede tener historia ni evolución propias, no puede hacer “progreso” alguno; a lo más puede acompañar con la perpetua uniformidad de su sistema funcional los progresos de la vida, que desde luego no son los suyos. Pero si tiene historia y evolución *propias* y si hay un progreso dentro del lenguaje mismo, entonces tiene que ser algo más que mera función: tiene que ser actividad consciente y autónoma o ejercicio y actuación del espíritu.¹¹⁷ (VOSSLER, 1963, p. 121 e 122, grifos do autor)

Nesta passagem, reconhecemos que Vossler toma as próprias teses de Bally no que tange à evolução e ao progresso da língua para questionar a caracterização da língua como função. Ou seja, o seu questionamento, neste momento, é de uma proporção dialética, pois ele não parte de suas próprias teses para confrontar outras, mas trabalha na desconstrução dos princípios internos à teoria de Bally.

Além disso, apesar de fazer uma dupla menção à noção de *espírito*, verificamos que o ponto mais importante dessa reflexão reside na sua preocupação explícita de que a história e a evolução da língua devem ser conceitos basilares para os estudos da linguagem. Conforme veremos mais adiante neste capítulo, é preciso observar que o conceito de história, para Vossler, não é o mesmo de outras correntes do pensamento filosófico-linguístico. Segundo ele (1963), a história está atrelada às especificidades da história nacional, juntamente com a história cultural de uma nação.

¹¹⁷ Tradução sob responsabilidade da autora: “Mas acontece - e Bally não desconhece essa verdade - que a linguagem humana tem sua própria evolução e história. A questão aqui é se o conceito de linguagem como função ainda é compatível com o conceito de linguagem como evolução. [...] Se a linguagem é válida em primeiro lugar ou exclusivamente como uma função vital - psíquica e natural - do espírito, ela não pode ter sua própria história ou evolução, não pode fazer nenhum "progresso"; no máximo, pode acompanhar com a perpétua uniformidade de seu sistema funcional os progressos da vida, que certamente não são os seus. Mas se tem sua própria história e evolução e se há progresso na própria linguagem, deve ser algo mais que mera função: então ela deve ser atividade consciente e autônoma ou exercício e ação do espírito.”

Outro ponto que necessita de reflexão, nesta passagem, é a aproximação da língua com uma atividade consciente e autônoma. Ao longo das seções deste primeiro capítulo, vamos nos encaminhando para conhecer a amplitude do conceito de língua para Vossler. O que já podemos adiantar, todavia, é que a “consciência” e a “autonomia” pressupostas na passagem acima citada não trata de um indivíduo pragmático que seria autônomo na sua expressão linguística e consciente de todos os seus sentidos. Para Vossler (1963), a consciência e a autonomia na língua se constituem a partir de um sentimento de identificação com a história e cultura de uma nação. Isso diz respeito, por exemplo, às possibilidades de expressão que um sujeito encontra na sua língua materna, mas não encontra na língua estrangeira, ao aprendê-la como segundo idioma.

Já para Bally (1967), o movimento da expressão se inicia no interior do indivíduo, que se relaciona em determinado grau de afetividade com os elementos da exterioridade. Essa afetividade se reproduz na língua, na sua forma de expressão. Por isso, segundo Bally, a palavra ou o gesto adquirem um ou outro sentido, de acordo com as suas nuances de emoção.

Por fim, salientamos que Vossler considera o tratamento da língua como função uma *abstração* que se opõe a uma perspectiva que investigue a língua na sua história evolutiva e também como atividade consciente e criativa. Sobre isso, cumpre observar o seguinte excerto:

Porque el lenguaje como función es un *abstractum*, un concepto vaciado que nunca podrá concebir el progreso ni la vida, y que tampoco adquiere más plenitud y movilidad con ponerle al lado lo más henchido y vivaz que hay, el concepto de la vida misma.¹¹⁸ (VOSSLER, 1963, p. 122)

Ademais, Vossler argumenta que não só a abstração da língua como função, mas também da língua como sistema, não considera a criação artística como uma forma de conhecimento do mundo. Segundo ele (1963), tomar a língua como sistema e como função é o mesmo que ignorar que a poesia, a música e as artes plásticas são, também, narrativas sobre a evolução da própria língua e revelam um certo modo de apropriação *espiritual* da linguagem.

¹¹⁸ Tradução sob responsabilidade da autora: “Porque a linguagem como função é um abstractum, um conceito vazio que nunca pode conceber progresso ou vida, e que tampouco adquire mais plenitude e mobilidade ao deixar de lado o que há de mais cheio e vivaz, o próprio conceito de vida.”

Ao negar a língua como sistema, Vossler coloca em perspectiva a língua como elemento constitutivo da criação artística. Nesse sentido, a arte é uma forma de conhecimento da linguagem e também de conhecimento da relação do indivíduo com o mundo. Além disso, a cada vez que nos deparamos com o uso do termo “espírito” na obra de Vossler, compreendemos que ele é colocado em relação ao entorno cultural e histórico do indivíduo, conforme lemos a seguir:

Entonces quizá quedara también claro que la historia de la poesía y de la literatura no narra, en el fondo, otra cosa que las conquistas y los avances del hablar espiritual, así como la historia de la pintura nos informa de los avances del ver espiritual, y de la música del oír espiritual. ¿O es que vamos a tener las artes por capricho académico y por juego ocioso donde no cuenta para nada el conocimiento intuitivo del mundo?¹¹⁹ (VOSSLER, p. 123)

Com este panorama de ideias predominantemente divergentes entre Vossler e Bally, podemos avançar na construção das bases da teoria de Vossler. Conforme vimos, não é possível denominar este linguista alemão como representante exemplar de uma corrente do pensamento filosófico-linguístico na medida em que os conceitos por ele adotados e desenvolvidos apresentam amplitude filosófica e epistemológica, e dialogam com diferentes vertentes teóricas. O seu diálogo se dá na base do questionamento dialético.

3.3 O CONCEITO DE GRAMÁTICA NA OBRA DE KARL VOSSLER

Gradativamente, ao longo deste primeiro capítulo, vamos desenvolvendo subsídios que nos encaminhem para uma compreensão sobre que fundamentos definem a língua e a subjetividade na obra de Vossler. As formas pelas quais a gramática é delineada em sua obra repercutem diretamente sobre a construção de um conceito de língua que priorize as relações com a história e com a cultura. Por isso, na medida em que nos encaminhamos para a elaboração de uma concepção de língua em relação com a subjetividade no pensamento vossleriano, refletir sobre o estatuto da gramática no interior de sua obra é um passo fundamental.

¹¹⁹ Tradução sob responsabilidade da autora: “Então talvez também fique claro que a história da poesia e da literatura não narra, basicamente, outra coisa além das conquistas e avanços da fala espiritual, assim como a história da pintura nos informa sobre os avanços da visão espiritual, e a música do ouvir espiritual. Ou será que vamos tomar as artes como capricho acadêmico e como jogo ocioso, onde o conhecimento intuitivo do mundo não conta?”

Na seção anterior a esta, dissertamos sobre os diálogos de Vossler (2015) com a obra de Meyer-Lübke (1916), principalmente no que tange à sua crítica aos modos de divisão dos estudos linguísticos nos segmentos da fonologia, da morfologia e da sintaxe. Conforme pudemos verificar, Vossler (2015) também critica uma certa hierarquia na condução de uma investigação linguística segundo os pressupostos das teses propostas por Meyer-Lübke (1916), em que a análise começaria do menor elemento, o morfema, ao maior, o termo da oração. Essas considerações encontram-se no primeiro manuscrito de Vossler, publicado em 1904.¹²⁰

A partir disso, Vossler reflete sobre o estatuto da gramática em outras obras, mas de modo distinto em cada uma delas. Em *Spirit of Language in Civilization* (1951), Vossler elabora suas reflexões sobre a gramática a partir da ideia de comunidades linguísticas, para mostrar as limitações de uma investigação que busque estabelecer um número finito e pré-estabelecido de estruturas para um grupo de línguas em geral. Vossler passa boa parte desta obra investigando quais são os pressupostos que definem uma comunidade linguística. Conforme veremos de forma mais aprofundada na seção 1.4, os indivíduos de uma mesma comunidade linguística tendem a lançar mão dos mesmos recursos linguísticos não só na sua expressão, mas na busca pela mútua compreensão (Vossler, 1951). Cada comunidade se forma de acordo com determinações históricas e culturais.

Filosofia del lenguaje (1963) contém três ensaios que tratam especificamente da gramática, contemplando principalmente a reflexão sobre os níveis da gramaticalidade e da agramaticalidade em relação à história da língua. Sob estas perspectivas, Vossler estabelece diálogos e oposições entre a gramática e o uso idiomático. Objetivamos, então, neste subcapítulo, investigar de que forma Vossler conduz suas reflexões correlativas entre a gramática e o uso nestas duas obras.

Tanto em *Spirit of language in civilization* (1951), quanto em *Filosofia del lenguaje* (1963), Vossler cita em muitos momentos a obra de Goethe para observar que a poesia, como representação da cultura e da história de uma sociedade, se constitui a partir do emprego simbólico das formas linguísticas. Para dar início à nossa leitura e às nossas reflexões, gostaríamos de observar de que forma Vossler

¹²⁰ Conforme já mencionamos anteriormente, trata-se da obra *Positivismismo e idealismo en la ciencia del lenguaje* (2015).

compreende as relações entre as formas gramaticais na língua e o uso da língua na poesia. Esta é uma discussão que persistirá ao longo da presente seção.

É notável que os escritos de Goethe estejam presentes nas reflexões de Vossler. A obra de Goethe é vasta, composta de romances, memoriais, poesia e também obras científicas¹²¹. Para começar, é importante lembrar que, de acordo com a autobiografia *Poesia e Verdade* (Goethe, 1971), na época do nascimento de Johann Wolfgang Goethe, em 1749, Frankfurt não pertencia a uma “nação”, mas sim a um Império composto por territórios romanos e germânicos.¹²² A partir desta obra, podemos conhecer fatos importantes sobre a situação histórico-política em que se encontrava Frankfurt à época contemporânea à de Goethe.

Esta autobiografia é uma obra memorialística, composta de uma narrativa que contém elementos marcantes para observarmos de que forma Goethe se reporta ao cotidiano familiar e geográfico, envolvendo a si mesmo, a família e a cidade de Frankfurt em uma trama histórica, em que o uso idiomático permite compreender de que forma os acontecimentos cotidianos de sua comunidade não poderiam ser isolados da conjuntura histórica.

Suas memórias estão sempre permeadas pelos acontecimentos históricos da cidade imperial e dos demais países que compunham o Império Sacro Romano. Um exemplo disso é a forma pela qual ele descreve Frankfurt como uma cidade próspera e também inclui narrativas bélicas, no caso, a chamada *guerra dos sete anos*, um dos

¹²¹ O artigo de Izabela Maria Furtado Kestler (2006) trata dos escritos de Goethe que compõem seus estudos sobre diferentes temas no interior da ciência, como os campos da anatomia humana e animal, a geologia, a química e a botânica.

¹²² É importante destacar que Frankfurt, até a unificação do Império Alemão, na primeira década do século XIX, era uma cidade-estado que pertencia ao Sacro Império Romano Germânico. Em suas memórias, Goethe (1971) fala sobre sua cidade natal de forma bastante afetiva, narrando seus passeios livres, a alegria de alguns festejos, e descrevendo com detalhes a arquitetura e as ruas. Um dos festejos que ele descreve é o de que, anualmente, Frankfurt concedia a isenção das peagens, impostos pagos pelo acesso à cidade para fins comerciais. Assim, o “prefeito imperial” (p. 20) anuncia as isenções em uma cerimônia em que representantes de outras cidades concediam oferendas simbólicas ao prefeito, que consistiam em algumas mercadorias. Os representantes eram recebidos individualmente e, entre as seções, havia música. Segundo Goethe, este evento era como uma “festa” de muito interesse para sua família e de muito destaque para a cidade. Citamos este exemplo para demonstrar que, desde a sua infância, ele e sua família sempre mantiveram uma relação muito próxima dos assuntos políticos da cidade. A narrativa de Goethe contempla muitos aspectos cotidianos de Frankfurt e ressalta o interesse especial com que ele e sua família os acompanhavam. Através de sua narrativa (1971), Goethe mostra que os acontecimentos políticos estão em sua memória afetiva.

muitos conflitos que exercem um papel importante na futura dissolução do Império Sacro Romano Germânico¹²³:

Quando essas cidades não dominam um vasto território, podem mais facilmente promover a prosperidade interna porque as relações exteriores não as obrigam a alianças ou empreendimentos dispendiosos. Foi assim que durante a minha infância transcorreu para os habitantes de Francforte uma série de anos felizes. Mal, porém, havia passado o meu sétimo aniversário, no dia 28 de agosto de 1756, quando explodiu essa famosa guerra que também teria grande influência sobre os sete anos seguintes da minha vida. Frederico II, rei da Prússia, invadira a Saxônia à frente de sessenta mil homens [...] (GOETHE, p. 39, 1971)

A partir deste excerto, observamos que as passagens mais intimistas de sua vida, como as datas comemorativas em família, são narradas sempre sob a perspectiva das guerras e dos acontecimentos históricos. Goethe fala, inclusive, das posições políticas divergentes entre integrantes da sua família e como essas posições acompanham o cotidiano familiar.

Propomos agora apresentar um exemplo levantado por Vossler no primeiro ensaio de *Filosofia del Lenguaje* (1963), que se intitula *Gramática e historia lingüística*. Consideramos que a análise deste exemplo contém as bases de suas reflexões sobre o estatuto da gramática na língua. No início deste primeiro ensaio, o autor traz como exemplo uma citação de *Fausto*, do poeta Goethe, em que o personagem Mefistófeles diz a Fausto:

Gris, querido amigo, es toda teoria
Pero es verde el árbol dorado de la vida. (VOSSLER, 1963, p. 27)¹²⁴

Vossler apresenta diferentes possibilidades de leitura deste verso de Goethe que envolvem o ponto de vista gramatical e a lógica aristotélica. Ele observa que, do ponto de vista gramatical, esta construção é aceitável. No entanto, sob o ponto de vista da lógica aristotélica, ela apresenta uma contradição, pois as cores verde e dourado não poderiam funcionar ao mesmo tempo para qualificar um ser. Leiamos a seguir o que nos diz Vossler sobre isso:

Desde el punto de vista estrictamente gramatical, esta frase es irreprochable. Es idiomáticamente correcta. [...] Por lo que toca a su sentido literal o empírico, debemos calificarla de falsa, porque, primero, la teoría no tiene

¹²³ De acordo com Colin McEvedy, em seu *Atlas da História Moderna*, o Império sacro Romano foi dissolvido por volta de 1807, o que contribuiu para a unificação da Alemanha na segunda metade do século XIX.

¹²⁴ No original em alemão, conforme tradução na própria obra de Vossler (2018, p. 27): “Grau, teurer Freund, is alle Theorie, Doch grün des Lebens Goldner Baum.” Em português, com tradução sob responsabilidade da autora: “Cinza, querido amigo, é toda a teoria / Mas é verde a árvore dourada da vida.”

color, y, segundo, la vida no es un árbol. Por último, esta oración repugna hasta a la lógica formal; contiene una contradicción o una inexactitud lógica. Y es que un árbol podrá ser afirmado como dorado o como verde, pero no puede serlo como dorado y verde al mismo tiempo, siempre que se haya distinguido antes expresamente lo dorado de lo verde.¹²⁵ (VOSSLER, 1963, p. 27)

Nas óticas da gramática e da lógica formal, o sentido figurado não seria levado em consideração, pois elas não se ocupam do sentido metafórico. Assim, a leitura de Vossler mostra que a contradição, tomada pela perspectiva da lógica aristotélica, afirmaria que não se pode conferir a um mesmo sujeito, simultaneamente, dois predicados que se opõem. Já a contradição tomada pela ótica da gramática dá conta de explicar o uso formal da língua no verso de Goethe, mas não dá conta de realizar a sua leitura no que diz respeito às questões de uso figurado da língua, já que o verso de Goethe traz a metáfora que representa a vida como uma árvore.

Consideramos que parte da lógica exposta por Vossler é oriunda da ordem da lógica aristotélica, que segue o Princípio de Não-Contradição. Em sua obra *Sobre a contradição* (1993), Cirne-Lima¹²⁶ explora este princípio sob um ponto de vista bastante crítico, e o expõe da seguinte forma:

O Princípio de Não-contradição é a sentença que afirma que é impossível que uma proposição seja verdadeira, se e quando ela se contradiz a si mesma. O que significa isso? Alguém se contradiz quando diz algo determinado mas simultaneamente se desdiz, afirmando a verdade do contrário. (CIRNE-LIMA, 1993, p. 14)

Cirne-Lima destaca uma formulação do Princípio de Não-Contradição: o fato de que a condição para que a contradição não ocorra é que a um referente não sejam atribuídos predicados opostos *sob o mesmo aspecto*. Este *aspecto* envolve a questão da temporalidade, ou seja, *sob o mesmo aspecto* implica considerar um tempo simultâneo. Segundo a leitura que fazemos de Cirne-Lima (1993), seguindo a lógica de Aristóteles, essa condição objetiva eliminar a contradição.

¹²⁵ Tradução sob responsabilidade da autora: “De um ponto de vista estritamente gramatical, esta frase é irrepreensível. É linguisticamente correto. [...] No que se refere ao seu sentido literal ou empírico, devemos qualificá-la como falsa, pois, em primeiro lugar, a teoria não tem cor e, em segundo lugar, a vida não é uma árvore. Finalmente, esta frase é repugnante até mesmo para a lógica formal; contém uma contradição ou uma imprecisão lógica. E é que uma árvore pode ser afirmada como dourada ou verde, mas não pode ser afirmada como dourada e verde ao mesmo tempo, desde que o dourado do verde tenha sido expressamente distinguido antes.”

¹²⁶ Carlos Cirne-Lima foi um filósofo brasileiro nascido em 1931, reconhecido principalmente pelos estudos sobre a dialética e sobre o pensamento hegeliano.

Em outras palavras, o princípio da não-contradição visaria à eliminação da contradição na medida em que o critério da temporalidade estabelece que só é possível conferir descrições diferentes a um mesmo referente em situações temporais distintas. Nesse sentido, a contradição é vista como uma ocorrência que fere os princípios da consistência lógica.

A crítica de Cirne-Lima à lógica aristotélica reside no fato de que o seu pensamento se volta para as questões relativas à lógica dialética, enquanto que o Princípio da não-contradição diz respeito à tomada da lógica sob um ponto de vista formal. Depreendemos de sua leitura que o Princípio de Não-Contradição é exposto de uma forma que tomaria a questão da significação da língua sob a ótica de que esta não contém ambiguidades. Nessa perspectiva, a língua é transparente, e qualquer suposta inconsistência lógica pode e deve ser resolvida. Leiamos sobre isso a seguinte exposição de Cirne-Lima (1993):

Com outras palavras: há perguntas que, em determinadas circunstâncias, devem ser respondidas, em verdade, por um “sim e não”, ao mesmo tempo. À pergunta, se a rosa é vermelha, deve ser respondido “sim e não”, pois se faz necessária uma ulterior determinação dos aspectos sob os quais ela é vermelha e dos aspectos sob os quais ela não é vermelha. Mas numa expressão formalizada do Princípio de Não-Contradição não se sabe, desde o início, quantos tais aspectos diversos irão surgir; daí a necessidade do aditivo forma e vazio de conteúdo “sob o mesmo aspecto”. (CIRNE-LIMA, 1993, p. 16)

De acordo com esta ótica, uma oposição aparente não significa necessariamente uma inconsistência do ponto de vista lógico. Segundo nos chama a atenção Cirne-Lima (1993), o elemento “sob o mesmo aspecto”, adicionado à definição do Princípio de Não-Contradição aristotélico, visa a possibilitar a antítese e eliminar a contradição, na medida em que diferentes fatores permitiriam a atribuição de elementos aparentemente opostos.

Tomando por base o pensamento de Cirne-Lima sobre o Princípio de Não-Contradição, é possível compreender que Vossler (1963) considera que a lógica formal não permite compreender uma determinada oração com base em suas relações com o uso que uma comunidade linguística faz da língua.

Nesta perspectiva, tal oração só poderia ser tomada como contraditória em seu aspecto lógico-formal, mas ela não se apresenta como uma contradição sob a ótica dos usos que são aceitáveis no interior de uma comunidade.

Depreendemos da leitura de Vossler que não é a precisão gramatical o fator que irá tornar uma oração aceitável e imbuída de significado para uma comunidade de falantes, e tampouco o ponto de vista da lógica poderá dar conta de explicar as formas pelas quais uma construção se faz significativa ou não. Isso porque, segundo Vossler, é necessário voltar o olhar para o uso idiomático, ou seja, para as formas de construção que são verossímeis e expressivas para uma comunidade nacional de falantes. Vossler faz uma crítica à noção de *correção gramatical*, conforme lemos a seguir:

Vemos, pues, que una falsedad filosófica, un absurdo empírico y hasta una inexactitud lógica pueden presentarse en forma idiomáticamente correcta. La justeza o corrección gramatical no tiene nada que ver con la exactitud empírica, ni con la histórica, ni con la lógica. Nada hay en el reino del error ni en el de la mentira que no pueda envolverse em palabra y estilizarse em forma impecable. Pero entonces, si la corrección idiomática, esto es, gramatical, no se basa en la corrección lógica ni en ninguna otra especie de verdad o acierto objetivos, ¿en qué se apoya?¹²⁷ (1963, p. 27)

Conforme lemos, para Vossler, a ideia de “correção” não deve ser condicionada simplesmente a critérios de precisão gramatical ou de exatidão lógica. A noção de correção idiomática deve estar relacionada às formas de construção linguística que se constituem significativamente para uma comunidade linguística. Nesta perspectiva, as formas de disposição das palavras em uma oração possibilitam leituras que não devem ser feitas sob o prisma da contradição lógica, na busca do certo ou do errado.

Vossler levanta o questionamento sobre quais seriam as bases de uma noção que levasse em conta a “correção gramatical”. Este questionamento é fundante de toda a reflexão inicial deste ensaio¹²⁸, pois é a partir dele que Vossler irá analisar de forma crítica os pressupostos da lógica e da gramática. Vossler (1963) mesmo responde à sua pergunta, dizendo o seguinte: “Ante todo, en el uso idiomático, en la regla o convención de una determinada comunidad lingüística. Lo gramaticalmente falso es lo incorrecto, lo que choca contra el uso idiomático.”¹²⁹ (Vossler, 1963, p. 28)

¹²⁷ Tradução sob responsabilidade da autora: “A precisão ou correção gramatical não tem nada a ver com exatidão empírica, histórica ou lógica. Não há nada no reino do erro ou no reino das mentiras que não possa ser envolvido em palavras e estilizado de uma forma impecável. Mas então, se a correção idiomática, isto é, gramatical, não é baseada na correção lógica ou qualquer outro tipo de verdade objetiva ou correção, no que ela se apoia?”

¹²⁸ Destacamos novamente que se trata do primeiro ensaio, intitulado *Gramática e História Lingüística*, contido em *Filosofía del lenguaje* (1963).

¹²⁹ Tradução sob responsabilidade da autora: “Em primeiro lugar, no uso idiomático, na regra ou convenção de uma determinada comunidade linguística. O gramaticalmente falso é aquilo que é incorreto, e que esbarra no uso idiomático.”

Sob esta ótica, a correção idiomática se baseia no próprio uso e nas convenções de uma comunidade linguística. Isso significa que uma oração não depende de uma precisão gramatical e nem de exatidão lógica para se revelar significativa para uma comunidade linguística.

Em nossa leitura, o autor estabelece que o uso idiomático é a realização das estruturas de uma língua que fazem sentido para um determinado grupo de falantes. Nesta perspectiva, Vossler associa a gramática a regras convencionais de uso da língua. Assim, se, por um lado, a gramática para Vossler contempla a noção de regras, por outro, tais regras não devem ser um conjunto de normas abstratas. Por isso, entendemos que o autor não rechaça a ideia de que uma língua pode ser caracterizada por uma gramática, mas esta deve ser regulada pelo uso, e não ao contrário. As próprias normas devem ser pautadas pela utilização da língua em diferentes instâncias, como por exemplo o uso cotidiano, institucional, artístico e poético, etc.

A partir disso, Vossler questiona de que forma a gramática que se objetiva para fins de ensino pode ser relacionada com sua utilização concreta. Ele reflete que ela tem, nesse sentido, um caráter didático, conforme expõe na seguinte passagem:

La gramática codifica el uso y procura también fijarlo en los casos de vacilación. [...] La esencia de la gramática es, ante todo, didáctica. En atención a este designio y carácter pedagógicos, la gramática se propone ser lo más clara y comprensible, y se va subdividiendo, según los fines particulares de la enseñanza, en una serie de gramáticas escolares para principiantes, para adelantados, para alemanes o ingleses, para comerciantes, para escritores, para examinando, etcétera.¹³⁰ (VOSSLER, 1963, p. 28)

A partir destas considerações, Vossler inicia uma longa exposição sobre a transformação da gramática ao longo da história de acordo com os valores adotados pelos estudos da linguagem a cada período. Conforme poderemos observar, Vossler trabalha simultaneamente com a leitura de diferentes propostas de gramática, sendo estas a gramática escolar, a acadêmica e a histórica.

Consideramos que esta exposição, que traremos a seguir, tem um caráter crítico na medida em que o autor expõe as limitações da natureza da gramática em

¹³⁰ Tradução sob responsabilidade da autora: “A gramática codifica o uso e também tenta corrigi-lo nos casos de hesitação. [...] A essência da gramática é, antes de tudo, didática. Em atenção a este designio e a seu caráter pedagógico, a gramática se propõe a ser o mais clara e compreensível possível, e vai se subdividindo, de acordo com os objetivos particulares de ensino, em uma série de gramáticas escolares para iniciantes, para alunos avançados, para alemães ou ingleses, para comerciantes, para escritores, para examinandos e assim por diante.

cada perspectiva que ela adquire. É importante ressaltar que, em nossa leitura, Vossler descreve os princípios da gramática de acordo com a sua própria percepção da transformação do pensamento filosófico-linguístico. Por isso, tal exposição não visa a explicitar o que deveria constituir, empiricamente, uma teoria gramatical, mas, antes, promover uma reflexão sobre as relações da gramática com o uso da língua em diferentes instâncias.

Segundo Vossler (1963), por conta de sua finalidade de esclarecer, de tornar claro o que seria opaco, a gramática adquire um outro caráter: o dogmático. Assim, ele explica que nasce a gramática acadêmica, conforme lemos a seguir:

Así es como entra en escena, hija natural de la gramática escolar, a gramática dogmática o de autoridades – llamémosla gramática académica –. No quiere, como su madre, facilitarnos el dominio de la lengua; no quiere poner a nuestro alcance el uso del idioma, sino decidir, afirmar, precisar, dictar y mandar. Ambiciona la máxima autoridad.¹³¹ (VOSSLER, 1963, p. 28)

Segundo a leitura de Vossler, a gramática acadêmica é “filha natural” da gramática escolar. Ela se embasa na ortodoxia na medida em que apresenta em um projeto de normatização da língua. Compreendemos que a gramática acadêmica, nesta perspectiva, não é um conjunto normativo finito, que buscaria normatizar a língua nos níveis fonéticos, morfológicos e sintáticos. Ela busca normatizar o próprio uso, busca controlar o emprego subjetivo de diferentes formas linguísticas, e, desse modo, objetiva controlar inclusive o nível semântico da língua.

Na perspectiva da gramática acadêmica, a norma é anterior ao uso. Já na visão de Vossler, este movimento deve ser ao contrário, na medida em que uma gramática concreta adquire seu valor de convenção quando o uso idiomático regula a gramática.

É essencial atentarmos para as palavras utilizadas por Vossler. No excerto acima, ele utiliza os verbos “quiere afirmar, decidir, etc.” Ou então: “ambiciona la máxima autoridad.” Na forma de uma personificação, Vossler diz que a gramática teria ambições de regulamentar até mesmo o uso. No entanto, o uso do futuro do pretérito indica que tal regulamentação está fora do seu escopo, e que a gramática normativa não é realmente capaz de controlar as forças sociais e subjetivas que regem o uso da

¹³¹ Tradução sob responsabilidade da autora: “É assim que entra em cena a filha natural da gramática escolar, da gramática dogmática ou das autoridades - vamos chamá-la de gramática acadêmica. Ela não quer, como sua mãe, tornar mais fácil para nós o domínio da língua; Ela não quer colocar o uso da língua ao nosso alcance, mas sim decidir, afirmar, especificar, ditar e comandar. Ela ambiciona a mais alta autoridade.”

língua. Desse modo, Vossler privilegia as relações entre língua, sociedade e subjetividade, em detrimento de uma normatividade formal por parte da gramática.

Segundo Vossler (1963), a gramática acadêmica privilegia o lugar da norma e, ao mesmo tempo, encontra dificuldades em relação aos fundamentos de suas próprias regras e às razões que explicariam a sua normatividade em contraste com o uso, o que se impõe como um problema epistemológico. No ponto em que ela encontra dificuldades em justificar seu afastamento do uso, a gramática acadêmica apoia-se no conhecimento teórico e abstrato para impor-se de forma dominante sobre o campo da prática. O caráter científico da gramática acadêmica provocaria um afastamento entre a norma e o uso. Assim nasce, segundo ele, a gramática lógica. A partir disso, diz Vossler:

Sólo que, por desgracia, la gramática científica se ha ido separando y liberando de la práctica de modo demasiado lento, gradual, incompleto e impuro. Y han aparecido gramáticas híbridas, teórico-prácticas y práctico-teóricas. Uno de esos medioseres o monstruos es la llamada gramática lógica. La gramática lógica se propone apoyar el uso lingüístico, es decir, lo idiomáticamente correcto, en lo lógicamente correcto.¹³² (VOSSLER, 1963, p. 29)

A gramática lógica consistiria, segundo a visão de Vossler, em uma base científica para a gramática acadêmica. A gramática lógica envolve a divisão no interior dos estudos linguísticos, sobretudo no nível morfossintático. Vossler questiona essa divisão com a seguinte exposição:

A primera vista parece que todo se armonizara perfectamente. El sustantivo se apoya en el concepto de sustancia, el adjetivo en el de cualidad, el adverbio en el de modalidad, el sistema de flexiones en los conceptos de relación, etc. La gramática lógica dice poder explicarnos por qué el adjetivo tiene grados de comparación, pero el sustantivo no. El adjetivo corresponde a la categoría de potencialidad, y sólo lo potencial puede tener grados; el sustantivo corresponde a la categoría de realidad, y únicamente puede tener, como la realidad misma, número, género y artículo.¹³³ (VOSSLER, 1963, p. 29)

¹³² Tradução sob responsabilidade da autora: “Todavia, infelizmente, a gramática científica foi separada e liberada da prática muito lentamente, gradualmente, de forma incompleta e impura. E surgiram gramáticas híbridas, teórico-práticas e prático-teóricas. Um desses meio seres ou monstros é a chamada gramática lógica. A gramática lógica se destina a apoiar o uso linguístico, ou seja, o linguístico correto, no logicamente correto.”

¹³³ Tradução sob responsabilidade da autora: “À primeira vista, parece que tudo está perfeitamente harmonizado. O substantivo é baseado no conceito de substância, o adjetivo no de qualidade, o advérbio no de modalidade, o sistema de flexões nos conceitos de relações, etc. A gramática lógica afirma ser capaz de explicar por que o adjetivo tem graus de comparação, mas o substantivo não. O

Com esta exposição, compreendemos que, para Vossler, a gramática lógica visa a eliminar a contradição. Quando ele diz que “[...] parece que todo se armonizara perfectamente [...]” (*op. Cit.*, p. 29), ele demonstra que a contradição, para a gramática lógica, seria um elemento que precisa ser resolvido para que não haja desequilíbrio. A gramática lógica aceita a lógica binária. Nesse sentido, a contradição é tratada como um desequilíbrio.

Seguindo o raciocínio de Vossler, a divisão das palavras em classes morfológicas seria uma forma de buscar a regularidade e a generalização com base em regras. Deste modo, a gramática lógica teria o objetivo de reunir um conjunto de normas que possa contemplar as possibilidades de emprego dos elementos morfossintáticos e que possa prever o uso da língua e a sua análise.

Segundo a perspectiva de Vossler, a língua em seu caráter concreto não funciona da forma transparente que é suposta por essa visão veiculada pela gramática lógica. A divisão das classes de palavras e suas devidas atribuições, por exemplo, não funcionaria de forma tão precisa quanto pressupõe a norma. Vossler elabora sua dura crítica ao pensamento logicista ao comparar os pressupostos da gramática lógica ao funcionamento empírico da língua, conforme lemos a seguir, ainda no primeiro ensaio de *Filosofía del lenguaje* (1963):

Pero lástima que la lógica gramatical no quiera coincidir jamás con la verdadera lógica. Lástima que la lengua no quiera renunciar a la mala costumbre de usar el representante del concepto de sustancia, el sustantivo, para expresar significaciones modales, relativas y hasta irreales; de elevar el adjetivo al plano de sustancia; de poner la sustancia en comparativo; de cambiar la multiplicidad en cualidad; de transponer la actualidad en el futuro, y de petrificar lo verosímil en lo absoluto; en suma, de entrever revueltamente todas las categorías.¹³⁴ (VOSSLER, 1963, p. 29)

Sobre este excerto, perguntamo-nos, em primeiro lugar: qual é a lógica privilegiada por Vossler? Diante de nossa leitura até este ponto, podemos depreender que a lógica que repercute na teoria de Vossler é a lógica do uso idiomático. É a lógica

adjetivo corresponde à categoria de potencialidade, e apenas o potencial pode ter graus; o substantivo corresponde à categoria de realidade e só pode ter, como a própria realidade, número, gênero e artigo.”

¹³⁴ Tradução sob responsabilidade da autora: “Mas é uma lástima que a lógica gramatical nunca queira coincidir com a verdadeira lógica. É uma lástima que a língua não queira renunciar ao mau hábito de usar o representante do conceito de substância, o substantivo, para expressar significados modais, relativos e até irrealis; de elevar o adjetivo ao plano da substância; de colocar a substância em comparação; de transformar a multiplicidade em qualidade; de transpor o presente para o futuro e petrificar o plausível no absoluto; em suma, de vislumbrar todas as categorias.”

que faz a língua funcionar de forma significativa para uma comunidade linguística. A apresentação estética da língua é um dos níveis que conduzem o uso da língua na dimensão da prática cotidiana e também na dimensão artística. No caso do exemplo citado por Vossler no início do seu ensaio, o verso de Goethe, é preciso considerar que se trata de uma construção poética, que se caracteriza por uma linguagem esteticamente singular. Por isso, a sua leitura deve ser feita com base no seu funcionamento simbólico para uma determinada comunidade linguística.

A distinção entre o nível poético e o nível prático da linguagem é uma discussão latente no interior do pensamento filosófico-linguístico do leste europeu. A obra de Jakubinskij *Sobre a fala dialogal* (2015), com prefácio e apresentação de Irina Ivanova, traz uma reflexão sobre o tema das dimensões das representações languageiras no seu primeiro capítulo, intitulado *Sobre a diversidade funcional da fala*. Neste capítulo, compreendemos que Jakubinskij alicerça as suas bases filosóficas no pensamento de Aristóteles sobre a distinção entre prosa e poesia.

Segundo a leitura de Jakubinskij (2015), as concepções de língua cotidiana e linguagem poética derivam das teses aristotélicas acerca da língua da prosa e da poesia na medida em que Aristóteles considera o sentido *figurado*, composto por metáforas, como parte do plano da língua poética, independente se ela seja escrita em versos ou em prosa. Nessa perspectiva, a língua poética caracteriza-se pelo uso de palavras que não coincidam com aquelas de uso trivial do cotidiano.

Neste mesmo capítulo citado acima, Jakubinskij faz uma leitura do pensamento de Aristóteles sobre a caracterização da língua poética, conforme lemos abaixo:

É interessante que Aristóteles, ao falar das especificidades da linguagem poética, passe por todos os “aspectos” da língua: ele aborda a fonética (“por um som modificado”, o lugar num verso), a derivação (“as palavras compostas”), o uso das palavras (as palavras não banais), a semântica (as metáforas, os epítetos). Ele não atribui um sentido predominante à rítmica, nem funda suas distinções sobre a oposição entre os versos e a prosa. Já no capítulo 1³⁵, ele escreve: “A matéria da poesia é *somente* a palavra, pouco importa que a obra seja escrita em prosa ou em versos, em apenas uma ou várias métricas.” (JAKUBINSKIJ, 2015, p. 56)

Conforme a observação feita por Jakubinsky, Aristóteles dialogava de forma crítica com adeptos do método formal já existente na Grécia. Em nota de rodapé da tradutora Ivanova (JAKUBINSKIJ, 2015), com esta exposição, Jakubinskij afasta do

¹³⁵ Conforme mencionado por Jakubinskij (2015), a obra em questão aqui é a *Poética* de Aristóteles.

formalismo as teses aristotélicas sobre a poesia, na medida em que elas abrangem uma amplitude de condições que caracterizam a linguagem poética. Ou seja, apesar de o aspecto figurado ser um elemento importante de caracterização da linguagem poética, assim como a construção métrica ou fonética que constrói a rima, estes elementos não são por si só decisivos. Eles devem ser colocados em relação de contraste com a linguagem cotidiana para serem apreendidos como constituintes de uma linguagem expressiva que constitui a matéria simbólica da poesia.

A partir dessa leitura de Aristóteles, Jakubinskij (2015) evidencia as formas de construção do pensamento linguístico na Rússia, no início do século XX, sobre a poesia. O autor explica o seguinte:

O interesse e a atenção concedidos à multiplicidade das variantes da língua em função de seus propósitos ressurgiram recentemente na Rússia com as questões ligadas à poesia. Esse tema foi discutido nas *Sborniki po teorii poëticheskogo jazyka [Coletâneas sobre a teoria da linguagem poética]*, v. 1 (Petrogrado, 1916) e II (1917), reedição ampliada na coletânea *Poëtika*, Petrogrado, 1919¹³⁶. Como a linguagem poética estava no centro da atenção das *Sborniki [Coletâneas]*, duas variantes funcionais da língua foram evidenciadas desde o início: a *linguagem prática* e a *linguagem poética*. (JAKUBINSKIJ, 2015, p.60)

Sob essa perspectiva, compreendemos que Jakubinskij distingue a língua do cotidiano e a língua poética como *variantes funcionais*, que variam de acordo com um funcionamento que é próprio a cada situação concreta de uso.

O texto produzido por Irina Ivanova, *A oposição “língua poética / língua prática” na concepção linguística de Lev Jakubinskij* (2013) oferece-nos um estudo sobre o pensamento de Jakubinskij no interior do pensamento filosófico-linguístico russo¹³⁷, representado fortemente pela Sociedade de estudos de Língua Poética (OPOJAZ)¹³⁸. Ivanova faz os seguintes apontamentos:

¹³⁶ Optamos por manter as referências conforme cita Jakubinskij como forma de demonstrar as organizações das publicações de estudos linguísticos na Rússia nas primeiras décadas do século XXI.

¹³⁷ No prefácio de *A fala dialogal* (2015), Ivanova explica que os problemas dos quais Jakubinskij se ocupou demonstram que ele foi muito além dos estudos sobre a forma ao tratar das relações da linguagem poética e da linguagem prática sob o ponto de vista de diferentes variantes languageiras. A sua leitura de Aristóteles no que tange a este assunto oferece uma reflexão aprofundada dos aspectos que podem ser observados como constituintes da linguagem poética.

¹³⁸ Segundo prefácio de Ivanova (Jakubinskij, 2015), a Sociedade de Estudo da Língua Poética (Opojaz) foi fundada por Viktor Šklovskij e Lev Jakubinskij em Petrogrado, em 1916, pouco depois da criação do Círculo Linguístico de Moscou, que teve como presidente Roman Jakobson.

Outra noção importante para Jakubinskij é a do objetivo, indissociável da definição da língua como atividade. Esse princípio deve estar, segundo Jakubinskij, na base da classificação de todos os fenômenos linguageiros, pois cada atividade se orienta para um objetivo. O princípio do objetivo permite a Jakubinskij opor a língua prática à língua poética, o que, em seus termos, equivale a opor o pensamento linguageiro ao pensamento linguageiro poético. Quando um locutor utiliza os fenômenos linguageiros (*as representações*, nos termos de Jakubinskij) para comunicar-se, trata-se da língua prática. Neste caso, as representações linguageiras não têm seu próprio sentido. Elas servem apenas como meios de comunicação. (IVANOVA, 2013, p. 22)

Compreendemos que, na visão de Ivanova sobre o pensamento de Jakubinskij, a língua prática está no nível de uma necessidade cotidiana de comunicação. Já a língua poética está no nível da produção e da transformação de sentidos. Podemos depreender desta leitura que a língua como “meio de comunicação” não conteria, em si, as condições para a criação linguística ou para produção de novos sentidos. A língua, tomada em um caráter de mera comunicação, está no nível prático de utilização. Por outro lado, a condição simbólica da língua se destaca sobretudo na expressão poética. Portanto, tal condição é o aspecto responsável pela produção de sentidos na medida em que promove as inversões, as alegorias, a utilização de um termo em lugar de outro, a representação do abstrato no nível do concreto, entre outros aspectos.

Podemos ampliar este raciocínio se pensarmos que as diferentes formas de expressão simbólica da língua estão presentes no cotidiano de algumas formas. A condição simbólica da língua revela-se sobretudo na arte e na expressão poética e alegórica no cotidiano através de manifestações culturais de diferentes naturezas, como a música, o folclore, os ditados populares, etc. Assim, se o uso alegórico e metafórico da língua está presente no cotidiano e intervém na criação de novos sentidos, então a própria transformação da língua passa, também, pela prática cotidiana. Desse modo, a cultura e as manifestações artísticas de uma comunidade são aspectos condutores da própria mudança linguística.

Com esta reflexão acerca dos estudos de Jakubinskij sobre a língua prática e a língua poética, compreendemos que o fato de Vossler ter utilizado um exemplo trazido da literatura clássica poética, no caso, o verso de Goethe, requer a observação de que o tipo de língua utilizada em manifestações artísticas como a poesia não é o mesmo que o tipo de língua que utilizamos nas diferentes instâncias da prática cotidiana.

O emprego da língua no nível poético produz sentidos metafóricos. Os mesmos elementos utilizados na esfera cotidiana adquirem, na poesia, tons de subjetividade e de representações de diferentes ordens, como sensoriais e auditivas. Além disso, a língua poética possui os seus próprios recursos estilísticos, que nem sempre são compartilhados em outras instâncias de uso da língua.

No verso de Goethe, a metáfora e a atribuição de elementos aparentemente opostos a um mesmo ser são recursos que permitem reconhecer esta oração analisada por Vossler como representante do nível poético no interior das manifestações artísticas de uma comunidade. O que nos mostra Vossler (1963) é que nem a ordem da gramática, e tampouco a ordem da lógica podem impedir tal verso de ser significativo no interior de uma comunidade linguística. O que contribui para esta tese é a sua noção de *uso idiomático*, que, conforme já dissemos, em nossa leitura, contempla as formas de construção que são aceitáveis e significativas para uma comunidade nacional de falantes.

Continuando com a sua reflexão sobre as transformações do pensamento sobre a gramática ao longo da história, Vossler, ainda no primeiro ensaio de *Filosofía del lenguaje* (1963), intitulado *Gramática e historia lingüística*, expõe o seguinte:

Ahora bien: puesto que el uso idiomático no puede inferirse satisfactoriamente de las leyes lógicas ni de las naturales, tendrá que poder explicarse por sí mismo. Vale decir que el uso idiomático A debe provenir de un uso idiomático anterior B, C, D, E y así sucesivamente. Se trata de descubrir la genealogía de los usos y de las comunidades lingüísticas. Y aquí entra en acción la tercera hija, la *gramática histórica*¹³⁹. (VOSSLER, 1963, p. 31 e 32)

Nesta passagem, Vossler remete à necessidade da busca por uma genealogia dos *usos*. Para ele, essa genealogia consiste em compreender as práticas languageiras de uma comunidade linguística notadamente sob uma perspectiva de sua formação histórica.

Vossler aponta a gramática histórica como a abordagem que pode validar o uso idiomático como uma existência legítima. Segundo ele, o que a gramática acadêmica impôs como “correção”, a perspectiva histórica permite verificar como uso idiomático,

¹³⁹ Tradução sob responsabilidade da autora; “Agora bem: uma vez que o uso idiomático não pode ser inferido satisfatoriamente a partir de leis lógicas ou naturais, ele terá que se explicar por si mesmo. Isso quer dizer que o uso idiomático A deve vir de um uso idiomático anterior B, C, D, E e assim por diante. Trata-se de descobrir a genealogia dos usos e comunidades linguísticas. E aí vem a terceira filha, a gramática histórica.”

sob a ótica da transformação fônica e estrutural ao longo do tempo. Assim, é à luz da história que o conceito de correção se redimensiona, pois é ela que permite legitimar o uso no interior da própria regulamentação normativa da língua, conforme lemos a seguir:

Todas las formas son estudiadas según su antigüedad, su procedencia, sus títulos y derechos históricos. Pero con esto echamos de ver al punto que cada forma, esto es, cada uso idiomático, tiene sus antecesores, sus abuelos, sus títulos. Hasta sucede a menudo que aquellas formas fónicas y construcciones que la gramática académica señala como erróneas, están escoltadas por una brillante serie de antepasados, y las formas idiomáticas más decadentistas pueden gloriarse de la más ilustre ascendencia. Cuánto más despreocupadamente trabaja la gramática histórica, tanto mejor resuelve lo idiomáticamente válido en lo idiomáticamente existente; demuestra la relatividad de todos los resultados a que ha llegado la lengua, y mina y destruye el concepto de corrección idiomática, es decir, la base y el fundamento de la gramática académica.¹⁴⁰ (VOSSLER, 1963, p. 32)

Compreendemos, aqui, que o conceito de história é tomado por Vossler como fundamento primordial para a investigação das transformações dos usos da língua. Segundo sua visão, a gramática histórica é capaz de investigar a língua à luz de um ponto de vista histórico que contempla as transformações das formas linguísticas.

É preciso observar, no entanto, que nem todas as gramáticas históricas conduzem suas investigações sob um prisma primordialmente formalista. A obra *Meios de Expressão e Alterações Semânticas* (1951), do filólogo brasileiro Manuel Said Ali Ida, contém estudos que se sustentam sobre uma perspectiva histórica da transformação de determinadas formas linguísticas. Nesta obra, as bases etimológicas são investigadas sob o prisma de suas relações com a história. Nela, Said Ali Reflete sobre algumas figuras de linguagem, sobre estrangeirismos e também sobre determinados vocábulos que podem ter suas origens conhecidas através de percursos que liguem a forma linguística à história do objeto em si.

Um desses vocábulos levantados por Said Ali é o “açúcar”. O autor coloca em questionamento a etimologia da palavra e a origem do próprio açúcar para demonstrar

¹⁴⁰ Tradução sob responsabilidade da autora: “Todas as formas são estudadas de acordo com a sua idade, origem, títulos e direitos históricos. Mas isto leva-nos ao ponto de que cada forma, ou seja, cada uso idiomático, tem os seus antecessores, os seus avós, os seus títulos. É mesmo frequente que essas formas e construções fônicas que a gramática académica aponta como erradas sejam acompanhadas por uma brilhante série de antepassados, e as formas linguísticas mais decadentes possam gabar-se dos mais ilustres antepassados. Quanto mais despreocupadamente a gramática histórica funcionar, melhor ela lida com a validade idiomática no idiomáticamente existente; demonstra a relatividade de todos os resultados que a linguagem alcançou, e mina e destrói o conceito de correção idiomática, ou seja, a base e o fundamento da gramática académica.”

que o aspecto formal não é suficiente para explicar as transformações deste elemento lexical. Leiamos o que ele diz em seu capítulo intitulado *Açúcar*:

Provado que *açúcar* se filia a um termo árabe, nem por isso deixa de inquietar a muitos o espectro de *saccharum* – *sakcharon*, fazendo-lhes crer que o idioma árabe teria por sua vez tomado o vocábulo, senão aos romanos, em todo o caso os helenos. E crêem isto sem primeiro averiguarem se o açúcar era produto realmente conhecido e usado na Grécia, pois não é de presumir que se vulgarizasse o nome sem se vulgarizar a cousa por êle designada. [...] Helenos e romanos nem cultivavam a cana de açúcar, nem sabiam que do caldo espremido dessa planta pudesse o homem preparar substância sólida. [...] Descoberto e conhecido na Índia o processo de extrair açúcar de cana, passou a cultivar-se a planta também na Pérsia Meridional e na Arábia. Depois estenderam os árabes o cultivo ao Egito, à Sicília, ao sul da Espanha.” (SAID ALI, 1951, p. 194)

A partir desta perspectiva, observamos que Said Ali não aceita que os aspectos formais possam, por si só, ser conclusivos sobre a transformação da língua. Assim, as possíveis semelhanças entre as formas não se sobrepõem aos fatos históricos que acompanham a transformação fonética. A mudança linguística está imbricada em uma relação necessária com os acontecimentos históricos das nações.

Retomando a exposição que Vossler faz sobre a transformação do pensamento gramatical ao longo da história, observamos que ele formula duas possibilidades de posições a serem tomadas diante das diferentes perspectivas que expôs a partir de visões antagônicas entre a gramática acadêmica e a gramática histórica. Leiamos o seguinte excerto, contido ainda no primeiro ensaio de *Filosofía del lenguaje* (1963):

Primera posición: La gramática escolar, la gramática académica y el concepto – en que ambas se apoyan – de corrección idiomática ¿son exigencias arbitrarias de la vida práctica y pueden prescindir de todo fundamento racional, científicamente demostrable? Entonces la doctrina de las gramáticas psicológicas e históricas habría dado, por cierto, en el centro del problema: en la lengua nada es verdadero (es decir, razonadamente correcto) ni falso. Fuera con las escuelas; nada de academias; la educación idiomática es absurda y antinatural. [...] Segunda posición: La necesidad de aprendizaje y educación idiomática y de cultura lingüística está justificada, y por lo tanto hay que darle modo y medio de asentar esta necesidad práctica en fundamentos teóricos y rigurosamente científicos. Pero entonces, ¿fuera con la gramática de los historicistas y de los psicólogos!¹⁴¹ (VOSSLER, 1963, p. 33)

¹⁴¹ Tradução sob responsabilidade da autora: “Primeira posição: A gramática escolar, a gramática acadêmica e o conceito - em que ambas se baseiam - de correção idiomática são requisitos arbitrários da visão prática e podem dispensar qualquer fundamento racional e cientificamente demonstrável? Então, a doutrina das gramáticas psicológicas e históricas alcançaria, aliás, o cerne do problema: na língua nada é verdadeiro (isto é, razoavelmente correto) ou falso. Fora com as escolas; nenhuma academia; a educação de línguas é absurda e antinatural. [...] Segunda posição: A necessidade de aprendizagem e educação de línguas e cultura linguística se justifica, e por isso é necessário fornecer

Os sinais de interrogação e exclamação no interior do texto revelam que Vossler estaria apresentando uma suposição que seria pressuposta a partir das considerações sobre posições distintas no interior de determinados fundamentos gramaticais. O autor observa que as limitações de cada perspectiva levam a problemas relativos às formas de compreender a própria instauração da gramática na língua, ou seja, como um aspecto inerente da língua ou como um funcionamento a ser adquirido por cada falante. Nesse sentido, por um lado, a gramática deveria ser ensinada; por outro, o seu ensino seria antinatural.

As duas posições são apresentadas na forma de questionamentos, que buscam levantar, de forma dialética, as dificuldades de se pensar a gramática tanto pelo prisma do logicismo formal, quanto somente pelas suas condições de uso concreto. Tais posições são radicais e antagônicas entre si.

Vossler reflete sobre esta questão partindo para a investigação da noção de “correção”. Esta concepção é tomada sob um prisma filosófico, que considera o correto e o inadequado em relação ao critério de verdade ou falsidade.

*Lo correcto es distinto de lo verdadero. Pues bien: ¿Cómo es que uno admite con relativa facilidad el reproche de *Unrichtigkeit* ('impropiedad', 'inadecuación') en su pensamiento o en su conducta, pero tolera difícilmente, y como menoscabo de su decoro, el reproche de haber faltado a la verdad? [...] Al calificar de inadecuado mi trabajo, al calificarlo yo de radicalmente inadecuado, me separo a mí mismo de él. Mediante el juicio o el reconocimiento de "*Unrichtig*"¹⁴² ("¡Eso no es así!"), se aísla la acción, se la separa del agente. La sentencia de "es verdad" o "no es verdad", por el contrario, no afecta a la acción como tal, no toca a la obra aislada.¹⁴³ (VOSSLER, 1963, p. 34, grifos do autor)*

Observamos que, nesta perspectiva, o que é *correto* não coincide com o que é *verdadeiro*, assim como o que é *incorreto* ou *inadequado* não coincide com o que é

uma forma e meios para estabelecer esta necessidade prática em fundamentos teóricos e rigorosamente científicos. Mas então, fora a gramática dos historicistas e dos psicólogos!"

¹⁴² O termo *richtig*, em alemão, aponta para a ideia de “correção”. Assim, *unrichtig* seria ‘que é incorreto. Em nossa compreensão, Vossler coloca a qualificação de “correto” – *richtig* – como um critério da lógica formal.

¹⁴³ Tradução sob responsabilidade da autora: “O que é correto é diferente do que é verdadeiro. Pois bem: como é que se admite com relativa facilidade a censura de *Unrichtigkeit* ('impropriedade', 'inadequação') em seu pensamento ou em sua conduta, mas dificilmente tolera, em detrimento de seu decoro, a censura de ter faltado com a verdade? [...] Ao qualificar meu trabalho como impróprio, ao qualificá-lo como radicalmente inadequado, eu me afasto dele. Através do julgamento ou reconhecimento de "*Unrichtig*!" ('Não é assim!'), a ação é isolada, é separada do agente. A frase "é verdadeiro" ou "não é verdadeiro", ao contrário, não afeta a ação como tal, não afeta a obra isolada.”

falso. A ideia de correção tem a ver com o valor objetivo, estético e intrínseco a uma situação de produção da linguagem, enquanto que a ideia de verdade demanda critérios empíricos de verificabilidade externos à língua.

Para Vossler, a gramática lógica sempre se preocupou em buscar a ideia de correção. No entanto, no pensamento de Vossler, o correto e o verdadeiro não coincidem. O que é “correto”, segundo os princípios de Vossler, sustenta-se sobre aspectos exteriores, o que inclui um valor técnico. Fazemos essa leitura no seguinte excerto: “El juicio de “verdadero-falso” es, pues, el más profundo o primario; el juicio de “acertado-desacertado”, el secundario. Lo acertado o apropiado (correcto) sería entonces el lado exterior, económico o técnico, de lo verdadero.”¹⁴⁴ (Vossler, 1963, p. 34) Essa reflexão propõe que a ideia de “correção” seja secundária à ideia de verdade, na medida em que o correto não seria mais do que o lado técnico do verdadeiro.

Ao nosso ver, essa reflexão é fundamental no que tange às questões relativas ao prestígio da norma gramatical na língua. Este prestígio é, primeiramente, institucional, se pensarmos que o aparato jurídico de uma sociedade, por exemplo, se serve da língua escrita, obedecendo aos mais complexos padrões da norma gramatical. Desse modo, a “correção” gramatical é um dos critérios de garantia da sua legitimidade institucional. Assim, vemos que a hegemonia da norma padrão se sustenta sobre os princípios de correção da gramática lógica.

Não obstante, se tomarmos a perspectiva vossleriana, tal ideia de correção gramatical não coincide com o uso idiomático. Assim, a hegemonia da norma padrão não é um poder absoluto nas sociedades na medida em que as formas de expressão artísticas e cotidianas de uma comunidade estão em uma relação de constituição com a sua cultura e a sua história. É isso que permite que a cultura artística popular de uma comunidade seja reconhecida.

Um exemplo disso é o reconhecimento da literatura de cordel como um documento histórico e cultural do Brasil. Para citar uma cordelista que representa um dos pilares do cordel brasileiro, mencionamos Cora Coralina e a repercussão de sua poesia no âmbito das ciências da linguagem e literárias.¹⁴⁵ A leitura da poesia de

¹⁴⁴ Tradução sob responsabilidade da autora: “O julgamento de “verdadero-falso” é, então, o mais profundo ou primário; o julgamento de “certo-errado”, o secundário. O que é certo ou apropriado (correto) seria então o lado externo, econômico ou técnico do verdadeiro.”

¹⁴⁵ Citamos, aqui, a tese de doutorado de Andréia Ferreira Delgado, *A invenção de Cora Coralina na batalha das memórias*, defendida na UNICAMP em 2003. Nesta tese, Delgado faz uma leitura de

Coralina não pode ser limitada pela ideia de correção gramatical. Ela deve ser lida sob o prisma das relações subjetivas e regionalistas que perpassam a linguagem dos poemas. Leiamos, a seguir, um excerto do poema *Cantoria*, contido em *Meu Livro de Cordel* (1997, p. 11):

Meti o peito em Goiás
e canto como ninguém.
Canto as pedras,
canto as águas,
as lavadeiras, também
[...]
Cantei ouro enterrado
querendo desenterrá.
Cantei cidade largada.
Cantei burro de cangalha
com lenha despejada
Cantei vacas pastando
no largo tombado.

Para ler este poema de Coralina, é preciso considerar as relações subjetivas do eu-lírico com os elementos da vida, das realidades da sua região, sobre os quais ele demonstra afeição. Os aspectos formais não respondem às questões que são mais primordiais na expressão poética. Se seguirmos o pensamento de Vossler, a “verdade”, neste poema, encontra-se no uso idiomático da língua, que inclui a exaltação da terra nativa e os elementos que compõem o cotidiano simples, tão sentimentalmente enaltecidos pelo eu-lírico. Assim, justifica-se o título do poema *Cantoria*. Sob o olhar do uso idiomático, a cantoria é uma exaltação plena de orgulho e lembranças. Mais do que isso, a cantoria é o reconhecimento dos valores afetivos que são compostos por menções à natureza e ao trabalho. O verbo “cantar”, sob este prisma, adquire o sentido de “exaltar”.

É preciso considerar também que a cantoria é um gênero de poesia que tem origem na poesia popular e está inserida nas práticas da oralidade. Ela pode incorporar o acompanhamento musical da viola, por exemplo. Nesse sentido, a “cantoria” desse eu-lírico é uma prática de representação cultural regional e de reconhecimento identitário.

Vossler volta-se para a crítica da gramática acadêmica e escolar e para a elucidação das capacidades e das limitações da gramática histórica para questionar de que modo elas lidam com as relações entre prática e cientificidade, ou seja, de que

diferentes documentos biográficos e autobiográficos de Cora Coralina, em uma pesquisa histórica que investiga a poetisa sob o prisma do conceito de “Mulher-Monumento”.

forma as pretensões científicas da gramática acadêmica esbarram no próprio uso da língua. Leiamos:

Ninguna gramática razonable plantea el problema de la verdad idiomática. Se trata, en la gramática, de la técnica o economía del pensamiento idiomático, donde el tal pensamiento no se demuestra, sino que se supone implícitamente. Cuando la gramática histórica y la psicológica investigan respectivamente la historia de esa técnica y su condicionalidad psicofísica, el objeto sigue siendo siempre la técnica o economía de la lengua; pero con la lengua misma, con un pensamiento idiomático o con una verdad idiomática, estas llamadas gramáticas científicas tienen tan poco que hacer inmediatamente como la gramática escolar.¹⁴⁶ (VOSSLER, 1963, p. 35)

Aqui, Vossler nos permite a seguinte compreensão. A gramática histórica trabalha principalmente na perspectiva do nível estrutural da língua. Assim, podemos pensar que o pensamento gramatical histórico dá conta de investigar e explicar as transformações formais e estruturais da língua ao longo de sua história. No entanto, este pensamento gramatical histórico não acompanha a criação individual e as especificidades do uso da língua no interior de uma comunidade linguística.

O uso concreto da língua, para Vossler, é a verdade idiomática; é o que caracteriza um idioma como língua de uma comunidade e também o que faz sentido para um falante, cujo pensamento se constitui pela ordem do idiomático. Em outras palavras, as condições de uso da língua definem o que é o idiomático em uma comunidade linguística. Assim, Vossler (1963) chega a este ponto de sua reflexão para demonstrar que a noção de *idiomaticamente próprio*, em referência ao uso concreto da língua, só poderia existir e ter valor se o pensamento gramatical reconhecesse uma teoria do *idiomaticamente verdadeiro*. Ele diz o seguinte:

El objeto de todas las gramáticas, a saber, lo idiomáticamente propio o correcto, sólo puede ser fundamentado, demostrado y reconocido por una ciencia de lo idiomáticamente verdadero. Negar redondamente la existencia de la verdad o falsedad idiomática, esto es, la existencia de un pensamiento idiomático, como por ejemplo lo ha hecho la gramática lógica, sería cómodo, pero, según lo que venimos demostrando hasta aquí, imposible. ¿Qué

¹⁴⁶ Tradução sob reponsabilidade da autora: “Nenhuma gramática razoável levanta o problema da verdade idiomática. Na gramática, trata-se da técnica ou economia do pensamento idiomático, onde tal pensamento não se demonstra, mas se supõe de forma implícita. Quando a gramática histórica e a psicológica investigam respectivamente a história dessa técnica e a sua condicionalidade psicofísica, o objeto permanece sempre a técnica ou economia da língua; mas com a própria língua, com o pensamento idiomático ou com a verdade idiomática, estas chamadas gramáticas científicas têm tão pouco a fazer imediatamente como a gramática escolar.”

significa pensamiento idiomático o verdad idiomática?¹⁴⁷ (VOSSLER, 1963, p. 35 e 36)

A partir disso, Vossler retoma o seu exemplo dos versos de Goethe, apresentado no início do seu ensaio. Segundo ele, para o pensamento lógico, a afirmação “pero es verde el árbol de la vida” é incorreta. Porém, sob o ponto de vista do pensamento idiomático, este verso é correto e imbuído de significado. Mas a questão sobre definir o que é o pensamento idiomático ou uma “verdade” idiomática persiste e deve ser pensada sob uma reflexão dialética entre a ideia de correção, que tem a ver com aquilo que é aparentemente apropriado no interior de uma obra ou expressão, e a ideia de verdade, que diz respeito ao uso concreto da língua no interior de uma comunidade linguística.

Vossler (1963) levanta outro exemplo para refletir sobre a questão do idiomáticamente verdadeiro. Ele coloca hipoteticamente a seguinte situação:

A dice: la mesa es redonda. B dice: es cuadrada. C: es triangular. D: esta mesa cuadrada tiene la forma redonda de un triángulo. Desde el punto de vista idiomático, puramente idiomático, cada uno de ellos ha expresado su opinión acerca de un objeto, en forma irreprochable. Admitamos que D haya querido hacer, con su absurda afirmación, una broma o un chiste, y dar expresión al desbordante humorismo de su temperamento: entonces esa frase suya lleva la marca de la verdad idiomática. Pero supongamos que haya pronunciado tales palabras en completa oscuridad de espíritu, sin sentido y sin significación: y en este caso, su expresión ya no será en modo alguno idiomática, sino un ruido o una vibración de aire [...] Así, pues, lo que importa es la significación, el acuerdo entre sonido y sentido.¹⁴⁸ (VOSSLER, 1963, p. 36)

Compreendemos, aqui, que Vossler coloca uma hipótese para defender que o idiomáticamente verdadeiro se sustenta sobre o significado de uma expressão. Observar uma oração sob o ponto de vista de sua estrutura não contribui para pensar

¹⁴⁷ Tradução sob responsabilidade da autora: “O objeto de todas as gramáticas, nomeadamente a idiomáticamente próprio ou correto, só pode ser fundamentado, demonstrado e reconhecido por uma ciência do idiomáticamente verdadeiro. Negar categoricamente a existência da verdade ou falsidade idiomática, ou seja, a existência de pensamento idiomático, como, por exemplo, a gramática lógica tem feito, seria conveniente, mas, de acordo com o que temos vindo a demonstrar até agora, impossível. O que significa o pensamento idiomático ou verdade idiomática?”

¹⁴⁸ Tradução sob responsabilidade da autora: “A diz: a mesa é redonda. B diz: é quadrado. C: é triangular. D: Esta mesa quadrada tem a forma redonda de um triângulo. Do ponto de vista idiomático, puramente idiomático, cada um deles expressou sua opinião sobre um objeto, de forma irrepreensível. Admitamos que D quisesse fazer, com sua declaração absurda, uma piada, e dar expressão ao humor transbordante de seu temperamento: então, essa frase traz a marca da verdade idiomática. Mas suponha que haja pronunciado tais palavras em completa escuridão de espírito, sem sentido ou significação: e neste caso, sua expressão não será mais idiomática, mas sim um ruído ou uma vibração de ar [...] Assim, pois, o que importa é o significado, a concordância entre som e significado.”

sobre o que faz sentido e é verdadeiro para uma comunidade linguística. Vossler levanta a possibilidade de que o falante D pronuncie este enunciado com desconhecimento do seu significado. Neste caso, o enunciado passa apenas pelo critério da correção gramatical, ou seja, o critério da lógica formal, e não possui qualquer valor de verdade ou relevância no interior de uma comunidade linguística.

A partir disso, Vossler chega a um ponto de certa forma conclusivo sobre as questões que tangem ao significado na língua: “La lengua es verdadera en la medida en que está llena de significado; falsa, en la medida en que está vacía de significado.”¹⁴⁹ (VOSSLER, 1963, p. 36) Assim, os critérios de verdade ou falsidade propostos por Vossler estão relacionados com o significado. O conceito de significado, para Vossler, depende da verdade idiomática, ou seja, uma oração é significativa na medida em que sua forma de construção se dá no interior das peculiaridades de uma comunidade linguística.

Até agora, realizamos a leitura do ensaio inicial, chamado *Gramática e história lingüística*, contido em *Filosofia del lenguaje* (Vossler, 1963). A partir destas reflexões, procederemos, agora, à leitura de outro ensaio contido nesta mesma obra, chamado *El sistema de la gramática*.

O ponto mais importante deste ensaio são os questionamentos de Vossler em relação ao tratamento da mudança linguística. Vossler (1963) cita os estudos do linguista alemão Hermann Paul¹⁵⁰, o qual ele considerava um representante da neogramática, para explicar o funcionamento da *analogia*¹⁵¹ para os gramáticos. A analogia, para Paul (1966), se sustenta sobre mecanismos de associação entre as formas linguísticas. Estes mecanismos supõem a dedução das regras que regem a

¹⁴⁹ Tradução sob responsabilidade da autora: “A língua é verdadeira na medida em que estiver cheia de significado; falsa, na medida em que estiver vazia de significado.”

¹⁵⁰ Conforme já citamos anteriormente nesta tese, Hermann Paul foi um historicista-comparatista alemão que viveu entre os anos de 1846 e 1921. Segundo Vossler (1963), (2015), os estudos de Paul se alinham aos princípios da neogramática. No capítulo 1.1 desta tese, realizamos uma breve leitura de passagens da obra *Princípios fundamentais da história da língua* (Paul, 1966).

¹⁵¹ Na seção anterior a esta, trouxemos uma exposição sobre o conceito de *analogia* na obra de Hermann Paul (1966). Gostaríamos de chamar a atenção para o fato de que os estudos em torno deste conceito são vastos. Vossler mantém o foco em uma perspectiva gramatical sobre a analogia, e, sobre ela, constrói sua crítica. Já o conceito de analogia exposto por Michel Bréal (1992) contempla outros princípios. Assim, é preciso ter em mente que o entendimento sobre a analogia não é homogêneo no interior dos estudos da linguagem. Segundo o *Dicionário da Análise do Discurso*, de Charaudeau e Maingueneau (2012), a analogia é um conceito utilizado desde a Antiguidade clássica, que busca definir o caráter regular das línguas naturais. “Isso se manifesta nos agrupamentos de formas, os paradigmas, que apresentam relações estáveis de semelhança: nas declinações nominais ou na flexão verbal, as variações das formas dos signos linguísticos são previsíveis e essas formas são dedutíveis umas das outras [...]” (CHARAUDEAU e MAINGUENEAU, 2012, p. 47)

língua. Já tratamos deste tema na seção 1.2.1 desta tese. No entanto, trazemos aqui uma breve retomada para que possamos compreender o pensamento de Vossler sobre a mudança linguística em relação ao princípio da analogia. Para fazer esta retomada, trazemos o seguinte excerto do capítulo *Analogia*, da obra de Paul, *Princípios fundamentais da história da língua* (1966):

Na aprendizagem natural da língua materna não aprendemos a regra como tal, mas apenas uma série de exemplos. Vamos ouvindo uma série de frases que se formam do mesmo modo e que por isso se juntam num grupo. A recordação do conteúdo especial de cada frase pode ir-se apagando cada vez mais, mas o elemento comum vai-se reforçando pela repetição, e assim se deduz inconscientemente a regra a partir dos exemplos. Precisamente porque não nos é dada qualquer regra de fora, não chega um só exemplo, mas é necessário um grupo de exemplos cujo conteúdo especial é indiferente. Porque só assim se cria a ideia duma validade universal do exemplo, a qual dá a cada um o sentimento de ter o direito de fazer combinações próprias. Quando empregamos com suficiente frequência uma regra aprendida de cor, conseguimos que esta actue também inconscientemente. (PAUL, 1966, p. 121)

É possível observar que este excerto contém as ideias de aprendizagem natural, recordação, combinação, dedução, repetição e validade universal. O indivíduo conseguiria, segundo Paul, fazer séries de combinações lexicais e frasais através de deduções de regras da língua. As regras seriam observadas e apreendidas justamente a partir dos grupos de exemplos aos quais o indivíduo tem acesso. A partir disso, segundo Paul (1966), a frequência com que se empregam determinadas combinações é um aspecto definitivo na internalização e no uso inconsciente e natural destas.

Vossler faz a crítica ao princípio da analogia sob o ponto de vista de Paul, mantendo o seu foco sobre os aspectos formais e estruturais que se evidenciam no tratamento gramatical da analogia. Para Vossler, a mudança fonética sob o prisma do mecanismo analógico é como um jogo mecânico de forças. Lemos abaixo como ele o descreve:

Los portadores de las fuerzas son en esa explicación no los hombres sino los grupos de formas lingüísticas. El juego de fuerzas resulta no de consideraciones lógicas, ni estéticas, ni éticas, ni económicas, sino de la pura relación cuantitativa de frecuencia. Las formas usadas con menor frecuencia son atraídas por las más frecuentes y se les agrupan asimilándose a ellas. Lo frecuente es lo pesado o lo fuerte que arrastra consigo a lo infrecuente, como a cosa ligera o débil. Para el gramático riguroso, toda analogía – ya aparezca en la fonética, en la morfología, en la sintaxis o en el léxico – no es cuestión

de poder espiritual, sino de una fuerza física que acompaña a esas formas.
¹⁵² (VOSSLER, 1963, p. 93)

Observamos que a crítica de Vossler já se instaura, aqui, quanto ao tipo de relação quantitativa pressuposta pela analogia. O que é observado é o uso mais ou menos frequente de uma forma linguística. A irregularidade, sob esta perspectiva, é aquilo que não passa nos critérios da frequência, da quantidade de ocorrências.

É preciso lembrar dos estudos de Michel Bréal sobre a analogia, conforme já fizemos na seção 1.2.1. Bréal (1992) coloca os princípios analógicos a serviço da reflexão, por exemplo, da realização de oposições ou de semelhanças. Para ele, muitas antíteses, por exemplo, se formam de forma analógica.

A linguagem nos revela aqui um fato de psicologia: o espírito, que associa voluntariamente as ideias por pares, gosta de ligar entre si os contrários, dando-lhes a mesma aparência. Ao mesmo tempo em que isso ajuda à memória, dá mais ênfase à fala. [...] O dia e a noite formam uma antítese velha como o mundo. Sobre o modelo *diu*, o latim, voltando-se para o ablativo *nocte* de sua declinação, fez *noctu*. Sobre o modelo de *diurnus* fez *nocturnus*. Uma outra oposição, não menos antiga, é a da vida e da morte. Sobre o modelo de *vivus*, o latim fez *mortuus*. Segundo as regras da língua latina, *morior* devia derivar *mortus*, como *orior*, *experior* deram *ortus*, *expertus*. Mas a antítese da vida e da morte fez com que a sílaba final de uma se comunicasse com a outra. (BRÉAL, 1992, p. 57)

Compreendemos, a partir deste excerto, que a ideia de associação, na perspectiva de Bréal, visa a explicitar que a relação de uma forma linguística com outra, no caso das antíteses, está explícita no aspecto morfológico, mas o aspecto causal dessa relação se dá pela semântica. Assim, o princípio da associação pelo campo do significado é primordial e anterior à associação formal. A analogia, para Bréal, não existe fora de uma perspectiva semântica. O mecanismo analógico, realizado pelo indivíduo no uso da língua, depende de relações de significados entre as palavras. Bréal diz ainda:

Vê-se que, para determinar uma criação por analogia, não é necessário que a língua apresente modelos em grande quantidade. Nos casos que acabamos de citar, uma só palavra basta: é que os dois termos eram diametralmente opostos. A analogia, poder-se-ia dizer, faz sentir sua potência em razão da proximidade ou da simetria. (BRÉAL, 1992, p. 58)

¹⁵² Tradução sob responsabilidade da autora: “Os portadores das forças nesta explicação não são os homens, mas os grupos de formas linguísticas. O jogo de forças resulta não de considerações lógicas, estéticas, éticas ou econômicas, mas da pura relação quantitativa de frequência. As formas utilizadas com menos frequência são atraídas pelas mais frequentes e se agrupam, assimilando-as. O que é frequente é o quão pesado ou forte carrega consigo o pouco frequente, como algo leve ou fraco.

Esta reflexão implica pensar que o processo de formação por analogia vai muito além de pensar nas questões sobre regularidades e aplicações morfológicas com base em uma quantidade de modelos. Na perspectiva de Bréal, a significação é responsável por relações fundamentais nos processos analógicos de formação de palavras.

É preciso destacar que Vossler, notadamente, mantém a sua crítica sobre a analogia tomada sob um prisma gramatical. Em sua ótica, a analogia não é suficiente se tomada apenas à luz das transformações formais na língua, mais especificamente, a transformação morfológica, observada de forma isolada de fatores sociais, históricos e estéticos. Além disso, a nossa leitura de Vossler depreende que, em sua visão, a analogia, do ponto de vista gramatical, representa um pressuposto e não uma constatação histórica ou científica. Assim, segundo ele, as formas linguísticas pressupostas pelo mecanismo analógico não têm valor comprovado¹⁵³. Podemos ler a seguinte crítica na seguinte passagem:

[...] siempre que se cumple un triunfo analógico, saca la gramática la conclusión gratuita de que la forma triunfante – esto es, en el ejemplo nuestro, el nominativo singular *castellus* en vez de *castellum* – ha pertenecido a la más sólidas y frecuentes. La gramática presupone algo que en realidad nunca ha demostrado ni podrá demostrar. Se contenta con “desde luego” donde, en el fondo, la cuestión es sumamente dudosa. Pues de ningún modo es cosa resuelta que entre dos formas concurrentes la usada de hecho con más frecuencia sea en cada caso también la más fuerte y que tenga que triunfar a costa de su rival, la menos frecuente.¹⁵⁴ (VOSSLER, p. 93)

Sob esta perspectiva, a quantidade de ocorrências de uma forma não pode ser o critério que define a constatação de sua supremacia em relação a outra forma. Mais do que isso, este não pode ser o critério que define o que deve ser investigado no interior dos estudos da linguagem. No entanto, é preciso considerar que esta reflexão

¹⁵³ Na seção 1.2.1 apresentamos parte da crítica de Vossler ao mecanismo da analogia através de um exemplo levantado por ele.

¹⁵⁴ Tradução sob responsabilidade da autora: “Sempre que um triunfo analógico é realizado, a gramática tira a conclusão gratuita de que a forma triunfante - isto é, em nosso exemplo, o nominativo singular *castellus* em vez de *castellum* - pertenceu à forma mais sólida e frequente. A gramática pressupõe algo que nunca realmente provou nem pode provar. Ela se contenta com “é claro”, onde, no fundo, a questão é extremamente duvidosa. Pois não é de forma alguma algo estabelecido que, entre duas formas concorrentes, aquela usada com mais frequência seja em cada caso também a mais forte e que tenha de triunfar às custas de sua rival, a menos frequente.”

não invalida o critério da analogia para explicar a mudança linguística, sobretudo se tomada também pela perspectiva da significação.

Segundo Vossler, a frequência da ocorrência de um fonema no interior de uma forma linguística é um fato importante, mas essa importância não reside apenas na ocorrência em si, como comprovação de uma prevalência e de uma regularidade. O que deve ser investigado é que a própria frequência é o resultado das muitas comparações entre o falar e o ouvir dos falantes. Nesse ínterim, na perspectiva de Vossler, não importa dizer que uma forma prevalece sobre outra porque é mais vezes utilizada; mas sim, importa investigar quais fatores sociais, históricos e culturais possibilitam que mais de uma forma possa ser registrada e utilizada de forma significativa para uma comunidade linguística.

Ao longo da leitura deste ensaio, Vossler explicita o aparato lógico gramatical que busca, com muitas limitações, segundo ele, suportar a tese da mudança linguística. Este aparato compreende os conceitos de analogia, diferenciação, gramaticalização, contaminação e uniformização.

De acordo com Vossler (1963), estes conceitos apresentam uma relação de demasiada interdependência, o que não permite que tenham seus limites bem delineados. O autor diz que a diferenciação é a própria mudança linguística no que diz respeito a duas formas que se originam de uma mesma. Mas, para que haja este processo, a contaminação já deve ter ocorrido através da união de afixos e radicais. A gramaticalização, por sua vez, é a própria mudança linguística através da ideia de analogias baseadas em regularidades.

Sob a perspectiva de Vossler, o trabalho com estes conceitos é muito mecanicista, pois eles não podem apresentar limites claros, na medida em que estão interligados de uma forma muito engessada.¹⁵⁵ Tomado dessa forma, este aparato lógico gramatical não seria suficiente para dar conta de explicar a relação de constituição entre língua e história. De forma gradativa, Vossler levanta os modos pelos quais o pensamento puramente gramatical utiliza estes conceitos de forma

¹⁵⁵ Vossler cita Antoine Meillet e também os neogramáticos para falar das formas de abordagem destes conceitos. “Los neogramáticos se inclinaban a tratar el cambio fonético como el asiento propio de la regularidad, y la analogía y la contaminación como fuerzas perturbadoras. Hoy prefiere Meillet considerar únicamente la analogía y la gramaticalización como procesos gramaticales por excelencia, cediendo en cambio a la historia lingüística los cambios y las diferenciaciones.” (VOSSLER, 1963, p. 108).

mecanicista para explicar como uma forma se sobrepõe a outra na história da língua. É essa crítica que tentamos compreender a partir de agora.

Vossler (1963) explicita a perspectiva gramatical sobre as comparações entre o falar e o ouvir, no sentido de que essas comparações promovem “desajustes” entre a fala e a escuta, e entre o que foi dito em um momento e em outro. Leiamos a seguinte passagem:

Sólo se puede advertir con certeza la existencia de un cambio al comparar lo hablado con lo oído, o lo hablado u oído aquí y ahora con lo oído y hablado antes y allí. Ese cambio tiene su existencia sólo dentro de un hablar y oír repetido, frecuente, general, abstracto y mecánico. Su última raíz se entierra en el natural desajuste entre el hablar y el oír, entre el sentimiento motor articulatorio y la sensación acústica, entre el producir y el recibir del lenguaje; en suma: no está en el lenguaje como comprensión perfecta sino como comprensión parcial o como incomprensión.¹⁵⁶ (VOSSLER, 1963, p. 99)

Nesse sentido, a transformação da língua ocorre cada vez em que um som se articula de modo sutilmente diferente na fala. É claro que a observação desta transformação só seria possível na comparação com uma ocorrência anterior, estabelecendo como fundamental a relação entre o falar e o ouvir, em um tempo presente e um tempo passado. Mas o ponto de vista destacado por Vossler é que o fator da frequência não se sobrepõe a uma ocorrência fonética, a cada vez que ela é produzida por um falante. Nesse sentido, a produção individual da língua deve ser investigada sob o prisma de sua ocorrência, como uma possibilidade materializada pelo falante.

Para Vossler, uma ocorrência nova de um fonema não deve ser tratada como um desvio. A cada vez que um som é pronunciado de uma forma diferente do modo como ocorreu em outra ocasião, revela-se uma oportunidade de observar a mudança linguística. “El cambio fonético se cumple cada vez que se oye de modo distinto de como se articula, o se articula de modo distinto como se há oído.”¹⁵⁷ (VOSSLER, 1963, p. 99).

¹⁵⁶ Tradução sob responsabilidade da autora: “Só se pode observar com certeza a existência de uma mudança ao comparar o que foi falado com o que foi ouvido, ou o que foi falado ou ouvido aqui e agora com o que foi ouvido e falado antes e ali. Esta mudança existe apenas na fala e na escuta repetidas, frequentes, gerais, abstratas e mecânicas. Sua última raiz está enterrada na incompatibilidade natural entre falar e ouvir, entre o sentimento motor articulatorio e a sensação acústica, entre produzir e receber linguagem; em suma: não está na linguagem como compreensão perfeita, mas como compreensão parcial ou incompreensão.”

¹⁵⁷ Tradução sob responsabilidade da autora: “A mudança fonética ocorre cada vez que se ouve de forma diferente do que se articula, ou se articula de forma diferente de como se ouve.”

Esta perspectiva de Vossler é notável na medida em que permite pensar que uma ocorrência linguística pode ser investigada sob o prisma de seu entorno sócio-histórico e cultural. Assim, as questões que se colocam não dependeriam de suposições diacrônicas ou de registros de quantidades de ocorrências. Isso porque o que se buscaria responder diria respeito ao que uma determinada ocorrência pode representar em termos de observação das relações da língua com a subjetividade, com a cultura e com a história. Ademais, a observação de uma ocorrência linguística em si mesma, e não em um conjunto de regularidades ou irregularidades, permite pensar os possíveis significados que dela se depreendem e que são pertinentes em uma determinada comunidade linguística.

Vossler (1963) fala de uma *incompreensão relativa*, ou seja, uma discordância entre a fala e a escuta, entre o aqui e o antes em que um fonema ocorre na língua de um falante no interior de uma comunidade linguística. Assim, não se trata de uma ‘falta de compreensão’, ou de um desvio, mas, sim, de um desajuste que pode ser muito sutil, que leva a uma ocorrência fonética diversa. Na visão de Vossler, esse tratamento da mudança linguística conferido pela gramática tem valor de investigação. O problema reside, segundo depreendemos de sua leitura, no fato de considerar a frequência como critério e a regularidade como objetivo das teorias gramaticais. Para o autor, cada ocasião de uma nova produção fonética já deve ser investigada como uma realização linguística.

Como último objetivo desta presente seção, gostaríamos de nos reportar ao pensamento de Vossler sobre a gramática na obra *Spirit of Language in Civilization* (1951)¹⁵⁸. Nesta obra, Vossler também levanta os conceitos que a perspectiva gramatical utiliza para explicar a mudança linguística. Segundo ele, o método que prescreve a comparação entre as línguas e o estabelecimento de traços comuns entre elas, e que propõe um quadro conceitual de processos, poderia dar conta de explicar as transformações formais da língua. Mas este quadro não leva em consideração que a mudança se faz constante na língua. Leiamos a seguinte passagem:

Linguists have compared a number of languages with each other and have found a number of common traits, which they have generalized into the rules and laws of phonetics, word economy, psychology, sociology, or even logic;

¹⁵⁸ Conforme já citamos anteriormente, os estudos de Martí Marco (Vossler, 2015) traz 1925 como ano de primeira publicação desta obra em alemão, dois anos depois da primeira edição em alemão de *Filosofia del lenguaje*.

these rules seemed to hold for wide groups and even for the totality of human languages. They have even demanded that no language process should fall out of the systematic conceptual framework, the phonetic, grammatical and psychological keyboards that are called phonetic change, analogy, change of meaning, contamination, etc., and that depend on a mechanical to-and-fro between differentiation and uniformization of language forms. But this to-and-fro is nothing more than continuity of language usage [...] ¹⁵⁹ (VOSSLER, 1951, p. 82 e 83)

Com esta reflexão, Vossler observa uma generalização das leis que incidiriam sobre as línguas, tais como as leis fonéticas, psicológicas, sociológicas e lógicas. Nesse âmbito, um quadro conceitual, formado por processos como a analogia, visaria a explicar a mudança das formas linguísticas. No entanto, para Vossler, todos estes processos são parte do uso e de uma continuidade que é intrínseca a ele, ou seja, a transformação da língua é inerente ao uso. Sob esta perspectiva, o cotidiano das línguas deve ser investigado em suas manifestações diversas, tais como a língua prática e a língua poética, conforme já mencionamos anteriormente.

Vossler (1951) considera que as leis gerais ou a ideia de uma “natureza da língua” são conceitos abstratos, que não incidem sobre as questões do uso da língua. Para Vossler, a mudança linguística é constante.

Usage is the to-and-fro of speaking and listening, a synthesis and analysis, a constant change of linguistic expressions and impressions. [...] There is therefore no sense in searching for natural elements or laws of language as such beyond the usage of historically present languages. Apart from the individual language usages that are continually being modified in space and time, there is no general norm or ‘nature of language’, except in the minds and textbooks of philological enthusiasts ¹⁶⁰ [...] (VOSSLER, 1951, p. 83)

É muito importante compreendermos este ponto de vista sobre a mudança linguística como uma condição intrínseca ao funcionamento da língua. Isso permite

¹⁵⁹ Tradução sob responsabilidade da autora: “Os linguistas compararam um número de línguas entre si e descobriram vários traços comuns, que foram generalizados através das regras e das leis da fonética, da economia de palavras, da psicologia, da sociologia ou mesmo da lógica; essas regras pareciam valer para grupos amplos e até mesmo para a totalidade das línguas humanas. Eles até exigiram que nenhum processo da língua deveria sair da estrutura conceitual sistemática, tais como os quadros fonéticos, gramaticais e psicológicos, que são chamados de mudança fonética, analogia, mudança de significado, contaminação, etc., e que dependem de um “ir e vir” mecânico entre diferenciação e uniformização de formas de linguagem. Mas esse vaivém nada mais é do que a continuidade do uso da linguagem.”

¹⁶⁰ Tradução sob responsabilidade da autora: “O uso é o vaivém da fala e da escuta, uma síntese e uma análise, uma mudança constante de expressões e impressões linguísticas. [...] Portanto, não há sentido em buscar elementos naturais ou leis da língua, além do uso de línguas historicamente presentes. Além dos usos individuais da língua que estão continuamente sendo modificados no espaço e no tempo, não há nenhuma norma geral ou “natureza da linguagem”, exceto nas mentes e nos livros didáticos de entusiastas filológicos [...]”

pensar nas manifestações individuais e na criação linguística dos indivíduos no interior de uma comunidade linguística. Ou seja, esse indivíduo sobre o qual nos fala Vossler se situa historicamente em uma comunidade que utiliza a língua de determinada forma em seus fins práticos e poéticos.

Tomar a mudança linguística como um aspecto constitutivo da realidade da língua incide sobre a concepção de gramática proposta por Vossler (1951). Conforme já vimos, para ele, a gramática deve ser investigada pelo prisma do uso como seu constituinte, e não ao contrário. Ou seja, a língua em sua utilização concreta delinea a norma. Se a mudança linguística é uma constante, então a própria norma, na medida em que deve se orientar pelo uso, deve ser compreendida em uma ordem volátil e dinâmica.

Segundo nossa leitura, um dos argumentos para o fato de que não são leis gerais que podem explicar o funcionamento da língua seria a impossibilidade da tradução poética, sobre a qual nos fala Vossler (1951). Segundo ele, o uso de um determinado idioma no interior da poesia é tão específico que a tradução se torna muito difícil. Assim, Vossler descreve uma “germanidade” constitutiva da obra de Goethe. Leiamos o que ele fala sobre a tradução dos versos de Goethe:

Nothing is so untranslatable, so fundamentally German, as a poem of Goethe. Yet this Germaness is due not so much to use the language according to accepted rules, as to the actual concrete and spiritual nature of the German language. The relation of language and usage has been inverted.¹⁶¹
(VOSSLER, 1951, p. 91)

Nesta perspectiva, o sentido das palavras na poesia não se reveste de um caráter objetivo e prático, pois a língua poética se constitui também de ritmo, de plasticidade, de uma construção sintática e fônica que promova diferentes conotações e sensações. Esses aspectos não podem ser utilizados e compreendidos senão na relação mais íntima entre o indivíduo e a língua de sua comunidade, a língua mais próxima de si. Aqui, não se trata de palavras com função comunicativa, mas sim da especificidade do uso idiomático. Neste sentido, a ideia de “leis gerais” não dá conta de permitir que a tradução poética mantenha toda esta carga idiomática.

¹⁶¹ Tradução sob responsabilidade da autora: “Nada é tão intraduzível, tão fundamentalmente alemão, como um poema de Goethe. No entanto, essa germanidade não se deve tanto ao uso da língua de acordo com as regras aceitas, quanto se deve à real natureza concreta e espiritual da língua alemã. A relação de língua e uso foi invertida.”

Em outras palavras, os sons e as formas que compõem o ritmo e a expressividade da língua poética constituem a essência do poema. A língua poética, assim, não se guia por normas gramaticais estruturais e tampouco se orienta pelo uso comum e corriqueiro das palavras.

Uma última observação que gostaríamos de fazer sobre a leitura de Vossler sobre o estatuto da gramática em *Spirit of language in civilization* (1951) é como ele aponta para uma insuficiência da investigação gramatical para determinar como uma comunidade linguística utiliza sua própria língua. Leiamos a seguinte passagem:

If the grammatical structure of a language were the whole language, we should have no fault to find. But there are far more actual and complete languages, in other words far more language communities in the world than there are structural grammatical types. [...] A language community that is based purely on grammatical uniformity is to be found only in the textbooks of comparative grammarians, if at all;¹⁶² [...] (VOSSLER, p. 165)

Sob esta perspectiva, a gramática é uma parte da língua, e ela não é uniforme nem rígida. O conjunto lexical, a produção e a percepção fonética, as possibilidades de inversões, a linguagem figurada, a linguagem não verbal que subjaz à linguagem verbal, a entonação na fala, a pontuação na língua escrita, os neologismos e os sentidos promovidos por todo esse conjunto de constituintes da língua é muito mais do que alguma suposta fixidez morfológica e sintática. Estes constituintes constroem novas possibilidades de criação e de subjetivação na língua.

Tomando os neologismos como um exemplo concreto da transformação da língua, observamos que a sua formação não se reduz a associações morfológicas entre radicais, prefixos e sufixos. Ela está relacionada ao uso concreto da língua no interior de uma comunidade linguística, que se encontra em uma conjuntura histórica que demanda a criação de um elemento lexical em determinada instância de uso.

Esta ideia está relacionada à criação de um neologismo de acordo com uma “necessidade”, conforme explicita Zandwais¹⁶³, em seu texto *As condições de*

¹⁶² Tradução sob responsabilidade da autora: “Se a estrutura gramatical de uma língua fosse toda a língua, não teríamos falhas a encontrar. Mas há muito mais línguas reais e completas, em outras palavras, muito mais comunidades de línguas no mundo do que tipos de estruturas gramaticais. [...] Uma comunidade linguística que se baseia puramente na uniformidade gramatical só pode ser encontrada nos livros de gramáticos comparativos, se é que existe;”

¹⁶³ Ana Zandwais é docente dos cursos de licenciatura e bacharelado em Letras e do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Desenvolve pesquisas em Análise do Discurso e também em leituras da obra de Mikhail Bakhtin, sempre com o foco voltado para as relações entre língua, história e sociedade.

funcionamento da sinonímia – um olhar para as forças ativas que permeiam a linguagem (2003). Leiamos o seguinte excerto:

Reportamo-nos ao neologismo, do ponto de vista semântico, como um processo particular de produção de um novo significado, em virtude da necessidade de instauração de um novo significante no interior da língua. Essa necessidade, por outro lado, não se institui por “geração espontânea”, nem é intrínseca às hipóteses internas da língua, que oferecem aos neologismos padrões de institucionalização. (ZANDWAIS, 2003, p. 19)

É possível pensar que esta perspectiva vai ao encontro de uma perspectiva em que a história incide sobre a mudança linguística, na medida em que a necessidade de um novo significante na língua se instaura a partir de determinadas condições, determinadas por fatores históricos e sociais. Assim, é possível depreender que a criação de neologismos está, primordialmente, em relação de dependência com processos de ordem semântica.

Outra relação que fazemos no que diz respeito às relações da gramática com o uso concreto da língua é sobre a pontuação. Se por um lado, se poderia supor uma relação de dependência da pontuação com a sintaxe, por outro, é preciso pensar na primazia das práticas da oralidade como a forma mais elementar de expressão, em como tais práticas incidem sobre a língua escrita. Da oralidade, advém, por exemplo, a observação da entonação que incide sobre os sentidos promovidos pelo indivíduo falante, inserido em uma comunidade linguística, que faz um uso específico do seu idioma. O falante poderá utilizar a língua falada ou escrita de acordo com seus interesses¹⁶⁴. A língua escrita não se apresenta ao indivíduo que escreve ou ao que lê sem a sua forma transposta para a oralidade. Assim, a pontuação poderá se transformar com diferentes finalidades em contextos diversos. Desta transformação, novos sentidos se depreendem.

¹⁶⁴ Na tradução que lemos de *Spirit of language in civilization* (1951), Vossler utiliza o termo *interest* – interesse – em alguns momentos para tratar de como o falante irá utilizar a língua de acordo com suas necessidades práticas e técnicas. Para Vossler, o interesse permeia a língua do cotidiano, especialmente os usos técnicos da língua. Ele é mutável de acordo com as aspirações que movem, a cada época, uma comunidade. Trazemos aqui uma passagem para expor o uso deste termo no pensamento de Vossler: “It ought to be clear that the autonomous power of a language can never suffice for the inception of a human community of interests. For it is interest, that faithless and ever-changing thing, which moves about between words and objects, between poetry and truth, and undermines the whole permanence and the real value of languages; unless our relative and relativizing interest in nothing and everything be finally bound and made fruitful by a true and permanent sentiment.” (VOSSLER, 1951, p. 172)

Para concluir, queremos observar de que forma Vossler compreende a ideia de que a gramática seria considerada um ponto de observação do encontro histórico entre os povos. O que ele diz sobre isso é que a gramática é um fator demonstrativo da história das línguas e dos povos e da relação entre determinados idiomas. Mas ela não constitui o fator mais determinante, conforme lemos a seguir:

Similar grammatical structure is a much overrated proof of a historical language relationship. A common vocabulary is at least as strong a proof, if not a stronger one, in so far as it points to the positive tendency in our speech towards sensual and concrete reality. The onomasiological¹⁶⁵ proof of relationship can be supported by historical considerations of economic, cultural, geographical, in short, factual common interests, whilst the purely grammatical proof remains suspended in the air of abstract, formal thought.
¹⁶⁶ (VOSSLER, 1951, p. 166)

Conforme vamos gradativamente compreendendo através da leitura de Vossler (1951), o autor reconhece a existência da gramática no interior da língua e considera que ela pode e deve ser investigada e reconhecida como parte dos processos que levam à compreensão da mudança linguística e das formas pelas quais uma comunidade linguística utiliza a sua língua no interior da sua vida prática, cultural e artística. No entanto, justamente com a finalidade de servir a estes interesses dos estudos da linguagem, ela deve ser tomada sob o prisma do seu uso social e individual nas diferentes instâncias do cotidiano.

As ideias de Vossler sobre a gramática constituem uma contribuição única para pensarmos o que se entende sobre normatividade na língua. Se fizermos o exercício de reunir as reflexões desta seção em um comentário, diremos que o conceito de língua para Vossler não supõe uma relação simétrica entre uma gramática supostamente padronizada e o uso da língua em diferentes instâncias. Antes,

¹⁶⁵ Consideramos que Vossler refere-se à onomasiologia conforme uma perspectiva da relação entre a palavra e o seu referente material. A obra *A Recollection of Eleven Years of Onomasiology Online (200-2010)* (2011), sob organização de Joachim Grzega, contém artigos da primeira década do século XXI que se reportam aos estudos de onomasiologia desde o início do século XX, com estudos de caso no interior das línguas românicas e germânicas. O prefácio de Joachim Grzega traz a seguinte passagem: “Onomasiology departs from an idea, a concept or a referent and looks for words that were, are, or could be, used for it.” (GRZEGA, 2011, p. 4) Joachim Grzega é um linguista alemão cujos focos de pesquisa residem na onomasiologia e na comunicação intercultural.

¹⁶⁶ Tradução sob responsabilidade da autora: “Uma estrutura gramatical semelhante é uma prova superestimada de uma relação linguística histórica. Um vocabulário comum é uma prova pelo menos tão forte, senão mais forte, na medida em que aponta para a tendência positiva em nosso discurso para a realidade sensitiva e concreta. A prova onomasiológica da relação pode ser apoiada por considerações históricas de interesses comuns econômicos, culturais, geográficos, em suma, factuais, enquanto a prova puramente gramatical permanece suspensa no ar do pensamento abstrato formal.”

podemos propor a ideia do movimento incessante de uma dupla espiral, cujas curvas se sobrepõem e se entrelaçam. Ambas possuem, todavia, um mesmo polo como ponto central, que é o uso, caracterizado pela *verdade idiomática*, conforme termo empregado por Vossler (1963), sobre o qual discorreremos anteriormente.

Disso decorre que, na teoria deste linguista, a segmentação da língua em partes e a mecanização de seu estudo devem ser questionadas. O que deve prevalecer são as investigações que colocam a língua na perspectiva da história nacional e da cultura. Estes são alguns conceitos que iremos aprofundar na próxima seção desta Tese.

3.4 AS HERANÇAS DE VOSSLER: LÍNGUA, CULTURA, SUBJETIVIDADE E HISTÓRIA

O percurso que fizemos até este ponto de nossa pesquisa permite-nos compreender as formas como a obra de Karl Vossler repercute ao longo da história do pensamento filosófico-linguístico, não só no que tange à reflexão de caráter teórico e epistemológico, mas principalmente na forma de uma redimensão de determinados pressupostos que devem conduzir os estudos da linguagem.

É preciso, agora, adentrar a teoria de Vossler no que diz respeito ao modo como o autor delimita as relações entre a língua com diferentes campos da filosofia, e, assim, estabelece uma concepção de língua que se coloca em relação de constituição com a cultura, com a subjetividade e com a história nacional.

A obra *The spirit of language in civilization* (1951) é fundamental para compreendermos de que forma Vossler confere à língua o papel de elemento constitutivo e fundador dos processos culturais de uma nação. O conceito de cultura de Vossler é amplo, pois abarca não só as manifestações artísticas, mas também as formas de expressão dos sentimentos e dos interesses comuns em uma comunidade, bem como sua construção científica e religiosa, e sua relação com a natureza. A partir destes aspectos constitutivos do conceito de cultura, chegamos também a uma concepção importante em sua obra, que é a própria ideia de comunidade nacional. É importante, neste espaço, compreender os sentidos que se depreendem da noção de *comunidade nacional*, tal qual utilizada por Vossler.

A obra *Filosofía del lenguaje* (1963) desenvolve o conceito de cultura a partir da ideia de que ela faz parte da história de uma nação, e deve ser pensada sob uma perspectiva histórica e filosófica. Além disso, Vossler tece reflexões sobre a relação do indivíduo com a linguagem, principalmente no que diz respeito a uma ideia de criação linguística individual e à transformação da língua. O autor coloca este uso individual da língua em relação ao que é da ordem social, o que permite uma reflexão sobre a categoria da subjetividade no interior de uma construção teórica e filosófica que coloca em perspectiva a língua em relação à ordem da história.

Objetivamos, nesta seção, compreender como Vossler articula a sua reflexão sobre língua, cultura, subjetividade e história, na medida em que estes conceitos são a base de seu pensamento filosófico-linguístico. Segundo nossa leitura, tal articulação, no pensamento de Vossler (1951), (1963), possibilita delinear uma concepção de língua que sustente que a identidade nacional passa pelos modos de uso da língua e de sua transformação.

Começamos por levantar uma reflexão sobre as três instâncias da língua sobre as quais fala Vossler em seu ensaio *Historia cultural e historia*, contido em *Filosofía del lenguaje* (1963): a instância estética, a documental e a filosófica. Conforme poderemos compreender, a partir da leitura que empreendemos agora, estas instâncias colocam em jogo os fatores históricos que incidem sobre o uso da língua e também fatores subjetivos que promovem um uso particular da língua.

A partir do ponto de vista da linguagem poética, Vossler coloca como fator decisivo nas diversas possibilidades de estilos empregados no uso da língua o que ele chama de *gusto artístico* ou *temperamento artístico*. Estas considerações começam uma reflexão que se estende de forma não linear sobre a noção de subjetividade no pensamento de Vossler. Leiamos o seguinte excerto:

Si se compara entonces y advierte como otros poetas cuentan esas mismas fábulas con un uso completamente trastocado, o por lo menos distinto, de los tiempos verbales, no se podrá rehuir la evidencia de que lo que decide este diverso tratamiento de la lengua es el genio artístico o el gusto artístico o el temperamento artístico: en definitiva, factores estéticos individuales. Cada poeta ve en esto o en aquello lo motor y animador de su historia; unos perciben las cosas estáticamente; otros, dinámicamente.¹⁶⁷ (VOSSLER, 1963, p. 67)

¹⁶⁷ Tradução sob responsabilidade da autora: “Se então compararmos e notarmos como outros poetas contam essas mesmas fábulas com um uso completamente inverso, ou pelo menos diferente, dos tempos verbais, não podemos evitar a evidência de que o que decide esse tratamento diferente da língua é o gênio ou o gosto artístico ou o temperamento artístico: em suma, fatores estéticos individuais.

Sob esta perspectiva, observamos que, ao passo que Vossler fala de fatores estéticos individuais, a sua noção de subjetividade não se restringe a uma individualidade desvinculada da história. Pelo contrário, sua leitura nos faz refletir que a história é representada de forma diferente por cada indivíduo. Vossler destaca, sobretudo, a carga individual que recai sobre os usos artísticos da língua em relação às diferentes formas de percepção da história.

Ademais, é possível observar o emprego da forma verbal “perceber” – “perciben”. No pensamento de Vossler sobre a subjetividade, há a ideia de percepção, e, neste caso, trata-se de uma percepção individual, que se encontra marcada no valor estético de uma manifestação artística. Tal percepção depende de um “gosto” ou de um “temperamento” artístico. Em última instância, a individualidade é um fator decisivo no emprego de uma ou outra forma linguística na expressão artística¹⁶⁸. Com isto, queremos nos referir não só à escolha lexical isoladamente, mas também às formas como essa escolha repercute em diferentes recursos estilísticos, como a rima, o ritmo, a métrica, a plasticidade, a metáfora, as inversões, entre outros¹⁶⁹, capazes de promover sentidos e sensações diversas. Em nossa leitura, essa “escolha” é o que define o *estilo* na teoria de Vossler. A partir disso, Vossler continua a refletir sobre o estilo e a subjetividade na língua, dizendo:

Y estos factores individuales e irracionales que en la evolución del arte forman como el clima y el cielo y permiten que aquí crezca un estilo analítico y allí un estilo sintético; que favorecen unas veces una imagen dinámica del mundo, y otras una imagen estática, y dejan desarrollarse y rebullir, en infinita variedad, entre un estilo y otro, inagotables formas de transición y de cruzamiento; estas fuerzas primarias del espíritu que son su principio de individuación ¿ no han de ser objeto de la historia? La cuestión de si en tal o cual caso debe prevalecer la historia cultural o la historia pura se resuelve, pues, por la *instanciá estética* del sentido artístico – innato y adquirido – de las formas.¹⁷⁰ (VOSSLER, 1963, p. 67, grifos nossos)

Cada poeta vê nisto ou naquilo o motor e o animador de sua história; alguns percebem as coisas estaticamente; outros, dinamicamente.”

¹⁶⁸ Na sua obra *Formas literárias en los pueblos românicos* (1948), Vossler argumenta que a poesia é caracterizada fundamentalmente pela forma. Segundo ele, a poesia que não tiver seu valor pautado pela forma, não é a “autêntica poesia”. O autor diz o seguinte: “Toda verdadera poesía es forma. [...] No existe poesía sin forma, aunque a veces se dé poesía informe, es decir, no auténtica.” Entendemos que esta reflexão se deve ao fato de que Vossler considera que a forma é a expressão do estilo, ou seja, a forma é a manifestação estética da subjetividade na língua.

¹⁶⁹ É importante compreender que, quando Vossler fala em “poesia”, ele não se refere somente à literatura em versos, mas também ao texto em prosa que se caracteriza pela forma, e que contém os recursos que conferem um valor estético distinto daquele da linguagem prática do cotidiano, ou seja, uma estética que repercute no campo do simbólico e das sensações.

¹⁷⁰ Tradução sob responsabilidade da autora: “E esses fatores individuais e irracionais que, na evolução da arte, formam como o clima e o céu e permitem que um estilo analítico cresça aqui e um estilo

Na concepção de Vossler, os fatores individuais que recaem sobre a criação linguística e também sobre a expressão artística repercutem na própria história. Isto nos leva a compreender que a categoria da individualidade não se apresenta na forma de uma atividade psíquica e isolada em cada falante. A individualidade, na concepção de Vossler, existe em uma relação de constituição com as manifestações artísticas ao longo da história. A *instância estética* é o que permite a observação dessa individualidade, na medida em que a *estética* se caracteriza pelo *gosto* ou pelo *temperamento artístico*. Se a individualidade está em uma relação de constituição com a história, e ela se manifesta esteticamente, então a *instância estética* permite, também, a observação da história, ou, mais especificamente, da relação dos indivíduos com a história e com a cultura.

Observamos que, no pensamento de Vossler, o indivíduo, a arte e a história cultural se entrecruzam para explicar de que forma a história em si incide sobre a língua, ou seja, a história, para Vossler, depende da relação do indivíduo com a arte e com a cultura. É através desta relação que o “princípio de individualização” se faz possível. Por tudo o que já lemos e refletimos nas seções precedentes a essa, podemos dizer que, para Vossler, a língua em sua manifestação artística é, por excelência, o nível linguístico primordialmente responsável pela expressão do estilo individual e pela transformação da língua.¹⁷¹

Uma observação que gostaríamos de fazer é que Vossler (1963) considera que a instância estética, sendo da ordem artística e histórica, ao mesmo tempo, não é capaz de ser científica. Em nossa compreensão, isso significa que os processos de subjetivação não estão alinhados com os pressupostos da ciência no sentido de reconhecimento de leis gerais ou de uma investigação objetiva. Assim, ele levanta uma segunda instância, conforme leremos a seguir:

sintético ali; que ora favorecem uma imagem dinâmica do mundo, ora uma imagem estática, e permitem que infinitas formas de transição e cruzamento se desenvolvam e mexam, em infinita variedade, entre um estilo e outro; essas forças primárias do espírito, que são seu princípio de individuação, não deveriam ser objeto da história? A questão de saber se neste ou naquele caso deve prevalecer a história cultural ou a história pura é resolvida, então, pela instância estética do sentido artístico – inato e adquirido – das formas.”

¹⁷¹ Conforme já refletimos na seção 1.2.1, Vossler observa em sua obra *Spirit of language in civilization* (1951) que a poesia escrita evoca uma memória dupla, que é auditiva e visual, o que permite uma fixidez das formas linguísticas. O início desta reflexão sobre a mudança linguística em relação ao folclore e à poesia escrita encontra-se no seguinte excerto: “[...] in writing, the literary poem erects an aid to memory between the eye and the ear. There is something strange and inflexible in writing, which speech can overcome only by exceptional efforts.” (VOSSLER, p. 143, 1951)

Pero subsiste un problema: por encima de esta primera instancia ¿no hay una segunda y superior? El principio del arte no puede erigirse en instancia, en sentido científico. O se identifica la historia con el arte y se le niega todo carácter científico, o bien se descubre una segunda instancia, una posibilidad supraindividual de decisión. Es evidente que el historiador está obligado de continuo a apelar ante esta segunda instancia.¹⁷² (VOSSLER, 1963, p. 67 e 68)

Em nossa leitura, ao considerar a instância estética como não alinhada a uma epistemologia, Vossler está reiterando o caráter subjetivista do seu pensamento sobre a língua, no sentido de que considera o gosto individual como um fator determinante na composição estética do texto poético. A segunda instância sobre a qual ele nos fala, porém, irá refletir sobre a leitura subjetiva sobre a história, colocando em relação, por um lado, a expressão artística e, por outro, o conhecimento histórico.

Vossler (1963) começa esta reflexão levantando um exemplo, que é o seguinte. Um historiador escreve sobre a história de um grande movimento político ou de uma revolução. No entanto, após um profundo estudo, conclui que determinados personagens deste movimento, que eram considerados até então como heróis e guias condutores da revolução, na verdade se deixaram levar pelos acontecimentos e tomaram um lugar na história conforme este lhes foi oferecido. Segundo Vossler, este historiador toma a perspectiva dos documentos, assim como “[...] de su conocimiento, de su estudio, de su interpretación, de su crítica, de su recta comprensión, y no del agrado artístico [...]” (VOSSLER, 1963, p. 68) A partir do encontro de sua pesquisa documental e de sua própria interpretação dos documentos, este historiador entende a história contada por seus predecessores como não verídica. Para ele, a ideia que se pode formar sobre os protagonistas da revolução em questão não é uma questão de estilo artístico, mas sim uma questão documental.

Disso, depreendemos que o historiador constrói uma perspectiva que é intrínseca à sua leitura documental e aos aspectos individuais de sua interpretação. Aqui, de acordo com a perspectiva de Vossler, não caberia mais pensar no temperamento artístico como fator fundamental na constituição da expressão, mas antes na relação subjetiva do historiador com o que se oferece em termos de fontes

¹⁷² Tradução sob responsabilidade da autora: “Mas resta um problema: acima dessa primeira instância, não haveria uma segunda e superior? O princípio da arte não pode ser estabelecido como uma instância, no sentido científico. Ou a história se identifica com a arte e lhe nega qualquer caráter científico, ou se descobre uma segunda instância, uma possibilidade supraindividual de decisão. É claro que o historiador é continuamente obrigado a recorrer a essa segunda instância.”

de conhecimento histórico na forma de documentos, que podem pertencer, por exemplo, ao campo jurídico de uma sociedade.

É preciso reconhecer que esta reflexão exige pensar que esta fonte de conhecimento histórico, que se manifesta na forma de documentos, não será, por sua vez, livre da perspectiva subjetiva de quem o elabora. Ademais, Vossler não define o quão abrangente esta carga documental pode ser. É possível pensar que o historiador pode recorrer a inúmeras fontes de conhecimento que podem ser consideradas de caráter documental. Isso inclui não só materiais do campo jurídico, como já citamos, mas também elementos da vida cultural de uma sociedade, como a literatura, as expressões artísticas em suas múltiplas formas, os monumentos, a arquitetura, entre outros. Se seguirmos a perspectiva de Vossler, toda essa tipologia de “documentos” estará atrelada à visão de seus criadores. Isso implica que a história será contada por bases documentais que possuem uma carga subjetiva considerável, ou até mesmo determinante.

A partir disso, Vossler define o que chama de *instância documental* da seguinte forma:

En esta segunda instancia, que llamaremos instancia documental, lo que se persigue es la veracidad, la exactitud, la concordancia entre visión artística y material histórico, es decir, entre la visión del artista y la del historiador, entre el temperamento subjetivo del narrador y los hechos objetivos de la narración. Pero como los hechos sólo pueden revivir en un temperamento subjetivo, es absolutamente inevitable un empañamiento de lo objetivo por lo subjetivo, y no es imaginable una coincidencia perfecta de la visión con el material, una veracidad histórica definitiva.¹⁷³ (VOSSLER, 1963, p. 68)

Conforme lemos, Vossler não opõe a ordem documental e a ordem subjetiva, mas observa que são instâncias que se sobrepõem. Na relação entre o *temperamento subjetivo do narrador e os feitos objetivos da narração*, há muitos aspectos que trabalham simultaneamente. A narrativa histórica é conduzida por determinada interpretação individual sobre os fatos em si. Esta interpretação não é capaz de apreender por completo os fatos. Assim, a própria narrativa está sob efeito da determinação dos aspectos subjetivos.

¹⁷³ Tradução sob responsabilidade da autora: “Nessa segunda instância, que chamaremos de instância documental, o que se busca é a veracidade, a exatidão, a concordância entre a visão artística e o material histórico, ou seja, entre a visão do artista e a do historiador, entre o temperamento subjetivo do narrador e os fatos objetivos da narrativa. Mas como os fatos só podem ser revividos em um temperamento subjetivo, um *embaçamento* do objetivo pelo subjetivo é absolutamente inevitável, e uma coincidência perfeita da visão com o material, uma veracidade histórica definitiva, não é imaginável.”

Assim, o que temos é uma relação contraditória entre o objetivo e o subjetivo, pois a subjetividade conduz o olhar sobre o próprio fato. É a partir disso que traduzimos *empañamiento* como algo que é “embaçado”. Vossler diz que o fato – o que é objetivo – seria *embaçado* pelo temperamento, pelo gosto individual, ou seja, pelas formas mais únicas pelas quais um indivíduo imprime sua subjetividade nas formas de ver e de contar a história. Esta subjetividade faz com que, segundo Vossler, a história não tenha uma versão legítima, e que as formas de contá-la não coincidam com uma versão necessariamente alinhada à realidade. Isso implica pensar que a narrativa nunca dá conta de abranger uma realidade completamente objetiva, ou seja, em todos os seus aspectos concretos e observáveis.

Podemos dizer, assim, que esse *desvío* no alinhamento entre fatos e narrativas é inerente à história. Essa reflexão que a obra de Vossler possibilita é muito valiosa, pois coloca em questionamento os saberes de uma sociedade. Se a cultura é uma construção que se dá ao longo da história de uma comunidade, e a história que se conhece tem sua narrativa constituída por olhares subjetivos, então as próprias manifestações culturais terão um caráter heterogêneo nas suas formas de apreensão pelos sujeitos, poderão ser questionadas e sofrer transformações.

Além disso, é preciso pensar que o conhecimento científico também tem sua história. Ele se constrói historicamente a partir de uma narrativa que se supõe evolutiva em diversos campos, por exemplo, no campo da medicina, da biologia, da engenharia, da tecnologia, para citar apenas algumas áreas. Se a história deste conhecimento se apresenta através de uma narrativa que é permeada pela expressão subjetiva, então esta história e este conhecimento são questionáveis e podem não representar a verdade para diferentes indivíduos e comunidades.

O que nos cabe investigar, aqui, é o que significa, no pensamento de Vossler, esta ideia de *gusto* e de *temperamento individual*, que tanto persiste em sua obra (1963). É preciso conhecer quais são os aspectos que definem a noção de *individual*.

Voltemos ao exemplo levantado por Vossler sobre o historiador que faz a leitura de que alguns protagonistas tomados como heróis de uma determinada revolução não seriam mais do que personagens conduzidos pelos fatos e que não realizaram *a priori* ações revolucionárias. Sobre isso, Vossler faz o seguinte questionamento:

Como los documentos no bastan, la polémica se hace cada vez más general. Y resulta inevitable plantearse este problema: ¿en qué medida son posibles

y pensables en general levantamientos de multitudes y revoluciones sin espíritus dirigentes, sin héroes?¹⁷⁴ (VOSSLER, 1963, p. 69)

Com este questionamento, Vossler leva-nos a pensar que o caráter subjetivista da narrativa histórica não reside em um *estilo individual* isolado da vida comunitária. O gosto ou temperamento individual estaria em relação de constituição com aquilo que é historicamente aceito por determinada sociedade, ou que faz sentido no interior desta. A partir disso, Vossler levanta questões sobre os níveis de determinação histórica que regem a consciência individual. Leiamos a seguinte passagem:

Ahora es cuando el planteamiento de los problemas cobra carácter filosófico y pasa a ser este: en el acaecer histórico en general, es decir, en el obrar humano, ¿has qué punto los hombres se rigen y determinan a sí mismos y a los demás; hasta qué punto son causantes conscientes y libres de sus acciones; en qué medida son en ellas activos o pasivos? ¿Y es que un caso excluye al otro? Aquí es donde se yerguen los grandes y últimos problemas de la libertad y de la conciencia humanas, de la relación entre espíritu y naturaleza, de la causalidad, etcétera.¹⁷⁵ (VOSSLER, 1963, p. 69)

Assim, coloca-se uma questão acerca das relações contraditórias entre consciência livre individual e determinação histórica. Observamos que o gosto e o temperamento, no interior do pensamento de Vossler, não existem na forma individual psíquica, no sentido de um livre arbítrio de cada indivíduo. O conceito de individual no pensamento de Vossler está atrelado ao acontecer histórico – *acaecer histórico*. Segundo Vossler, esta discussão requer um caráter filosófico, ou seja, é preciso refletir sobre a vontade individual e sobre as formas como a história repercute nesse suposto livre arbítrio. A expressão linguística, a própria narrativa histórica e as manifestações culturais são os elementos que permitem observar e compreender as formas como a subjetividade se entrelaça com a história.

Para continuar esta discussão que se situa nos conceitos de indivíduo e consciência, de língua e de subjetividade, Vossler levanta a reflexão de que as noções de regras e regularidades propostas pela gramática não correspondem

¹⁷⁴ Tradução sob responsabilidade da autora: “Como os documentos não bastam, a polêmica torna-se cada vez mais geral. E é inevitável colocar este problema: em que medidas são possíveis e pensáveis as revoltas de multidões e as revoluções sem espíritos dirigentes, sem heróis?”

¹⁷⁵ Tradução sob responsabilidade da autora: “Agora é que a exposição dos problemas assume um caráter filosófico e passa a ser esta: no acontecimento histórico em geral, isto é, na ação humana, em que medida os homens governam e determinam a si mesmos e aos outros; Até que ponto eles são consciente e livremente responsáveis por suas ações; Até que ponto eles são ativos ou passivos neles? E será que um caso exclui o outro? É aqui que surgem os grandes e últimos problemas da liberdade e da consciência humana, da relação entre o espírito e a natureza, da causalidade, etc.”

necessariamente ao uso da língua pelo indivíduo e pela comunidade. Ele diz o seguinte:

En sí y por sí la lengua no tiene reglas ni excepciones, pues ella anda de aquí para allí por entre las reglas y las excepciones; porque no pertenece por entero al individuo ni a la comunidad, sino que hace el papel de una inquieta mediadora entre comunidad e individuo. Pero justamente ese papel de intermediaria es lo que permite a la lengua presentar al individuo una faz completamente distinta de la que muestra a la comunidad. La lengua puede permitir al individuo cosas que nunca toleraría a la comunidad como tal.¹⁷⁶ (VOSSLER, 1963, p. 176)

No pensamento de Vossler, a consciência individual e a comunidade são colocadas em uma relação cuja força mediadora é a língua. Isso significa que as formas de determinação do indivíduo pela comunidade, e vice-versa, têm a língua como o seu meio. A ideia de que a língua não pertence inteiramente ao indivíduo, e, tampouco, à comunidade, permite pensar que a criação linguística acontece no uso individual da língua, mas o indivíduo em si não está isolado de sua vida comunitária. Assim, a criação individual não existe sem a identificação do indivíduo com a língua de sua comunidade.

É possível observar que, no pensamento de Vossler (1963), a expressão idiomática está no nível da expressão individual, enquanto que a gramática está no nível da língua das instituições de uma comunidade. O autor faz essa argumentação a partir de uma análise do emprego das figuras de linguagem e também de algumas marcas da oralidade. Ele começa pelo anacoluto, e amplia bastante a sua reflexão. Vamos, agora, proceder a uma reflexão para entender de que forma Vossler considera que estas formas de expressão têm muito a demonstrar sobre a subjetividade na língua e sobre as relações entre indivíduo e comunidade. Leiamos o seguinte excerto:

El anacoluto, por ejemplo, es una forma de expresión idiomática que en habla del individuo es de uso diario, aunque no está autorizada en absoluto por la comunidad lingüística en que ese individuo vive. Es una figura estilística o retórica, y no una forma gramatical. La gramática no puede catalogar el anacoluto sino como lo informe o lo deforme. [...] Aquí debemos incluir también aquellas interrupciones de la construcción sintáctica que ocurren en

¹⁷⁶ Tradução sob responsabilidade da autora: “A língua em si não tem regras nem exceções, pois vai daqui para lá entre as regras e as exceções; porque não pertence inteiramente ao indivíduo ou à comunidade, mas desempenha o papel de mediador inquieto entre a comunidade e o indivíduo. Mas é justamente esse papel intermediário que permite à língua apresentar ao indivíduo uma face completamente diferente daquela que apresenta à comunidade. A linguagem pode permitir coisas individuais que a comunidade jamais toleraria como tal.”

el dialogar y el replicar entre los individuos y que pueden llegar a tener la mayor eficacia de expresión [...]”¹⁷⁷ (VOSSLER, 1963, p. 176)

Ao lado do anacoluto, Vossler situa as interrupções que acontecem principalmente na fala, seja na língua do cotidiano, seja na língua da literatura escrita, em situações de diálogo, que podem promover o sentido de ênfase a um elemento ou a uma exclamação. Na visão de Vossler, o anacoluto ou outras formas de interrupção na estrutura lógica gramatical da língua não possuem lugar de prestígio na norma padrão. Antes, estas formas de expressão têm a ver com o sentimento, com a força da expressão nos lábios, em outras palavras, com a força da subjetividade na expressão, conforme podemos ler a seguir: “[...] sea que la perturbación o interrupción provenga de nuestros sentimientos y pasiones o de nuestro capricho – en suma de la interioridad anímica del hablante – sea que una fuerza exterior nos cercene la palabra en los lábios [...]” (1963, p. 176) Assim, a investigação destes fenômenos que permeiam majoritariamente as situações de diálogo não pode ser feita sob o prisma da lógica sintática, mas sim, sob o prisma das motivações subjetivas que constituem a expressão.

Se tomarmos a obra de Othon M. Garcia¹⁷⁸ *Comunicação em prosa moderna*, há uma seção intitulada “Anacolutos” e, logo a seguir, outra seção sob o título “Interrupções intencionais”. Há uma breve descrição para o conceito de anacoluto, e também uma definição bastante sintética das interrupções intencionais. Apresentamos estas sínteses a seguir:

A interrupção da ordem lógica, como decorrência de um desvio no rumo do raciocínio, é o que as gramáticas chamam de *anacoluto*. Esta figura, estereotipada em construção do tipo “eu, quer-me parecer que não lhe sobram razões”, é usual tanto na língua do povo quanto na obra dos bons escritores. Se é intencional, ou estereotipado como no exemplo supra, seu valor enfático pode ser considerável. Na maioria dos casos, entretanto, constitui um grave defeito de estilo, por traduzir desconhecimento de princípios elementares de estrutura sintática, ou resultar de distrações que redundam em fragmentos de frase muito comuns no estilo dos principiantes ou incautos. (GARCIA, 1997, p. 272 e 273)

¹⁷⁷ Tradução sob responsabilidade da autora: “O anacoluto, por exemplo, é uma forma de expressão idiomática que, na fala do indivíduo, é de uso diário, embora não seja de forma alguma autorizada pela comunidade linguística em que esse indivíduo vive. É uma figura estilística ou retórica, e não uma forma gramatical. A gramática não pode classificar o anacoluto senão como disforme. [...] Aqui também devemos incluir aquelas interrupções da construção sintática que ocorrem no diálogo e na replicação entre os indivíduos e que podem ter maior eficiência de expressão.”

¹⁷⁸ A obra *Comunicação em prosa moderna*, do linguista brasileiro Othon Moacir Garcia, já possui 27 edições, sendo a primeira com data de 1967. Trabalhamos com a segunda reimpressão da décima sétima edição, de 1997.

Interromper bruscamente a frase, deixando-a em suspenso com o propósito de chamar a atenção para o que se segue, é outra maneira de enfatizar ideias. (*op. Cit.*, p. 273)

De acordo com a exposição de Garcia, compreendemos que há uma suposta lógica sintática, e que a quebra desta lógica se qualificaria como um *desvio*. Este desvio é um fato linguístico que explica a existência de formas de expressão que não se caracterizam pela lógica sintática, não se encaixam na norma que predefine os tipos de construções sintáticas existentes. Nessa perspectiva, as figuras de linguagem, como o anacoluto, são exemplos desses desvios. Isso quer dizer que a gramática lança mão de uma denominação específica para explicar a possibilidade de existência daquilo que ela não contempla em sua norma.

Garcia confere ao anacoluto o status de um recurso estilístico típico dos “bons escritores”. Segundo o autor, na voz desses escritores proficientes, o anacoluto surte o efeito de ênfase, e empresta estilo e expressividade ao texto. Podemos inferir que isso se justifica porque, na perspectiva apresentada, o “bom escritor” detém um poder sobre a língua; a ele é permitido que faça uso de recursos estilísticos, pois a língua “a ele pertence”. Por outro lado, ao falante comum, não cabe esta posição de utilizar um recurso linguístico que está “fora” da norma, que se enquadra como um desvio, pois esta utilização não mais se caracterizaria como um toque intencional de estilo e expressividade, mas sim, representaria o desconhecimento da estrutura sintática da língua.

Garcia (1997), ao definir o anacoluto, faz menção à obra de Said Ali, *Meios de expressão e alteração semântica*¹⁷⁹. Seguindo este raciocínio, nos dirigimos à obra de Ali (1951) para compreender de que forma este autor lida com o funcionamento do anacoluto na língua.

A obra de Ali (*op. Cit.*) apresenta um capítulo dedicado a análises, reflexões e exemplos do uso literário do anacoluto. Assim se apresenta a sua definição inicial:

Expressão anacolútica é a oração que começa de um modo e em vez de ter o seguimento pedido pela sintaxe, termina por uma construção nova. Resulta

¹⁷⁹ A primeira edição desta obra data de 1930. Manuel Said Ali Ida foi um filólogo brasileiro, que viveu entre os anos de 1861 e 1953. Sua obra é extensa e disserta sobre inúmeros assuntos de relevância para diversas vertentes dos estudos da linguagem. Sua obra *Meios de expressão e alteração semântica* (1951) questiona as abordagens etimológicas que visam reconstruir determinadas formas linguísticas por ele citadas. O autor levanta investigações históricas do aparecimento e da transformação de muitos termos, sempre tecendo relações entre a fonética e as transformações ortográficas.

esta anomalia em geral do fato de não poder a linguagem acompanhar o pensamento em que as idéias se sucedem rápidas e tumultuárias. É a precipitação de começar a dizer alguma coisa sem calcular que pelo rumo escolhido não se chega a concluir o pensamento. Em meio do caminho dá-se pelo descuido, faz-se pausa, e, não convindo voltar atrás, procura-se saída em outra direção. (ALI, 1951, p. 38)

Destacamos algumas ideias principais que permeiam a definição de anacoluto apresentada no excerto acima: 1. A ideia de anomalia. 2. A não coincidência entre pensamento e linguagem. 3. Uma precipitação. 4. Um descuido. 5. A opção por uma construção sintática que retome a ideia da expressão inicial.

A partir disso, compreendemos que o anacoluto, na visão de Ali, contém uma ideia de negatividade, de uma falta de cuidado por parte do falante. A não coincidência entre pensamento e linguagem resultaria na expressão precipitada, que não segue uma ordem sintática ideal. O que observamos de muito valioso nesta definição do autor é a forte relação subjetiva que se constrói entre a expressão linguística e o falante. Isso significa que a perspectiva de Ali (1951) sobre o anacoluto envolve pensar que a língua se produz através do envolvimento psíquico e sentimental do indivíduo.

Apesar de definir o anacoluto sob o prisma do falante em sua expressão dialogal, Ali (op. Cit.) cita majoritariamente exemplos retirados da literatura clássica, como os sermões de Padre Antônio Vieira ou os versos de Camões. Mesmo ao exemplificar o emprego do anacoluto na literatura, Ali refere-se a este fato linguístico como uma “incorreção”, uma expressão que não está adequada às normas da sintaxe. É importante observar que esta suposta inadequação está vinculada, na visão de Ali, ao mesmo tempo, a um descuido e a uma estratégia do indivíduo falante. Sob essa ótica, o emprego do anacoluto demonstra uma expressão refletida, que leva em conta o ouvinte, na medida em que há uma estratégia para retornar ao intuito da expressão inicial. Leiamos o que diz Ali sobre isso:

Nos casos apontados, a causa perturbadora da boa estrutura oracional é a precipitação no falar; reside no próprio indivíduo que expõe suas idéias. Outras vezes, porém, a causa vem de fora; pode estar na pessoa ou pessoas a quem as palavras são dirigidas. Com efeito, o orador tem bastante inteligência para compreender que o cérebro do ouvinte não é simples máquina receptora, que se deixe impressionar sem nunca reagir. Mentalmente, sem proferir palavra, o ouvinte farpa por vezes um reparo, uma pergunta, uma objeção. O orador, adivinhando o que se passa e querendo atalhar, põe logo em evidência a ideia do ouvinte e depois, ainda com sacrifício da lógica e da sintaxe, prossegue na exposição dos seus pensamentos. (ALI, 1951, p. 40 e 41)

A tese de Ali coloca em perspectiva o diálogo entre o orador e o ouvinte, sob a reflexão de que o falante faz projeções sobre a sua própria fala e sobre as possibilidades de compreensão do seu ouvinte. Assim, ao passo que o anacoluto é representado como uma precipitação ou um descuido, ele também trabalha no engendramento de um modo de expressão que reconstrua sintaticamente a ideia iniciada pelo falante.

Compreendemos que a visão de Vossler sobre o anacoluto, sobre diferentes formas de interrupções na fala e também sobre outros elementos que representem uma expressão que não seja prevista pela norma sintática difere tanto da visão de Garcia (1997) quanto de Ali (1951). Para Vossler (1963), não caberia fazer referência ao anacoluto como um desvio ou um descuido porque ele não está em relação de alinhamento com a gramática. Vossler coloca as investigações sobre tais formas de expressão no centro de uma discussão das relações entre língua e subjetividade. Segundo ele, as causas que explicam a possibilidade de que tais expressões se construam podem ser internas ou externas em relação ao indivíduo, mas não em relação à gramática. Elas estão relacionadas ao sentimento, à afetividade, às formas como a língua consiste na mediação da língua do indivíduo com a sua comunidade. Ele faz esta síntese da seguinte forma:

En resumen, el anacoluto y toda especie de interrupción del discurso pueden comprenderse desde el punto de vista de la estilística, de la psicología, de la sociología, de la historia de las costumbres, pero nunca gramaticalmente.¹⁸⁰ (VOSSLER, 1963, p. 179)

Vossler também tematiza outras figuras de linguagem, ou, em suas palavras *figuras del discurso*, como a elipse e o pleonasma. Sua crítica volta-se ao pensamento de Hermann Paul. Segundo Vossler (1963), Paul, em sua obra *Prinzipien der Sprachgeschichte*¹⁸¹, cita como exemplos de elipse as indicações espaciais *direita* e *esquerda*, com supressão de alguma forma nominal que as acompanhe, ou ainda a referência ao vinho somente pela definição de seu tipo ou variedade, como *seco*, *novo* ou *doce*, ou como menção à sua região de produção, como *Borgonha* ou *Champagne*.

¹⁸⁰ Tradução sob responsabilidade da autora: “Em suma, o anacoluto e qualquer tipo de interrupção do discurso podem ser compreendidos do ponto de vista da estilística, da psicologia, da sociologia, da história dos costumes, mas nunca gramaticalmente.”

¹⁸¹ Trabalhamos com a tradução em português, *Princípios fundamentais da história da língua*, de 1966.

Vossler opõe-se a estas considerações, argumentando que tais expressões levantadas com exemplo por Paul não estão no nível de recursos estilísticos individuais, mas sim estão no nível do uso idiomático histórico, conforme lemos a seguir:

Pero, o es que se comprenden tales expresiones desde la singularidad de la cohesión psicológica y estilística, desde la “situación” en que ocurren, y se las explica con esas razones como recursos estilísticos o retóricos individuales o bien se explican partiendo de un uso idiomático históricamente afianzado; y entonces *el Champaña*, [...] *la derecha* [la mano derecha] ya no son expresiones elípticas, sino formas idiomáticas con carta de ciudadanía, con vida propia, con historia propia y con nuevas posibilidades de significación. Así, pues, el que habla de *champaña* no necesita pensar sólo en el vino de esa región; puede perfectamente “mentar” lo espumoso o el color o cualquier otra cualidad.¹⁸² (VOSSLER, 1963, p. 182)

Conforme observamos, a elipse, no pensamento de Vossler não consiste simplesmente na supressão de um termo que pode ser resgatado por um contexto linguístico. Para além de uma *figura de discurso*, que se identificaria por marcas linguísticas, as supressões na língua constituem expressões idiomáticamente consagradas. Elas representam uma completude de pensamento, a despeito do que se poderia argumentar a respeito de uma construção sintática não completa. Em outras palavras, a comunidade linguística não só permite as supressões de termos na expressão, como as incorpora como parte de sua identidade linguística. Vossler chega às últimas consequências, manifestando sua posição quanto à eliminação do conceito de elipse das gramáticas. Leiamos:

Siempre que en la sintaxis se comprende como elipsis una construcción y en consecuencia se la “completa”, lo que se hace es violentarla y deformarla en otra cosa distinta, en lugar de explicarla tal como es. Sería hora de que el concepto de elipsis desapareciera, al fin, de nuestras gramáticas.¹⁸³ (VOSSLER, 1963, p. 184)

¹⁸² Tradução sob responsabilidade da autora: “Mas, ou tais expressões são compreendidas a partir da singularidade da coesão psicológica e estilística, da “situação” em que ocorrem, e são explicadas com essas razões como recursos estilísticos e retóricos individuais, ou são explicadas a partir de um uso idiomático historicamente consolidado; e depois o *Champagne*, [...] a *direita* [a mão direita] não são mais expressões elípticas, mas formas idiomáticas com atestado de cidadania, com vida própria, com história própria e com novas possibilidades de significado. Assim, quem fala em champanhe não precisa pensar apenas nos vinhos daquela região; pode perfeitamente se referir ao brilho ou à cor ou a qualquer outra qualidade.”

¹⁸³ Tradução sob responsabilidade da autora: “Sempre que na sintaxe uma construção é entendida como elipse e conseqüentemente está “completa”, o que se faz é violá-la e deformá-la em outra coisa, ao invés de explicá-la como ela é. Seria hora de o conceito de elipse finalmente desaparecer de nossas gramáticas.”

Ao nosso ver, não se trata de decidir se eliminamos ou não a elipse dos estudos da linguagem, como objeto de estudo de pesquisas acadêmicas ou do currículo de ensino de língua materna da escola de nível fundamental e médio. Trata-se de investigar a elipse, assim como o anacoluto e outras figuras de linguagem, em suas possibilidades de interpretação, como uma expressão engendrada em uma relação constitutiva entre língua, história e subjetividade.

Vossler vincula o conceito de subjetividade à ideia de comunidade linguística. A sua leitura sobre a comunidade permite compreender que o indivíduo, em sua visão, não é uma unidade encerrada em si mesma, mas se constitui a partir de um exterior social dinâmico, nacionalmente identificado, o qual ele denomina *comunidade*. Vossler utiliza este termo ao longo de suas obras, *Filosofia del lenguaje* (1963) e *Spirit of language in civilization* (1951), sem nunca o definir de modo sistemático.

É possível, ao longo destas leituras, compreender que a comunidade é um conjunto complexo de elementos sociais, políticos, históricos, culturais e artísticos que podem caracterizar identitariamente cada indivíduo, bem como a coletividade em que ele se insere. Tais elementos se materializam pela expressão linguística, que encontra algum nível de unidade ou que se engendra individualmente a partir das condições da realidade histórica da comunidade.

4. AS IDEIAS LINGUÍSTICAS E MATERIALISTAS DE VALENTIN VOLOCHINOV NO LESTE EUROPEU

4.1 AS CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO DA OBRA DE VALENTIN VOLOCHINOV

Desde a primeira seção do capítulo inicial desta Tese, argumentamos sobre a importância de compreendermos as condições de produção da obra de um determinado autor para que se possa realizar uma leitura que elucide as formas como o texto se relaciona com a história, com a ciência e com o pensamento intelectual de uma época.

Os acontecimentos políticos e a transformação social de uma nação não podem ser separados do desenvolvimento científico. O pensamento filosófico-linguístico na Rússia pré e pós revolucionária se construiu com base nas demandas colocadas pelo cenário da revolução. Os objetos de estudo não eram engendrados isoladamente; eles repercutiam nos círculos de estudos na forma de diálogos entre diferentes áreas do conhecimento e pesquisas. Esses diálogos fazem parte das condições de produção dos estudos da linguagem russo-soviéticos.

Assim, as condições de produção sobre as quais trataremos aqui não consistem meramente em contextos ou conjunturas, mas nas relações dos fatos históricos e sócio-políticos com o desenvolvimento do pensamento filosófico-linguístico no contexto russo pré e pós revolucionário.

Para isso, organizaremos a presente seção da seguinte forma: em primeiro lugar, faremos uma contextualização dos textos de Volochinov que mais interessam a esta Tese e que mais dialogam com o pensamento sobre a língua nas primeiras décadas do século XX na Rússia. Chamaremos a atenção, neste momento, para os principais temas desenvolvidos em cada obra, a fim de reconhecer que tais temas são vinculados aos problemas colocados pelas demandas revolucionárias; ou seja, os estudos sobre a língua buscavam responder às necessidades de reconhecimento da diversidade geopolítica, linguística e cultural durante estas décadas.

Em segundo lugar, propomos uma leitura sobre os aspectos da conjuntura dos anos que antecedem e que sucedem a revolução russa de 1917, considerando como principais fontes alguns textos de Vladimir Lenin, os quais exporemos na ocasião apropriada. Os inúmeros discursos proferidos por Lenin, assim como a publicação da

sua obra *Que fazer?*, publicada em 1902, constituem fontes fundamentais para a investigação do pensamento filosófico e revolucionário e também para a compreensão dos acontecimentos e práticas que constituíam o cenário pré e pós revolução.

É importante compreender que uma boa parte da obra de Lenin tem como tema de destaque a língua. O internacionalismo do movimento revolucionário, a organização política através de um jornal impresso e as questões relacionadas à cultura das diversas etnias que compunham o território russo carregam em seu cerne a língua como fio condutor para pensar sobre esses diferentes enfoques. Por isso, os textos de Lenin estão presentes nesta e em outras seções deste capítulo para nos orientar quanto a uma perspectiva do cenário pré e pós revolução na Rússia, assim como para nos levar a refletir sobre as questões que tangem à língua neste período.

Como leitura de apoio, tomamos em breves momentos a obra do pesquisador Craig Brandist (2015), a qual nos oferece conhecimentos sobre o cenário sócio-histórico das primeiras décadas do século XX na Rússia.

4.1.1 A trajetória intelectual de Volochinov

Os estudos de Sheilla Grillo e Ekaterina Vólkova que antecedem as traduções de *Marxismo e filosofia da linguagem* (2018) e da coletânea *A palavra na vida e a palavra na poesia* (2019), de autoria de Valentin Volochinov, servem-nos de apoio para uma contextualização do entorno intelectual dessas obras.

Em primeiro lugar, gostaríamos de remontar à época ainda anterior ao ingresso de Volochinov como membro do ILIAZV (Instituto de História Comparada das Literaturas e Línguas do Ocidente e do Oriente).

Segundo a apresentação de Sheila Grillo e de Ekaterina Vólkova Américo para a coletânea de textos *A Palavra na Vida e a Palavra na Poesia* – ensaios, artigos, resenhas e poemas (VOLOCHINOV, 2019), Volochinov publicou seus primeiros textos em 1921 como autor na Revista *Iskusstvo*, dirigida por Pável Medviédev e editada pela União Profissional dos Trabalhadores da Arte da Província de Vítebsk e pela Subseção de Arte da Seção de Educação Popular da Província de Vítebsk, sendo um artigo e uma resenha. Além disso, ainda segundo Grillo e Américo, Volochinov contribuiu para o periódico *Notas do Teatro Itinerante*, que circulou em períodos entre 1914 e 1924, com temas que perpassavam a música, a literatura e a dramaturgia. Isso

demonstra a visão holística própria do contexto da época e adotada por Volochinov em seus estudos, na medida em que suas pesquisas se situavam em diversos campos, tais como a música e a crítica musical, a poesia e a teoria poética, bem como a sociologia relacionada ao pensamento filosófico sobre a língua.

A partir disso, Volochinov passa a fazer parte do Instituto de História Comparada das Literaturas e Línguas do Ocidente e do Oriente (ILIAZV). Grillo e Américo (VOLOCHINOV, 2019) ressaltam a importância do ILIAZV para o contexto de produção da obra de Volochinov, conforme lemos no seguinte excerto:

[...] é preciso mencionar que o ILIAZV, chamado a partir de 1930 de Instituto Estatal de Cultura Linguística (GIRK) é, segundo carta de Lev Iakubinski de 1933 [...], o único instituto em que a língua e a literatura eram estudadas conjuntamente. Essa orientação geral do Instituto é um elemento do contexto institucional importante para a compreensão da obra de Volóchinov e de Medviédev, nas quais o conceito e a metodologia de pesquisa abordam de modo integrado tanto a língua quanto a literatura. (VOLOCHINOV, 1919, p. 21)

Essa compreensão aponta para o fato de que os estudos da linguagem na Rússia no período soviético se desenvolveram sob um prisma das questões sociais e culturais de uma sociedade. A literatura era tomada como uma representação da história cultural e da transformação da sociedade, assim como a língua. Sob essa ótica, os estudos entre língua e literatura não eram divididos.

A partir de seu ingresso como colaborador do ILIAZV (Instituto de História Comparada das Literaturas e Línguas do Ocidente e do Oriente), Volochinov publica importantes ensaios e obras, os quais apresentaremos a partir de agora.

Em 1925, foi publicado, sob a autoria de Volochinov, o ensaio *Do outro lado do social: sobre o freudismo*, na Revista *Zvezda*, em Leningrado. Em nota, Grillo e Américo (Volochinov, 1919) relatam que, no primeiro relatório do ILIAZV, este ensaio consta como: *Do outro lado do social: crítica à psicanálise do ponto de vista do materialismo dialético.* Trabalhamos aqui com a tradução do russo para o português de Grillo e Américo (VOLOCHINOV, 2019).

Dois anos mais tarde, assinada também por Volochinov, é publicada a obra *O Freudismo*¹⁸⁴ ([1927] 2004), que contém uma exposição crítica e questionadora da

¹⁸⁴ Trabalhamos com a edição traduzida por Paulo Bezerra que traz a autoria de Mikhail Bakhtin. No entanto, não ignorando o fato de que muitos textos foram produzidos de forma coletiva. Estudos mais recentes, incluindo os ensaios de Grillo e Américo sobre os escritos de Volochinov, evidenciam que a autoria deve ser atribuída a V. Volochinov.

teoria psicanalítica de Sigmund Freud sob o prisma de seus diversos princípios, desde as suas definições da consciência, do inconsciente e do pré-consciente, passando por questões metodológicas, até as relações entre a consciência e a cultura. Alguns desses temas já estão contidos no ensaio de 1925, sendo possível perceber a semelhança de muitos trechos entre as duas obras.

Um ensaio de primeira importância para esta Tese foi publicado sob o nome de Volochinov em 1926, *A palavra na vida e a palavra na poesia: para uma poética sociológica*. Consideramos cinco reflexões principais desenvolvidas neste texto: 1) discussões sobre as relações da ciência com a sociologia e com a arte; 2) uma crítica à perspectiva que faz distinção entre forma e “o aspecto ideológico – o conteúdo” (2019, p. 110); 3) a palavra e os elementos extraverbais que compõem um enunciado; 4) a palavra como possibilidade de materialização de uma avaliação social; 5) diferenças e relações entre a palavra do cotidiano e a palavra literária.

Citamos cada um desses temas para chamar a atenção para o fato de que todos eles apresentam diálogos entre diferentes áreas do conhecimento. As relações entre língua, literatura e arte tomadas pelo prisma da sociologia e da observação do uso da língua no cotidiano nos levam a retomar novamente a ideia de que a pesquisa linguística soviética mantinha uma perspectiva holística, que buscava dialogar com diferentes campos do conhecimento, considerando que a língua era tão representativa da história e da transformação social quanto a arte e a literatura eram.

Outro texto que gostaríamos de situar a respeito da obra de Volochinov é o ensaio *O que é a linguagem / língua?* (2019)¹⁸⁵, publicado originalmente em 1930. Chamamos a atenção para alguns aspectos do contexto de publicação desse ensaio, segundo nota de Grillo e Vólkova (VOLOCHINOV, 2019). Este ensaio foi publicado em *Literatúrnaia Utchioba: Journál dliá Samoobrazovániia (Estudos da Literatura: Revista para Autoformação)*, cujo editor-chefe era Maksim Górkii¹⁸⁶.

De acordo com Grillo e Vólkova, os propósitos dessa Revista envolviam a formação de escritores iniciantes de camadas sociais populares. Este objetivo nos diz muito sobre a que se dedicavam os círculos intelectuais do período pós-revolucionário

¹⁸⁵ Trabalhamos aqui com a tradução de Sheila Grillo e Ekaterina Vólkova Américo (VOLOCHINOV, 2019).

¹⁸⁶ Maksim Górkii foi um escritor literário russo que viveu entre 1868 e 1936 e escreveu obras que se destacam por representar o período que antecedeu a revolução na Rússia. Ele se correspondia com Lenin por carta, conversando sobre acontecimentos em torno da Revolução e sobre a militância.

russo, considerando que Maksim Górkí tem uma extensa e importantíssima obra literária representativa das transformações na Rússia ao longo do período da revolução e também da práxis cotidiana de personagens representativos das classes mais populares. Depreendemos desta relação que a preocupação com a formação intelectual do povo trabalhador russo é notável neste período russo-soviético.

Além disso, o fato de que o ensaio de Volochinov - *O que é a linguagem / língua?* (2019) - faz parte de uma edição da Revista demonstra que este texto foi considerado relevante para tais propósitos de formação. De fato, um dos temas do ensaio é a percepção da língua por parte de um escritor iniciante, conforme exemplo citado por Volochinov, e, por conseguinte, a língua como material da criação literária. Este exemplo ilustra as formas pelas quais o pensamento metalinguístico age sobre a criação verbal e literária. Volochinov inicia o seu capítulo da seguinte forma:

Um autor iniciante está sentado à mesa e olha com desalento para a folha de papel em branco diante dele. Antes de pegar a pena nas mãos e se preparar para escrever, havia tantas ideias na sua cabeça... Ontem mesmo ele contou em detalhes a um amigo o conteúdo de sua primeira novela... Mas agora - cada frase com a qual pretende começar a sua obra parece obtusa, desajeitada, estranha e artificial. Além disso, foi só ele querer anotar a novela que parecia já estar pronta na sua cabeça, que logo surgiu uma série de questões. Em nome de quem conduzir a narrativa? Em seu nome, no do autor, ou em nome de algum personagem da novela? E qual deve ser a sua *linguagem*, se a narrativa for conduzida por um dos personagens da novela? (VOLOCHINOV, 2019, p. 235)

Aqui, percebemos que já se coloca uma primeira questão a ser problematizada: a relação entre a linguagem oral e a escrita. A eloquência e o estilo alcançados na oralidade precisam de novos recursos para que possam ser percebidos no texto escrito. Além dessa questão, outras possibilidades relativas ao foco narrativo se apresentam ao escritor literário. Isso indica que, para Volochinov, a perspectiva de quem narra uma história incide sobre os próprios acontecimentos. Logo, a narrativa não é óbvia ou transparente, pois ela está à mercê da incidência das escolhas linguísticas de quem narra.

Outro ponto a ser observado é a tradução do título do ensaio, em que consta ambos termos “linguagem / língua”. Em nota, Grillo e Vólkova (Volochinov, 2019) explicam que, em russo, não há duas palavras para nomear esses dois termos. Há somente o termo *iazík*. Elas justificam a escolha ora por *língua*, ora por *linguagem*, dizendo que ela depende do “contexto”, conforme lemos no seguinte excerto da nota das tradutoras:

A Revista *Literatúrnaia Utchioba* foi criada em 1930 por Maksim Górkí, que foi seu editor-chefe, com o propósito de ensinar o ofício literário a escritores iniciantes das camadas sociais populares. Em russo, os termos “língua” e “linguagem” são designados pela mesma palavra, *iazík*, que foi traduzida ora por “língua”, ora por “linguagem”, a depender do sentido depreendido do contexto. (VOLOCHINOV, 2019, p. 234)

Segundo nossa ótica, essa variedade de traduções feitas sobretudo nas línguas latinas está diretamente relacionada com uma falta de compreensão do fato de que a concepção de língua no contexto soviético não pressupunha uma divisão da língua como objeto teórico e linguagem como objeto prático. Entendemos, entretanto, que essa prática é resultado da influência de concepções estruturalistas que dividem a língua e a fala.

É importante refletir sobre o que representa o fato de não existir na língua russa duas palavras diferentes para expressar tais conceitos, como existe no português ou no francês, por exemplo (*langue – langage*). Já dissemos em outros momentos desta seção que havia a concepção, entre boa parte dos círculos intelectuais russos, de que a língua e a literatura não se separariam nos estudos, pois a literatura é tão representativa da diversidade da nação russa quanto o é a língua. Tampouco se separam os estudos da linguagem verbal e não verbal, na medida em que os elementos *extraverbais*, segundo a compreensão de Volochinov, são constitutivos da língua. Assim, esses conceitos deveriam ser desenvolvidos de forma conjunta e em relação de dependência, pois isso permitiria que as produções teóricas e analíticas no interior dos estudos da linguagem dessem conta de tratar do uso cotidiano da língua e das suas relações com os diferentes segmentos da sociedade, incluindo-se aí os movimentos culturais, tais como a arte, a música e a pintura.

É notável a recorrência dos temas em diferentes textos de Volochinov que citamos até o momento. Tal recorrência não é aleatória; ela se justifica de acordo com as necessidades e as dificuldades encontradas pelos estudos da linguagem na Rússia pré e pós-revolucionária¹⁸⁷. O contexto intelectual deste período histórico demandou novas temáticas em relação aos estudos da linguagem. Era preciso pensar sobre a diversidade linguística, sobre as relações entre línguas e os modos como a sociedade se constituía, sobre as demandas linguísticas da revolução em termos de propaganda

¹⁸⁷ Na Rússia pré-revolucionária, sob o regime imperialista, predominavam as questões recorrentes de natureza formal e estruturalista, com foco em estudos sintáticos e morfológicos. Somente na época pós-revolução, as questões materialistas e com vistas às relações da língua com a história e com uma visão sociológica ganham amplitude.

e organização coletiva, entre outros temas que envolviam pensar a língua sob um ponto de vista sociológico. Por isso, a emergência da perspectiva sociológica, dialógica e marxista da língua no período pré e pós-revolucionário russo faz parte das condições de produção da obra de Volochinov e justifica os temas por ele desenvolvidos ao longo de seus textos.

Por último, destacamos a publicação da primeira edição em 1929 de *Marxismo e Filosofia da Linguagem* – Problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem (2017)¹⁸⁸ sob a autoria de Valentin Volochinov. As pesquisas em torno desta obra são vastas na medida em que o escopo de estudos nela contido é amplo. É possível observar que o primeiro capítulo se inicia com uma reflexão sobre os problemas da filosofia da linguagem da atualidade da época. Ao longo da obra, em vários momentos, Volochinov dialoga com os pesquisadores contemporâneos russos e também com a filosofia alemã. Isso quer dizer que esta obra se produz a partir da observação das dificuldades dos estudos da linguagem em oferecer uma perspectiva baseada em um método sociológico.

Tal método sociológico é apresentado, nesta obra, principalmente sobre os pilares do conceito do signo ideológico na medida em que ele se delinea com base em uma visão marxista da história e da luta de classes. Este conceito, assim como outros contidos em *Marxismo de Filosofia da linguagem*, serão oportunamente abordados ainda no capítulo 2 desta Tese.

Conforme explicitamos, nosso objetivo no início desta seção, nos encaminhamos agora para uma leitura sobre as conjunturas históricas do período que antecede e sucede a revolução russa a partir da ótica de Lenin, e como tal conjuntura incide sobre as necessidades no interior dos estudos da linguagem. Para isso, voltamos agora nosso olhar para a diversidade linguística e cultural desse período na história da Rússia e para princípios revolucionários fundamentais que encontramos documentados em parte da obra de Vladimir Lenin.

4.1.2 As primeiras décadas do século XX na Rússia: período pré e pós-revolução e o pensamento filosófico-linguístico

¹⁸⁸ Referimo-nos aqui à tradução do russo para o português por Sheila Grillo e Ekaterina Vólkova Américo.

Entre as possibilidades de leituras que poderíamos buscar para refletir sobre o contexto pré e pós revolução¹⁸⁹, consideramos que os escritos de Vladimir Lenin apresentam a conjuntura sócio-histórica da época e também nos levam a refletir sobre o modo como o pensamento sobre a língua era uma questão que atravessava diversas outras e que tinha relação direta com a compreensão da questão nacional. Além disso, os estudos do pesquisador inglês Craig Brandist (2015), situados no campo da História das Ideias Linguísticas, nos auxiliam oportunamente a compreender o panorama histórico que fez parte do desenvolvimento do pensamento filosófico-linguístico nas primeiras décadas do século XX na Rússia.

Começamos pela leitura de parte da obra de Vladimir Lenin. Em primeiro lugar, é preciso reconhecer a obra *Que fazer?* (2015), publicada em 1902, como uma representação do pensamento revolucionário capaz de conduzir os pressupostos de língua que caminhavam junto ao movimento revolucionário. Além disso, tomamos alguns dos discursos de Lenin, proferidos nas duas primeiras décadas do século XX, os quais citaremos a seguir, para verificar de que forma Lenin reflete em torno de questões sobre a identidade russa em relação ao internacionalismo.

É preciso considerar, em primeiro lugar, os impactos do conceito de hegemonia nas primeiras décadas do século XX. No período revolucionário, pensar sobre a hegemonia significava considerar as diferenças étnicas, sociais e linguísticas que constituíam a nação russa e todo o território. Mais do que isso, significava considerar de que forma as classes trabalhadoras consistiam na força hegemônica por excelência na luta revolucionária.

A hegemonia era um tema recorrente nos discursos de Lenin desde o período pré-revolucionário. Tomamos aqui o discurso *Those Who Would Liquidate Us*, publicado em Moscou, em 1911, no volume 17 da Revista *Mysl*. A parte V deste artigo traz, entre outros temas que envolvem respostas a questões controversas que circulavam no período pré-revolucionário, especialmente o pensamento de Lenin sobre a importância que o conceito de hegemonia adquire nas lutas das classes trabalhadoras. Trazemos, abaixo, o conceito de hegemonia delineado por Lenin neste discurso:

¹⁸⁹ Utilizamos este termo para indicar os anos que antecedem a revolução de 1917 e também alguns anos que a seguem, ao longo da década de 1920. Temos consciência de que o período que chamamos *pós-revolução* também é um período revolucionário, e poderia ser assim chamado, na medida em que a sociedade soviética destes anos se construiu sobre paradigmas revolucionários que foram gradativamente instaurados.

The hegemony of the working class is the political influence which that class (and its representatives) exercises upon other sections of the population by helping them to purge their democracy (where there is democracy) of undemocratic admixtures, by criticising the narrowness and short-sightedness of all bourgeois democracy [...] ¹⁹⁰ (LENIN, 1911, parte V)

Esta concepção de Lenin pressupõe a democracia como uma condição da luta revolucionária, assim como o enfrentamento aos ideais burgueses, na medida em que estes não contemplariam uma democracia ampla e livre de práticas antidemocráticas. Os altos índices de analfabetismo repercutiam diretamente sobre a organização da luta, no sentido de que a palavra escrita poderia ser uma forma de mobilização das massas¹⁹¹. O jornal e a revista foram ferramentas de organização massiva, como demonstra o exemplo do *Iskra*, Jornal que tratava dos assuntos de interesse da revolução, editado entre 1901 e 1903, no período pré-revolucionário, defendido por Lenin em sua obra *Que fazer?* (2015)¹⁹². Leiamos, a seguir, dois excertos em que Lenin destaca a importância da organização da união revolucionária através da palavra impressa:

A elaboração de um jornal político para toda a Rússia – escrevia-se no *Iskra* - deve ser o *fió fundamental*; seguindo-o, poderemos permanentemente desenvolver, aprofundar e alargar a organização (isto é, a organização revolucionária sempre disposta a apoiar todo o protesto e toda a explosão). (LENIN, 2015, p. 229, grifos do autor)

O líder revolucionário ainda explicita em outra passagem as incumbências deste jornal:

E insisto em que apenas se pode *começar* a criar essa ligação *efetiva* de união a partir de um jornal comum, para toda a Rússia, empreitada única e regular de caráter nacional voltada para realizar a síntese de todas as atividades, as mais variadas, de modo a *incitar* as pessoas a avançar constantemente por todos os numerosos caminhos que levam à revolução

¹⁹⁰ Tradução sob responsabilidade da autora: “The hegemony of the working class is the political influence which that class (and its representatives) exercises upon other sections of the population by helping them to purge their democracy (where there is democracy) of undemocratic admixtures, by criticising the narrowness and short-sightedness of all bourgeois democracy [...]” (LENIN, 1911, parte V)

¹⁹¹ Utilizamos o termo “massas” no sentido que Lenin utilizou em sua obra *Que fazer?* (2015), publicada na Rússia em 1902. Este termo retoma o todo das classes trabalhadoras, representadas pelo proletariado e pelo campesinato enquanto classes que deveriam lutar em prol dos interesses revolucionários, na medida em que se encontravam historicamente a mercê da ditadura monárquica russa.

¹⁹² Além disso, no seu texto *Por onde começar?*, publicado no número 4 do *Iskra*, em 1901, Lenin argumenta a favor da fundação de “um jornal político para toda a Rússia”. De acordo com sua visão, este é um dos passos que vai ao encontro do objetivo de elaborar um plano de organização que passe por todas as partes do partido. Ademais, o jornal seria uma forma de fazer circular a propaganda e a agitação nos ambientes das classes operárias e camponesas.

[...] E o jornal lhe mostrará imediatamente os contornos gerais, as proporções e o caráter desse objetivo; as lacunas mais evidentes na atividade geral em toda a Rússia; os lugares onde inexistente a agitação, onde são débeis as ligações; as engrenagens do enorme maquinismo geral que um ou outro círculo poderia reparar ou substituir por outras melhores. (LENIN, 2015, p. 235 e 236, grifos do autor)

Observamos aqui a preocupação de Lenin com a unificação nacional da luta e dos interesses do proletariado russo a fim de preparar a revolução. O jornal não adquire, em suas formulações, um caráter somente pragmático de organização, mas também um valor de representação da realidade e de evidência do avanço e das limitações do movimento revolucionário, visando a articular as forças para os acontecimentos que sucederiam em um futuro próximo. Nesse sentido, Lenin compreendia que a palavra, e, nesse caso, a palavra escrita, refletida e preparada, é uma materialidade capaz de representar a realidade e colocar em evidência os problemas do seu tempo e as ideias que movimentam uma sociedade.

Já após a revolução, as problemáticas relativas à questão nacional faziam parte da luta pela hegemonia das classes trabalhadoras. Lenin proferiu alguns discursos sobre isso nas conferências do Partido Operário Social-Democrata Russo. Entre eles, *Resolution on the National Question*, proferido entre vinte e quatro e vinte e nove de abril de 1924, na *Sétima Conferência de Toda A Rússia do Partido Operário Social-Democrata Russo*¹⁹³. A partir da leitura deste discurso, observamos a complexidade da questão nacional na medida em que ela envolvia as diferentes nacionalidades e culturas que compunham o estado soviético. Segundo Lenin, ela envolvia pensar nas nações que, durante o período imperial, compunham o império russo, juntamente com a legislação que envolvia direitos sociais e programas para os povos minoritários.

The right of all the nations forming part of Russia freely to secede and form independent states must be recognised. To deny them this right, or to fail to take measures guaranteeing its practical realisation, is equivalent to supporting a policy of seizure or annexation. Only the recognition by the proletariat of the right of nations to secede can ensure complete solidarity among the workers of the various nations and help to bring the nations closer together on truly democratic lines. [...] The Party demands broad regional autonomy, the abolition of supervision from above, the abolition of a compulsory official language, and the fixing of the boundaries of the self-governing and autonomous regions in accordance with the economic and

¹⁹³ Disponível em: <https://www.marxists.org/archive/lenin/works/1917/7thconf/29e.htm>. Acesso em: 05 fev. 2022.

social conditions, the national composition of the population, and so forth, as assessed by the local population itself.¹⁹⁴ (LENIN, n. p., 1924)

Conforme lemos, Lenin declara que, de acordo com a visão do Partido, as nações deveriam ter o direito de se tornarem independentes. Além disso, observamos uma ampla autonomia no que tange à manutenção da língua regional e outras formas de consideração das especificidades de cada nacionalidade e cada identidade. Todo esse conjunto de medidas representaria uma forma democrática de alinhar as nações ao programa revolucionário. Este aparato político e legislativo evidencia pelo menos dois princípios de caráter popular que regiam a práxis revolucionária. Em primeiro lugar, o respeito e a valorização das diferenças sociais e culturais dos povos. Deste modo, haveria condições de reconhecer as necessidades massivas e também as necessidades das minorias. Junto a isso, o princípio do internacionalismo, compreendendo o movimento revolucionário e as causas dos trabalhadores como uma demanda internacional, porém, respeitando as diferenças locais de língua e cultura e identidade.

É importante destacar que, quanto às questões culturais, Lenin expressa que o Partido trabalha sob a ótica de que a cultura é uma questão internacional, e não intrínseca a cada nação. Leiamos o que ele diz sobre isso neste mesmo discurso mencionado acima, *Resolution on the National Question*, proferido em abril de 1924, na *Sétima Conferência de Toda A Rússia do Partido Operário Social-Democrata Russo*:

The party of the proletariat emphatically rejects what is known as “national cultural autonomy”, under which education, etc., is removed from the control of the state and put in the control of some kind of national diets. National cultural autonomy artificially divides the workers living in one locality, and even working in the same industrial enterprise, according to their various “national cultures”; in other words, it strengthens the ties between the workers and the bourgeois culture of their nations, whereas the aim of the Social-Democrats is to develop the international culture of the world proletariat.¹⁹⁵ (LENIN, n. p., 1924)

¹⁹⁴ Tradução sob responsabilidade da autora: “O direito de todas as nações que fazem parte da Rússia de se separarem livremente e formarem Estados independentes deve ser reconhecido. Negar-lhes esse direito, ou deixar de tomar medidas que garantam sua realização prática, equivale a apoiar uma política de apreensão ou anexação. Só o reconhecimento pelo proletariado do direito das nações à separação pode assegurar a solidariedade total entre os trabalhadores das várias nações e ajudar a aproximar as nações em linhas verdadeiramente democráticas. [...] O Partido exige ampla autonomia regional, a abolição da supervisão de cima, a abolição de uma língua oficial obrigatória e a fixação dos limites das regiões autônomas e autônomas de acordo com as condições econômicas e sociais, a nacional composição da população, e assim por diante, avaliada pela própria população local.”

¹⁹⁵ Tradução sob responsabilidade da autora: “O partido do proletariado rejeita enfaticamente o que é conhecido como “autonomia cultural nacional”, sob a qual a educação, etc., é retirada do controle do

É preciso compreender esta fala de Lenin a partir dos ideais revolucionários internacionalistas. Nesta perspectiva, seria um equívoco pensar a ideia de cultura local ou nacional que se alinhasse a interesses regionais burgueses e que não fosse ao encontro dos interesses dos trabalhadores e da luta de classes. Na visão marxista de Lenin, a luta de classes é internacional. Ela independe de demandas nacionais burguesas na medida em que as demandas populares deveriam ser a prioridade em qualquer nação. Portanto, tais demandas regionais não poderiam se sobrepor aos interesses da classe trabalhadora e da luta revolucionária. Por isso, a orientação do partido é que a cultura vigente em todas as nações seja caracterizada pela cultura das massas, em oposição à ideia de cultura nacional regional.

O reconhecimento da diversidade sociocultural na Rússia reside muito fortemente na questão linguística, o que é um tema recorrente em alguns discursos de Lenin. Ele se opôs à ideia de língua oficial pressuposta nos ideais burgueses. De acordo com Lenin, em seu discurso *Critical Remarks on the National Question*¹⁹⁶, publicado em 1913 no Jornal *Prosveshcheniye*, o Jornal liberal *Russkoye Slovo* defende a ideia da imposição do Russo como língua oficial, argumentando que, ao passo que esta vai se tornando a língua das transações econômicas, os povos de diferentes identidades irão se *adequar* à língua e ao seu estudo. Para Lenin, esta é uma imposição violenta, antidemocrática, que não leva em conta que mais da metade dos povos na Rússia falam línguas e dialetos diferentes. Lenin argumenta a favor da multiplicidade linguística a partir do exemplo da Suíça, conforme lemos a seguir:

Tiny Switzerland has not lost anything, but has gained from having not *one single* official language, but three—German, French and Italian. In Switzerland 70 per cent of the population are Germans (in Russia 43 per cent are Great Russians), 22 per cent French (in Russia 17 per cent are Ukrainians) and 7 per cent Italians (in Russia 6 per cent are Poles and 4.5 per cent Byelorussians). If Italians in Switzerland often speak French in their common parliament they do not do so because they are menaced by some savage police law (there are none such in Switzerland), but because the civilised citizens of a democratic state themselves prefer a language that is understood by a majority. [...] Why should “huge” Russia, a much more varied and terribly backward country, *inhibit* her development by the retention of any

Estado e colocada no controle de algum tipo de cadeia nacional. A autonomia cultural nacional divide artificialmente os trabalhadores que vivem em uma localidade, e até mesmo trabalham na mesma empresa industrial, de acordo com suas várias “culturas nacionais”; em outras palavras, fortalece os laços entre os trabalhadores e a cultura burguesa de suas nações, enquanto o objetivo dos social-democratas é desenvolver a cultura internacional do proletariado mundial.”

¹⁹⁶ LENIN. Liberals and Democrats on the Language Question. *V.I. Lenin*. Disponível em: <https://www.marxists.org/archive/lenin/works/1913/sep/07.htm>.

kind of privilege for any one language? [...] Under the slogan of “national culture” the bourgeoisie of *all* nations, both in Austria and in Russia, are *in fact* pursuing the policy of splitting the workers, emasculating democracy and haggling with the feudalists over the sale of the people’s rights and the people’s liberty.¹⁹⁷ (LENIN, 2013)

Este excerto mostra-nos alguns pontos importantes do pensamento de Lenin sobre a língua. Ele associa o desenvolvimento social do povo e da nação à liberdade cultural e linguística das diferentes identidades que ocupam o território russo. O desenvolvimento estaria ligado condicionalmente à democracia que, por sua vez, demanda que não haja privilégios de uma língua ou cultura em detrimento de outra. Pelo contrário, o que deve nortear as políticas de uma nação é a cultura *internacional* dos direitos do povo e da liberdade. Nesse sentido, a ideia de *nacionalismo* afasta o povo dos ideais revolucionários internacionalistas de poder aos trabalhadores.

Este tema continua em destaque em 1914, quando Lenin publica no *Proletarskaya Pravda* o discurso *Is a Compulsory Official Language Needed?*¹⁹⁸ Nesse discurso, Lenin questiona novamente a obrigatoriedade de ensinar uma língua oficial. Antes de compreender a sua reflexão em torno dessa questão, é preciso buscar as origens da pergunta que Lenin elabora como título de seu discurso.

Nesse discurso (Lenin, 2014), ele observa que os partidos que se alinham à monarquia defendem a adoção e o ensino de uma língua oficial, o russo, em detrimento do idioma de outros grupos nacionais que ocupavam o território russo. No interior desses partidos, o grupo Black Hundreds¹⁹⁹, que se organiza para manter os

¹⁹⁷ Tradução sob responsabilidade da autora: “A pequena Suíça não perdeu nada, mas ganhou por ter não uma única língua oficial, mas três — alemão, francês e italiano. Na Suíça, 70% da população são alemães (na Rússia 43% são grandes russos), 22% franceses (na Rússia 17% são ucranianos) e 7% italianos (na Rússia 6% são poloneses e 4,5% cento bielorrussos). Se os italianos na Suíça costumam falar francês em seu parlamento comum, não o fazem porque estão ameaçados por alguma lei policial selvagem (não há nenhuma na Suíça), mas porque os cidadãos civilizados de um estado democrático preferem uma língua que seja compreendida por maioria. [...] Por que a “enorme” Rússia, um país muito mais variado e terrivelmente atrasado, inibiria seu desenvolvimento pela retenção de qualquer tipo de privilégio para qualquer língua? [...] Sob a palavra de ordem da “cultura nacional” a burguesia de todas as nações, tanto na Áustria como na Rússia, está de fato seguindo a política de dividir os trabalhadores, castrar a democracia e pechinchar com os feudais sobre a venda do povo direitos e a liberdade do povo.”

¹⁹⁸ LENIN. *Is a Compulsory Official Language Needed?* *V.I. Lenin*. Disponível em: <https://www.marxists.org/archive/lenin/works/1914/jan/18.htm>.

¹⁹⁹ Em 1914, na Revista *Pravda*, Lenin publica o texto *The Black Hundreds*, explicando que esse grupo se unificava em torno dos princípios dos partidos de extrema direita, formados sobretudo por donos de terras, que buscavam manter o absolutismo da monarquia e, com isso, garantir a continuidade do modo de vida baseado na propriedade privada de terras e na exploração do trabalho camponês. Segundo Lenin, o grupo *The Black Hundreds* buscava ampliar as ligações dos donos de terra com o próprio campesinato, elaborando um discurso baseado no bem comum e nos interesses de toda a população. Lenin critica fortemente essa organização, destacando que ela “finge” apoiar ideias populares e se aproveita da falta de clareza do campesinato iletrado.

interesses da monarquia, estaria alinhado a esse princípio de hegemonia da língua oficial sobre as demais línguas. Então, ele elabora o seu questionamento da seguinte forma:

On what grounds do the parties who advocate a compulsory official language justify its necessity? The “arguments” of the Black Hundreds are curt, of course. They say: All non-Russians should be ruled with a rod of iron to keep them from “getting out of hand”. Russia must be indivisible, and all the peoples must submit to Great-Russian rule, for it was the Great Russians who built up and united the land of Russia. Hence, the language of the ruling class must be the compulsory official language. The Purishkeviches²⁰⁰ would not mind having the “local lingoes” banned altogether; although they are spoken by about 60 per cent of Russia’s total population.²⁰¹ (LENIN, 1914)

A partir dessa explicação, Lenin argumenta que a obrigatoriedade da adoção e do ensino do Grande Russo como língua oficial não estaria de acordo com os ideais revolucionários; pelo contrário, ao invés de buscar emancipar o povo, tal ideal objetivaria mantê-lo alinhado de forma homogênea aos princípios das classes dominantes. Lenin prossegue na sua reflexão conforme o excerto a seguir:

What does a compulsory official language mean? In practice, it means that the language of the Great Russians, who are a *minority* of the population of Russia, is imposed upon all the rest of the population of Russia. In every school the teaching of the official language must be *obligatory*. All official correspondence must be conducted in the official language, not in the language of the local population.²⁰² (LENIN, 1914)

Este excerto mostra-nos que Lenin reconhecia a grande diversidade identitária e cultural existente na Rússia e que considerava o ensino obrigatório da língua russa uma imposição, que não respeitaria a língua das populações locais. Neste mesmo discurso, ele ainda desenvolve mais esta crítica:

²⁰⁰ Em nossa leitura, Lenin refere-se aos seguidores do político ultra-nacionalista Vladimir Purishkevich.

²⁰¹ Tradução sob responsabilidade da autora: “Com que fundamento os partidos que defendem uma língua oficial obrigatória justificam sua necessidade? Os “argumentos” dos *Black Hundreds* são limitados, é claro. Eles dizem: Todos os não-russos devem ser governados com uma barra de ferro para evitar que eles “saiam do controle”. A Rússia deve ser indivisível, e todos os povos devem se submeter ao domínio da Grande Rússia, pois foram os grandes russos que construíram e uniram a terra da Rússia. Portanto, a língua da classe dominante deve ser a língua oficial obrigatória. Os Purishkeviches não se importariam de proibir completamente as “línguas locais”; embora sejam falados por cerca de 60 por cento da população total da Rússia.”

²⁰² Tradução sob responsabilidade da autora: “O que significa uma língua oficial compulsória? Na prática, isso significa que a língua dos grandes russos, que são uma *minority* da população da Rússia, é imposta a todo o resto da população da Rússia. Em todas as escolas o ensino da língua oficial deve ser *obrigatório*. Toda a correspondência oficial deve ser conduzida no idioma oficial, não no idioma da população local.”

Hundreds of thousands of people are moving from one end of Russia to another; the different national populations are intermingling; exclusiveness and national conservatism must disappear. People whose conditions of life and work make it necessary for them to know the Russian language will learn it without being forced to do so. But coercion (the cudgel) will have only one result: it will hinder the great and mighty Russian language from spreading to other national groups, and, most important of all, it will sharpen antagonism, cause friction in a million new forms, increase resentment, mutual misunderstanding, and so on.²⁰³ (LENIN, n. p., 1914)

Essa argumentação de Lenin revela o quanto ele percebia as relações entre línguas e processos de identificação dos sujeitos com as suas línguas maternas, como um aspecto identitário de todo o povo. Nessa concepção, a multiplicidade linguística deve ser a realidade de uma nação. O privilégio de uma língua sobre outra pode resultar em ressentimentos e antagonismos. A língua não é somente um instrumento simbólico, mas um instrumento de pertencimento do sujeito a culturas e identidades heterogêneas que se cruzam numa mesma nação. Ela está presente na história e no cotidiano de uma população, que não pode ser forçada a abrir mão deste aspecto identitário, sob pena de geração de antagonismos e batimentos de várias ordens.

A questão nacional também está representada nas alianças que o proletariado buscou fazer para conferir força aos ideais revolucionários e para colocá-los na ordem do dia dos trabalhadores. E, nesse ínterim, a questão linguística era uma prioridade a ser pensada na medida em que o reconhecimento de uma população como parte integrante da revolução dependia do seu senso identitário e cultural. Assim, um conceito importante a ser levado em consideração para a compreensão das alianças e das diferentes forças que compunham o movimento revolucionário é o *smychka*. Para elucidar brevemente as dimensões deste conceito, trazemos uma parte do panorama histórico situado por Craig Brandist.

Brandist, em sua obra *The dimensions of hegemony: Language, culture and politics in Revolutionary Russia* (2015), reflete sobre como os representantes do partido reconheciam a importância de manter o proletariado russo como o referencial

²⁰³ Tradução sob responsabilidade da autora: “Centenas de milhares de pessoas estão se mudando de um extremo da Rússia para outro; as diferentes populações nacionais estão se misturando; exclusividade e conservadorismo nacional devem desaparecer. As pessoas cujas condições de vida e de trabalho exigem que conheçam a língua russa irão aprendê-la sem serem obrigadas a fazê-lo. Mas a coerção (o porrete) terá apenas um resultado: impedirá que a grande e poderosa língua russa se espalhe para outros grupos nacionais e, o mais importante de tudo, aumentará o antagonismo, causará atritos em um milhão de novas formas, aumentará o ressentimento, mal-entendidos mútuos, e assim por diante.”

hegemônico para toda a “União das Repúblicas Soviéticas”. Leiamos o seguinte excerto:

The Russian proletariat had to try to achieve and maintain leadership over a wide variety of ethnic groups and cultures, many of whom had none of the features fundamental to a nation state, such as a specifically national sense of identity, culture or even a standard form of language.²⁰⁴ (BRANDIST, 2015, p. 102)

O autor situa-nos no período que antecede a revolução para podermos compreender que a liderança da classe trabalhadora era uma questão que dialogava diretamente com a necessidade da união entre o proletariado, o campesinato e as nacionalidades minoritárias que se encontravam em posição de opressão pelo regime imperial. A união entre esses três conjuntos populacionais era denominada *smychka*, e era uma questão largamente discutida, que estava no cerne das resoluções sobre a questão nacional, conforme lemos a seguir:

The Russian proletariat could only pursue its interests beyond the bourgeois-democratic stage in alliance with the numerically preponderant peasantry and the oppressed nationalities of the Empire. Political hegemony now meant that the Bolsheviks, as the political leadership of the proletariat, would need to play a leading role in a revolutionary government that involved representatives of the poor peasantry (the Left Socialist Revolutionaries, SRs). This governmental arrangement would be the expression of a more fundamental class alliance, what was to be called the *smychka*.²⁰⁵ (BRANDIST, 2015, p. 50)

Conforme nos mostra Brandist (2015), as dimensões que a questão nacional tomava estavam no cerne de uma aliança, constituída pela união entre as massas trabalhadoras, denominada *smychka*. Esse conceito demonstra que havia uma consciência de que os interesses socialistas deveriam ser a luta de muitos povos oprimidos, unidos enquanto classe trabalhadora. Desse modo, a luta revolucionária tomava uma dimensão de representatividade múltipla. A partir dela, a questão

²⁰⁴ Tradução sob responsabilidade da autora: “O proletariado russo teve que tentar alcançar e manter a liderança em uma ampla variedade de grupos étnicos e culturas, muitos dos quais não tinham nenhuma das características fundamentais para um Estado-nação, como um senso especificamente nacional de identidade, cultura ou mesmo uma forma padrão de língua.”

²⁰⁵ Tradução sob responsabilidade da autora: “O proletariado russo só poderia perseguir seus interesses além do estágio democrático-burguês em aliança com o campesinato numericamente preponderante e as nacionalidades oprimidas do Império. A hegemonia política agora significava que os bolcheviques, como a direção política do proletariado, precisariam desempenhar um papel de liderança em um governo revolucionário que envolvia representantes do campesinato pobre (os Revolucionários Socialistas de Esquerda). Este arranjo governamental seria a expressão de uma aliança de classes mais fundamental, o que seria chamado de *smychka*.”

nacional se configurava como uma preocupação com a valorização da multiplicidade étnica e cultural.

Um constituinte muito importante para o desenvolvimento da obra de Volochinov são os muitos institutos de pesquisa voltados ao desenvolvimento de temas relacionados à língua, à cultura e à literatura organizados na Rússia nas primeiras décadas do século XX. Um deles foi o ILIaZV²⁰⁶ (Instituto de Pesquisa Científica em História Comparada da Literatura e das Línguas do Oeste e do Leste) (BRANDIST, 2015), com eventuais mudanças de nome ao longo da década de 1930, vindo a se tornar a Faculdade de Filologia do Estado de Leningrado. Segundo Brandist (2015), Volochinov desenvolveu estudos no interior deste instituto, incluindo projetos coletivos sobre a sociologia da poesia.

Além deste, o IZhS (Instituto da Palavra Viva) merece destaque como condições de produção da obra de Volochinov. Em 1918, com seções de oratória, linguagem verbal, teatro e pedagogia, o instituto foi inaugurado com discursos que relacionavam tais interesses de pesquisa ao processo democrático em andamento à época (BRANDIST, 2015). Consideramos que a *língua viva* (*живое слово*) é um tema basilar no pensamento filosófico-linguístico que se situou no contexto das demandas revolucionárias após a revolução de 1917.

Em uma seção deste capítulo, desenvolveremos reflexões e investigações acerca do conceito de língua viva na obra de Volochinov (2018), também considerando que este conceito perpassava o pensamento filosófico-linguístico no interior dos institutos de pesquisa sobre temas relacionados à língua e à cultura, como é o caso do IZhS. Para esta investigação, é necessário manter sob perspectiva o contexto histórico russo revolucionário nas primeiras décadas do século XX, com vistas também às relações entre a palavra escrita, a organização revolucionária e o *smychka*.

²⁰⁶ Na medida em que nos baseamos na pesquisa de Craig Brandist (2015) para tratar sobre a organização deste e de outros institutos na Rússia Soviética, desenvolvidos a partir de temas relacionados aos estudos da língua e da literatura, optamos por manter a sigla de cada um conforme a leitura de Brandist.

4. 2 A CRÍTICA DE VOLOCHINOV A DUAS TENDÊNCIAS DO PENSAMENTO FILOSÓFICO-LINGUÍSTICO

A partir do olhar sobre as condições de produção da obra de Volochinov, na seção anterior, podemos considerar que as temáticas levantadas em sua obra se engendram de acordo com as necessidades de um método sociológico de tratamento das questões linguísticas. É preciso reconhecer que tais necessidades estão vinculadas à história, que, para a investigação da presente Tese, se divide de duas formas. A conjuntura do período pós revolução na Rússia, juntamente com suas muitas demandas, como a alfabetização e as práticas de reconhecimento e valorização da variedade cultural e linguística, e também a história do próprio pensamento filosófico-linguístico no leste europeu e os seus diálogos com a filosofia do oeste europeu.

Ao longo dos três primeiros capítulos de *Marxismo e Filosofia da Linguagem* (2018)²⁰⁷, Volochinov levanta questionamentos sobre as limitações de uma visão psicologista sobre a língua, que privilegiaria o psíquico como centro organizador da expressão. Ao nosso ver, a discussão em torno da questão da subjetividade, estando nela implicada a noção de individualidade, é o ponto de partida para Volochinov conceber a sua crítica a duas tendências do pensamento filosófico-linguístico, as quais denomina objetivismo abstrato e subjetivismo idealista.

Volochinov (2018) observa que o conceito de individualidade costuma ser pensado de forma equivocada, no interior de uma visão psicologista, em uma dicotomia que opõe *individual* e *social*. Leiamos de que forma ele expõe esse problema:

O que mais dificulta o nosso problema de delimitação entre o psiquismo e a ideologia é o conceito de “individual”. O “social” é normalmente correlacionado com o individual. Disso decorre que o psiquismo é individual e a ideologia, social. Esse tipo de compreensão é totalmente errôneo. [...] O indivíduo como proprietário dos conteúdos da sua consciência, como autor das suas ideias, como uma personalidade responsável por suas ideias e desejos, é um fenômeno puramente socioideológico. Portanto, o conteúdo do psiquismo “individual” é tão social por sua natureza quanto a ideologia, e o próprio grau da consciência da sua individualidade e dos seus direitos interiores é ideológico, histórico e está inteiramente condicionado pelos fatores sociológicos. (VOLOCHINOV, 2018, p. 129)

²⁰⁷ Estamos trabalhando com a segunda edição, de 2018, traduzida por Sheila Grillo e Ekaterina Vólkova Américo, cuja primeira edição data de 2017. Essa tradução é realizada a partir do original russo e está acompanhada de um ensaio com fontes bibliográficas coletadas diretamente na Biblioteca Estatal Russa em Moscou, conhecida como “Biblioteca Lenin”.

A partir dessa exposição, Volochinov questiona criticamente uma suposta relação de oposição entre o que é psíquico e o que é ideológico. Isso nos possibilita a leitura de que não há nada no *indivíduo* que não seja ideológico, na medida em que o psíquico se constitui socialmente. Em outras palavras, a consciência se constituiria a partir de uma realidade histórica e ideológica, e, portanto, não é possível admitir que o conceito de *indivíduo* seja oposto ao que é de ordem social.

Além disso, nessa passagem, Volochinov faz oposição à ideia de que o indivíduo, a partir de seu funcionamento psíquico, possa produzir deliberadamente a sua consciência. Se a consciência se produz ideologicamente, a partir de fatores sociais e históricos, então, segundo a ótica de Volochinov, a fonte da consciência individual está na história, em uma relação de representação da realidade social.

Sob essa ótica, a consciência individual toma dimensões de produção histórica; através da coletividade, ela se produz. O conceito de individualidade, em nossa leitura, toma o caráter de uma força social. Mesmo se pensarmos no “indivíduo” em um corpo físico, sabemos que ele constitui uma força de transformação cujo centro não está no seu interior, mas no seu entorno social e, por conseguinte, histórico e ideológico.

A partir disso, o autor dá mais um passo em sua reflexão colocando em perspectiva o signo ideológico como uma criação que se engendra socialmente. Ele reflete o seguinte:

Cada produto ideológico carrega consigo a marca da individualidade do seu criador ou de seus criadores, mas essa marca é tão social quanto todas as demais particularidades e características dos fenômenos ideológicos. (VOLOCHINOV, 2018, p. 129 e 130)

Esta reflexão de Volochinov se opõe a um pensamento logicista formal sobre a individualidade, na medida em que compreende que não há uma oposição entre o indivíduo e a sociedade, como se fossem dois universos isolados. A compreensão da subjetividade, aqui, se dá no nível da constituição ideológica, em que o indivíduo é motor da construção social e histórica. Ele, o indivíduo, existe no seio de uma realidade coletiva, de forças sociais que intervêm na história e, por isso mesmo, é constituído por essa realidade histórica.

Tal perspectiva é frutífera para compreender as diferentes formas pelas quais as tendências do pensamento filosófico-linguístico desenvolvem seu conceito de

língua ao longo da história. Uma teoria da subjetividade que compreenda as formas de produção da consciência pelo viés histórico é capaz de suscitar investigações acerca da transformação da língua e do sentido das palavras no uso cotidiano.

A partir dessas reflexões sobre o conceito de indivíduo em relação ao que é de ordem social, Volochinov (2018) se encaminha para a sua crítica às duas tendências do pensamento filosófico-linguístico as quais denomina a primeira tendência de subjetivismo individualista e a segunda de objetivismo abstrato.

O primeiro capítulo da segunda parte de *Marxismo e filosofia da linguagem* (2018) inicia-se com a pergunta sobre o que seria de fato o tema de investigação da filosofia da linguagem e qual é a sua existência material. Volochinov (2018) considera que há uma ênfase desproporcional sobre os estudos fonéticos, e que estes são, muitas vezes, conduzidos sem uma relação com a essência ideológica da língua. Essa consideração já expressa um princípio do pensamento do autor sobre a língua, pois deixa entrever que não são os aspectos formais que irão responder sobre o objeto de estudo da Filosofia da linguagem de base materialista.

A partir de suas indagações, Volochinov (2018) investiga no interior das duas diferentes tendências do pensamento filosófico-linguístico as formas pelas quais o tratamento das questões relacionadas à língua repercute na delimitação dos objetos de estudo da Linguística. Conforme observaremos ao longo desta seção, a reflexão de Volochinov acerca da individualidade faz parte de suas considerações críticas acerca das duas tendências, na medida em que cada uma, ao seu modo, trata a subjetividade na língua de formas por ele questionadas.

Na leitura de Volochinov (2018), enquanto o subjetivismo individualista se apoia em uma compreensão individual da criação linguística, o objetivismo abstrato estrutura sua teoria sobre a ideia da língua enquanto sistema. Tal sistema, sob a ótica do objetivismo abstrato, independe de qualquer motivação ou criação subjetiva. Diante dessa perspectiva, podemos afirmar que as questões relacionadas à subjetividade na língua estão no cerne da crítica de Volochinov às duas tendências do pensamento filosófico-linguístico.

4.2.1 A crítica ao subjetivismo individualista

Primeiramente, chamamos atenção para o questionamento de Volochinov acerca de sua própria denominação para a primeira tendência, o subjetivismo individualista. No primeiro capítulo da segunda parte de *Marxismo e Filosofia da Linguagem* (2018, p. 144), o autor chama a atenção, em nota de rodapé, para as limitações do termo utilizado para designar essa primeira orientação do pensamento filosófico-linguístico. Para ele, tal designação é particularmente inadequada, pois não recobre a complexidade de tal pensamento. Essa observação destaca que o adjetivo “individualista” não dá conta de abarcar uma grande parte dos princípios que constituem uma teoria da subjetividade pressuposta por essa tendência. Ao longo da nossa leitura e reflexão, iremos voltar a refletir sobre as repercussões dessa designação para a compreensão dos princípios essenciais que regem o subjetivismo individualista.

Já no início de sua exposição crítica ainda no primeiro capítulo da segunda parte de *Marxismo e Filosofia da Linguagem* (2018), Volochinov vincula o subjetivismo individualista à ideia de criação linguística individual. Assim, ele estabelece quatro princípios fundamentais que regem esta corrente do pensamento.

O principal ponto de vista da primeira tendência consiste, portanto, nos quatro postulados a seguir:

1. *A língua é atividade, um processo ininterrupto de criação (ενέργεια), realizado por meio de atos discursivos individuais;*
2. *As leis da criação linguística são, em sua essência, leis individuais e psicológicas;*
3. *A criação da língua é uma criação consciente, análoga à criação artística;*
4. *A língua como um produto pronto (έργον), como um sistema linguístico estável (dotado de vocabulário, gramática, fonética), representa uma espécie de sedimentação imóvel, de lava petrificada da criação linguística, construída de modo abstrato pela linguística com o objetivo prático de ensinar a língua como um instrumento pronto. (VOLOCHINOV, 2018, p. 148 e 149, grifos do autor)*

Reconhecemos que alguns princípios se sobressaem na definição do subjetivismo individualista conforme a visão de Volochinov. Entre eles, a criatividade linguística e o uso individual da língua. Além disso, a ideia de língua como *atividade* destaca o caráter de transformação da língua.

A noção aristotélica de *energeia* vincula a língua à ideia de atividade, de processo, em oposição ao *ergon*, destacando o aspecto de transformação da língua,

em detrimento da ideia de produto pronto. Isto implica pensar que há uma atividade criativa que transforma a língua ao longo de um processo constante. Sob a perspectiva de Volochinov (2018), essa atividade, na ótica do subjetivismo individualista, seria realizada pelos indivíduos que falam uma língua.

A ideia de língua enquanto *energeia*, em seu caráter de atividade dinâmica, chama a atenção para a contradição que o autor coloca em evidência entre os itens 1 e 4. Observamos que o item 4 da citação acima não traz um princípio do subjetivismo individualista; pelo contrário, ele apresenta o que não é a língua para o subjetivismo individualista e contém uma crítica à ideia de língua como uma construção abstrata destinada ao ensino escolar e também como um instrumento pronto e fabricado.

Quando Volochinov afirma que o subjetivismo individualista considera “A língua como um produto pronto (έργον), como um sistema linguístico estável [...], representa uma espécie de sedimentação imóvel, de lava petrificada da criação linguística [...]” (VOLOCHINOV, 2018, p. 148 e 149), ele está observando que essa tendência não converge para as ideias de língua enquanto sistema pronto, acabado e imutável.

Isso significa que, na visão de Volochinov, o subjetivismo individualista tem um caráter crítico a outros princípios de definição da língua, como este que se volta para a língua como produto acabado, sem chamar a atenção para a sua natureza de transformação. Assim, podemos observar também que a descrição de língua no item 4 se aproxima aos princípios da segunda tendência caracterizada por Volochinov (2018), o objetivismo abstrato, sobre o qual trataremos na seção seguinte a esta²⁰⁸.

A conclusão importante a que essa reflexão nos leva é que o funcionamento da língua, sob a ótica do subjetivismo individualista, depende dos indivíduos que a falam, e não de um aparato linguístico pré-concebido. É por isso que, se tomarmos essa ótica como parte dos princípios do subjetivismo individualista, é possível dizer que essa tendência consistiria, de fato, em uma teoria da subjetividade ancorada em atos de criatividade individual através da língua. No entanto, é preciso delinear qual é o caráter

²⁰⁸ Trataremos da segunda tendência na seção seguinte a esta. Todavia, já é possível adiantar que Volochinov (2018) apresenta o centro organizador do objetivismo abstrato como sendo um suposto sistema da língua, princípio central dessa corrente do pensamento filosófico-linguístico. Verificamos esse delineamento de Volochinov na seguinte passagem do primeiro capítulo da segunda parte de *Marxismo e Filosofia da Linguagem* (2018, p. 155, grifos do autor): “O centro organizador de todos os fenômenos linguísticos, que os transforma em um objeto específico da ciência da língua, é transferido pela segunda tendência para um elemento bem diferente: o sistema linguístico, compreendido como sistema de formas linguísticas fonéticas, gramaticais e lexicais.”

da subjetividade que conduz essa orientação, o que nos propomos a fazer gradativamente na presente seção.

Segundo Volochinov (2018), Humboldt foi um precursor das ideias que regem o subjetivismo individualista em toda a sua complexidade, e os quatro princípios acima estabelecidos não abrangem a totalidade do seu pensamento. Leiamos:

O pensamento de Humboldt em sua totalidade não cabe, é claro, nos limites dos quatro postulados destacados por nós; ele é mais amplo, complexo e contraditório, e é por isso que Humboldt se tornou mentor de orientações bastante díspares. No entanto, o núcleo principal das ideias humboldtianas é a expressão mais forte e profunda dos rumos fundamentais da primeira tendência abordada por nós. (VOLOCHINOV, 2018, p. 149)

Em nossa ótica, Humboldt é apresentado por Volochinov não como um representante exclusivo desta orientação do pensamento filosófico-linguístico, mas como um precursor das ideias que regem tal tendência. Assim, a partir de suas concepções, outros pesquisadores desenvolveram seus estudos no interior da corrente teórica que Volochinov denomina subjetivismo individualista.

Volochinov (2018) considera que Karl Vossler, o autor sobre o qual desenvolvemos o primeiro capítulo desta Tese, é um dos grandes representantes dessa orientação. Segundo ele, um dos grandes méritos da escola de Vossler consiste em desvincular o tratamento da subjetividade das bases do positivismo e, assim, essa tendência ganha uma considerável amplitude no interior do seu pensamento. Leiamos como ele introduz essa questão:

No presente momento, a primeira tendência da filosofia da linguagem, tendo se livrado das amarras do positivismo, alcançou novamente, na escola de Vossler, um enorme florescimento e grande amplitude na compreensão dos seus objetivos. A escola de Vossler (a assim chamada “idealistische Neuphilologie”) é indiscutivelmente uma das mais poderosas tendências do pensamento filosófico-linguístico atual. [...] A exposição dos quatro postulados da primeira tendência é suficiente para caracterizar a concepção filosófico-linguística geral de Vossler e sua escola. Acima de tudo, a escola de Vossler é definida por uma decisiva e intransigente *recusa do positivismo linguístico* que não enxerga nada além da forma linguística (fonética, em sua maioria, por ser mais “positiva” e do ato psicofisiológico de sua produção). (VOLOCHINOV, 2018, p. 152, grifos do autor)

Nessa passagem, Volochinov introduz ideias importantes atribuídas ao pensamento de Vossler. Para Volochinov, o anti-positivismo de Vossler é um condutor central do seu pensamento filosófico-linguístico. Depreendemos dessa exposição de Volochinov que o positivismo linguístico levaria a um tratamento da língua com a perspectiva principal em torno de seus aspectos formais. O subjetivismo individualista,

tendo feito oposição à tendência positivista na língua, situaria o centro de sua teoria no subjetivismo representado pela atividade do indivíduo na língua.

Sobre isso, é importante destacar novamente a primeira obra de Vossler, *Positivismo e Idealismo en La Ciencia del Lenguaje* - una investigación lingüístico-filosófica, que teve a sua primeira edição impressa no original em alemão em 1904, segundo estudo de Martí Marco contido na edição em espanhol de 2015, com a qual trabalhamos ao longo desta Tese.

A crítica de Vossler ao positivismo, nesta obra (2015), parte da observação de que a Fonética, a Sintaxe e a Semântica são insuficientes para explicar a transformação da língua, bem como o seu uso cotidiano e a expressão poética. Para ele, a divisão da língua nesses segmentos compromete a sua investigação sob o prisma da Estilística na medida em que os meios de expressão comuns e frequentes do cotidiano são agrupados pela Sintaxe como se fossem *regras*, quando, na verdade, devem estar sob um olhar que destaque as relações entre o uso da língua e as necessidades de uma comunidade linguística. Leiamos como ele expõe tais questões:

Los medios de expresión estilística repetidos con frecuencia y por muchos individuos aparecen en la Sintaxis positivista como reglas. En cambio el idealista no puede contentarse con cifras estadísticas de periodicidad o regularidad. Quiere descubrir por qué causa esta expresión se emplea con gran frecuencia y por qué aquella otra se emplea excepcionalmente. Y la razón es que una ha correspondido mejor que la otra a las necesidades espirituales y tendencias de la mayoría de los individuos. La norma sintáctica tiene su fundamento en la idiosincrasia espiritual dominante de un pueblo.²⁰⁹ (VOLSSER, 2015, p. 16)

O que compreendemos é que a mudança linguística e o uso mais expressivo de algumas formas e estruturas em detrimento de outras que caem em desuso não podem ser explicados, para Vossler, por regras estabelecidas a partir de uma análise formal da língua. A explicação para a continuidade ou não de certas formas linguísticas e da transformação da língua reside no uso individual e, em última instância, coletivo, dada a leitura que já fizemos sobre o alcance social do termo

²⁰⁹ Tradução sob responsabilidade da autora: “Meios de expressão estilística repetidos com frequência e por muitos indivíduos aparecem na Sintaxe Positivista como regras. Por outro lado, o idealista não pode se contentar com números estatísticos de periodicidade ou regularidade. Ele quer descobrir por que essa expressão é empregada com grande frequência e por que aquela outra é empregada excepcionalmente. E a razão é que uma correspondeu melhor que a outra às necessidades e tendências espirituais da maioria dos indivíduos. A norma sintática tem seu fundamento na idiosincrasia espiritual dominante de um povo.”

“indivíduo” para Vossler. Esse *uso coletivo* é conduzido pelas necessidades sociais e cotidianas de uma comunidade. Portanto, as regras que visam a explicar transformações dos elementos formais do léxico e da estrutura de uma língua não permitem compreender de fato tais transformações.

Vossler diz, ainda: “La Sintaxis describe el uso del lenguaje como convención, es decir, como regla. La Estilística estudia el uso del lenguaje como creación individual.” (VOSSLER, 2015, p. 16) Observamos que, na visão de Vossler, a ideia de *convenção* perde o sentido. Ela acaba por se tornar um conceito vazio, já que não pode ser a causa das transformações. Nesse sentido, a convenção é o senso comum, se assemelha ao “costume”. Se perguntarmos a um indivíduo por que ele mantém determinado hábito comum em sua comunidade, talvez ele possa responder: “É o costume.” Essa resposta surge sem o conhecimento da história das necessidades que levaram com que a comunidade desenvolvesse o hábito em questão. Assim acontece com a ideia de convenção. Ela sugere simplesmente que o que é convencional não é histórico; a convenção seria o próprio início. Vossler nos mostra, então, que a transformação da língua não é uma convenção, na medida em que ela é histórica e acontece de acordo com a realidade das necessidades cotidianas de um povo.

Vossler (2015) continua sua crítica à Linguística positivista explicando como a análise formal, tal como a analogia, elabora uma relação causal mecanicista para explicar a mudança linguística. Sobre isso, ele escreve o seguinte:

En realidad, la analogia fónica no es la causa, sino la condición o el motivo para el cambio de género. [...] La opinión de que determinados sufijos tienen determinadas funciones es poco científica. Otro nuevo error de la escuela positivista.²¹⁰ (VOSSLER, 2015, p. 24)

Conforme explicitado, a analogia, para Vossler, é uma condição para a transformação da língua, e não a causa. Ela é um mecanismo do qual uma comunidade linguística faz uso de acordo com suas necessidades. A causa da transformação reside na perspectiva de tais necessidades, e não no mecanismo analógico.

²¹⁰ Tradução sob responsabilidade da autora: “Na verdade, a analogia fonética não é a causa, mas a condição ou a razão da mudança de gênero. [...] A opinião de que determinados sufixos têm determinadas funções não é científica. Outro novo erro da escola positivista.”

Retomamos agora a obra de Volochinov, *Marxismo e filosofia da linguagem* (2018). Após uma exposição inicial sobre os princípios gerais que regem a tendência do subjetivismo individualista, Volochinov encaminha, no capítulo três da segunda parte de sua obra (2018), sua crítica a essa primeira orientação do pensamento filosófico-linguístico.

O autor inicia os seus questionamentos nesse capítulo apresentando o que ele entende por expressão em termos de definições propostas pelo subjetivismo individualista. Leiamos como ele faz esta definição:

A sua definição mais simples e grosseira é a seguinte: algo que se formou e se definiu de algum modo no psiquismo do indivíduo e é objetivado para fora, para os outros com a ajuda de alguns signos externos. (VOLOCHINOV, 2018, p. 202)

O que lemos nessa definição é o seguinte: a expressão começa no interior individual, é um movimento iniciado pela esfera psíquica. A sua materialização objetiva ocorre no momento em que há a sua manifestação para o exterior físico através de um material linguístico. Assim, observamos dois lados da expressão: o momento em que ela é interior, sendo processada pelo psiquismo individual, e o momento em que ela se materializa na realidade exterior. Essa é a leitura de Volochinov sobre como se define a expressão para o subjetivismo individualista. Continuando sua reflexão, o autor considera que, para o subjetivismo individualista, o dualismo entre interior e exterior favorece a expressão interior em detrimento do exterior, conforme lemos a seguir:

A teoria da expressão pressupõe invariavelmente um certo dualismo entre o interior e o exterior e uma certa primazia do interior, pois todo o ato de objetivação (expressão) ocorre de dentro para fora. [...] Tudo o que é essencial se encontra no interior e o exterior pode se tornar essencial apenas ao se converter em um recipiente do interior, isto é, a expressão do espírito. (VOLOCHINOV, 2018, p. 203)

Na visão de Volochinov, a teoria da expressão sob a ótica do subjetivismo individualista se movimenta sobre as bases de uma dicotomia que consiste em opor o interior psíquico e o exterior. Esse exterior não pode ser outro senão a realidade física e objetiva do próprio indivíduo. Sob essa perspectiva, a expressão tem sua forma mais importante no interior, pois é a partir dele que ela se engendra e se materializa. A expressão que acontece na realidade objetiva, exterior ao indivíduo, origina-se em um centro psíquico individual.

É preciso pensar que as ideias de interior e exterior do indivíduo são, por si só, metafóricas, pois elas pressupõem uma noção espacial de “dentro” e “fora”. Um espaço “dentro” ou “interno”, por exemplo, implica que há a possibilidade objetiva de posicionar algo neste interior, ou de realizar o movimento de retirar do interior e trazer para o seu exterior.

Apresentada do modo como faz Volochinov (2018), a teoria da expressão do subjetivismo individualista funcionaria apenas virtualmente, ou seja, no movimento de dentro do pensamento e do aparelho fonador do indivíduo para o ambiente externo a ele, no caso da expressão oral. No entanto, é preciso considerar que essa metáfora de interior / exterior ou dentro / fora só seria concebível sob uma perspectiva que considerasse o indivíduo como um ser autossuficiente, dotado de “conteúdos” em seu interior que possam ser exteriorizados na forma de expressão verbal.

Contudo, a metáfora interior / exterior contribui para entendermos que, na visão de Volochinov sobre o subjetivismo individualista, o centro da expressão e da criação linguística reside na atividade psíquica do indivíduo. Esse é um dos fatores que justifica a denominação do autor para essa primeira tendência do pensamento filosófico-linguístico.

Volochinov (2018) inicia sua crítica tratando da dualidade que, em sua visão, define o subjetivismo individualista no que tange à teoria da expressão. Ele diz o seguinte:

A teoria da expressão que se encontra na base da primeira tendência do pensamento filosófico-linguístico é incorreta em sua essência. A vivência expressa e a sua objetivação exterior são criadas, como sabemos, a partir do mesmo material. Com efeito, não há vivência fora da encarnação sónica. Portanto, desde o início, não pode haver nenhuma diferença qualitativa entre o interior e o exterior. Mais do que isso, o centro organizador e formador não se encontra dentro (isto é, no material dos signos interiores), e sim no exterior. Não é a vivência que organiza a expressão, mas, ao contrário, a expressão organiza a vivência, dando-lhe sua primeira forma e definindo sua direção. (VOLOCHINOV, 2018, p. 204)

Podemos fazer a leitura, nesse excerto, de que Volochinov visa a desconstruir a oposição interior / exterior quando afirma que não há vivência fora do signo ideológico, pois ele é o material da expressão. Assim, o elemento sónico é o ponto de partida para a compreensão do que seja a expressão.

Dito isso, deparamo-nos com uma construção filosófica complexa levantada por Volochinov ainda nesse excerto. Em primeiro lugar, ele rejeita a suposta tese do subjetivismo individualista dizendo que o centro organizador da expressão não reside

no interior psíquico, e sim no entorno exterior ao indivíduo, que, em nossa leitura, se define pela realidade social e histórica em que um indivíduo se situa. Mas ele diz, ao mesmo tempo, que a própria expressão organiza a vivência enquanto modos de formulação dessa vivência. Verificamos, nesse pensamento, que o signo, em seu caráter material, intervém e transforma a realidade. A expressão, tendo o signo ideológico como sua substância fundamental, aponta-o como um substrato indispensável tanto à realidade imediata quanto ao funcionamento psíquico do indivíduo.

Nesse momento de sua reflexão, verificamos que Volochinov trata os questionamentos sobre o movimento interior e exterior da língua como uma questão dialética, ao contrário da tendência subjetivista individualista, pois, em sua visão, não há como refletir sobre tais movimentos como dois pólos opostos entre si, mas sim como uma relação em que o interior psíquico existe constitutivamente a partir do exterior sócio-histórico do indivíduo.

Ao prosseguir em sua reflexão, compreendemos que o autor coloca em foco a questão da propriedade da palavra, para verificar que o significado da expressão é determinado por elementos do contexto social e histórico. Assim, os lados do interior e do exterior não detêm o caráter de organizador da expressão, pois o signo se constitui na vida social, ao mesmo tempo que a organiza. Leiamos o seguinte:

No entanto, se tomarmos não o ato fisiológico da realização do som, mas a realização da palavra como um signo, a questão da propriedade se tornará extremamente complicada. Isso sem mencionar o fato de que a palavra como signo é tomada de empréstimo pelo falante da reserva social de signos disponíveis; a própria constituição individual desse signo social em um enunciado concreto é determinada integralmente pelas relações sociais. Justamente aquela individualização estilística do enunciado abordada pelos vosslerianos é o reflexo das inter-relações sociais e é em seu ambiente que se constitui o enunciado em questão. *A situação social mais próxima e o meio social mais amplo determinam completamente e, por assim dizer, de dentro, a estrutura do enunciado.* (VOLOCHINOV, 2018, p. 206, grifos do autor)

Essa reflexão implica considerar alguns pontos. A língua, para Volochinov, não é um acontecimento individual ou dependente da vontade e da escolha do indivíduo. As relações sociais determinam o funcionamento dos signos nos enunciados concretos. Assim, o indivíduo faz uso da língua conforme a situação social determina, a partir de uma demanda social. A partir da crítica de Volochinov, podemos refletir que, se o indivíduo não escolhe o que diz, ele não detém originalidade ou

exclusividade sobre suas ideias e pensamentos. Desse modo, os sentidos também são determinados por variantes externas, e funcionam em relação ao meio social.

Aqui reside uma das maiores contribuições de Volochinov à Linguística e à Filosofia da Linguagem: a ideia de que o enunciado se constitui a partir das relações que o sujeito mantém com o seu meio social, e, por conseguinte, histórico. Assim, os sentidos repercutem e se transformam no movimento da história e das relações sociais que a constituem.

A partir dessa exposição da crítica de Volochinov (2018) ao subjetivismo individualista, compreendemos que seus principais questionamentos a essa tendência se estabelecem sobre a ideia de que, segundo ele, há dois aspectos que regem a expressão linguística para o subjetivismo individualista: o interior psíquico do indivíduo e a realidade objetiva exterior a ele, e, desses dois aspectos, o “lado” fundador e organizador da expressão seria o interior.

Cabe-nos, agora, trazer partes da teoria de Karl Vossler, como um dos grandes representantes do subjetivismo individualista conforme Volochinov, a fim de refletir sobre como podemos estabelecer um diálogo entre os princípios teóricos e filosóficos do pensamento de Vossler e a leitura crítica de Volochinov.

A obra de Vossler *Spirit of Language in Civilization* (1951)²¹¹ disserta sobre temas que interessam à nossa leitura da crítica de Volochinov (2018) ao subjetivismo individualista. Logo no primeiro capítulo de sua obra (1951), Vossler questiona a noção de “indivíduo”. Segundo ele, a noção de indivíduo é empregada nas pesquisas da área da psicologia, que considera, em primeiro lugar, o ato psicofísico da fala. Sob essa perspectiva psicologista, quando se fala em indivíduo, não se pressupõe o diálogo, os interesses, os anseios, os grupos sociais. Nesse ínterim, Vossler (1951) argumenta que a noção de “pessoa” - *person*, na tradução em inglês - abarca um complexo múltiplo de expressão subjetiva que não está pressuposto na noção de “indivíduo” desenvolvida no campo da psicologia. Para iniciar essa reflexão, o autor realiza os seguintes questionamentos:

If people were merely individuals and not at the same time persons, we should not be able to understand how they could achieve conversation, which consists of imparting, that is, spiritual division and reunion. Those exponents

²¹¹ Debruçamo-nos sobre a leitura dessa obra ainda no capítulo 1 desta tese, trabalhando principalmente com as concepções de língua nacional e de comunidade linguística. A primeira edição em alemão data de 1925 e, em inglês, de 1932.

of the psychology of language who employ the concept of individual are therefore silent about the origin of the ability to speak possessed by their experimental rabbits; [...] In the last resort, therefore, when we look at things from the standpoint of philosophy, the real vehicle and creator of conversation is in every case a single person, who can divide into several and finally into any number of characters or sub-persons.²¹² (VOSSLER, 1951, p. 12)

O que lemos na reflexão de Vossler é a noção de que a língua deve ser investigada em sua existência concreta, ou seja, na conversação, e ela só pode existir a partir da atividade das “pessoas”. Em nossa leitura, o termo “pessoa” proposto por Vossler não é empírico no sentido de uma pessoa individualmente, mas de uma pessoa em relação às outras e à sua comunidade. Ele trata de um certo desdobramento coletivo da noção de “pessoa”, o que compreendemos como a atividade da expressão verbal em diversos segmentos da vida social.

Ademais, essa reflexão de Vossler atesta que os princípios de sua teoria pressupõem que: 1. A língua não tem uma existência abstrata. 2. A língua existe na atividade subjetiva. Podemos apreender essa compreensão também a partir do seguinte excerto:

The fact that it is the person who converses, not the individual, determines the concept of *language*. Language, too, is characterized by a pendulate swinging between reality and the spheres beyond. It is never wholly real, for it is always in the process of becoming.²¹³ (VOSSLER, 1951, p. 14, grifos do autor)

Ao tratar da língua como processo do *vir a ser* - “*for it is always in the process of becoming*” - Vossler aborda a transformação da língua como um processo que é produzido no seio da *conversação*, ou seja, no uso concreto da língua. Observamos que o uso concreto da língua pela *pessoa*, no sentido de suas relações sociais e nas diferentes instâncias do cotidiano, caracteriza a língua para o autor.

²¹² Tradução sob responsabilidade da autora: “Se as pessoas fossem apenas indivíduos e não ao mesmo tempo pessoas, não seríamos capazes de entender como elas poderiam alcançar a conversação, que consiste em transmitir, isto é, divisão e reunião espiritual. Aqueles expoentes da psicologia da linguagem que empregam o conceito de indivíduo são, portanto, silenciosos sobre a origem da capacidade de falar possuída por seus coelhos experimentais; [...] Em última instância, portanto, quando olhamos as coisas do ponto de vista da filosofia, o real veículo e criador da conversação é em todos os casos uma única pessoa, que pode se dividir em várias e, finalmente, em qualquer número de personagens ou subpessoas.”

²¹³ Tradução sob responsabilidade da autora: “O fato de ser a pessoa que conversa, e não o indivíduo, determina o conceito de linguagem. A linguagem também é caracterizada por uma oscilação pendular entre a realidade e as esferas além. Nunca é totalmente real, pois está sempre em processo de tornar-se.”

A ideia das diferentes instâncias do cotidiano persiste no pensamento de Vossler quando ele pensa sobre a comunidade linguística. Para ele, a comunidade se define no interior das esferas do uso cotidiano da língua, conforme lemos a seguir:

For how could language communities and communal languages arise without the personal communities of customs, laws, the family, the nation, and the state? The difference between language and conversation is that the former is unthinkable without a plurality as well as a community of persons. A single person, in however many parts and situations he may express himself, can never produce a language, only conversations.²¹⁴ (VOSSLER, 1951, p. 14)

Observamos no pensamento de Vossler a primazia da forma material da língua através da “conversação” como meio de investigação concreta da língua. Essa concretude da língua reside no seu uso comunitário para os fins familiares, jurídicos, estatais, etc. A ideia de *comunidade linguística*, sobre a qual já dissertamos no primeiro capítulo desta tese, é fundamental para entendermos que a língua, na perspectiva de Vossler, tem um funcionamento concreto no interior de grupos sociais com interesses comuns. Essa ideia fica explícita também no seguinte excerto:

The state, the church, and the school are here not thought of as persons, nor as natural units or individuals that possess their own language. They are not communities of people, but of practical affairs or interests, in whose service a special language is used. This is, therefore, not the language of the state or church, but for the state or church. [...] The *argot* of criminals, for example, is something that is possessed and used by the community of criminals, as well as being employed in the service of crime. Criminal exploits are both the subject and object of this language.²¹⁵ (1951, p. 14 e 15, grifos do autor)

Conforme nossa leitura, a perspectiva de Vossler coloca as comunidades linguísticas no cerne dos segmentos que compõem uma sociedade, tais como a escola, a igreja, o aparelho estatal, etc. Segundo ele, esses segmentos são delimitados por *interesses*, e ao tratar da língua *para* tais interesses, Vossler afirma

²¹⁴ Tradução sob responsabilidade da autora: “Pois como poderiam surgir comunidades linguísticas e línguas comuns sem as comunidades pessoais de costumes, leis, família, nação e Estado? A diferença entre linguagem e conversação é que a primeira é impensável sem uma pluralidade e uma comunidade de pessoas. Uma única pessoa, em quantas partes e situações possa se expressar, nunca pode produzir uma linguagem, apenas conversas.”

²¹⁵ Tradução sob responsabilidade da autora: “O Estado, a igreja e a escola não são aqui pensados como pessoas, nem como unidades naturais ou indivíduos que possuem uma linguagem própria. Eles não são comunidades de pessoas, mas de assuntos ou interesses práticos, em cujo serviço uma linguagem especial é usada. Esta não é, portanto, a linguagem do estado ou da igreja, mas para o estado ou igreja. [...] O jargão dos criminosos, por exemplo, é algo que é possuído e usado pela comunidade de criminosos, além de ser empregado a serviço do crime. As façanhas criminosas são tanto o sujeito quanto o objeto dessa linguagem.”

que as *comunidades linguísticas* são compostas por motivações comuns e não por pessoas em um sentido individual.

O foco do acontecimento da língua para Vossler não é na língua em si, em uma existência abstrata, tampouco no ser individual. O foco é na forma material da língua, sua existência concreta na forma de conversa, e na comunidade que a utiliza para determinados fins. É nessa comunidade que reside o caráter subjetivo de sua teoria.

Outra reflexão importante é que, para Vossler (1951), a ideia de que a língua é uma parte da natureza é ilusória na medida em que ela, a língua, transcende os limites geográficos, climáticos, ou relacionados a elementos naturais de sobrevivência, como o ar e a água. O seguinte excerto traz essa reflexão:

Language is embedded so deeply and in so many ways in the tissue of nature, that the illusion of its being a piece of nature constantly arises anew, and as constantly has to be dissipated. No further proof is needed that language in the form of dialect seems to be bound to its environment and to have a natural home, but that it can transcend these limits and range across mountains and valeys, rivers and oceans, through human migrations, economic intercourse, political expansion, etc.²¹⁶ (VOSSLER, 1951, p. 81)

Ou seja, o que acompanhamos nesse raciocínio é o seguinte: a língua não faz parte de um conjunto de elementos naturais. Ela está no cerne da atividade humana na transformação estrutural da realidade social e também natural. Quando falamos em fatores naturais, talvez o que Vossler mais coloque em contestação seja o fator geográfico, para dizer que a língua não se limita espacialmente. Ele parte de uma metáfora para realizar esta reflexão:

In the light of modern science no one dares to believe that climate and the nature of soil have any influence on the speech of man. Nor has it ever been proved that there is a necessary natural connection between races and their language forms. The centre of gravity of a language does not lie in countries and climates, nor in houses and settlements, nor in the animal groupings and species of man. It has to be sought for in the *use* of the language itself.²¹⁷ (VOSSLER, 1951, p. 81 e 82, grifos do autor)

²¹⁶ Tradução sob responsabilidade da autora: “A língua está tão profundamente incorporada e de tantas maneiras no tecido da natureza, que a ilusão de ser um pedaço da natureza surge constantemente de novo, e tem que ser dissipada constantemente. Nenhuma outra prova é necessária de que a língua na forma de dialeto parece estar ligada ao seu ambiente e ter um lar natural, mas que ela pode transcender esses limites e atravessar montanhas e vales, rios e oceanos, por meio de migrações humanas, relações econômicas, expansão política, etc.”

²¹⁷ Tradução sob responsabilidade da autora: “À luz da ciência moderna, ninguém se atreve a acreditar que o clima e a natureza do solo tenham alguma influência na fala do homem. Tampouco foi provado que haja uma conexão natural necessária entre as raças e suas formas de linguagem. O centro de gravidade de uma língua não está em países e climas, nem em casas e povoados, nem nos agrupamentos de animais e espécies do homem. Ela deve ser buscada no próprio uso da linguagem.”

Isso nos leva a refletir que o conceito de *língua nacional* para Vossler não reside primordialmente em limites geográficos ou em algum caráter étnico. Resgatando o que citamos anteriormente sobre os interesses que formam os diferentes segmentos de uma sociedade, podemos depreender que a *língua nacional* é a língua da *comunidade linguística*, que se organiza de acordo com finalidades e necessidades mais ou menos comuns no seu interior.

Em nossa leitura, a teoria da subjetividade que rege o pensamento de Vossler sobre a língua não é uma teoria do *indivíduo*. Ela é, antes, uma teoria sobre a atividade linguística dos integrantes de uma comunidade linguística. Tal atividade implica o uso da língua conforme determinadas demandas e interesses e, através desse uso, a língua se transforma. O conceito de *comunidade linguística* permite o tratamento da língua em sua ordem material e, portanto, pressupõe o olhar sobre o uso concreto e sobre a transformação da língua.

No entanto, é preciso manter em foco que a questão fundamental no interior de uma perspectiva que trabalhe no âmbito das relações entre língua e história é a ideologia. Se perdermos de vista a constituição ideológica da língua, tal como nos ensina Volochinov (2018), então teremos uma leitura superficial da transformação dos sentidos na língua. Para retomar essa questão, trazemos um clássico exemplo desenvolvido por Volochinov ainda no capítulo 3 da segunda parte de *Marxismo e Filosofia da Linguagem* (2018).

O autor desenvolve uma reflexão em torno da percepção do indivíduo sobre a sua sensação de fome em diferentes contextos, considerando a sua vivência na coletividade. Leiamos o excerto a seguir para compreendermos de que forma podemos acompanhar essa reflexão:

Suponhamos que um faminto tome consciência de sua fome em uma multidão desunida de famintos ocasionais (um azarado, um mendigo etc.). A vivência desse solitário marginalizado terá um tom específico e tenderá a certas formas ideológicas, cuja amplitude pode ser bastante vasta: resignação, inveja, e outros tons valorativos marcarão a sua vivência. Esta irá se desenvolver na direção das formas ideológicas correspondentes: o protesto individualista de um miserável ou a resignação mística penitente. Suponhamos que o faminto pertença a uma coletividade em que a fome não é ocasional e tem um caráter coletivo, porém a própria coletividade de famintos não possui uma ligação firme e material, isto é, passa desunida. [...] Nessas condições prevalecerá a consciência resignada de sua fome, porém sem os sentimentos de vergonha e humilhação: “Todos aguentam, aguenta você também”. Nesse terreno, se desenvolvem os sistemas filosóficos e religiosos como a não violência e o fatalismo [...]. (VOLOCHINOV, 2018, p. 209).

Nesse excerto, observamos que há duas circunstâncias em que o indivíduo faminto se encontra. Uma em que ele não faz parte de um grupo que compartilha sistematicamente a mesma condição e outra em que ele se encontra no interior de uma coletividade que passa as mesmas condições que ele, mas que não se reconhece enquanto grupo unificado. Em ambas as circunstâncias, a sensação de fome adquire um sentido de fatalidade e de sofrimento solitário. Nesse caso, “fome” não é somente um estado fisiológico, mas um signo ideológico que nomeia uma condição de certa forma naturalizada.

Volochinov vai além na descrição do seu exemplo ao propor um outro desdobramento da situação de fome. A passagem abaixo descreve esse exemplo:

O membro de uma coletividade (regimento de soldados; trabalhadores reunidos em uma fábrica; lavradores assalariados de uma grande fazenda capitalista; e por fim uma classe inteira, ao amadurecer até a forma de uma “classe para si”) organizada em termos objetivo-materiais vivencia a fome de modo totalmente diferente. Nesse caso, prevalecerão na vivência os tons de protesto ativo e confiante, e não haverá espaço para entonações de resignação e de submissão. Além disso, o terreno será mais fértil para a clareza ideológica e o acabamento da vivência. [...] A situação social sempre determina qual será a imagem, a metáfora e a forma de enunciar a fome que pode se desenvolver a partir de dada direção entonacional da vivência. (VOLOCHINOV, 2018, p. 209 e 210)

Nessa situação levantada por Volochinov, a vivência da fome é enunciada a partir da perspectiva de uma organização social que se sustenta sobre a consciência de classe e sobre o seu papel na luta. Assim, a fome não é naturalizada ou tratada como “destino” fatal. Para os indivíduos que constituem esse grupo social, a fome é a representação material de algum tipo de exploração e de desigualdade, portanto, o protesto e a resistência devem ser os seus princípios de luta social.

O que Volochinov nos mostra com esta exposição é que o signo “fome” não é transparente, na medida em que não coincide meramente com uma definição objetiva; em outras palavras, uma acepção sob o ponto de vista da necessidade fisiológica não explica as diferentes formas em que a fome pode ser manifestada. Como signo ideológico, o enunciado que manifesta a fome só poderá ser compreendido em seu sentido contextual quando considerado em sua perspectiva ideológica, à luz de suas relações com a produção da consciência e com a história, neste caso, a história da luta de classes.

4.2.2 A crítica de Volochinov ao objetivismo abstrato

Conforme destacamos no início da sessão anterior, a noção de subjetividade está no cerne da crítica de Volochinov (2018) à tendência por ele denominada de subjetivismo individualista. Assim, iniciamos nossas investigações pela crítica a essa primeira tendência. Não obstante, a segunda tendência do pensamento filosófico-linguístico, denominada por Volochinov (2018) de objetivismo abstrato, também nos leva a refletir sobre o papel da subjetividade na língua, de acordo com as premissas por ele estabelecidas acerca dos princípios dessa tendência.

No primeiro capítulo da segunda parte de *Marxismo e filosofia da linguagem* (2018), Volochinov apresenta o objetivismo abstrato como uma tendência que supõe a língua como um sistema de formas linguísticas aparentemente imutável aos olhos do indivíduo. Podemos ler o seguinte excerto para compreender o modo como ele apresenta essa descrição:

Do ponto de vista da segunda tendência já não se trata da criação consciente da língua pelo indivíduo falante. A língua contrapõe-se ao indivíduo como uma norma inviolável e indiscutível, ela existirá para ele não como uma forma da língua, mas simplesmente como uma possibilidade natural do seu aparelho psicofísico individual. O indivíduo recebe o sistema da língua da coletividade falante de modo totalmente pronto, e qualquer mudança dentro desse sistema encontra-se fora dos limites de sua consciência individual. O ato individual de pronúncia de qualquer som torna-se um ato linguístico apenas na medida em que ele pertence ao sistema linguístico imutável em um dado momento e é indiscutível para o indivíduo. (VOLOCHINOV, 2018, p. 156 e 157)

Segundo a perspectiva de Volochinov sobre o objetivismo abstrato, o ato psicofísico da pronúncia verbal representa a única participação do indivíduo na língua, e esse ato é irrelevante para o sistema da língua em um dado momento de observação. Assim, o indivíduo não tem participação na transformação do sistema.

Aqui, a língua surge como uma “herança” pronta, de natureza imutável à consciência individual. De acordo com a ótica de Volochinov, refletimos que o objetivismo abstrato mantém, de um lado, a língua, em um sistema, e, de outro, o indivíduo, que se relaciona com esse sistema como um produto acabado, de forma passiva e sem a consciência das suas transformações. Para essa tendência, o indivíduo ocupa um lugar externo ao sistema.

Conforme percebemos, Volochinov descreve de forma crítica como seria a relação do indivíduo com a língua para o objetivismo abstrato. Por isso é que dissemos acima que o ponto de partida do autor russo para pensar sobre as duas tendências do pensamento filosófico-linguístico é a subjetividade. Tendo refletido sobre a língua como criação do indivíduo de acordo com o subjetivismo individualista, conforme investigamos na seção anterior, agora Volochinov discute sobre como a língua, para o objetivismo abstrato, existe em uma estrutura independente do indivíduo. Sobre isso, ele amplia o seu raciocínio:

O indivíduo precisa aceitar e assimilar esse sistema por inteiro, como ele é; dentro dele não há lugar para quaisquer avaliações ideológicas: pior, melhor, bonito, feito, e assim por diante. Em sua essência, há apenas um critério linguístico: correto e incorreto, sendo que a *correção linguística* é compreendida apenas como a *correspondência de uma dada forma ao sistema normativo da língua*. Portanto, não se trata de nenhum gosto ou verdade linguística. Do ponto de vista do indivíduo, a lei linguística é arbitrária, ou seja, privada de qualquer clareza e motivação natural e ideológica (por exemplo, artística). Assim, não há nem ligação natural nem correspondência (*correspondance*) artística entre a imagem fonética de uma palavra e sua significação. (VOLOCHINOV, 2018, p. 157, grifos do autor)

Sob essa perspectiva, os critérios de correção, para o objetivismo abstrato, situam-se no interior de um sistema linguístico, e não no uso pelo indivíduo, já que este não teria papel ativo em relação à língua. Neste caso, o critério de *correção* e de *incorreção* se dá a partir do sistema, pois não há espaço para a subjetividade. Uma forma estará incorreta no caso em que não corresponda à regulamentação imposta pelo sistema. Assim, o conceito de língua para essa tendência se situa nos limites da gramática normativa.

Disso também decorre que a língua, para o objetivismo abstrato, não se transforma de forma notável para os indivíduos que a falam. Essa perspectiva situa-se no interior do conceito de *imutabilidade* da língua, tal como exposto no *Curso de Linguística Geral*, de Ferdinand de Saussure²¹⁸. Para fazermos uma leitura assertiva sobre esse princípio, leiamos o que nos diz o *Curso*:

De fato, nenhuma sociedade conhece nem conheceu jamais a língua de outro modo que não fosse como um produto herdado de gerações anteriores e que

²¹⁸ Esta obra foi publicada postumamente a partir de uma série de cursos ministrados pelo linguista e filósofo Ferdinand de Saussure. Os seus alunos Charles Bally e Albert Sechehaye organizaram a edição em francês a partir de suas notas dos cursos. A primeira edição, original em francês, data de 1916. No Brasil, a primeira publicação em português em data de 1960. Para fins de pesquisa na presente Tese, utilizamos a edição em português de 1995, com tradução de Antônio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Blikstein.

cumprir receber como tal. Eis porque a questão da origem da linguagem não tem a importância que geralmente se lhe atribui. Tampouco se trata de uma questão a ser proposta; o único objeto real da Linguística é a vida normal e regular de um idioma já constituído. Um dado estado de língua é sempre o produto de fatores históricos e são esses que explicam porque o signo é imutável, vale dizer, porque resiste a toda substituição. (SAUSSURE, 1995, p. 86)

Observamos que a crítica de Volochinov converge para essa perspectiva contida no *Curso de Linguística Geral*, levando-nos a refletir que os indivíduos não têm poder de transformar a língua na medida em que não possuem domínio sobre as normas do sistema. Ademais, de acordo com essa perspectiva, o signo não seria percebido em suas transformações de significado, pois o indivíduo conhece a língua conforme ela se apresenta a ele em determinado momento. Por conseguinte, não haveria, na teoria saussureana, espaço para a subjetividade.

Isso também nos motiva a pensar que, de acordo com outra questão importante levantada por Volochinov, a norma que rege a língua seria de natureza arbitrária para o objetivismo abstrato. Assim, é imperativo o seguinte questionamento: se a lei linguística é imotivada, ou seja, independe de fatores externos ao sistema, então é necessário que nos perguntemos qual o papel da história na língua sob a ótica dessa tendência. Com relação a essa indagação, Volochinov pondera o seguinte:

Para a segunda tendência do pensamento filosófico-linguístico é extremamente característica uma espécie de *ruptura entre a história e o sistema da língua* em seu corte extra-histórico ou sincrônico (para um dado momento). Do ponto de vista dos fundamentos da segunda tendência, essa ruptura dualista é absolutamente insuperável. Não pode haver nada em comum entre a lógica que rege o sistema das formas linguísticas em um dado momento e a lógica (ou mais precisamente ilógica) da mudança histórica dessas formas. São duas lógicas distintas; ou, se reconhecemos uma delas como lógica, a outra será ilógica, isto é, uma pura violação da lógica aceita. (VOLOCHINOV, 2018, p. 158, grifos do autor)

Esse excerto descreve a língua para o objetivismo abstrato em uma oposição entre sistema e história. Sob essa ótica, o suposto sistema da língua deveria ser tratado sob o ponto de vista de uma dada temporalidade de sua realidade. A mudança histórica das formas linguísticas não coincide com a lógica do sistema, que é estático, haja vista que o que importa investigar, segundo essa tendência, é o ponto de vista sincrônico sobre o suposto sistema. Volochinov (2018) questiona o princípio de investigação sincrônico e, por conseguinte, a suposta condição estática do sistema. Ele inicia desenvolve essa discussão da seguinte forma:

Os representantes da segunda tendência sempre sublinham - e esse é um dos seus fundamentos basilares - que o sistema da língua é, para *qualquer* consciência individual, um fato objetivo e exterior, independente dessa consciência. *No entanto, somente para a consciência individual e do ponto de vista dessa consciência esse sistema consiste em normas imutáveis, isso é, idênticas a si mesmos.* De fato, se considerarmos a consciência individual subjetiva como oposta à língua enquanto um sistema de normas indiscutíveis, se olharmos para a língua de modo verdadeiramente objetivo, à distância, por assim dizer, mais precisamente posicionando-se sobre a língua, não encontraremos nenhum sistema imóvel de normas idênticas entre si. Ao contrário, veremos um processo ininterrupto de formação de normas linguísticas. (VOLOCHINOV, 2018, p. 173 e 174, grifos nossos)

Conforme observamos, para Volochinov, o pressuposto de um momento estático do sistema da língua é irreal na medida em que a norma linguística está em constante processo de renovação. Portanto, a oposição entre língua e consciência subjetiva não serve como fundamento de investigação. Pelo contrário, de acordo com a reflexão de Volochinov (2018), um determinado conjunto de normas pode apresentar-se à consciência do indivíduo, mas ele não existe objetivamente. Ou seja, segundo sua perspectiva, o indivíduo pode utilizar a língua no sentido de estabelecer sua comunicação considerando a existência de determinadas regras objetivas, mas isso não pressupõe que haja de fato um sistema estático e imutável de normas.

Essa crítica de Volochinov é fundamental, pois dela decorre que a consciência subjetiva mantém uma relação ativa com a língua, e, por conseguinte, a língua não é estática. Segundo Volochinov (2018), toda norma social existe apenas em uma relação com a consciência; não existe *a priori*, como se fosse um plano virtual destacado da sua própria aplicação. Uma passagem que amplia essa reflexão é a seguinte:

Todo sistema de normas sociais encontra-se em uma posição análoga. Ele existe apenas em relação à consciência subjetiva dos indivíduos que pertencem a uma dada coletividade, direcionada por certas normas. O mesmo pode ser dito sobre o sistema de normas morais, jurídicas, do gosto estético (pois também existem normas desse tipo) etc. É claro, essas normas são diversas: possuem diferentes graus de obrigatoriedade, de amplitude do diapasão social e de importância social, que é determinada pela proximidade à base, e assim por diante. No entanto, a natureza da existência das normas é a mesma: elas existem apenas em relação às consciências subjetivas dos membros de uma coletividade. (VOLOCHINOV, 2018, p. 175, grifos do autor)

Aqui, a teoria sociológica marxista da língua entra com muita força no pensamento de Volochinov. A analogia da língua com diferentes conjuntos de normas sociais não é aleatória; essa comparação supõe a natureza social da língua. Nesse

sentido, a língua existe materialmente no interior da realidade prática do cotidiano. Ademais, destaca-se a reflexão de que a importância social da norma é determinada pela sua proximidade à base, o que coloca a infra-estrutura de uma sociedade como força motor para reproduzir e transformar a norma. Em outras palavras, as forças populares cumprem o papel de protagonistas na transformação das convenções que regem a práxis cotidiana.

Ademais, é preciso destacar que a noção de “norma”, para Volochinov, tem a ver com a prática cotidiana de uma comunidade em sua conjuntura social e histórica. Se pensarmos no que significaria a norma para o objetivismo abstrato, verificamos que ela não passa de uma prescrição abstrata, que não se relaciona com o sujeito ou com a coletividade em seu uso social da língua.

A partir dos pressupostos sobre as relações entre língua e subjetividade, Volochinov questiona os modos de apresentação da língua para a consciência subjetiva dos indivíduos. Sobre isso, o autor elabora os seguintes questionamentos:

No entanto, agora devemos perguntar: a língua realmente existe para a consciência subjetiva do falante como um sistema objetivo de formas normativas idênticas e indiscutíveis? Será que o objetivismo abstrato compreendeu corretamente o ponto de vista da consciência subjetiva do falante? [...] Devemos responder negativamente a essa pergunta. A consciência subjetiva do falante não trabalha com a língua como um sistema de formas normativas e idênticas. Esse sistema é apenas uma abstração, obtida mediante um enorme trabalho realizado com uma certa orientação cognitiva e prática. O sistema é um produto de reflexão sobre a língua, sendo que essa reflexão de modo algum é realizada pela consciência do próprio falante e está longe de visar à fala imediata. De fato, o objetivo do falante é direcionado a um enunciado concreto pronunciado por ele. (VOLOCHINOV, 2018, p. 177)

Essa perspectiva de Volochinov leva-nos a refletir sobre o fato de que o único sistema linguístico que poderia ser concebido seria algo como um produto fabricado para existir de forma abstrata, representado nos livros de gramática e parcialmente materializado em ambientes muito controlados de uso formal e padrão da língua.

Mesmo considerando que determinados ambientes requerem um uso padrão da língua, é preciso pensar que tal uso irá variar conforme as demandas de cada segmento. Por exemplo, o campo jurídico é um segmento que envolve uma padronização singular da língua. No entanto, o emprego de uma regulação sistemática “em geral”, em conformidade com uma norma, não é suficiente para as demandas desse campo. É preciso que a língua jurídica esteja em conformidade com um léxico

próprio a esse campo. Nesse sentido, nem mesmo nos casos em que se supõe um uso normativo rígido da língua poderia ser dito que um único sistema rege a língua dos diferentes campos do conhecimento e da prática social.

A língua de um laudo biológico, por exemplo, não se sustenta sobre a mesma lógica de um laudo pericial imobiliário, exceto, talvez, pela utilização de algumas regras de adequação gramatical, tais como concordância verbal e nominal ou regência. Se tomarmos um caso de utilização inadequada de um elemento lexical pertencente ao campo da biologia ou da engenharia, mantendo o exemplo citado, provavelmente tal utilização será tomada como um grave equívoco e o texto terá de ser revisto.

Retomando o excerto que citamos acima, destacamos que Volochinov (2018, p. 177) afirma que “[...] o sistema é um produto de reflexão sobre a língua, sendo que essa reflexão de modo algum é realizada pela consciência do próprio falante [...]”. Isso significa pensar que a metalinguagem utilizada por um profissional ao redigir um laudo não aciona um *sistema em geral*; em primeiro lugar, ele aciona o conteúdo lexical e formal relativo ao seu campo do conhecimento. A normatividade gramatical, nesse caso, existe apenas como uma obrigação técnica a cumprir, e não como uma atividade subjetiva.

Se tomarmos o campo jornalístico como exemplo, veremos que as conclusões também não se afastam do que Volochinov argumenta acerca da forma abstrata e irreal que o conceito de sistema linguístico adquire em uma perspectiva que considere o uso concreto da língua. Pode-se considerar que a língua de um jornal impresso se apresenta predominantemente adequada à norma padrão e mantém uma estrutura variada e complexa constituída pelo emprego de ordem direta, ordem inversa, voz ativa e passiva, elementos formais do discurso citado, entre outras formas de ordenação morfossintática. Essa estrutura é de ordem técnica e está a serviço do que realmente faz um jornal circular e repercutir: as formas que ele encontra de se popularizar e de estar em consonância com as demandas de seu público em determinado momento histórico.

Nos textos do jornal impresso, por exemplo, o respeito à diversidade de temas e opiniões, a expressividade da linguagem não verbal, a metáfora, o maior ou menor grau de pessoalidade, o humor, o cuidado com o manejo de estereótipos, o caráter artístico, o grau de formalidade, o compromisso com a multilateralidade são aspectos

que não cabem em um sistema. Não obstante, todos eles só se cumprem e se materializam através da língua. Quando folheamos um jornal o que vemos acontecer é a língua do cotidiano de um segmento que se esforça para *falar* a língua de muitos outros segmentos sobre os quais noticia e promove discussões. Para isso, o jornalismo não poderia se valer de *um sistema*, e sim de uma *língua* que se transforme juntamente com as forças sociais, especialmente em um jornal de escopo progressista, por exemplo.

Prosseguindo na crítica de Volochinov, observamos que, aos poucos, o autor se aproxima do ponto de vista do signo ideológico para se contrapor à ideia de sistema linguístico, e, mais especificamente, à noção de signo linguístico. Observamos que a leitura de Volochinov destaca constantemente a necessidade de se pensar no enunciado concreto como uma forma de compreender a relação do falante com a língua. Leiamos o seguinte excerto:

De fato, o objetivo do falante é direcionado a um enunciado concreto pronunciado por ele. Para ele, não se trata da aplicação de uma forma normativa idêntica (por enquanto suporemos sua existência) em um contexto concreto. O centro de gravidade para ele não se encontra na identidade da forma, mas naquela significação nova e concreta que ela adquire nesse contexto. Para um falante, não importa o aspecto da forma, que permanece o mesmo em todos os casos do seu uso por mais variados que eles sejam. O que importa para o falante é aquele aspecto da forma linguística graças ao qual ele pode aparecer em um contexto concreto, graças ao qual ela se torna um sinal adequado nas condições de uma situação concreta. (VOLOCHINOV, 2018, p. 177, grifos do autor)

A reflexão de Volochinov nesse excerto responde novamente a sua própria pergunta, a qual citamos anteriormente, sobre a consciência do falante sobre um suposto sistema objetivo da língua. À luz dessa reflexão, compreendemos que a forma linguística não se apresenta ao falante como uma forma idêntica a si mesma em diferentes situações concretas de uso; o que está em jogo é o modo com que uma forma se presta à expressão em determinado enunciado.

A partir dessa ótica, Volochinov (2018) faz a distinção entre sinal e signo. Segundo ele, o sinal exige apenas um reconhecimento, enquanto que o signo envolve uma compreensão na realização do enunciado concreto. Isso indica que é necessário considerar que uma forma linguística em diferentes contextos de uso só é idêntica a si mesma em seu aspecto formal mais imediato. No entanto, os sentidos que dela se desprendem são diversos a cada enunciado, e, mais do que diversos, carregados de determinados conhecimentos e demandas das forças sociais. Isso porque, no interior

do enunciado, uma determinada forma linguística é um signo que tem seus sentidos constituídos pela história e pela ideologia.

Para ilustrar essa reflexão, propomos aqui a comparação de dois enunciados, publicados por movimentos sociais distintos, que contêm o signo “vida”. Tais enunciados estão materializados na forma de anúncio em cartaz digital. O primeiro cartaz foi publicado no site da prefeitura da cidade de Caxias do Sul, no Rio Grande do Sul, em vinte e quatro de novembro de 2017. Ele traz um anúncio e um convite sob a realização da subcomissão Pelo Fim da Violência Contra As Mulheres e com apoio da Marcha Mundial das Mulheres, com o enunciado central “Audiência pública pela vida das mulheres”, tendo logo acima a chamada “16 dias de ativismo - pelo fim da violência contra a mulher”. Reproduzimos abaixo a imagem do cartaz²¹⁹:

Figura 1 – Cartaz da prefeitura de Caxias do Sul com o signo vida



Fonte: CÂMARA MUNICIPAL DE CAXIAS DO SUL, 2017.

É notável que o signo “violência” conste duas vezes nesse cartaz, no nome da Subcomissão e também na chamada “Pelo fim da violência contra a mulher”, que se encontra junto ao slogan “16 dias de ativismo”, logo abaixo da imagem do megafone. A imagem do megafone nos faz lembrar de um tema que deve ser tornado público e também deve ser objeto de demandas sociais coletivas. Além disso, o apoio da organização da Marcha Mundial das Mulheres, provavelmente representado pelas militantes de Caxias do Sul, remete ao movimento feminista que tem em seu escopo

²¹⁹ Disponível em: <http://camaracaxias.rs.gov.br/noticias/index/14971>.

a luta pelo fim da violência contra a mulher em suas diversas formas, sendo a mais imediata e prioritária o próprio feminicídio.

A partir disso, entendemos que o substantivo “vida”, neste cartaz, está em relação com a ideia de violência e também com a luta diária dos movimentos sociais para garantir segurança às mulheres. Assim, a palavra “vida”, situada no enunciado central, opõe-se de forma antagônica à ideia de “morte”. “Vida”, no enunciado desse anúncio, significa exatamente lutar para assegurar às mulheres que possam “se manter vivas”, “não morrer”, “não sofrer assassinato”, entre outros termos correlatos.

Este cartaz representa e materializa a realidade da luta contra o feminicídio e contra a violência física sofrida por mulheres desde os primórdios da história até o tempo contemporâneo. Pelas leituras possíveis, compreendemos que ele não fala da vida de uma forma metafórica ou de qualquer bem-estar que não seja de natureza tão objetiva como a integridade física das mulheres.

Para fins de comparação, trazemos agora um segundo cartaz. Ele foi publicado no site da prefeitura da cidade de Canoas, também no Rio Grande do Sul, em 24 de janeiro de 2021. O enunciado central traz os seguintes dizeres: “Janeiro Branco - quem cuida da mente, cuida da vida.” Reproduzimos abaixo a imagem do cartaz²²⁰:

Figura 2 – Cartaz da prefeitura de Canoas com o signo vida



Fonte: PREFEITURA DE CANOAS, 2021.

²²⁰ Disponível em: <https://www.canoas.rs.gov.br/noticias/caps-terao-atividades-alusivas-ao-janeiro-branco/>.

Atualmente, o movimento do Janeiro Branco está se difundindo em algumas cidades do país com o objetivo de alertar a população para a necessidade dos cuidados psicológicos e emocionais, sobretudo em tempos de pandemia de COVID-19. Verificamos que esse discurso parte do campo da psicologia, mas é tomado por diferentes instituições²²¹ que buscam dialogar preventivamente com as suas comunidades. No caso do cartaz apresentado, é a instituição da prefeitura da cidade de Canoas que busca executar essa comunicação. No que tange à linguagem extraverbal, observamos que os diversos tons de branco dialogam com o nome do movimento, que aparece na cor preta com muito destaque. Além disso, a imagem do laço surge como um signo que já faz parte de outras campanhas que visam a conscientizar sobre algum assunto relacionado à saúde ou ao cuidado no trânsito, por exemplo.

Para a análise a que nos propomos, chamamos a atenção para o uso do signo “vida”. Neste cartaz, ele se liga por meio de uma relação de paralelismo com o signo “mente”. Para além do paralelismo morfossintático, em que as duas formas são substantivos e funcionam como objeto indireto do mesmo verbo, “cuida”, surge uma metonímia, em que “mente” significa uma parte do todo, que seria a vida. Por outro lado, “vida” está em relação de metáfora com a saúde mental. Nesse caso, compreendemos que, ao contrário do signo “vida” que, no cartaz do convite da Audiência pública em Caxias do Sul, “vida” significa concretamente a “integridade física”, o “estar viva”, aqui, no cartaz do Janeiro Branco, “vida” tem um sentido muito mais abstrato, metafórico, fazendo relações com “bem-estar” e “saúde psicológica”.

É importante observar que ambos os cartazes são representativos de realidades sociais graves. No primeiro caso, apresenta-se uma realidade de violência contra a mulher que pode culminar no feminicídio. No segundo caso, o fato de existir o movimento Janeiro Branco expõe a visão de uma necessidade de que haja maior disseminação de conteúdos relacionados aos cuidados psicológicos como uma condição para uma existência saudável. Nessa comparação, verificamos que o uso de “vida” no primeiro cartaz surge com toda a força da literalidade, em seu sentido mais objetivo e imediato, que é o ato de estar vivo.

²²¹ Em uma breve pesquisa pelo tema do movimento Janeiro Branco, observamos que ele é principalmente veiculado por hospitais, universidades e empresas de telecomunicação.

A partir destes exemplos, depreendemos que não só o sentido muda ao longo da história da língua, mas ele varia nos diferentes contextos sociais de utilização. Mais do que isso, o indivíduo é responsável por tal transformação ao utilizar o signo em sua relação com a realidade sócio-histórica. É isso que caracteriza o signo como ideológico, e não como estático ou à mercê de um sistema imutável. Os campos de saberes diversos, os movimentos sociais, o conhecimento científico e popular são constituídos ideologicamente; os signos que os expressam também o são. Os signos que materializam os saberes e a cultura são ideologicamente concebidos e integrados a um universo sógnico. Assim, se a história é um processo dinâmico, também são dinâmicos o signo e a ideologia.

4.4 O CONCEITO DE LÍNGUA EM: O QUE É A LINGUAGEM / LÍNGUA?

O texto de Volochinov *O que é a linguagem / língua?* data de 1930²²², ou seja, um ano após a publicação em russo de *Marxismo e Filosofia da Linguagem* (1918). O título remete-nos a uma reflexão sobre um determinado conceito de língua. Mais do que isso, Volochinov discute a origem da língua com o propósito de demonstrar que as relações sociais conduzem, desde os tempos primórdios, a utilização e a transformação da língua.

Podemos iniciar nossa leitura a partir da seguinte reflexão de Volochinov (2019): a mera necessidade de comunicação não explica a origem da língua. De fato, quando falamos em necessidade, é preciso, no mínimo, explicar a conjuntura em torno do que a gera. A ideia de *necessidade* não é transparente; ela varia de acordo com as especificidades da realidade social e material de um grupo. Desse modo, dizer que o homem primitivo *sentiu a necessidade de se comunicar* torna vazia a questão da gênese da língua.

Do mesmo modo, comparar a língua a um instrumento de produção também não contribui para uma investigação que considere a língua em uma relação com a subjetividade e com a realidade histórica. Volochinov contesta a hipótese da

²²² Trabalhamos com a tradução de Grillo e Américo, de 2019, contido na coletânea de textos de Volochinov, intitulada *A palavra na vida e a palavra na poesia: ensaios, artigos, resenhas e poemas*.

comparação da língua com outro material ou instrumento de produção concreta. Na seguinte passagem, ele elabora essa possibilidade, para logo refutá-la:

Ao comparar a palavra com um pedaço de, por exemplo, argila, veremos que aquela, ao contrário desta, possui uma *significação*, isto é, ela *significa* um objeto, uma ação, um acontecimento ou uma vivência psíquica. No entanto, um pedaço de argila tomado isoladamente *nada significa*. Ele recebe uma ou outra significação somente no *todo da obra*, ao se tornar a mão de uma estátua ou o martelo que essa mão segura etc. Consequentemente, o escritor é sempre obrigado a lidar não com um material físico bruto, mas com partes já trabalhadas antes dele, isto é, com elementos linguísticos prontos, com os quais ele pode construir o todo somente ao considerar todas as regras e leis que não podem ser ignoradas na organização desse material verbal. (VOLOCHINOV, 2019, p. 237)

Aqui, Volochinov pensa sobre a própria história da palavra, considerando que ela não é comparável a um material bruto que pode ser moldado a partir da vontade do sujeito. Enquanto o material bruto está pronto para adquirir um formato, a palavra não é despida de uma significação, ela não existe de forma neutra. Isso implica dizer também que ela tem os seus sentidos construídos a cada situação de uso; historicamente a palavra carrega uma significação que se transforma com a utilização em diferentes conjunturas sociais e históricas.

Queremos somar a essa reflexão uma consideração a mais. O instrumento de produção ou o material bruto tem uma utilidade imediata para o indivíduo. Após ele servir a um propósito poderá ser descartado ou deixado de lado até uma nova utilização. A palavra, por outro lado, está sempre no *pensamento* e no cotidiano. Tanto é assim que, por vezes, o indivíduo se dá conta de um sentimento, por exemplo, somente depois de nomeá-lo, e, com isso, consegue resolver alguma situação problemática, tendo a palavra como mediadora e como possibilidade de realizar ações.

Poderíamos elencar muitas situações em que a palavra constitui o modo de agir. A instrução, enquanto processo de ensino-aprendizagem, é um tipo de produção que transforma a prática. A palavra esteve sempre ali, em sua existência virtual, mas no momento de sua materialização, através da oralidade, acompanhada de gestos, ou pelo meio escrito, em um manual, por exemplo, ela possibilita um conhecimento capaz de trazer transformação. Esse será o momento da apreensão de um novo saber, que só ocorre por meio da linguagem; a prática acontece através da

materialização do conhecimento com a mediação da linguagem verbal e, possivelmente, não verbal.

Desse modo, a relação do sujeito com a língua não é a mesma entre sujeito e instrumento de produção. Há uma relação de constituição da subjetividade através da língua que recai sobre as formas de apreensão da realidade exterior e sobre a construção identitária dos sujeitos. Se a consciência nomeia, invariavelmente, o que vê, o que ouve e o que sente, então a realidade se apresenta ao sujeito na forma como ele a descreve em palavras. Não queremos, com isso, dizer que há uma relação simétrica entre realidade e palavra. Dizemos que o sujeito materializa a realidade através dos sentidos que a sua utilização da língua faz reverberar no interior de determinada conjuntura sócio-histórica.

Nessa reflexão, inserimos também a chamada *linguagem não verbal*: uma imagem não existe na consciência individual sem a manifestação da palavra. Assim, a criação imagética depende do material verbal, assim como o material verbal também está subordinado às materialidades não verbais. Essa reflexão pode ser desenvolvida a partir do capítulo 1 de *Marxismo de Filosofia da Linguagem* (2018), em que Volochinov diz o seguinte sobre a relação entre língua e consciência:

Não, a palavra não é capaz de substituir por completo todos os signos ideológicos principais e específicos. Por princípio, uma palavra não pode transmitir adequadamente uma nota musical ou uma imagem da pintura. Um rito religioso não pode ser totalmente substituído pela palavra, tampouco há uma substituição verbal adequada para o mais simples dos gestos do cotidiano. A negação desse fato resultaria em um racionalismo vulgar e em uma simplificação grosseira. No entanto, todos esses signos ideológicos que não podem ser substituídos pela palavra ao mesmo tempo apoiam-se nela e são por ela acompanhados, assim como o canto recebe um acompanhamento musical. Nenhum signo cultural permanece isolado se for compreendido e ponderado, pois ele passa a fazer parte da *unidade da consciência verbalmente formalizada*. A consciência sempre saberá encontrar alguma aproximação verbal com o signo cultural. (VOLOCHINOV, 2018, p. 101)

A partir dessa reflexão, Volochinov coloca em questionamento a perspectiva da separação entre linguagem verbal e não verbal. Sob essa ótica, não é possível pensar em um material puramente não verbal, pois a vivência social e cultural de uma comunidade está atrelada àquilo que é da ordem da imagem, do gesto e do som. A consciência não consegue desvincular essas duas formas de expressão.

Voltando ao texto *O que é a linguagem / língua?* (2019), Volochinov relaciona a transformação da língua à evolução da vida laboral e cultural. Assim, a arte, a dança, o canto, a música, os ritos religiosos estão no cerne da origem da língua. No entanto,

a vida cultural não está separada da vida econômica, conforme lemos no seguinte excerto:

Não esqueçamos que o rito mágico para o homem da Idade da Pedra foi um ato econômico, uma forma de ação sobre a natureza, por meio do qual ela deveria dar ao homem o bem mais importante e então praticamente o único: o alimento. Desse modo, os elementos primários da fala humana sonora, assim como da arte, foram os elementos do processo do trabalho, que estavam ligados às necessidades econômicas e eram resultado da organização produtiva da sociedade. (VOLOCHINOV, 2019, p. 243)

É preciso destacar que Volochinov faz essa leitura a partir de Engels que, em sua obra *O papel do trabalho no processo de transformação do macaco em homem*, escrito em 1876 e publicado em alemão em 1896²²³, argumenta que o domínio do homem sobre a natureza e, com isso, a evolução do trabalho é o que define a necessidade dos indivíduos de falarem uns com os outros. Desse modo, a necessidade tem a ver com o processo de trabalho e as relações sociais que dele derivam.

No excerto acima, Volochinov observa que a vida cultural, religiosa e artística não estava nem em seus primórdios deslocada das finalidades econômicas. Para o homem da Idade da Pedra, a economia girava em torno de um objetivo básico, o alimento. Conforme a evolução da história, as necessidades foram redefinidas e ampliadas para diferentes grupos sociais. Não só mais o alimento como condição primordial de sobrevivência, mas a saúde e o abrigo compõem os princípios materiais mais básicos. Para além do que é da ordem das condições fisiológicas de sobrevivência, os vínculos sociais e de trabalho e as relações do homem com a evolução de diferentes formas de tecnologia fazem com que o conceito de necessidade adquira um caráter múltiplo, amplo e complexo.

Diante disso, refletimos: se a origem da língua está ligada a determinadas necessidades contingentes, e essas necessidades se transformam de forma exponencial cada vez mais a um curto período de tempo, então não basta afirmar a gênese da língua como um ponto estático no tempo. A transformação das próprias necessidades de sobrevivência é tão notável a ponto de estas serem outras que não apenas as fisiológicas, de ordem mais imediata. Logo, a modalidade de linguagem que as acompanha deve ser investigada sempre sob o prisma de sua transformação.

²²³ Volochinov cita a edição russa deste texto de Engels. Para fins da presente pesquisa, utilizamos o texto em português com data de 2004. ENGLER, Friederich. O Papel do Trabalho na Transformação do Macaco em Homem. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/marx/1876/mes/macaco.htm>.

Sobre isso, depreendemos que não basta apenas pensar na origem da língua como uma descoberta, mas também em como a língua incide ao longo da história sobre a organização social, do trabalho, da vida cultural e também sobre a consciência, sobretudo em termos de coletividade. Podemos desenvolver essa reflexão a partir da seguinte passagem:

[...] a atividade coletiva só foi possível mediante uma concordância mínima de ações e uma ideia mínima sobre um objetivo comum. Para isso, foi necessário que as pessoas compreendessem umas às outras. Essa tarefa já fora cumprida pela linguagem dos gestos e da expressão facial, o meio mais antigo de comunicação. Contudo, essa comunicação não somente contribuiu para a organização do trabalho, mas também possibilitou a organização do pensamento social, da consciência social. (VOLOCHINOV, 2019, p. 249)

Conforme compreendemos, segundo o pensamento de Volochinov, os diferentes modos de constituição da língua, o verbal e o não verbal, fazem parte do desenvolvimento dos povos enquanto grupos organizados em torno de determinados valores sociais, que incluem as relações de trabalho e a vida cultural. A língua mantém uma posição de mediação com os diversos segmentos que compõem as diferentes formas de sociedade: a formação do Estado, a fixação da propriedade, a legislação e as leis morais, a ciência, a literatura, entre outros.

A partir disso, Volochinov (2019) demonstra a complexidade de se pensar nas relações entre as diferentes materialidades linguísticas e a consciência como parte de um processo constitutivamente ideológico. Para ilustrar essa questão, o autor parte de falas corriqueiras do cotidiano, tais como “Todos os dias o sol se levanta e se põe.” Para além da metáfora que suscita a imagem do sol em seus diferentes momentos do dia, há uma relação entre consciência subjetiva e objetividade científica; o fato de que é a Terra que se movimenta em torno do sol se apaga no interior desse enunciado. Leiamos o que diz o autor:

Não seria “evidente” que todos os dias o Sol “se levanta” e “se põe” e que, por conseguinte, ele gira em torno da Terra? No entanto, verifica-se que essa “evidência” é só um erro de nossos sentidos, pois a *Terra* gira em torno do Sol e não o contrário. O mesmo acontece com a questão da inter-relação entre a linguagem e a consciência. (VOLOCHINOV, 2019, p. 253, grifos do autor)

Em primeiro lugar, é preciso observar que Volochinov questiona a evidência, levantando a reflexão de que ela alicerça o seu funcionamento sobre o que é da ordem da obviedade. Assim, um enunciado cotidiano como “o sol se levanta” carrega consigo

uma consequência, a de que então “o sol giraria em torno da Terra”, que não é questionada. Para uma abordagem materialista, a língua não é transparente; ela é o material da multiplicidade de sentidos. A evidência surge no nível superficial, e trabalha na opacificação dos sentidos.

A analogia apresentada por Volochinov no excerto acima leva-nos a refletir que a consciência, ao se materializar através da linguagem, adquire tons de realidade absoluta e transparente, promovendo a ilusão da evidência. Para discutir e ampliar essa questão, Volochinov alinha a consciência ao que ele chama de *discurso interior*.

Segundo a sua reflexão, a consciência não existe de forma isolada desse discurso interior. Há uma alternância ininterrupta de pensamentos, sentimentos e imagens que se materializam por meio das palavras. Ele propõe a seguinte análise:

Fechemos os olhos e comecemos a refletir sobre a questão. A primeira coisa que percebemos é um *fluxo de palavras*, às vezes unidas em determinadas frases, porém quase sempre correndo em uma alternância ininterrupta de fragmentos de pensamentos, de expressões habituais, de impressões conjuntas gerais de objetos ou fenômenos da vida. E essa ciranda multicolor se movimenta o tempo todo [...] Chamemos esse fluxo de palavras que observamos em nós de *discurso interior*. (VOLOCHINOV, 2019, p. 253)

Sob essa perspectiva, a consciência é uma sucessão de pensamentos que surgem através do material da língua não necessariamente de forma planejada ou com algum tipo de controle. Se o fluxo do pensamento não existe sem a palavra, então o pensamento existe materialmente na forma de um discurso interior. Sem a língua, não há discurso interior e, portanto, não há consciência.

Ademais, esse discurso interior não existe *a priori* de qualquer realidade exterior. A imagem, o som, a interação verbal e todos os saberes que o sujeito carrega sobre o funcionamento cotidiano e também sobre a história da realidade em que se insere são determinantes para produzir o discurso interior e, por conseguinte, a consciência. Esses saberes são de ordem ideológica na medida em que são situados em um tempo histórico e determinados pelas relações sociais, políticas e econômicas que compõem o modo de vida de um grupo social. Assim, a consciência também só pode se constituir ideologicamente.

Volochinov adentra a questão da necessidade fisiológica para demonstrar que a percepção do indivíduo acerca dessa necessidade existe através do discurso

interior. Ele levanta o exemplo da sensação da *fome*²²⁴ para demonstrar que a percepção sensorial não está afastada de uma expressão ideológica. O seguinte excerto explicita esse exemplo:

Tomemos uma expressão verbal muito simples de alguma necessidade, por exemplo, a *fome*. Seria possível uma pura “expressão” dessa necessidade, não expressa por nenhum discurso interior ou exterior ou, melhor dizendo, *não refratada ideologicamente*? É claro que nunca encontraremos uma expressão de fome tão pura e livre de todo o social, ou seja, uma espécie de voz da própria natureza. (VOLOCHINOV, 2019, p. 255, grifos do autor)

Se nada passa pela consciência sem o discurso interior, através da língua, então a própria percepção de uma sensação, tal como a fome, não se apresenta ao sujeito sem a língua e, mais do que isso, ela não é expressa sem as nuances ideológicas que definem uma situação social.

É comum encontrarmos, no cotidiano, enunciados publicitários do tipo: “Bateu a fome?” ou “O lanche do tamanho da sua fome.” Nesses casos, o enunciado apela para o imediatismo e para o desejo de comer um lanche ou uma refeição dos restaurantes fast-food, que propõem uma alimentação baseada na praticidade e na rapidez da entrega do pedido. Assim, a “fome”, nesses enunciados, não é um problema; pelo contrário, é uma sensação promissora, que levará a momentos de prazer através da alimentação. Enquanto signo ideológico, a fome, nos enunciados publicitários, adquire tons argumentativos para despertar no sujeito o desejo de comer e levá-lo a optar por saciar seu apetite, ou seja, a fome aqui não é tratada como necessidade fisiológica, mas como condição corriqueira, como desejo. A fome é o que *permite* ao sujeito dar-se o prazer de saciar sua vontade.

Este é apenas um dos tantos sentidos que a expressão da fome faz reverberar. Infelizmente, em outros contextos ela adquire tons muito dramáticos, pois não coincide com o apetite supérfluo. O cartaz abaixo faz parte da campanha governamental *Juntos somos mais fortes*²²⁵, lançada em março de 2020 para promover ações de mobilização para o enfrentamento da pandemia de Coronavírus, que estava em seus primeiros

²²⁴ Em *Marxismo e Filosofia da Linguagem* (2018), Volochinov explora o exemplo da expressão da sensação de fome para construir sua teoria sobre o signo ideológico ao demonstrar que os sentidos de um signo repercutem de formas distintas no interior de situações sociais e históricas diversas.

²²⁵ É possível ler informações sobre o lançamento da campanha *Juntos somos mais fortes* através do link: <https://www.gov.br/pt-br/noticias/saude-e-vigilancia-sanitaria/2020/03/juntos-somos-mais-fortes-campanha-publicitaria-e-lancada-para-conscientizacao-sobre-coronavirus>.

meses de início no Brasil. O cartaz apresenta o eixo da fome, através do enunciado principal “Quem tem fome tem pressa.”

Figura 3 – Cartaz: exemplo de enunciado.



Fonte: Governo Federal, 2020.

É preciso lembrar que este slogan, “Quem tem fome tem pressa”, foi cunhado nos anos 1990 pelo sociólogo e ativista pelos direitos sociais, Herbert de Souza, que, entre outras ações, protagonizou a campanha Ação da Cidadania, que tinha como foco principal a denúncia dos milhões de pessoas que passavam fome no Brasil e as ações de combate a essa realidade. Três décadas mais tarde, o slogan é colocado novamente em evidência para destacar a realidade ainda existente da fome, e destacar que em tempos de pandemia de Covid-19 houve o agravamento da desigualdade social e, conseqüentemente, da fome no país.

O que vemos em primeiro plano no cartaz é o prato sustentado por duas mãos em posição de pedido ou súplica, que busca suscitar a solidariedade. O prato funciona como metonímia para representar a alimentação. Aqui, ele não é só um utensílio, mas um símbolo do alimento e, nesse caso, da falta dele. A imagem das mãos e do prato vazio, assim, simboliza um todo de milhões de brasileiros que convivem com algum grau de falta de alimentos²²⁶.

Na imagem, o que “preenche” o prato vazio é o slogan da campanha “Quem tem fome tem pressa. O pouco que você doa é muito para quem precisa”. A

²²⁶ Dados sobre a situação da fome no Brasil podem ser conferidos em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/infomaterias/2022/10/retorno-do-brasil-ao-mapa-da-fome-da-onu-preocupa-senadores-e-estudiosos>.

associação da fome à ideia de “pressa” não tem nenhuma relação com o imediatismo da fome proposto no enunciado publicitário que citamos anteriormente, por exemplo, “Bateu a fome?”. No cartaz da campanha, a “pressa” significa que saciar a fome é uma condição de sobrevivência.

Além disso, a interpelação do indivíduo para que doe o mínimo que puder atesta o fato de que a mobilização necessária reside na união popular; não há um tom de protesto ou apelo aos órgãos governamentais, ou seja, o que resta é a força da união coletiva. A gravidade da situação tomou tamanha proporção que a esperança reside na solidariedade dos cidadãos comuns.

No entanto, esse apelo que recai na responsabilidade da população em geral é contraditório; ele não evidencia o fato de que a Secretaria Especial de Comunicação da Presidência da República (Secom), ao lançar a campanha Juntos Somos Mais Fortes, em 2020, ano de início da pandemia de Coronavírus no Brasil, estava buscando ações fora do escopo dos programas sociais para lidar com o problema da fome no país, na medida em que as práticas governamentais não estavam sendo efetivas ou suficientes.

Levantamos exemplos em que o mesmo signo ideológico, fome, é utilizado de formas muito distintas. Isso ocorre, em primeiro lugar, pela distinção dos gêneros textuais em que cada enunciado se insere, sendo um o gênero publicitário, com apelo para a venda, que visa a desenvolver no sujeito o desejo de comer alimentos supérfluos ou com baixo valor nutritivo, e o segundo uma campanha comunitária, com apelo para a solidariedade e para a conscientização do problema da desigualdade social e da fome.

Volochinov (2019) trata não só da transformação dos sentidos do signo ideológico a cada utilização, mas também da expressão subjetiva da sensação de fome. Por isso, trazemos um discurso em que o sujeito fala sobre a sua fome e sobre a fome dos seus semelhantes. Trata-se da fala de Carolina de Jesus nos seus diários reunidos na obra *Quarto de despejo*.

De acordo com os estudos de José Carlos Sebe Bom Meihy (1998), Carolina Maria de Jesus instalou-se na comunidade de Canindé, em São Paulo, em 1947. Lá arranhou-se como pôde, erigindo um barraco da forma que conseguiu, e passou a exercer sua função de catadora. Esse trabalho tinha dupla finalidade: recolher materiais recicláveis que podiam ser vendidos por uma quantia que auxiliaria no

provento de alimentos para si e para seus três filhos, e também encontrar o que pudesse lhes servir de complemento nutricional; ou seja, encontrar restos de comida no lixo.

Canindé foi a primeira grande comunidade da cidade de São Paulo. Ao longo da leitura dos diários de Carolina de Jesus, podemos ter uma noção da dimensão da insalubridade e das dificuldades materiais que acompanhavam a vida diária dos moradores. A narradora mostra-se irresignada com tal situação. Assim, sua luta cotidiana envolve, além do trabalho de catadora, do cuidado com os filhos e da busca por alimentação, a sua atividade como leitora e como escritora de seus diários, como uma forma de luta para transformar a sua realidade.

Ao longo da década de 1950, Carolina de Jesus redigiu seus diários íntimos relatando sua dura vida como moradora da comunidade de Canindé, catadora de recicláveis e mãe solteira. Entre os temas abordados em seus relatos, a questão da fome é a mais acentuada, pois esta acompanha diariamente a sua realidade. Nos muitos trechos em que a narradora fala sobre isso, reconhecemos que ela coloca a fome em um patamar de constância, de uma condição permanente em sua vida e na de seus filhos. Além disso, observamos que o discurso do outro é constitutivo do modo como ela expõe a condição imposta da fome em sua comunidade. Separamos alguns excertos da sua obra (JESUS, 1976) para refletir sobre as dimensões de sentido que a expressão da sensação de fome toma nas palavras da narradora, no interior de sua realidade social e histórica.

Em primeiro lugar, apresentamos os excertos em que ela traz o discurso dos filhos, conforme lemos a seguir:

Ontem eu ganhei uma cabeça de porco no frigorífico. Comemos a carne e guardei os ossos. E hoje pois os ossos pra ferver. E com o caldo fiz as batatas. Os meus filhos estão sempre com fome. Quando eles passam muita fome eles não são exigentes no paladar. (p. 28)

Eu tenho tanto dó dos meus filhos. Quando eles vê as coisas de comer eles brada:

-Viva a mamãe!

A manifestação agrada-me. Mas eu já perdi o hábito de sorrir. Dez minutos depois eles querem mais comida. (p. 29)

Esses trechos apresentam a fome como uma condição constante, que não se sacia mesmo após uma refeição. A alimentação se torna o objetivo único e está acima da dignidade humana. Em uma realidade em que a falta de alimento é a regra, e não

a exceção, o tamanho da refeição nunca é o suficiente. Em ambos os trechos, compreendemos que a insaciedade é uma característica permanente nos filhos de Carolina, mesmo após uma refeição. Assim, a fome não “surge”; ela está sempre lá, ela existe permanentemente.

Chama-nos a atenção uma passagem em que a narradora conversa com um operário que questiona seu modo de buscar comida:

Um operário perguntou-me:

-É verdade que você come o que encontra no lixo?

-O custo de vida nos obriga a não ter nojo de nada. Temos que imitar os animais. (p. 109 e 110)

Utilizando a primeira pessoa do plural, ela não fala somente por si ou pelos filhos, mas por todos que compartilham a mesma realidade que ela. Com a observação sobre o custo de vida, ela tenta justificar a prática de consumir alimentos do lixo. Ela demonstra que tem consciência de que isso é indigno e típico de hábitos animais, mas expõe a realidade da sua existência, argumentando com o seu interlocutor de que assim é a realidade a que ela e outras tantas pessoas são submetidas.

O que ela não deixa transparecer ao seu interlocutor, o operário, é que, quando ela fala em custo de vida, o que está em jogo é a própria desigualdade social. Ela é uma trabalhadora que realiza a coleta de recicláveis em uma jornada diária de trabalho. Mesmo assim, vive abaixo da linha da pobreza; não possui direitos básicos de existência ou um salário que lhe garanta condições dignas de vida.

A passagem do diálogo com o operário também tem relação com os trechos que citamos anteriormente, que descrevem a insaciedade alimentar dos filhos. Assim, observamos a relação entre esses três excertos por conta de duas características que verificamos nos hábitos alimentares dos animais: comer aquilo que se encontra e comer enquanto houver comida.

Os trechos abaixo apresentam os dizeres de Carolina de Jesus sobre a sua própria fome; tanto o seu estar fisiológico quanto o seu desespero por não ter meios de dar conta de resolver o seu problema e o de seus filhos.

Choveu, esfriou. É o inverno que chega. E no inverno a gente come mais. (p. 29)

Eu hoje estou triste. Estou nervosa. Não sei se choro ou saio correndo sem parar até cair inconsciente. É que hoje amanheceu chovendo. E eu não saí para arranjar dinheiro. (p. 39)

Como é horrível levantar de manhã e não ter nada para comer. Pensei até em suicidar. Eu suicidando-me é por deficiência de alimentação no estômago. E por infelicidade eu amanheci com fome. (p. 97)

Comecei sentir fome. E quem está com fome não dorme. (p. 129)

As condições meteorológicas surgem como um problema na medida em que a impossibilitam de catar os materiais recicláveis em troca de algum sustento; ela é uma trabalhadora, se dispõe a trabalhar, mas se o mau tempo não permite, está à mercê do descaso, sem nenhum direito que a ampare. Além disso, Carolina de Jesus apresenta a reflexão de que o inverno será difícil por conta das necessidades maiores de alimentação durante os dias frios.

Sobre isso, podemos fazer um cotejo com a expressão da alimentação em materiais publicitários que associam o inverno com hábitos acessíveis a uma parte dos brasileiros: a boa sopa, as massas, o vinho, os queijos, a lareira. Observamos que essas aproximações são completamente opostas à associação que Carolina de Jesus faz entre o inverno e a fome. Assim, as diferentes formas de manifestar a fome ou questões relativas a ela levam-nos a adentrar o campo da contradição: o que para uns é uma promessa de conforto e satisfação, para outros é uma preocupação com a sua própria sobrevivência.

Paralelamente a sua luta diária para coletar e vender o material reciclado, encontrar restos ou doações de alimento e propiciar algum tipo de alimentação diária para si e para seus filhos, ela pensa sobre essa realidade e escreve suas reflexões em seus diários na forma de denúncia. Essas reflexões estão, como podemos ler nos trechos a seguir, relacionadas com a crítica ao sistema político e com o reconhecimento da injustiça social.

O que eu aviso aos pretendentes a política, é que o povo não tolera a fome. É preciso conhecer a fome para descrevê-la. (p. 27)

O Brasil precisa ser dirigida por uma pessoa que já passou fome. A fome também é professora. (p. 28)

E assim no dia 13 de maio de 1958 eu lutava contra a escravatura atual - a fome! (p. 29)

Para não ver os meus filhos passar fome fui pedir auxílio ao propalado Serviço Social. Foi lá que eu vi as lágrimas deslizar dos olhos dos pobres. Como é pungente ver os dramas que ali se desenrola. A ironia com que são tratados

os pobres. A única coisa que eles querem saber são os nomes e os endereços dos pobres. (p. 40)

A partir dessas falas, percebemos que a narradora-personagem, autora dos diários, conhece muito bem a fome; sabe reconhecer a fome como uma realidade injusta e revoltante no interior da sua casa e da comunidade em que vive. Ou seja, Carolina de Jesus não fala da fome com tons de resignação ou naturalidade, como se fosse uma condição natural e aceitável. Pelo contrário, ela reconhece a luta de classes e critica o modo de produção econômico.

Diante dessa leitura, a obra de Carolina de Jesus deve ser reconhecida como documento histórico. Ela nos mostra as relações de produção dos catadores de lixo nesse país e as formas como os sujeitos se relacionam com a sua classe social. Sua obra destaca que o seu trabalho envolve a busca pelos restos, não só para vender, mas também para consumir, a insalubridade de seu trabalho, a falta de uma remuneração digna.

É notável que Carolina de Jesus descreva as dificuldades intrínsecas a sua classe e o modo como apreende o seu cotidiano para, a partir disso, buscar práticas que propiciem a sua sobrevivência. Tal apreensão só pode acontecer através do material verbal da palavra, da língua, sob a determinação das condições concretas que constituem a situação social dos indivíduos que têm a sua vivência no interior de determinada realidade de existência.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente Tese teve como seu foco questões investigadas pela Filosofia da Linguagem do Leste e do Oeste europeu das primeiras décadas do século XX. Tomamos como pilares desta pesquisa as obras de Vossler (1951; 1963; 2015) e de Volochinov (2018; 2019) não só porque as suas concepções de língua apresentam uma perspectiva ampla e complexa de diálogos com a história e com a subjetividade, mas também porque elas estabelecem diálogos fundamentais com representantes de diferentes vertentes dos estudos da linguagem.

O que esta pesquisa nos mostra, em primeiro lugar, é que o pensamento filosófico-linguístico desses autores se constitui como bases fundamentais no interior da Filosofia da Linguagem. Elas são capazes de apontar o caminho para o trabalho com a língua concreta, ou seja, com o uso, com a transformação e com os sentidos da língua. Ademais, o campo de estudos da História das Ideias Linguísticas se enriquece com a repercussão das leituras das bases da Filosofia da Linguagem.

Tanto a obra de Vossler quanto a de Volochinov constituem bases sólidas para os estudos da linguagem na medida em que trabalham sob a perspectiva da crítica a diferentes concepções de língua próprias de outras linhas teóricas. Eles dialogam criticamente com seus contemporâneos para construir seus próprios pressupostos e princípios teóricos, filosóficos e analíticos, sobre a língua em seu caráter material.

Vossler, em sua obra *Positivismismo e idealismo en la ciencia del lenguaje* (2015), realiza leituras críticas das obras de alguns representantes dos estudos neogramáticos, como Meyer-Lübke e Hermann Paul. Ele questiona, em primeiro lugar, os princípios positivistas que norteiam o pensamento de Meyer-Lübke e de Paul e que buscam sistematizar o funcionamento da língua a partir de leis generalistas. Para Vossler, não é a língua em geral que deve ser investigada; muito antes, a língua de cada comunidade linguística, considerando a sua história e as relações com a cultura.

A noção de comunidade linguística é muito cara para Vossler. Ela diz respeito aos modos como a língua tem seus significados específicos e transformados por uma comunidade de falantes que não se define simplesmente por limites geográficos, mas por valores simbólicos que se constroem ao longo de sua história. Assim, a língua em seu uso concreto está sempre em transformação. Ela não é estática ou normativa; ela está atrelada à cultura e aos valores simbólicos da comunidade. A língua está

relacionada de forma constitutiva à expressão literária e artística de um povo. Vossler não delimita língua e literatura como campos distintos. Ambos são constituintes da história de uma comunidade.

A concepção de língua de Vossler, compreendida sob o prisma dessas relações, leva-nos a observar que o funcionamento e a transformação da língua acontecem sob a ação subjetiva de cada comunidade de indivíduos. Quando Vossler fala em estilo, por exemplo, não se trata de um estilo *criado individualmente*, em uma relação individual isolada da história e da coletividade. A história de uma comunidade é a história da cultura e do próprio pensamento filosófico que a compõe. Assim, a estilística estaria a serviço de observar a estética da língua como um componente que caracteriza o próprio modo de vida, com seus segmentos cotidianos e com sua vida cultural, literária, artística, religiosa etc.

O trabalho com a língua sob a perspectiva da sua concretude e de suas relações subjetivas também está no cerne do pensamento de Volochinov (2018). No entanto, a concepção de história no interior de sua teoria é especificamente relacionada às condições materiais de existência de uma sociedade e, por conseguinte, ao funcionamento ideológico desta. As condições sociais e materiais de existência são constitutivas da história de uma sociedade, e, no interior dessas condições, a luta de classes é determinante para o modo como os enunciados tomam sentidos diversos.

O signo materializa a ideologia através do material verbal e também do não verbal; é a partir dele que o objeto prático adquire tons simbólicos. O signo permite o redimensionamento dos sentidos e a observação do funcionamento concreto da língua em suas relações com o entorno sócio-histórico. Aqui está uma das tantas grandes contribuições da teoria do signo ideológico para os estudos da linguagem: a concepção da língua como material da ideologia permite chegar à investigação analítica dos enunciados sob a perspectiva do materialismo histórico e da categoria da contradição como constitutiva das relações de classe.

O caráter holístico do pensamento filosófico-linguístico de Volochinov leva a refletir que a interpretação é um gesto que envolve a exterioridade em diversas ordens. A subjetividade que constitui a língua e é por ela constituída também faz parte dessa exterioridade que é social e histórica. A interpretação como o gesto que o sujeito pratica cotidianamente está determinada pelos sentidos que se depreendem do

material verbal e não verbal. A multiplicidade de sentidos é um fator transformador da língua, ou seja, a transformação da língua passa pelo seu uso concreto no cotidiano.

É notável que as teses de Volochinov sobre a língua se produzam a partir de sua crítica às tendências estruturalistas e positivistas da língua. A sua crítica à tendência do pensamento filosófico-linguístico por ele denominada objetivismo abstrato representa uma oposição ao privilégio da investigação formal da língua. Para Volochinov, a linguística saussureana, como representativa dos princípios do objetivismo abstrato, busca delimitar a língua como um sistema de normas internas e imutáveis. Ao relacionar a língua com a história das relações sociais e de produção, Volochinov observa, ao contrário dessa corrente de pensamento, que a língua se transforma, é *viva* em sua existência material e existe em uma relação de mútua constituição com os sujeitos que a falam.

Volochinov também elabora um diálogo com outra tendência do pensamento filosófico-linguístico, a qual denomina subjetivismo individualista. Os seus diálogos com essa tendência acontecem de forma bastante crítica. O seu principal questionamento aos representantes desta tendência recai justamente sobre a categoria da subjetividade. Para Volochinov, a subjetividade na língua não existe como criação individual. Ela está relacionada às condições materiais de existência dos sujeitos no interior de seu entorno social e histórico.

Retomamos por um momento Vossler como um representante do subjetivismo individualista, citado por Volochinov. A subjetividade na língua, para Vossler, reside nas possibilidades que uma comunidade encontra para expressar-se na arte, na poesia, na literatura, na música, na religiosidade e na comunicação de outros segmentos da vida cotidiana. Vossler (1967) entende que todas essas possibilidades de expressão, quando acontecem, devem ser objeto de investigação.

Apesar dessa leitura de Vossler trazer aspectos inovadores em relação ao formalismo e ao positivismo dominantes em outras correntes de estudo da linguagem, é preciso considerar que os conceitos de história e subjetividade no interior do pensamento filosófico-linguístico de Volochinov redimensionam notavelmente o escopo de investigações analíticas. A perspectiva de que a língua funciona materialmente através da ação dos sujeitos inseridos em sua realidade social e histórica, sob a força de determinadas relações de produção, permite compreender que a língua não é estática; ela se transforma não só ao longo da história, mas seus

sentidos se modificam de acordo com as condições em que um enunciado é proferido ou que um material não verbal é concebido.

Diante dessas considerações, finalizamos a presente Tese com a certeza de que esta pesquisa representa um breve recorte de estudos no interior da Filosofia da Linguagem do Leste e do Oeste Europeu nas primeiras décadas do século XX. Reconhecemos que as leituras que realizamos neste espaço não representam a amplitude do pensamento filosófico-linguístico dos autores cujas leituras conduzem esta pesquisa. Concretizamos, aqui, um movimento de investigação das condições de produção das obras de dois linguistas expoentes do Leste e do Oeste europeu, dos seus diálogos com outras vertentes dos estudos da linguagem e das concepções de língua que conduzem as suas obras.

6. REFERÊNCIAS

ALIGHIERI, Dante. *De vulgari eloquentia*. Dante Alighieri. Tradução, introdução e notas de Tiago Tresoldi; prefácio de Henrique Sagebin Bordini. Porto Alegre: Tiago Tresoldi Editore, 2011.

ALTHUSSER, Louis. *Sobre a reprodução*. Petrópolis: Vozes, 2008.

BALLY, Charles. *El lenguaje y la vida*. Buenos Aires: Editora Losada, 1967.

BENVENISTE, Émile. *Problemas de lingüística geral I*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976.

BENVENISTE, Émile. *Problemas de lingüística geral II*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976.

BRANDIST, Craig. The cultural and linguistic dimensions of hegemony: aspects of Gramsci's debt to early Soviet cultural policy. *Journal of Romance Studies*. v. 12, n. 3, 2012.

_____. *The dimensions of hegemony: Language, culture and politics in Revolutionary Russia*. Boston: Brill, 2015.

BRÉAL, Michel. *Ensaio de Semântica: ciência das significações*. São Paulo: EDUC, 1992.

BOPP, Franz. *Analytical Comparison of the Sanskrit, Greek, Latin and Teutonic Languages: Shewing the Original Identity of Their Grammatical Structure*. Amsterdam: John Benjamins Publishing, 1989.

CARVALHO, Antonio Carlos Silva de. O conceito de analogia na obra de diferentes autores do Período Romano. *Estudos Estilísticos*, São Paulo, v. 43, p. 1332-134, 2014.

CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique. *Dicionário de análise do discurso*. São Paulo: Contexto, 2012.

CIRNE-LIMA, Carlos. *Sobre a contradição*. Porto Alegre: Edipuc, 1993.

COMTE, Auguste. *Curso de filosofia positiva*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

CORALINA, Cora. *Meu livro de cordel*. São Paulo: Global, 1997.

COURTINE, Jean Jacques. *Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos*. São Paulo: Edufscar, 2009.

CROCE, Benedetto. *Aesthetic as science of expression and general linguistic*. Noonday Press Edition, 1966.

DIEZ, Friedrich. *Introduction to the grammar of the romance languages*. London and Edinburgh: Williams and Norgate, 1863.

ENGELS, Friedrich; MARX, Karl. *A ideologia alemã*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

ENGELS, Friedrich. O papel do Trabalho na Transformação do Macaco em Homem. In: *Neue Zeit*, 1896. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/marx/1876/mes/macaco.htm>. Último acesso: 29 dez 2022.

FERRANTE, Joan M. Dante and Politics. *Dante: Contemporary Perspectives*, Toronto: University of Toronto Press, 1997, pp. 181-194. Disponível em: <https://doi.org/10.3138/9781442673717-012>.

GIANOTTI, José Arthur. *Comte: vida e obra*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

GOETHE, Johann Wolfgang. *Poesia e verdade*. v. 1. Porto Alegre: Globo, 1971.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. v. 6. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

_____. *Concepção dialética da história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

_____. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

GREIMAS, Algirdas Julien. *Dicionário de semiótica*. São Paulo: Cultrix, 1979.

GRZEGA, Joachim Grzega. *A Recollection of Eleven Years of Onomasiology Online (2000-2010): All articles recollected*. Eichstätt: Katholische Universität Eichstätt-Ingolstadt, 2011. Disponível em <https://www1.ku.de/SLF/EngluVgISW/OnOn-Total.pdf>. Último acesso em 01 dez 2020.

HARRIS, Zelig. Discourse analysis. *Language*, v. 28, n. 1.

HENRY, Paul. *A Ferramenta Imperfeita: língua, sujeito e discurso*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1992.

ILARI, Rodolfo. *Linguística Românica*. São Paulo: Ática, 2008.

IVANOVA, Irina. A oposição “língua poética/língua prática” na concepção linguística de Lev Jakubinsky. *Conexão Letras*, Porto Alegre, v. 8, n. 10, 2013.

JAKUBINSKIJ, Lev. *Sobre a fala dialogal*. Tradução de Irina Ivanova. São Paulo: Parábola Editorial, 2015.

JESUS, Carolina Maria de. *Quarto de despejo*. Rio de Janeiro: Edibolso, 1976.

KESTLER, I. M. F.: Johann Wolfgang von Goethe: arte e natureza, poesia e ciência. *História, Ciências, Saúde—Manguinhos*, v. 13 (suplemento), p. 39-54, out. 2006.

Disponível

em:

<https://www.scielo.br/j/hcsm/a/XdB7YFXHpTHYRXpmTLFNzFp/?lang=pt>

KOERNER, Konrad. Linguistics vs philology: self-definition of a field or rhetorical stance? *Language Sciences*, Great Britain, v. 19, n. 2, p. 167-175, 1997.

KUHN, Alwin. Wilhelm Meyer-Lübke. In: SEBEOK, Thomas A. *Portrait of Linguists: From Sir William Jones to Karl Brugmann*. v. 1. Bristol: Thoemmes Continuum, 2002.

MARTINEAU, Russel. Franz Bopp. In: SEBEOK, Thomas A. *Portrait of Linguists: From Sir William Jones to Karl Brugmann*. v. 1. Bristol: Thoemmes Continuum. 2002.

MCEVEDY, Colin. *Atlas da História Moderna*. São Paulo: Verbo, 1990.

MCKENZIE, K. Reviewed Work: Mediaeval Culture: An Introduction to Dante and His Times. *The American Historical Review*, v. 35, n. 1, Oct., 1929, pp. 93-94.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. Carolina Maria de Jesus: Emblema do silêncio. *Revista USP*, São Paulo, n. 37, p. 82-91, mar./maio, 1998.

MEILLET, Antoine. *Michel Bréal*. In: SEBEOK, Thomas A. *Portrait of Linguists: From Sir William Jones to Karl Brugmann*. v. 1. Bristol: Thoemmes Continuum, 2002.

MEYER-LÜBKE. *Introdução ao estudo da glotologia românica*. Lisboa: Livrara Clássica, 1916.

PAUL, Hermann. *Princípios fundamentais da história da língua*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1966.

PÊCHEUX, Michel. Análise automática do discurso. Tradução de Eni P.Orlandi. In: GADET, Françoise; HAK, Tony (orgs.) *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas: Unicamp, 2010.

_____. *Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas: Unicamp, 2009. Tradução de: Verités de la Palice (1975).

RODRIGUES, Romulo da Silva Vargas. *Historiografia-Linguística de Émile Benveniste*. 177f. 2016. Doutorado (Tese) – Pós-Graduação em Letras e Linguística da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Goiás. Goiânia. Universidade Federal de Goiás, 2016.

SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de Linguística Geral*. São Paulo: Cultrix, 1995.

SOMMERFELT, Alf. Antoine Meillet: the scholar and the man. In: SEBEOK, Thomas A. *Portrait of Linguists: From Sir William Jones to Karl Brugmann*. v. 2. Bristol: Thoemmes Continuum. 2002.

VENDRYES, J. L'œuvre linguistique de Charles Bally. In: SEBEOK, Thomas A. *Portrait of Linguists: From Sir William Jones to Karl Brugmann*. v. 2. Bristol: Thoemmes Continuum, 2002.

VOLOCHINOV, Valentin. *Marxism and philosophy of language*. New York and London: Seminar Press, 2018.

VOLOCHINOV, Valentin. *Marxismo e filosofia da linguagem*. Tradução de Sheila Grillo e Ekaterina Vólkova Américo. São Paulo: Editora 34, 2018.

_____. *A construção da enunciação e outros ensaios*. São Carlos: Pedro e João Editores, 2013.

_____. *A palavra na vida e a palavra na poesia: ensaios, artigos, resenhas e poemas*. São Paulo: Editora 34, 2019.

VOSSLER, Karl. *The spirit of language in civilization*. London: Kegan Paul, 1951.

_____. *Filosofia del lenguaje*. Buenos Aires: Editorial Losada, 1963.

_____. *Positivismo e idealismo en la ciencia del lenguaje*. Madrid: Editorial Verbum, 2015.

ZANDWAIS, Ana. As Condições de Produção da Sinonímia: Um Olhar para as Forças Ativas que Permeiam a Linguagem. In: TOLDO, Claudia Stumpf (Org.). *Questões de Lingüística*. 1. ed. Passo Fundo: Editora da Universidade de Passo Fundo, 2003.

_____. *Práticas políticas nacionalistas e funcionamento discursivo: totalitarismo, fascismo e nazismo*. In: *Leituras do Político*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011.